

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
PROPUR / UFRGS
Unidade de Pesquisa: Cidade Cultura e Política

Dissertação de Mestrado

Territorialidade negra urbana.

A morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a
herança história comum.



Michelle Farias Sommer

Porto Alegre, junho de 2005.

Autora

Michelle Farias Sommer

Titulo do trabalho

Territorialidade negra urbana

A morfologia sócio-espacial dos núcleos negros segundo a herança
histórica comum.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para
a obtenção do grau de **Mestre em Planejamento Urbano e Regional**
na área de concentração: Cidade, Cultura e Política.

Orientador

Günter Weimer, Dr.

Porto Alegre, junho de 2005.

Dados Catalográficos.

SOMMER, Michelle Farias. *Territorialidade negra urbana. A morfologia sócio-espacial dos territórios negros urbanos segundo a herança histórica comum*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: junho de 2005.

Comissão examinadora.

Dra. Daisy Barcellos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Nara Helena Naumann Machado

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Rômulo Krafta, PhD.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dedicatória.

Aos meus pais, Valdir e Jusélie, que uniram amor e vida e, a sua maneira, ensinaram-me a busca por justiça social.

Ao Eduardo, companheiro e colega, pelo amor e paciência, por compartilhar a paixão pela cidade.

Aos meus antepassados brancos, índios, negros pela sua contribuição.

Agradecimentos.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Günter Weimer, que acompanhou meus primeiros passos na vida acadêmica e, com sabedoria e dedicação, despertou-me amor ao universo da ciência.

Agradeço, também pelos desenhos que ilustram esse trabalho.

À Família Silva, pela prestatividade e lições de vida em comunidade.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização do trabalho.



*A nossa riqueza coletiva é constituída por nossa diversidade,
o “outro”, indivíduo ou sociedade,
é precioso para nós
na medida em que é diferente de nós.*

Albert Jacquard, 1983.

Resumo.

O trabalho tem como objetivo caracterizar a territorialidade negra urbana através da análise da morfologia sócio-espacial dos núcleos negros considerando que a estruturação sócio-espacial de territórios negros na cidade pode ser compreendida a partir da analogia entre os assentamentos negros estabelecidos na África e Brasil, evocando uma herança histórica comum. Estão inseridas nessa abordagem as áreas remanescentes de quilombos e territórios negros espontâneos - os redutos negros da periferia.

A motivação para a realização da pesquisa surge do interesse em verificar a herança morfológica das configurações étnicas negras na forma urbana das cidades brasileiras. Estuda-se o fenômeno de ocupação territorial dos grupamentos étnicos negros urbanos em duas vertentes concomitantes: histórica e sócio-espacial explorando a possibilidade de apreendê-los morfológicamente a partir de propriedades topológicas associadas a significados sociais tendo na leitura de plantas o elemento essencial da análise.

Os territórios negros urbanos são registros configuracionais que ganham “sentido” através de figuras conceituais que podem ser “decodificadas” em referências simbólicas. Os graus de intensidade em que se é verificada a africanidade estão intrinsecamente ligados aos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, princípios norteadores fundamentais na formação de sistemas simbólicos sócio-espaciais de grupos étnicos negros contemporâneos.

Palavras-chave.

Morfologia urbana, territorialidade negra urbana; configuração sócio-espacial de áreas remanescentes de quilombos.

Abstract.

This research is about the ethnic urban territoriality of African- Brazilian people.

This is carried out through morphological analysis, assuming that such sociospatial structure could be better understood if African and Brazilian early settlements were compared and their common historical elements tracked down. Some remaining ‘quilombos” and other urban peripheral settlements in Porto Alegre are studied.

The methodology used to explore the relationship between the case-studies and the African matrices implies two simultaneous analysis: the social history and the sociospatial relationships; while the the former deals with transmission of patterns and behaviour, the latter tries to pin up their morphological signature. Morphological studies are developed here in terms of plan analysis, in conection with symbolic and functional codes.

Key-words.

Urban Morphology, Ethnic Urban Territoriality of African- Brazilian people.

Sumário.

1.	Introdução	18
1.1.	Apresentação do tema	18
1.2.	Objetivos	22
1.3.	Antecedentes e justificativa	22
1.4.	Hipóteses centrais da pesquisa	23
1.5.	Estrutura da investigação	24
2.	Contextualização	26
2.1.	A cidade e a morfologia sócio-espacial: as similitudes entre os assentamentos humanos de acordo com a herança histórica comum	26
2.2.	Aspectos humanos da forma urbana e a abordagem territorial	34
2.2.1.	A constituição dos espaços territórios	36
2.4.	Os grupos étnicos contemporâneos.	39
2.5.	Epílogo do capítulo 2	41
3.	Os assentamentos humanos na África	42
3.1.	África: geografia, economia, clima	42
3.2.	África banto e África sudanesa	44
3.2.1.	África banto	44
3.2.2.	África sudanesa	45
3.3.	O regime escravocrata na sociedade africana	45
3.4.	O papel de Portugal na expansão do tráfico negro	46
3.5.	Procedência dos negros para o Brasil	47
3.5.1.	Os assentamentos humanos na África Central e África Austral: Ilha de São Tomé e Príncipe e Angola	49
3.5.1.1.	A Ilha de São Tomé e Príncipe	49
3.5.1.2.	A Angola	51
3.5.2.	Os assentamentos humanos no Golfo da Guiné: Guiné-Bissau e Arquipélago de Cabo Verde	53
3.5.2.1.	A Guiné-Bissau	53
3.5.2.2.	O Arquipélago de Cabo Verde	55
3.5.3.	Os assentamentos humanos em Moçambique e Ilha de Moçambique	56
3.6.	Conurbações urbanas na África	58
3.6.1.	O <i>kraal</i> africano	59
3.6.1.1.	A família matrilinear e o parentesco	61
3.6.1.2.	O uso do solo	64
3.6.1.3.	Particularidades espaciais recorrentes	64
3.6.2.	O quilombo africano	68
3.6.2.1.	A família matrilinear e o parentesco	69

3.6.2.2. O uso do solo	70
3.6.2.3. Particularidades espaciais recorrentes	71
3.6.3. A cidade africana	76
3.6.3.1. Particularidades espaciais recorrentes	78
3.7. Epílogo capítulo 3.	84
4. A formação dos territórios negros no Brasil	85
4.1. Introdução histórica da adaptação africana em solo brasileiro	85
4.2. Evolução histórica da terminologia quilombo	87
4.3. A formação de quilombos no Rio Grande do Sul	89
4.4. As áreas remanescentes de quilombos	95
4.5. A formação dos territórios negros urbanos em Porto Alegre	100
4.5.1. A Colônia Africana	102
4.5.2. O Areal da Baronesa e Ilhota	103
4.5.3. O Cabo Rocha	105
4.5.4. A territorialidade efêmera da Esquina do Zaire	106
4.5.5. Transição entre os territórios negros nas primeiras décadas do século XX e as locações atuais	106
4.6. Dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos	111
4.7. Dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos em Porto Alegre	112
4.7.1. O IBGE e as áreas de ponderação	113
4.7.2. Os dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre	114
4.7.3. Tabulação de dados segundo objetivos específicos	117
4.8. Epílogo do capítulo 4	120
5. Os assentamentos negros contemporâneos em Porto Alegre	123
5.1. Os bairros contemporâneos proporcionalmente negros	125
5.1.1. O Bairro São José	126
5.1.2. O Bairro Restinga	129
5.1.3. O Bairro Bom Jesus	131
5.1.4. O Bairro Mário Quintana	134
5.1.5. O Bairro Lomba do Pinheiro	134
5.2. Os bairros contemporâneos quantitativamente negros	135
5.2.1. Os Bairros Medianeira/Santa Tereza	135
5.2.2. O Bairro Sarandi	139
5.2.3. O Bairro Rubem Berta	139
5.3. As conurbações negras urbanas em Porto Alegre	139
5.3.1. O <i>kraal</i> brasileiro: a área remanescente de quilombo Família Silva	140
5.3.1.1. A família matrilinear e o parentesco	146
5.3.1.2. O uso do solo	148
5.3.1.3. Particularidades espaciais recorrentes	148

5.3.2.	Os territórios negros urbanos de dimensão morfológica intermediária: as vilas	165
5.3.2.1.	Considerações quanto à limitação da análise da estrutura social das vilas negras urbanas	166
5.3.2.2.	Particularidades espaciais recorrentes	168
5.3.2.3.	Padrões espaciais nos assentamentos negros de dimensão intermediária	171
5.3.3.	Os territórios negros urbanos de dimensão morfológica extensa	172
5.3.3.1.	Particularidades espaciais recorrentes	172
5.3.3.2.	Padrões espaciais nos assentamentos negros de dimensão extensa	177
5.4.	Epílogo do capítulo 5	177
6.	Morfologia espacial dos núcleos negros segundo a herança histórica comum	180
6.1.	Apreensão espacial dos assentamentos negros: metodologias	181
6.1.1.	A propriedade topológica como elemento de base	181
6.1.2.	A decodificação espacial: a leitura de plantas	182
6.1.3.	O movimento dos corpos no espaço	184
6.1.4.	Os grafos como elementos de representação	186
6.1.5.	As gradações de acessibilidade	187
6.1.6.	As demarcações territoriais	188
6.1.7.	As diferenciações entre o público e o privado	189
6.2.	A morfologia dos assentamentos negros urbanos de dimensões morfológicas distintas	190
6.2.1.	A morfologia do <i>kraal</i>	190
6.2.1.1.	A leitura de plantas	191
6.2.1.2.	O movimento dos corpos no espaço	193
6.2.1.3.	As gradações de acessibilidade	194
6.2.1.4.	As diferenciações entre o público e o privado	195
6.2.1.5.	Considerações finais sobre a morfologia do <i>kraal</i>	196
6.2.2.	A morfologia da dimensão morfológica intermediária	197
6.2.2.1.	A leitura de plantas	199
6.2.2.2.	O movimento dos corpos no espaço	199
6.2.2.3.	As gradações de acessibilidade	199
6.2.2.4.	As diferenciações entre o público e o privado	200
6.2.2.5.	Considerações finais sobre a morfologia da dimensão morfológica intermediária	200
6.2.3.	A morfologia da dimensão morfológica extensa	201
6.2.3.1.	A leitura de plantas	204
6.2.3.2.	O movimento dos corpos no espaço	205
6.2.3.3.	As gradações de acessibilidade	205
6.2.3.4.	As diferenciações entre o público e o privado	206
6.2.3.5.	Considerações finais sobre a morfologia da dimensão morfológica extensa	206
6.3.	Epílogo do capítulo 6	207
7.	Considerações finais	209
8.	Referências Bibliográficas	213
9.	Anexos	218

Lista de figuras.

Fig. 01 – Diferentes tipologias de tramas urbanas segundo as raízes culturais	28
Fig. 02 – A divisão da cidade em áreas homogêneas	29
Fig. 03 – Características espaciais a partir de raízes culturais	29
Fig. 04 - As diferenças entre os tipos de assentamento geram divisões entre os domínios públicos e privados	30
Fig. 05 – Aglomerações de grupos sociais heterogêneos na cidade	30
Fig. 06 - As relações entre os grupos de parentesco	31
Fig. 07 - A “paisagem cultural” dos assentamentos em Uganda	32
Fig. 08 – Casas brasileiras na Nigéria	34
Fig. 09 – A divisão política-administrativa da África	43
Fig. 10 – A divisão religiosa genérica na África	44
Fig. 11 – Esquema sintético da rota de tráfico de escravos africanos	48
Fig. 12 – Casas nativas nas Ilhas São Tomé e Príncipe	50
Fig. 13 – Estrutura das casas na Ilha de São Tomé e Príncipe	51
Fig. 14 – Casa angolana	52
Fig. 15 – Casa angolana: povo <i>muíla</i>	52
Fig. 16 – Guiné-Bissau: aspectos da habitação e assentamento	54
Fig. 17 – Guiné-Bissau: casa <i>felupe</i> e <i>mandinga</i>	54
Fig. 18 – Assentamentos no Arquipélago de Cabo Verde	56
Fig. 19 – Assentamento típico no Arquipélago de Cabo Verde	56
Fig. 20 – O assentamento tradicional de Moçambique	57
Fig. 21 – Casas moçambicanas	58
Fig. 22 – Os <i>Kraals</i> na África	60
Fig. 23 – Os assentamentos <i>kraals masai</i> , no Quênia e na Tanzânia	60
Fig. 24 – Os assentamentos <i>kraals pokot</i> , no Quênia, e <i>kraal nuer</i> , no Sudão	60
Fig. 25 – Planta esquemática de um <i>kraal</i> primitivo: a forma básica	61
Fig. 26 – A matrilinearidade africana	62
Fig. 27 - O cercamento do <i>kraal</i> como limitação territorial	65
Fig. 28 – A predominância de espaços abertos vazios nos <i>kraals</i>	65
Fig. 29 – <i>Kraal</i> fula, na Guiné-Bissau	66
Fig. 30 – As áreas centrais: espaços de excelência nos <i>kraals</i>	67
Fig. 31 – Os domínios espaciais diferenciados por sexo: o feminino e o masculino	67
Fig. 32 – As cozinhas comunitárias nos <i>kraals</i>	68
Fig. 33 – A forma da cozinha no <i>kraal</i> , invariavelmente aberta e de caráter comunitário	68
Fig. 34 – Assentamento <i>sanzala</i> , cultura <i>quimbundo</i> , na Angola Ocidental	71
Fig. 35 – Os pátios regulares nos quilombos africanos	72
Fig. 36 – Os padrões espaciais nos quilombos africanos	73
Fig. 37 – Habitação e santuário <i>achanti</i> , na República de Gana	73
Fig. 38 - Quilombos: a concomitância morfológica da linearidade com a formação de pátios	74
Fig. 39 – Quilombos com traçado exclusivamente linear	74
Fig. 40 – Pátios abertos retangulares ou quadrados nos quilombos	75
Fig. 41 – A irregularidade e ausência de padrões espaciais	75

Fig. 42 - O espaço aberto restrito à via principal	79
Fig. 43 – O arranjo espacial das cidades africanas	79
Fig. 44 – A mesquita ordena o espaço urbano formando super quarteirões	80
Fig. 45 – As diferenças morfológicas contrastantes entre a cidade branca colonial e a cidade africana nativa	81
Fig. 46 – A Ilha de Moçambique e a co-existência espacial	81
Fig. 47 – Planta sócio-funcional da Ilha de Moçambique	80
Fig. 48 – Os becos nos acessos secundários propiciam intenso controle local	83
Fig. 49 – A população negra no Rio Grande do Sul em 1814 e 2000	80
Fig. 50 – Implantação esquemática de área remanescente de quilombo no Maranhão	81
Fig. 51 – Nega Fuzilica e seu filho, em 1945	102
Fig. 53 – Em 1951, ponte Menino Deus sobre o Arroio Dilúvio depois de canalizado e urbanizado	103
Fig. 54 – As vilas em Porto Alegre na década de 40-50	104
Fig. 55 – As vilas em Porto Alegre nas décadas de 50-60: Arroio Cavalhada e Vila Tronco	107
Fig. 56 – As vilas em Porto Alegre nas décadas de 50-60: Bairro Elisabete e Bairro São José	107
Fig. 57 – Os novos loteamentos promovidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre	107
Fig. 58 – A Vila Chapéu do Sol no início dos anos 90 e a Vila Cai-cai	109
Fig. 59 – Participação das vilas por região no total da cidade	116
Fig. 60 – Mapa de Porto Alegre com divisão por bairros	116
Fig. 61 – Localização espacial dos assentamentos negros em Porto Alegre	118
Fig. 62 – Localização espacial da população praticante da religião umbanda/candomblé	119
Fig. 63 – Localização espacial preta/parda em função da renda econômica	120
Fig. 64 – Localização do Bairro São José e áreas adjacentes	126
Fig. 65 – Loteamentos e áreas oriundas de parcelamento do solo não consideradas na abordagem	127
Fig. 66 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José – áreas consideradas	128
Fig. 67 – Vila Morro da Cruz, Vila São José Comunitária e Vila Vidal de Negreiros	129
Fig. 68 – Eixo Lomba – Restinga: o traçado regular do bairro planejado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre	130
Fig. 69 – Os loteamentos promovidos pela Prefeitura Municipal constantes na Restinga	131
Fig. 70 – Localização do Bairro Bom Jesus e áreas adjacentes	132
Fig. 71 – Complexo de vilas no Bairro Bom Jesus	133
Fig. 72 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro Bom Jesus – áreas consideradas	133
Fig. 73 – As lombas da Lomba do Pinheiro	134
Fig. 74 – Localização dos Bairros Medianeira e Santa Tereza e áreas adjacentes	136
Fig. 75 – Vila Tronco, no complexo das vilas que compõem o núcleo Cruzeiro	136
Fig. 76 – Intervenções do poder público na Vila Cruzeiro	136
Fig. 77 – O Bairros Medianeira / Santa Tereza e as áreas espontâneas irregulares consideradas	138
Fig. 78 – O <i>kraal</i> brasileiro: a Família Silva em Porto Alegre. Vista parcial do assentamento	140
Fig. 92 – Aerofotogramétrico da área em 1930/1942	144
Fig. 93 – Aerofotogramétrico da área em 1956	145
Fig. 94 – Aerofotogramétrico da área em 1987	145
Fig. 95 – Os bairros adjacentes ao Bairro Três Figueiras	149
Fig. 96 – O entorno do <i>kraal</i> Silva	150
Fig. 97 – O entorno imediato do <i>kraal</i> Silva e vizinhos lindeiros	151
Fig. 98 – A implantação da área remanescente de quilombo Família Silva	151
Fig. 99 – Tipologia de condomínios residenciais na área	152
Fig. 100 – As acessibilidades do núcleo	152

Fig. 101 – As acessibilidades do núcleo: Vila do Resvalo	153
Fig. 102 - Acesso principal do assentamento	153
Fig. 103 – Acesso secundário pela Rua Lobélia	154
Fig. 104 – Acesso secundário pela Vila do Resvalo	155
Fig. 105 – Unidade construída típica do <i>kraal</i> Família Silva	156
Fig. 106 – Planta baixa térrea Família Silva e respectivas unidades habitacionais	157
Fig. 107 – Unidade habitacional – Lídia e Roberto	158
Fig. 108 – Unidade habitacional – Lorivaldino e Cleusa	158
Fig. 109 – Unidade habitacional – Ângela e Paulo Roberto	159
Fig. 110 – Unidade habitacional – Zuleica e Paulo	159
Fig. 111 – Unidade habitacional – Euclides e Rita	159
Fig. 112 – Unidade habitacional – Jair	160
Fig. 113 – Unidade habitacional – Edésio e filhos	160
Fig. 114 – O depósito comunitário da Família Silva	161
Fig. 115 – O tanque de uso comunitário	161
Fig. 116 - Os sanitários de uso comunitário	162
Fig. 117 – A horta na área central	162
Fig. 118 – Espaços de transição: do núcleo integrador para os pátios secundários	163
Fig. 119 – O núcleo integrador: o pátio central da seringueira	163
Fig. 120 – Os pátios secundários no assentamento	164
Fig. 121 – A pedra retangular e a espada de São Jorge: simbolismo materializado	164
Fig. 122 – A nova geração sob a sombra da figueira	165
Fig. 123 – Imagem de satélite da Vila Sudeste, no Bairro São José	169
Fig. 124 – Aerofotogramétrico da vila Sudeste, no Bairro São José	169
Fig. 125 – A Vila Buraco Quente no Bairro Santa Tereza	170
Fig. 126 – Vila Buraco Quente, no Bairro Santa Tereza, um dos cartões postais de Porto Alegre	171
Fig. 127 –Complexo de vilas no Bairro Mário Quintana: a linearidade se faz presente	173
Fig. 128 – A acessibilidade das formações negras citadinas	173
Fig. 129 – Vila Tronco, complexo da Vila Cruzeiro, no Bairro Santa Tereza	173
Fig. 130 – Complexo de vilas do Bairro São José	174
Fig. 131 – Complexo de vilas no Bairro Bom Jesus: Vila Divinéia / Vila Mato Sampaio / Vila Pinto/ Vila Brasília I	175
Fig. 132 – O chão batido e ausência de caixas de rolamento nas ruas	175
Fig. 133 – A transição da cidade formal para a cidade informal negra	176
Fig. 134 – A adequação topográfica ao sítio	176
Fig. 135 – A leitura de plantas	183
Fig. 136 - Diagrama de movimento no futebol	183
Fig. 137 - Diagramas de movimento espacial	185
Fig. 138 - A planta representada como um grafo de conexão	187
Fig. 139 – As gradações de acessibilidade	187
Fig. 140 – As demarcações territoriais	189
Fig. 141 – Núcleos negros do tipo <i>kraal</i>	192
Fig. 142 – A movimentação dos corpos no espaço no assentamento da Família Silva	193
Fig. 143 – Grafo do <i>kraal</i> Silva	194
Fig. 144 – As gradações de acessibilidade no <i>kraal</i>	194
Fig. 145 – Diferenciações entre o público e o privado: o espaço coletivo é excelência na implantação dos <i>kraals</i>	196
Fig. 146 – Núcleos negros de dimensão morfológica intermediária: África x Brasil	197
Fig. 147 - Núcleos negros de dimensão morfológica intermediária: África x Brasil	198

Fig. 148 – Núcleos negros de dimensão morfológica extensa: África x Brasil	202
Fig. 149 – Núcleos negros de dimensão morfológica extensa: África x Brasil	203
Fig. 150 - Núcleos negros de dimensão morfológica extensa: África x Brasil	204
Fig. 150 – Manifestação contra ação de despejo na Família Silva	211

Lista de tabelas.

Tab. 01 – A escravidão na África: origem do escravo e condições para libertação	46
Tab. 02 – Procedência dos negros no Rio Grande do Sul	91
Tab. 03 – Conceituações da terminologia quilombo no Brasil	98
Tab. 07 – A composição étnica do município de Porto Alegre	112
Tab. 09 – Bairros mais populosos do município de Porto Alegre	115
Tab. 12 – Bairros proporcionalmente negros, em ordem decrescente	anexo
Tab. 13 – Bairros quantitativamente negros, em ordem decrescente	anexo
Tab. 14 – Relação dos Bairros Negros em Porto Alegre	123
Tab. 15 – Relação dos Bairros Negros em Porto Alegre onde são encontradas áreas espontâneas	125
Tab. 16 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José – total	127
Tab. 17 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José – áreas consideradas	128
Tab. 18 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José – áreas em análise	129
Tab. 20 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro Bom Jesus – total	132
Tab. 21 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro Bom Jesus – áreas em análise	133
Tab. 25 – Assentamentos espontâneos irregulares nos Bairros Medianeira / Santa Tereza – total	137
Tab. 26 – Assentamentos espontâneos irregulares nos Bairros Medianeira / Santa Tereza – áreas consideradas	137
Tab. 27 – Assentamentos espontâneos irregulares nos Bairros Medianeira / Santa Tereza – áreas em análise	138
Tab. 32 – Quadro descritivo das unidades habitacionais do assentamento	157
Tab. 33 – As vilas negras na cidade de Porto Alegre	166
Tab. 35 – A leitura de plantas nos assentamentos <i>kraals</i>	192
Tab. 36 – O sistema de rotas no assentamento <i>kraal</i> no Brasil	194
Tab. 37 – As gradações de acessibilidade nos assentamentos <i>kraals</i>	195
Tab. 38 – A leitura de plantas nos assentamentos negros intermediários	199
Tab. 39 – O sistema de rotas nos assentamentos intermediários	200
Tab. 40 – As gradações de acessibilidade nos assentamentos intermediários	204
Tab. 41 – As diferenciações entre o público e o privado nos assentamentos intermediários	204
Tab. 42 – A leitura de plantas nas cidades negras informais	205
Tab. 43 – O sistema de rotas nas cidades negras informais	205
Tab. 44 – As gradações de acessibilidade nas cidades negras informais	205
Tab. 45 – As diferenciações entre o público e o privado nas cidades negras informais	206

1. Introdução.

1.1. Apresentação do tema.

Há um crescente interesse social, já claro na comunidade acadêmica, no debate a cerca dos diferentes aspectos relativos à identidade dos segmentos formadores da nação brasileira bem como da compreensão de sua dimensão étnica e cultural.

No país, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram estabelecidos novos parâmetros de visibilidade e valorização da diversidade dos grupos sociais participantes do processo de formação da identidade nacional. Nesse contexto, as comunidades negras e indígenas tiveram seus direitos protegidos e garantidos pelo Estado, sentindo-se incentivadas a ampliar seu processo de construção de identidade étnica.

A oportunidade especial de resgate de uma identidade e construção de uma memória, respaldada na Constituição Federal de 1988, permitiu o avanço de muitas questões. Uma série de outras, no entanto, continua merecendo reflexão, investigação e conhecimento e a etnia afrodescendente torna-se um grupo particularmente visado em função do processo histórico de fixação em solo nacional.

A participação do negro foi fundamental e intensa em todas as atividades do país, desde o ciclo do açúcar e estima-se que cerca de 40% dos escravos africanos destinavam-se ao país dos 15 milhões de negros¹ que chegaram à América. No período colonial, o Brasil recebeu mais africanos que qualquer outro país e abriga, atualmente, a segunda maior população negra do mundo em termos numéricos absolutos².

Apesar da clara contribuição dessa etnia, a utilização de instrumentos legais e práticas coercitivas foram instrumentos comuns utilizados para isolar e/ou controlar as chamadas “classes perigosas” de acordo com SCHWARCZ (1993). Essa visão adentra o imaginário racista da sociedade brasileira principalmente nos aspectos que ligam o negro à criminalidade e à ociosidade e delega, conseqüentemente, seu espaço social urbano excluído da cidade formal.

¹ A palavra negro é empregada no sentido tanto das pessoas de etnia negra quanto de mestiços de ancestralidade negra, englobando assim pardos e mestiços. O significado é empregado no mesmo sentido de afrodescendentes e afro-brasileiros.

² A Nigéria é o único país do mundo com uma população negra maior que a do Brasil. ANDREWS (1998, p. 21).

Houve um nítido processo de invisibilidade cultural sofrida pela população negra e, indubitavelmente, a participação desse grupo étnico foi fundamental para a consolidação da identidade nacional em todas as suas derivações, desde a identidade cultural às heranças na configuração urbana dos assentamentos humanos, principalmente assentamentos espontâneos informais.

Nos meios acadêmicos, e nos referimos aqui especialmente às áreas das ciências humanas e educação, já ocorre um significativo processo de revisão historiográfica a acerca dos grupos sociais participantes do processo de formação da identidade nacional, no recorte específico do grupo social afrodescendente, objeto de estudo a partir do final do século XX.

Enquanto os estudos sobre a etnia negra avançam na área das ciências humanas e educação, no campo dos estudos urbanos a lacuna persiste: os estudos sobre a morfologia social urbana das cidades brasileiras relacionados às configurações étnicas são praticamente inexistentes. Quando nos referimos, ainda, especificamente aos estudos sobre a morfologia espacial dos assentamentos espontâneos dos grupos sociais negros, confirmamos que a invisibilidade histórica na verificação das heranças morfológicas têm continuado.

O que efetivamente sabemos sobre as heranças históricas das comunidades tradicionais na configuração da forma urbana das cidades brasileiras? O que sabemos, ainda, sobre as heranças históricas negras que sofreram processos de invisibilidade histórica e segregações sociais e atualmente encontram-se presentes em praticamente todas as grandes cidades latino-americanas³ onde vicejou a escravidão?

O processo de evolução urbana das grandes cidades brasileiras, com todas as suas implicações, não propicia a manutenção dos territórios étnicos negros no meio urbano. No período pós-abolicionista, por exemplo, muitos desses territórios encontravam-se em áreas centrais valorizadas e foram submetidos contínuos processos de expulsão, principalmente em função da especulação imobiliária. Os assentamentos negros removidos das áreas centrais durante o crescimento da cidade foram reassentados em áreas periféricas, longe do centro e com limitações de infra-estrutura urbana.

³ Há registros de quilombos de norte a sul do Brasil, assim como na Colômbia, no Chile, no Equador, na Venezuela, no Peru, na Bolívia, em Cuba, no Haiti, na Jamaica, nas Guianas e em outros vários territórios da América.

Quando o reassentamento ocorre longe da influência do traçado regular muitas vezes imposto pelos planejadores urbanos, os territórios negros assumem formas espontâneas, de traçado livre. Quando os assentamentos étnicos, contrariando o processo da lógica de ocupação espacial dominante na cidade, resistem à expulsão e configura sua territorialização firmando-se como grupo étnico contemporâneo em uma rede comunitária de auto-proteção, constituem as designadas áreas remanescentes de quilombos.

A história brasileira invariavelmente refere-se aos quilombos no passado, que durante o período colonial teve seu conceito associado às regiões habitadas por escravos fugitivos, sendo que a resignificação, na contemporaneidade, está associado à conceituação de grupo étnico negro contemporâneo na figura das áreas remanescentes de quilombos.

A territorialidade negra é a *entidade geográfica historicamente associada por negros e brancos à identidade de grupos negros no Brasil*⁴. Ela se configura como uma situação específica de alteridade caracterizada por relações sociais próprias e divergentes da sociedade envolvente. São associadas aos territórios negros características de fortes laços familiares e parentesco, os usos e usufrutos da terra do mesmo modo como relações políticas com a sociedade envolvente próprios. As formas de sociabilidade e a memória social de seus habitantes são profundamente impregnada das origens de sua cultura ancestral.

Os territórios negros, até pouco tempo entidades geográficas essencialmente compostas por comunidades rurais, atualmente estão inseridos na cidade, seja pela expansão da malha urbana que englobou esses territórios então rurais ou, ainda, pela constituição territorial a partir de processos migratórios provenientes do êxodo rural ou migrações citadinas internas.

A hipótese do trabalho considera a territorialidade negra urbana um registro configuracional na cidade, que pode ser compreendida a partir da analogia entre os assentamentos negros estabelecidos na África e Brasil, evocando uma herança histórica comum. As relações sócio-espaciais ganham “sentido” através de figuras conceituais que podem ser “decodificadas” em referências simbólicas.

Nos preocupamos, nesse trabalho, especificamente com a caracterização morfológica dos territórios negros urbanos a partir da vertente social. Consideramos que a forma urbana contém aspectos humanos que podem ser caracterizados a

⁴ BANDEIRA (1988).

partir da herança histórica comum. Os territórios negros urbanos, no recorte dos assentamentos espontâneos informais e áreas remanescentes de quilombos, são espacialmente configurados segundo a herança histórica comum que é a raiz africana. Às características sócio-espaciais verificadas a partir da herança histórica comum, designamos africanidade.

Como expoente das áreas remanescentes de quilombos urbanos temos, em Porto Alegre, a Família Silva, é expoente das áreas remanescentes de quilombos urbanos reconhecido por diversos agentes externos como a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul, o Instituto de Assessoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos, o Ministério Público Federal e a Fundação Cultural Palmares. Os assentamentos espontâneos de dimensões morfológicas variáveis provêm de amplo mapeamento da localização geográfica dos territórios de população predominantemente auto-declarada negra na cidade de Porto Alegre, arbitrados a partir de variáveis de nível de instrução e renda econômica.

O fenômeno territorial negro urbano é estudado a partir da abordagem histórica/morfológica para compreensão e análise da morfologia social negra inserida na cidade. Na abordagem histórica do fenômeno, o estudo incide em aspectos fundamentais da historiografia da África no que concerne a conceituação de figuras morfológicas inerentes as conurbações urbanas dominantes até o fim do tráfico escravo de onde procederam os negros chegados no Brasil.

A abordagem morfológica da territorialidade negra urbana considera que os núcleos étnicos carregam forte bagagem histórica e cultural e, assim, o “*sistema natural*” de percursos nos assentamentos humanos negros pode ser analisado através da fundamentação das relações sociais estabelecidas no espaço. As acessibilidades do núcleo negro urbano, a movimentação dos corpos na delimitação espacial do assentamento apreendida em um sistema de rotas, as gradações de acessibilidade descritas na figura de barreiras, portas e passagens e as diferenciações entre os domínios públicos e privados são considerados nessa abordagem. O elemento essencial da análise morfológica baseia-se na leitura de plantas, instrumento central na compreensão da dimensão experiencial/topológica dos núcleos negros na cidade.

1.2. Objetivos.

A realização do trabalho tem como objetivo principal analisar a morfologia sócio-espacial dos territórios negros urbanos a partir da herança histórica comum entre os assentamentos humanos na África e no Brasil identificando aspectos humanos na forma urbana.

Uma série de objetivos secundários deriva do objetivo principal da pesquisa:

- 1) verificação da aplicabilidade dos conceitos morfológicos africanos adaptados à realidade sócio-espacial brasileira em dimensões morfológicas variáveis;
- 2) caracterização da configuração espacial da territorialidade negra urbana no Brasil.

Os objetivos do trabalho estão inseridos no campo empírico e teórico de modo a contribuir para os estudos urbanos sobre os aspectos relativos à identidade sócio-espacial dos grupos étnicos negros das cidades brasileiras.

1.3. Antecedentes e justificativa.

Estudar a herança africana na configuração do espaço urbano em territórios essencialmente negros propicia a manutenção da integridade histórica respaldada na Constituição de 1988⁵ que reconhece o direito de propriedade das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, ensejando amplo mapeamento das ocorrências dessas comunidades no território nacional.

A análise morfológica sócio-espacial dos territórios negros urbanos apresenta-se como um estudo ainda não-realizado, especialmente perceptível através da escassez de bibliografia, o que já justificaria, em partes, a importância do tema: *é a lacuna existente na cultura afro-brasileira e merece reflexão, investigação e conhecimento*⁶.

O estudo do papel das comunidades negras na formação étnica e urbana brasileira foi relegado à periferia histográfica e a herança cultural negra foi relegada ao silêncio. Soma-se, ainda, a dificuldade de conhecimento da trajetória negra e os poucos estudos publicados em relação às formas de organização, principalmente espacial, e inserção na sociedade.

⁵ É fundamentado na Constituição de 1988 (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Decreto 3912, Artigo 69 dos Atos e Disposições Transitórias, do inciso XXIII do artigo 5º, do artigo 183 e no Código Civil sob o artigo 551) que o tema obtém respaldo legislativo.

⁶ ANJOS (1999).

O velado racismo contemporâneo, a falta de representação política e social, a ausência de conhecimento legal, a baixa renda econômica dos grupamentos negros e inadequações conceituais gerando falhas na interpretação da lei no que concerne à correta delimitação do grupo social inserido na designação “remanescente de quilombo”, são fatores que, associados à falta de experiência histórica com a propriedade da terra e as formas de produção a que estiveram, historicamente, à margem, tornaram inviáveis as possibilidades de legitimação dessas áreas.

As comunidades remanescentes de antigos quilombos emergem nesse momento histórico apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro (...) Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos e de outras entidades negras organizadas com ações desde os anos 1980 em todo o território nacional. ANJOS (1999, p. 8).

As áreas remanescentes de quilombos referem-se a um patrimônio territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e órgãos oficiais. O problema estrutural das comunidades remanescentes incide no reconhecimento dentro do sistema brasileiro e titulação de áreas ocupadas, apresentando mais questões políticas e sociais que antropológicas.

Assim, configura-se necessidade de recuperação e resgate dos fragmentos de informações a cerca das comunidades tradicionais que compõem a identidade sócio-espacial nacional, permitindo ampliar as informações, o conhecimento, a discussão e fornecer elementos para caracterização dos territórios negros urbanos e, em última instância, auxiliar qualquer processo de planejamento e ação nessa área.

1.3. Hipóteses centrais da pesquisa.

O ponto de partida do trabalho baseia-se na existência de *africanidade* em assentamentos étnicos negros configurando similitudes morfológicas sócio-espaciais determinadas pela herança histórica comum aliada aos elementos antropogeográficos e sócio-econômicos.

A analogia é estabelecida entre os assentamentos humanos:

- 1) África: a abordagem está limitada aos assentamentos humanos de cultura banto e sudanesa de onde procederam os negros chegados ao Brasil

temporalmente delimitados ao período de vigência do tráfico escravocrata, com enfoque morfológico nas estruturas familiares, aldeamentos e cidades africanas;

2) Brasil: a abordagem está limitada aos assentamentos humanos de população predominantemente auto-declarada negra no recorte dos assentamentos humanos remanescentes de quilombos e territórios negros urbanos de dimensões morfológicas variáveis.

A premissa é: *lay-outs* de assentamentos étnicos negros produzem etnicidade espacial, códigos a serem decifrados a partir da abordagem histórica, no que concerne à estruturação social dos núcleos negros urbanos e abordagem morfológica, no que concerne à apreensão da morfologia espacial dos núcleos negros urbanos através da leitura de plantas.

1.4. Estrutura da investigação.

No capítulo primeiro tratamos do tema, dos objetivos, dos antecedentes e das justificativas da pesquisa do mesmo modo como das hipóteses que orientam a investigação.

No capítulo dois, intitulado “a contextualização”, serão abordadas as fundamentações teóricas do trabalho, o recorte da morfologia sócio-espacial da cidade e as similitudes entre os assentamentos humanos de acordo com a herança histórica comum. Serão ainda abordados os aspectos humanos da forma urbana, os conceitos de território e a constituição dos espaços territoriais inserindo os grupos étnicos contemporâneos nessa abordagem.

Os aspectos concernentes aos assentamentos humanos na África serão objeto do capítulo terceiro. Partindo dos aspectos fundamentais da história do continente, e tomando as informações espaciais urbanas sobre a territorialidade africana disponíveis, serão analisadas as conformações urbanas naquele continente com o propósito de entender as premissas configuracionais do espaço que os imigrantes trouxeram em sua bagagem cultural. Preconizamos a relevância do conhecimento da diversidade morfológica das estruturas africanas constituindo base para referências culturais que deram origem ao povo negro brasileiro. Apresentamos panorama geográfico e econômico do continente africano procedendo à distinção inicial dos dois grandes grupos da cultura africana de onde procederam os negros chegados ao Brasil. Enfoca-se a estrutura social do continente e o papel de Portugal na viabilização do tráfico de escravos para o Brasil tecendo, posteriormente,

sucessivas comparações entre as formações morfológicas africanas em dimensões morfológicas distintas a fim de caracterizar os assentamentos humanos da África.

No capítulo quarto partimos para o estudo da formação dos territórios negros no Brasil a partir da adaptação africana em solo brasileiro e a constituição de quilombos como cultura de resistência. No Rio Grande do Sul, tratamos a formação dos quilombos e territórios negros urbanos em Porto Alegre após o período abolicionista. Perfazendo o caminho para a localização espacial dos territórios negros urbanos contemporâneos, consideramos dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos estabelecendo precisões conceituais sobre a questão étnico-racial no Brasil.

No quinto capítulo, são analisados os cinco primeiros bairros mais expressivos da presença negra em Porto Alegre a partir de duas variáveis: bairros contemporâneos que apresentam maior quantidade de negros e os que apresentam uma maior proporcionalidade dos mesmos. Localizamos os assentamentos espontâneos informais na cidade e delimitamos territorialmente as áreas para posterior análise morfológica. As conurbações urbanas são consideradas em três instâncias: a Família Silva, no Bairro Três Figueiras, como área remanescente de quilombo e representante da estrutura morfológica familiar, os territórios negros urbanos de dimensão morfológica intermediária – as vilas negras - e os territórios negros urbanos de dimensão morfológica extensa: as cidades negras informais.

Finalmente, no capítulo seis, é proferida a caracterização morfológica específica a partir da verificação da herança histórica comum nos assentamentos consideramos. Apresentamos metodologias para apreensão espacial tendo a leitura de plantas o elemento central da análise morfológica e as acessibilidades do núcleo negro urbano e suas inerentes gradações, as demarcações territoriais e as diferenciações entre o domínio público e o domínio privado são abordagens contempladas na interpretação da estrutura espacial.

As considerações finais feitas no capítulo sete apresentam as conclusões relacionadas aos produtos obtidos e ao processo de trabalho desenvolvido na pesquisa. Dessa maneira, com essa estrutura de investigação buscamos contribuir efetivamente para melhor compreensão de um dos mais relevantes processos históricos e espaciais que contribuíram, e contribuem, para a formação da identidade do povo brasileiro.

2. Contextualização.

Desde o surgimento da sociologia como uma ciência autônoma, têm sido desenvolvidas as mais diversas interpretações sobre as formas organizacionais das sociedades. Aparecem, também, variadas interpretações sobre a morfologia urbana, um terreno contraditório e escorregadio que muitas vezes reduz a complexidade das considerações sobre a configuração dos assentamentos humanos, principalmente no que concerne a morfologia social negra, foco do nosso trabalho.

A abordagem das similitudes entre os assentamentos humanos de acordo com uma herança histórica partilhada parece ser o caminho para a compreensão da morfologia social urbana e a constituição de espaços territórios negros na cidade, ligando-os aos conceitos antropológicos contemporâneos na conceituação de grupamento étnico contemporâneo que abrange as áreas remanescentes de quilombos.

2.1. A Cidade e a Morfologia Social Negra: as similitudes entre os assentamentos humanos de acordo com a herança histórica comum.

SCHOENAUER (1984) centra a abordagem na existência de similitudes entre as habitações e os assentamentos e pode ser apontado como um dos mais expressivos autores que trata a questão do ponto de vista funcional. O autor aponta diferentes interpretações para o fenômeno das similitudes considerando as heranças pré-históricas comuns, as influências diversas não claramente definidas e até mesmo o azar ou coincidências. Assinala, no entanto, que as condições ambientais e formas de produção se constituem as mais relevantes. Para exemplificar, assinala a similitude das construções dos bosquímanos africanos e dos aborígenes australianos⁷: ambos habitam em assentamentos em forma de colméia praticamente indistinguíveis entre si apesar de viver em continentes distantes e constituírem sociedades amplamente separadas. As razões destas semelhanças repousariam no fato de viverem igualmente em ambientes marcadamente desérticos e se dedicarem prioritariamente à caça.

⁷ Segundo SCHOENAUER (1984, p. 12) as simples formas arquitetônicas respondem a um grupo de forças causais idênticas.

Em razão das similitudes, o autor aponta seis categorias de habitações estruturadas segundo as atividades que desempenham⁸. É curioso, no entanto, que o mesmo autor aponta como pertencentes mesma categoria os bosquímanos sul-africanos, aborígenes australianos, ambos habitantes da periferia de desertos, e os pigmeus da África Central que, sabidamente, vivem em florestas super-úmidas. Da mesma forma, coloca numa mesma categoria (a das habitações transitórias) as populações criadoras de renas do extremo oriente da Rússia e dos lapões escandinavos, com os esquimós caçadores do extremo norte da América e indígenas da Amazônia caçadores e pescadores sazonais. Estes exemplos – que poderiam ser ampliados em número – indicam dois aspectos contraditórios: por um lado, que a transitoriedade das habitações e respectivos assentamentos são adequados aos modos de vida destas populações mesmo que estes povos não tenham parentesco como os tungus asiáticos e os lapões, mas, que tem em comum, a criação das mesmas renas. Pelo lado oposto, é muito difícil admitir que as razões da transitoriedade de populações habitantes de regiões de tundras polares sejam as mesmas das de florestas tropicais super-úmidas como os esquimós e os ianomamis. O que certamente não ocorreu ao autor é que a origem asiática dos esquimós e dos indígenas amazônicos identifica um parentesco que encontraria na história destas construções uma explicação para suas semelhanças. Neste caso, a gênese das construções se configura como uma explicação bem mais razoável do que o meio ambiente ou as atividades de subsistência.

Deste ponto de vista, poder-se-ia concluir que o fator fundamental da identificação de semelhanças seria a origem comum, ou, por outra, diferenças formais de assentamento indicam diversidade de origem. Esta parecer ser o cerne da teoria culturalista de RAPOPORT (1977, p. 311) que apresenta uma grande diversidade de tipologias em associação à diversidade cultural: aspectos da cidade na China - casas sem saída direta para a rua, aspectos da cidade latino-americana presentes nas fachadas contínuas e nos pátios atrás das unidades, e também da cidade americana - os lotes de grandes áreas, da cidade muçulmana -a trama típica

⁸ Habitações efêmeras características de famílias nômades com economia baseada na caça e coleta; habitações transitórias em grupos sociais pastoris; habitações periódicas para sociedades tribais pastoris; habitações estacionárias para sociedades tribais pastoris com prática complementar de agricultura; habitações semipermanentes em comunidades agrícolas de subsistência e habitações permanentes em sociedades agrícolas com produção de excedentes.

“emaranhada” e os traçados regulares modernistas de Le Corbusier, em 1922 (fig. 01).

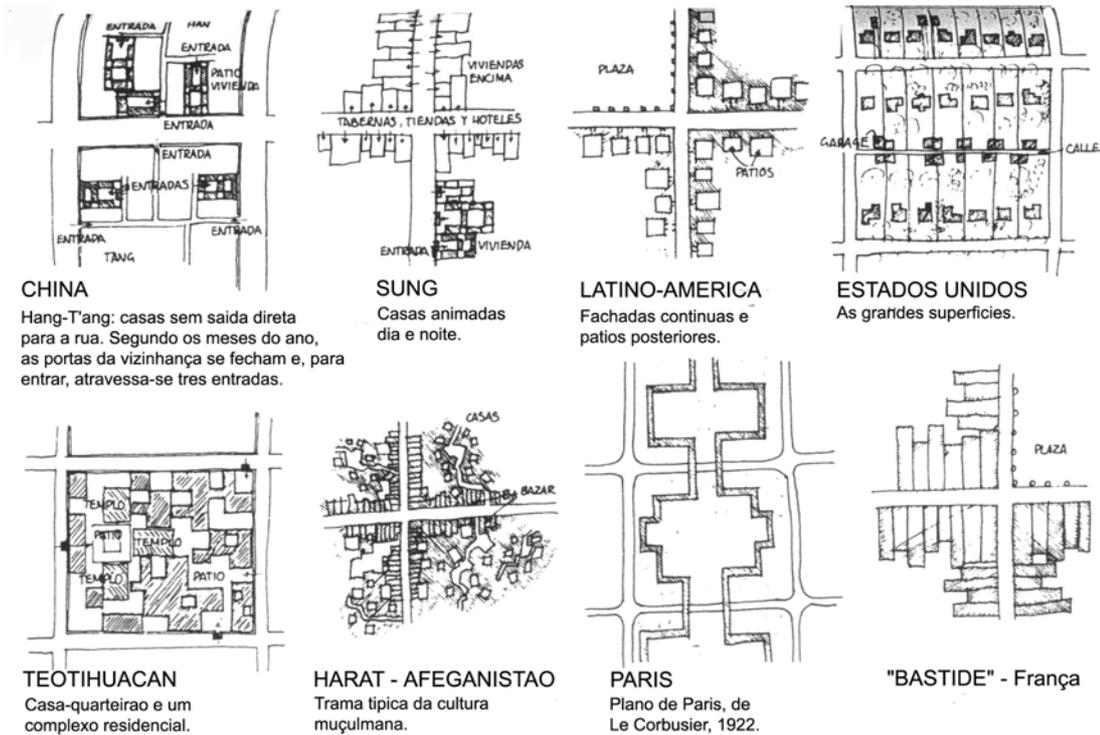


Fig. 01 – Diferentes tipologias de tramas urbanas segundo as raízes culturais. Fonte: RAPOPORT (1977, p. 311).

Dito de outra forma pode-se aferir que a similitude da conformação urbana depende diretamente da origem cultural. Neste sentido, RAPOPORT (1997, p. 24) entende que a homogeneidade das cidades expressa o grau do controle da privacidade dos indivíduos pela sociedade da mesma forma como filtra as conexões dos mesmos com o exterior. Isso é especialmente importante nos enclaves étnicos pelo fato de sua existência depender do grau de interação entre estes controles (fig. 02). O mesmo autor considera que as relações entre os indivíduos e a sociedade extrapolam os limites urbanos à medida que abarcam o meio ambiente. Os grupos sociais passam a ser definidos como uma relação entre a natureza e seus habitantes conforme a ocorrência da materialização da forma de procedimentos modelares aceitos e seguidos pelo grupo: características psicológicas, sociológicas e culturais. Isso significa que o espaço criado por uma etnia é definido por uma estrutura “comportamental intrínseca”, na falta de melhor terminologia para descrição do fenômeno.

A configuração espacial dos grupos sociais homogêneos não é, portanto, um conjunto de elementos unidos aleatoriamente uma vez que reflete as relações entre os indivíduos e seus intercâmbios mútuos.

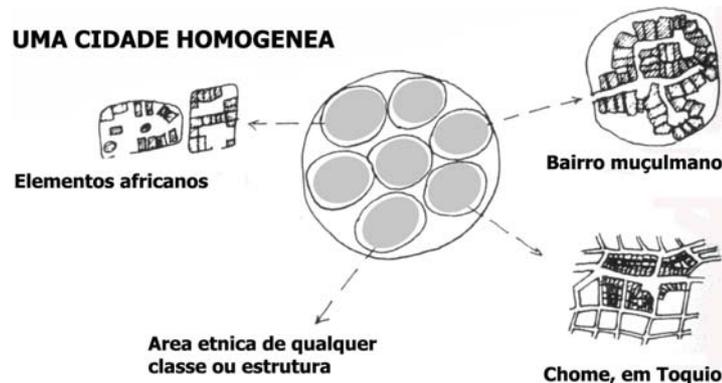


Fig. 02 – A divisão da cidade em áreas homogêneas. Fonte: RAPOPORT (1977, p. 294).

Pode-se falar de um espaço de comportamento como um espaço de ação, intrinsecamente relacionado com o espaço do movimento, utilizado por determinados indivíduos em grupos (fig. 03). Os espaços de comportamento de diferentes grupos de indivíduos, incluindo-se nessa abordagem os grupamentos étnicos, podem ser muito diferentes do espaço urbano global: o aspecto humano da forma urbana étnica está explicito um ambiente perceptivo, no qual os habitantes fornecem significados simbólicos. A esse tipo de espaço, usados por grupos sociais e refletindo a estrutura de sua percepção e seu comportamento, pode chamar-se espaço social.

O espaço social existe concomitantemente ao espaço físico, ainda que se distinga dele, sendo importante a análise da junção dos dois. O espaço social já foi analisado muitas vezes em diferentes tipos de assentamento através do que se poderia denominar de *espaço analítico abstrato*⁹.

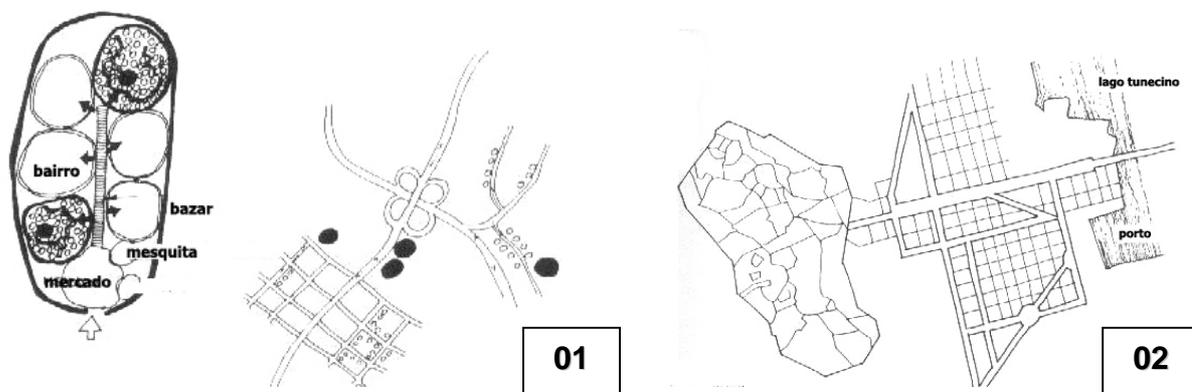


Fig. 03 – Características espaciais a partir de raízes culturais. À esquerda, características espaciais da cidade muçulmana: mobilidade limitada, acessos controlados, áreas acessíveis como o mercado,

⁹ RAPOPORT (1997, p. 25).

a mesquita e as hospedagens. Comparativamente, protótipo de cidade dos Estados Unidos: acessibilidade total e uniforme, acessos gerais, possibilidades máximas de mobilidades (01). A ilustração à direita mostra a cidade de Tunis, a capital da Tunísia, no norte da África: à direita da imagem aparece o ancestral da cidade muçulmana em oposição à cidade imposta pelo dominador europeu (02). Fonte: RAPOPORT (1977, p. 36 e 37, respectivamente).

A existência de áreas habitadas por grupos sociais heterogêneos é um tipo de assentamento relativamente comum nas cidades e o que distingue um núcleo étnico de outro é a natureza das regras por ele codificadas. As diferenças entre os tipos de assentamento geram divisões entre os domínios públicos e privados (fig. 04). Os tipos de assentamentos variam muitíssimo, tanto no tamanho quanto na organização espacial interna recordando, invariavelmente, os povos de origem.

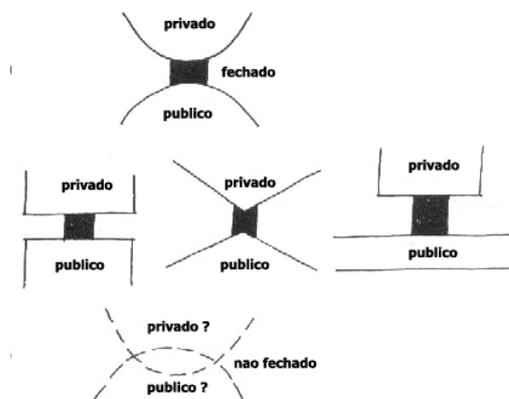


Fig. 04 - As diferenças entre os tipos de assentamento geram divisões entre os domínios públicos e privados. Clara divisão entre o domínio público e privado com uma barreira de “controle” de alguma classe. As mudanças espaciais implicam em redefinições de controle social do espaço. Fonte: RAPOPORT (1977, p. 25).

Agrupar-se é uma defesa contra as influências externas e proporciona a constituição de um território da coletividade, de controle interno que assegura a manutenção e expressão das diferenças étnicas (fig. 05). Os métodos simbólicos são utilizados de modo estruturalmente diferentes, mas todos com fins de controlar a interação social de um grupo e promover a diferenciação de outros grupos sociais.

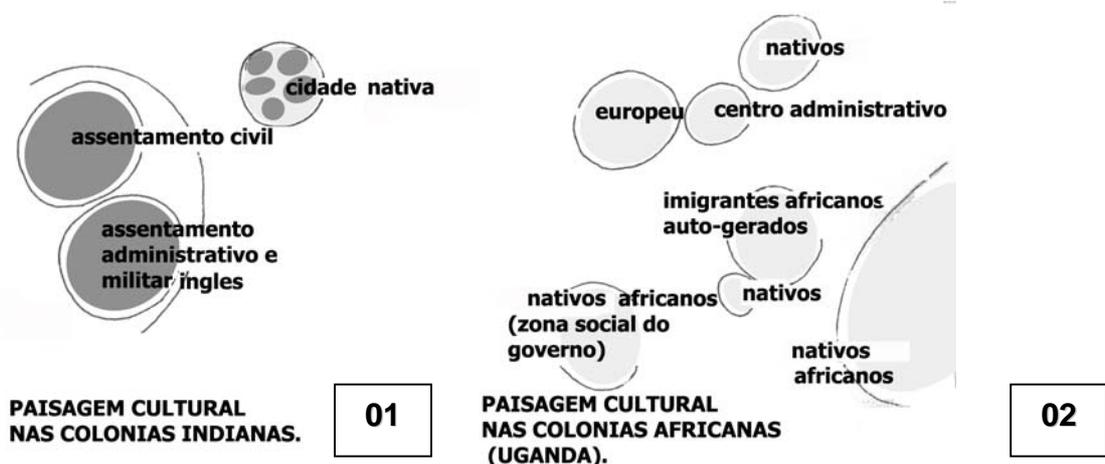


Fig. 05 – Aglomerações de grupos sociais heterogêneos na cidade. À esquerda, a organização estrutural das colônias na Índia (01). À direita: a organização estrutural das colônias africanas (02). Legenda: Fonte: RAPOPORT (1977, p. 304).

Nesse sentido, os territórios negros urbanos priorizam, ainda, as relações sociais coletivas e comunitárias a partir de elos de parentesco (fig. 06).

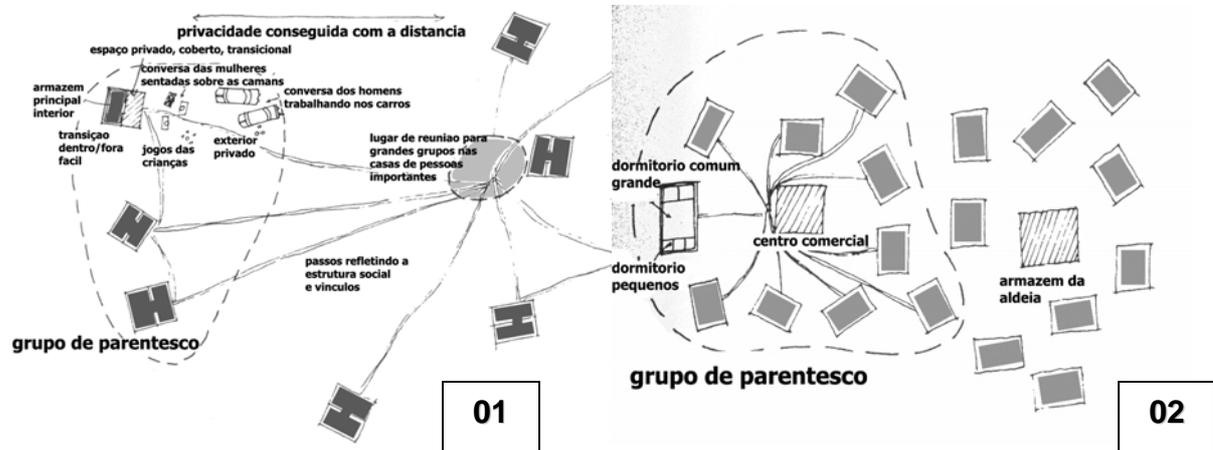


Fig. 06 - As relações entre os grupos de parentesco. À esquerda, as relações entre os grupos de parentesco refletem a estrutura social, onde os vínculos e a privacidade são obtidos através da pouca distância (01). À direita, o grupo de parentesco encontra-se espacialmente agregado em uma estrutura urbana (02). Fonte: RAPOPORT (1997, p. 110 e 111, respectivamente).

Pautamos a discussão segundo nosso foco analisando os grupos sociais na África em uma abordagem inicial. Os assentamentos humanos em Uganda¹⁰ são constituídos basicamente por quatro grupos: africanos, indianos, árabes e europeus. Os africanos encontram-se dispersos em cidades rurais - os *kraals* - os outros três, agrupados: os indianos em centro comerciais, os árabes em estruturas diversas e os europeus em centros administrativos (fig. 07). O resultado urbano é uma organização de paisagens culturais diversas, sendo claro o esforço dos diferentes grupos de imigrantes em reforçar as diferenças em relação aos grupos africanos.

RAPOPORT (1977) ilustra as diferenciações espaciais a partir do exemplo ilustrativo de Uganda categorizando grupos:

- a) Imigrantes africanos: de diferentes tribos, culturas fragmentadas e dispersas organizados, nas cidades, em casas sociais, tendas, vendedores embaixo de árvores e não constituem grupamentos homogêneos.
- b) Indígenas africanos: organização dispersa das casas separadas por grupos e os grupos de casas ao organizadas em aldeias. Ainda que as casas estejam inseridas na cidade, mantém hortas e preservam seus utensílios.

¹⁰ País cuja capital é *Kampala* e faz divisa com a República Democrática do Congo e o Kênia.

c) Indianos: Vivem em famílias, amplas, com negócios comerciais e laços religiosos. As tendas com casas atrás de zonas comerciais, pátios pavimentados, com salas comuns, tendas na frente e intensa vida comercial.

d) Europeus de origem inglesa: recriam sua cultura com adaptações, as tipologias habitacionais são da zona inglesa suburbana com casas amplas e telhados inclinados.

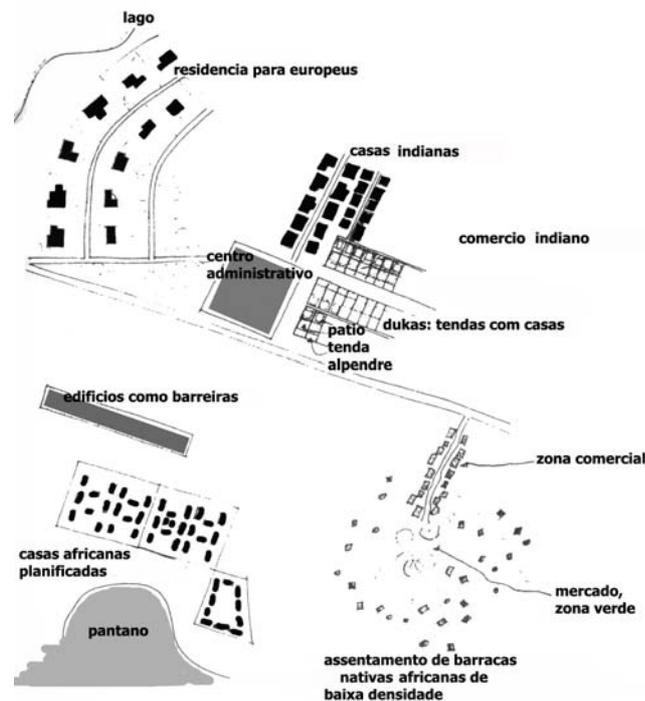


Fig. 07 - A "paisagem cultural" dos assentamentos em Uganda, segundo RAPOPORT (1997, p. 305).

Segundo esta concepção, cada grupo manteria suas características originárias, mesmo ocorrendo convivência com outros enclaves culturais. Esta é uma questão controvertida uma vez que tanto o modelo colonial que varreu o mundo a partir das grandes descobertas do século XV e XVI levou a confrontações de culturas muito divergentes que passaram a conviver num mesmo território. Deste convívio resultaram interações e adaptações mútuas que abalaram as estruturas de todos os grupos em contato. Ainda que estes contatos se tenham estabelecido sob a forma do domínio de um grupo sobre outro, nem mesmo o grupo dominante deixou de sofrer as influências do grupo dominado. Um belo exemplo destas influências recíprocas pode ser observado no confronto da cultura africana com a portuguesa no Brasil colonial.

Durante o século XX se processaram re-estruturações internas na sociedade africana movidos por fundos religiosos. Os confrontos na África estenderam-se ao Brasil e motivaram sucessivos levantes de escravos. uma das alternativas para

debelar as insurreições foi propiciar o retorno de muitos insurgentes para a África, a partir de 1836, após uma ou mais gerações de servidão forçada no Brasil. Ex-escravos brasileiros, denominados afro-brasileiros, foram repatriados para os mais diversos países da costa ocidental da África. A maior concentração deu-se em Lagos, a capital colonial da Nigéria¹¹, onde no final de 1880 contabilizavam 9% da população local. O que se pode verificar é que o grupo de repatriados estava significativamente transformado através da experiência no Brasil: além da cultura adquirida – como o português e o catolicismo praticante – as edificações tornaram-se símbolo desse processo.

Na compreensão do processo inverso, ilustrativo na semelhança entre os assentamentos apesar das mudanças territoriais, nos deteremos brevemente na questão da arquitetura dos grupos afro-brasileiros em Lagos. A reterritorialização deu-se na adaptação dos sobrados brasileiros: como as construções nativas africanas eram cobertas de palha, as casas altas foram imediatamente identificadas como distinção social (fig. 08). Alterações em planta também foram significativas: as casas brasileiras consistiam em unidades contínuas de quartos, a sala da frente passou a ter valor de sala de estar e a cozinha passou a localizar-se nos fundos, características facilmente incorporadas às casas afro-brasileiras.

No final do século XIX, as casas brasileiras eram particularmente identificadas em Lagos e, algumas décadas mais tarde, em função de numerosas transformações sociais, essas identificações tornaram-se populares em toda a terra dos iorubas¹², assimilando a aceitação de novos valores e nova identidade. Para exemplificar, em *Ikare*, província de *Ondo*, em 1948, 43% de todas as casas da cidade eram sobrados oriundos da cultura brasileira. Assim, a arquitetura formalmente exótica dos afro-brasileiros repatriados tornou-se emblema e foram incorporadas à identidade ioruba.

¹¹ OLIVER (1997).

¹² Grupo étnico que ocupa o território da Nigéria e Benin.



Fig. 08 – Casas Brasileiras na Nigéria. À esquerda: Lagos e *Ile-Ife*, à direita. Desenho: Günter Weimer.

Este exemplo mostra com eloqüência a profundidade das transformações culturais sofridas. Como cultura dominante, pouca ênfase se dá para influência africana deixada na cultura portuguesa transplantada para o Brasil. No entanto, o uso das mais diversas técnicas de taipa caracterizadamente africanas sub-saarianas é apenas um exemplo destas influências da mesma forma como um grande número de assentamentos que são o objeto deste trabalho e que perpassam as cidades de nosso país.

A terminologia “quilombo” já era utilizada no continente africano, sendo de origem quimbundo¹³, língua de cultura banto, significando “união”, aldeia/acampamento guerreiro na floresta, composto de vários *kraals*. A analogia tanto terminológica quanto espacial à África também é objeto de estudos de MUNANGA (1994) demonstrando que o quilombo brasileiro é uma adaptação do quilombo africano reconstituído pela implantação de uma outra estrutura sócio-político característica. As construções típicas das moradias de palha da costa pernambucana denominadas mocambos são originárias dos *mukambus*¹⁴ que em banto designam “cumeeiras”, ou seja, casa de duas águas.

Nessa linha, as características de culturas específicas de grupos étnicos isolados, tanto na diáspora como em situação de intenso contato não perdem nem se fundem de uma forma simples, mas se transformam por atenderem a novas funções resultantes dos intercâmbios bilaterais. A existência de africanidade em

¹³ Quimbundo: língua do povo banto não constituindo um grupo isolado, mas a união de um grande número de tribos diferentes. As línguas bantas ocidentais, como o Quimbundo e o Quicongo são as que exerceram maiores influências na formação do Português que se fala no Brasil. Fonte: <http://www.geocities.com/kimbundohp/index.html>, disponível em 25 de maio de 2004.

¹⁴ O qualificativo no Brasil de que mocambo referia-se ao local onde se juntavam negros fugitivos é típico da mentalidade escravocrata. Esta designação, inclusive, é historicamente equivocada posto que, desde o período colonial, as casas de palha de coqueiro na periferia de Recife eram chamadas de mocambos e, portanto, a designação de mocambo para local de refúgio de escravos fugitivos é errônea.

núcleos negros urbanos em território brasileiro baseia-se em aspectos antropológicos e geográficos e entre esses, ainda, incluem-se fatores que se derivam das relações entre homem e cultura, sendo essa entendida como produto de forças físicas, sociais, econômicas, religiosas e políticas.

2.2. Aspectos humanos da forma urbana e a abordagem territorial.

A forma urbana está impregnada de muitos significados. Os espaços ocupados pelos assentamentos humanos são resultantes de processos acumulativos de experiências. Assim, o espaço referido é fundamentado tanto na história como os costumes da sociedade que lhes dão origem e são modificados pelos mais variados agentes sociais que sobre ele atuam. Dentre esses, os processos de organização sociais e espaciais são preponderantes.

O espaço urbano, campo de evento, é um processo cumulativo cultural que, ao longo dos tempos, revela a história e os costumes da sociedade em que nele está inserida onde todos os atores sociais são agentes ativos na produção social do espaço. A forma urbana remete, necessariamente, à abordagem dos processos de organização social da cidade a suas características configurativas. A forma da cidade como área de conhecimento existe em razão da demanda social e sua conceituação só pode ser relacional, pois se refere ao papel social na produção do espaço.

A espacialidade é o verdadeiro *locus* da condição humana e configura-se como meio de inserção do indivíduo no denso tecido social. Relativa a espaço – por definição: espaço que contém todos os seres e coisas e é campo de todos os eventos – a espacialidade é uma interpretação material da vida social dentro de um determinado contexto sócio-espacial. A ótica materialista baseia-se no princípio de que a espacialidade é socialmente produzida dentro da própria sociedade, estabelecida através de um conjunto de relações entre grupos e indivíduos e concretizada através de ações sociais e relacionamentos. A produção da espacialidade está arraigada em origens.

Espacialidade é considerada, primeiramente, como um fenômeno de ordem mental, que é intuitivo e dado relativo dentro de vários caminhos de pensamento. Idéias sobre espaço estão dentro de estruturas categóricas de cognição de tal forma generalizada como natureza humana, cultura, ciência, espírito ou uma consciência coletiva social. (SOJA, 1985, p. 102).

HARVEY (1973, p. 05) aborda a necessidade do homem na conceituação do espaço *sob uma terminologia específica de como as práticas sociais respondem a*

*questão da natureza do espaço e às relações entre o processo social e a forma espacial. A espaço pertence à ordem do estabelecido e à razão que edifica, fazendo parte das coisas visíveis*¹⁵.

Analisar separadamente o “espaço econômico” ou o “espaço analítico” de um fenômeno é incoerente: trata-se de faces de um mesmo fenômeno que corresponde, em última instância, a materialização envolvida em leituras simbólicas que devem ser suficientemente “abertas” para contemplar a possibilidade permanente de criação – e recriação – de novos significados. O espaço nunca é transformado a partir de uma interação perfeitamente determinável e direcionado por uma “função” estanque¹⁶.

Para a compreensão da espacialidade social negra torna-se necessário ter em mente duas dimensões concomitantes: esse “espaço analítico abstrato” e o espaço-território.

2.2.1. A constituição dos espaços-territórios.

O espaço analítico abstrato é materializado no espaço-território: espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração; espaço diferentemente apropriado concreta e simbolicamente através do qual se produzem símbolos, identidades e uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos.

HAESBAERT (2002, p. 10-11) toma o espaço geográfico que participa ou compõe, direta ou indiretamente, as relações cotidianas, com seus muros, fronteiras, imagens, fluxos, suas *rugosidades*¹⁷, como “territórios alternativos”. A noção de território é entendida num sentido mais amplo, podendo tanto ser relativa a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. *O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma*¹⁸.

A interpretação naturalista do território valoriza a ligação “natural” com a terra e envolve o campo dos sentidos, e conseqüentemente da sensibilidade humana,

¹⁵ JACQUES (2003, p. 48).

¹⁶ É a observação sobre a visão não determinística dos espaços negros mencionados anteriormente, não comparáveis ao binário ação-reação.

¹⁷ HAESBAERT (2002, p. 10-11) utiliza a terminologia utilizada Milton Santos: “as *rugosidades* são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporando ao espaço”, e que, por testemunharem este passado, não se transformam concomitantemente aos processos sociais, interferindo assim na sua dinâmica.

¹⁸ GUATTARI (1985, p. 323).

particularmente moldada pela “natureza” ou pela “paisagem” do seu contexto. Essa visão institui a ligação afetiva e emocional do homem com o espaço ocupado: cada grupo social está profundamente enraizado a um lugar ou a uma paisagem com a qual particularmente se identifica.

Território é considerado, aqui, no contexto de espaço vivido e vivenciado por grupos que nele constroem suas experiências, articulando a memória de seus antepassados com a recriação e a reelaboração de suas tradições no contexto da atualidade. Os espaços de significação, dentro desse domínio, são múltiplos e polissêmicos – lugar de nascimento, pertencimento, identidade que se fundem às raízes grupais, socialização, convivência. O processo de territorialização dá-se através da decodificação de códigos e símbolos que particularizam um lugar marcado por uma organização social diferenciada do entorno delimitando, na sociedade, um grupo distinto.

SODRÉ (1988, p. 50), ao definir o conceito de território, recorre a etimologia da palavra patrimônio como sendo *uma metáfora para o legado da memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo*. Define território:

1. lugar pertinente – localização, limites – da ação do sujeito; 2. especificidade de um espaço social, que o distingue do resto da sociedade ou de outros territórios; 3. zona de limites entre o social e o que não se define inteiramente em termos sociais (o não-social): a biologia, a língua, a física das coisas, etc. (SODRÉ, 1988, p. 50).

As variações territoriais são obtidas através de modificações, adaptações e substituições no sistema urbano. A urbanização apresenta-se como fator intrinsecamente ligado a esse processo no que concerne a expansão da malha urbana e as conseqüentes constituições territoriais étnicas: territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A desterritorialização ocorre quando há perda de vínculos com o lugar e com as relações efetivamente nele realizadas, significando estranhamento e rompendo com a formação dos sistemas simbólicos instituídos através de práticas sócio-culturais responsáveis pela construção social do lugar.

Já a reterritorialização, quando ocorre, guarda novos traços e trajetórias, muitas vezes divergentes da territorialidade estabelecida anteriormente não significando apenas uma transferência de lugar: representa uma nova rede de relações e processos que desencadeiam nova codificação.

O território do corpo encontra-se presente nessa abordagem: relaciona-se ao espaço pessoal – o próprio corpo – e o espaço adjacente que acompanha o

indivíduo, sendo capaz de expandir-se ou contrair-se de acordo com a situação e caracteriza-se pela flexibilidade. A noção do corpo-território considera que a percepção do mundo e seus elementos dão-se a partir de si mesmo, sendo o corpo o lugar-zero do campo perceptivo, limite a partir do qual se defini um outro.

Os ocidentais já admitem hoje a territorialidade do corpo (...) Ao olhar africano, isto sempre foi evidente, especialmente entre os bantos do sudoeste africano, para os quais a “conquista do espaço, do território, é antes de tudo uma tomada de posse da pessoa. É a casa que se constitui como macrocosmo do corpo. (SODRÉ, 1988, p.62).

MAFFESOLI (1987, p. 77-78) introduz a dimensão dos “*territórios tribais*”: a espacialização concreta e/ou simbólica de microgrupos que hoje, especialmente nas grandes cidades, tendem a formar comunidades unidas por laços de parentesco e territoriais, rompendo, assim, com o individualismo das massas.

BANDEIRA (1988) extrai o conceito de territorialidade negra como *entidade geográfica historicamente associada por negros e brancos à identidade de grupos negros no Brasil* configurando uma situação específica de alteridade de cujo prisma refratam alguns aspectos encobertos das relações raciais. A família e o parentesco, os usos e usufrutos da terra, o modo de produção e troca, as relações políticas com a sociedade envolvente, as formas de sociabilidade e a memória social coletiva são abordagens contempladas na análise de territórios habitados por maioria de população afrodescendentes.

A territorialidade negra urbana contemporânea traduz, de modo claro, a qualificação simbólica do território através da materialização de conceitos morfológicos e imagens em permanente associação com outros papéis de natureza mais concreta¹⁹.

O espaço-território negro assume um valor simbólico como signos que traduzem uma memória coletiva transcendendo as mais diferentes escalas sócio-espacial, cada uma com suas limitações perceptivas, desde o espaço do cotidiano até a constituição morfológica propriamente ditam.

O simbolismo, no entanto, está *cheio de interstícios e de graus de liberdade*²⁰ que determinam aspectos da vida em sociedade. A escolha dos símbolos não é puramente aleatória, assim como não é possível delimitar as fronteiras do simbólico.

O simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, pois delega a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é (...) na medida em que o imaginário se reduz finalmente à faculdade originária de pôr ou de dar-se, sob a forma de representação, uma coisa e

¹⁹ HAESBAERT (2002, p. 85).

²⁰ CASTORIADIS (1982).

uma relação que não são (que não são dadas na percepção ou nunca o foram), falaremos de um imaginário último ou radical, como raiz comum do imaginário efetivo e do simbólico. (CASTORIADIS, 1982, p.144, 154).

É imprescindível para o trabalho considerar as múltiplas dimensões morfológicas do fenômeno territorial negro urbano, pois só assim pode-se perceber os níveis possíveis de generalizações bem como a relevância de cada território para a compreensão de determinado grupo social. Em cada uma das escalas consideradas, torna-se preciso evidenciar os processos de diferenciação/segmentação que os distintos núcleos produzem na multiplicidade de sentidos e funções que podem ser atribuídos a espacialidade.

A visão sobre os espaços étnicos tece seus laços de identidade na história e na ocupação espacial, apropriando-se de um território concreto/simbólico ou ainda concreto e simbólico, onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais²¹. Conceituar grupamentos étnicos contemporâneos torna-se essencial na identificação da parcela social inserida na terminologia antropológica.

2.3. Os Grupamentos Étnicos Contemporâneos.

As teorias antropológicas sobre identidade étnica inspiradas em BARTH (1976, 1984) enfatizam que quando uma pessoa ou grupo afirma-se como “*grupo étnico*”, o faz como *meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defronta*. O autor problematiza a emergência e a persistência dos grupos étnicos através das unidades identificáveis pela manutenção das fronteiras nós/eles, cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, tornando-se uma categoria distinta de outras categorias de mesma ordem²².

WEBER (1983) descreve os grupamentos étnicos como “*comunidades políticas*”, sendo grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem, fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou os dois, ou, ainda, nas lembranças de colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da de um *projeto de existência*²³.

Grupos étnicos compartilham determinado território e determinada história, montada sobre a continuidade imaginária de vínculos genealógicos. A continuidade de uma etnia depende da capacidade de um determinado grupo manter

²¹ HAESBAERT (2002, p. 93).

²² BARTH (1969, p. 11).

²³ Sobre a abordagem, ver: LEITE (2000, p. 26).

simbolicamente suas fronteiras de diferenciação, de sua capacidade de manter uma codificação permanentemente renovada das diferenças culturais que o distinguem dos grupos vizinhos.

De acordo com SOARES (1981, p. 41), um grupo étnico é, efetivamente um grupo para seus membros e para os que não o são, sendo uma construção social representada e vivida pelos próprios atores sociais, na medida em que compartilha determinado território e determinada história, montada sobre a continuidade imaginária de vínculos genealógicos.

MONTERO (1997) afirma que a continuidade de uma etnia depende da capacidade de um determinado grupo manter simbolicamente suas fronteiras de diferenciação, de sua capacidade de manter uma codificação permanentemente renovada das diferenças culturais que o distinguem dos grupos vizinhos.

(...) se para identificarmos um grupo étnico, recorrêssemos aos traços culturais que ele exhibe – língua, religião, técnicas, etc. – nem sequer poderíamos afirmar que um povo qualquer é o mesmo grupo que seus antepassados. (...) um mesmo grupo étnico exhibirá traços culturais diferentes, conforme a situação ecológica e social em que encontra, adaptando-se às condições naturais e às oportunidades sociais que provêm da interação com outros grupos, sem, no entanto, perder com isso sua identidade própria. (CUNHA, 1986, p. 115).

Em relação ao caráter dinâmico e em constante transformação da cultura dos grupamentos étnicos, manifestações culturais e valores são associados à história e à presença negra no país. Esse processo não impede que os negros circulem em outros contextos culturais, nem de, eventualmente, casar com brancos, nem de absorver hábitos, costumes e valores que são provenientes de outros códigos culturais de matriz eurocêntrica, da cultura nativa ou, ainda, da identidade regional.

O conceito de grupamento étnico contemporâneo é atribuído, no trabalho, às áreas remanescentes de quilombos no que concerne à organização sócio-espacial e nos deteremos especificamente a esse grupo posteriormente. No Brasil, no período escravocrata, quilombo designou concentrações habitacionais de escravos fugitivos, perdurando, no imaginário coletivo social, uma visão distorcida, pautada em estereótipos: o conceito não se liga a resquícios arqueológicos de ocupação espacial não significando unidade fechada, igualitária ou coesa.

Atualmente, por extensão terminológica e consenso no meio acadêmico²⁴, áreas remanescentes de quilombos são inspirações políticas para movimentos

²⁴ A terminologia empregada no decorrer do trabalho obtém respaldo teórico no Projeto Quilombos na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que trabalha na elaboração do conceito de

sociais contemporâneos. Torna-se necessário tecer comentários sobre a demanda social inserida na designação étnica racial que compõem os grupamentos negros.

No presente trabalho se assume que a atribuição de uma cor a um indivíduo é feita de forma relacional, não constituindo uma característica nem natural, nem inerente ao mesmo, mas de auto-reconhecimento. Contudo, a percepção de determinados traços física só se constitui como uma cor e se revestem de significado no interior de um contexto histórico-cultural específico.

2.4. Epílogo do Capítulo 2.

Apresentamos, no Capítulo 2, a fundamentação teórica utilizada para caracterizar a morfologia social negra segundo as similitudes entre os assentamentos humanos de acordo com a herança história comum. Na abordagem que estabelece analogias entre os assentamentos humanos é essencial considerar, além dos fatores sócio-econômicos, os aspectos antropológicos e geográficos dos nucleamentos.

Demonstramos que os aspectos humanos da forma urbana estão impregnados de “estruturas comportamentais intrínsecas” que recordam os povos de origem quando tratamos de grupos étnicos. A ocorrência de grupos sociais homogêneos é relativamente comum nas cidades e assegura manutenção e coesão da coletividade do grupamento em uma rede de símbolos codificados.

A espacialidade urbana está arraigada em origens que são materializadas nos espaços-territórios. Os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização tornam-se fundamentais na formação de sistemas simbólicos sócio-espaciais de grupos étnicos contemporâneos.

As áreas remanescentes de quilombos são consideradas grupos étnicos contemporâneos a partir de teorias antropológicas baseadas em identidade étnica. Como critério para tipificação étnica assume-se a auto-declaração e a palavra negra, nesse trabalho, contempla os afrodescendentes e afro-brasileiros.

Na seqüência, apresentam-se os assentamentos humanos na África a partir da abordagem histórica do fenômeno da territorialidade negra buscando a herança histórica comum segundo a procedência étnica dos escravos para o Brasil. Verificam-se as conurbações urbanas nas estruturas tribais unifamiliares, aldeias e cidades que constituem as formações morfológicas africanas.

3. Os assentamentos humanos na África.

Apresentamos panorama geográfico e econômico do continente africano procedendo à distinção inicial dos dois grandes grupos da cultura africana. Enfoque a estrutura social do continente e o papel de Portugal na viabilização do tráfico de escravos para o Brasil.

Segundo a procedência étnica dos escravos, tecemos sucessivas comparações entre os diferentes tipos de conurbações urbanas, em três instâncias morfológicas distintas, com o objetivo de caracterizar os assentamentos humanos na África.

3.1. África: geografia, economia, clima.

Em relação à geografia, o continente africano ultrapassa os 30.000.000 km² de superfície e apresenta a maior porcentagem desértica do globo, sendo o Saara responsável por um terço dessa área. Em contraste, a África tem uma floresta tropical úmida comparável à Amazônia, guardadas as devidas proporções de magnitude, e, acompanhando as margens do Rio Nilo, tem-se uma das regiões mais férteis do mundo (fig. 09).

Na porção úmida equatorial encontram-se as florestas tropicais que perdem densidade e se transformam em savanas à medida que se distanciam para as porções mais secas, ao norte e ao sul. A população africana busca sua adaptação entre os climas quente e úmido e o quente e seco.

O litoral apresenta-se com formas regulares e presença de poucas ilhas: Madagascar, Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Canárias, Comores, Maurício, Seicheles e Ilha de Moçambique. As ilhas em sua maioria, quando

descobertas, não eram habitadas, assim, a influência dos colonizadores, inclusive na arquitetura, foi efetuada desde cedo.



Fig. 09 – Divisão política-administrativa da África. Fonte: www.maps.com, disponível em maio de 2004.

A diversidade cultural e de qualidade de vida entre as 53 nações independentes da África atinge extremos: fala-se, por exemplo, entre oitocentos a mil línguas no continente, excetuando os dialetos²⁵. Economicamente, é um dos continentes menos desenvolvidos do mundo, excetuando algumas regiões que cresceram à custa da exploração mineral: África do Sul, Líbia, Nigéria e Argélia, e em escala menor, de industrialização: a África do Sul. Gericamente, a agricultura é a principal atividade, sendo que cerca de 60% das terras cultiváveis têm baixa produtividade.

O Saara corta, também, a África em duas grandes áreas de culturas diferentes: África negra e África branca. O continente pode ser dividido, ainda, a partir das separações religiosas em três áreas genéricas: regiões predominantemente islâmicas, regiões majoritariamente islâmicas e cultura banto (fig. 10).

²⁵ STÖRIG (2003, p. 218).



Fig. 10 – Divisão religiosa genérica na África. Fonte: www.maps.com, disponível em maio de 2004.

3.2. África banto e África sudanesa.

A diversidade étnica, potencializada por inúmeras variantes regionais, é impressionante na África. Citamos alguns grupos étnicos africanos: *pigmeus*, *koi-koi* (*hotentotes*), *san* (*bosquímonos*), *bantos*, *sudaneses*, *nilotas*, *amitas*, *nilota-amitas*, entre inúmeros outros²⁵. Nos deteremos, nesse estudo, nas etnias da qual procederam os negros chegados no Brasil: os bantos e os sudaneses.

3.2.1. África banto.

Grande grupo de família das línguas africanas designada por "*banto*", composto de cerca de 2.000 línguas e dialetos²⁶. Os estudos mostram que a palavra *muNTU* existia em quase todos os grupos, tendo a terminologia sempre o mesmo emprego: gente, indivíduo, pessoa. *BaNTU* é o plural de *muNTU*, porque nas línguas bantas os nomes são sempre antecidos de prefixos que distinguem o indivíduo, o grupo étnico a que pertence, terra que ocupa e a língua que fala.

Todas as línguas do grupo banto possuem o mesmo parentesco que, analogicamente nota-se, por exemplo, entre as línguas neolatinas. As línguas bantos possuem em comum o elo do parentesco da linguagem que sugere, pela grande semelhança, um tronco comum de origem, mas que apresentam, entretanto,

²⁵ LOPES (1988).

²⁶ Curiosidades a cerca das línguas bantos podem ser acessadas em: <http://www.geocities.com/kimbundohp/index.html>, disponível em maio de 2004.

diversidades sociais, culturais e políticas, além das mudanças ocorridas ao longo do tempo. As línguas bantas ocidentais, como o *quimbundo* e o *quicongo* são as que exerceram maior influência na formação do português que se fala no Brasil.

A grande maioria dos africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos veio do vasto território abaixo da grande floresta tropical que é o habitat dos povos bantos²⁷. A denominação banto abrange todos os grupos étnicos negro-africanos do centro, do sul e do leste do continente que apresentam características físicas comuns e um modo de vida determinado por semelhanças.

3.2.2. África sudanesa.

Os sudaneses, predominantes na África Ocidental, correspondem atualmente a países que abrangem desde a Mauritânia até Camarões (inclusive), entre eles: as várias Guiné, Costa do Marfim, Burkina Fasso (antigo Alto Volta), Gana, Togo, Benin, Nigéria, Mali, Gâmbia, etc. Os sudaneses dividem-se em dois grupos:

1. Islamizados: *haúças, mandingas e fulas* e outros;
2. Não-islamizados: *iorubas, nagôs, jejes e fanti-achantis*, entre outros.

Entre os sudaneses originários da costa da Guiné, a presença comum da língua pertencente ao grupo lingüístico ioruba²⁸ talvez explique a existência dos elementos dessa cultura nos cultos afro-brasileiros e influências negras na linguagem brasileira. As tradições culturais dos iorubas da Nigéria são predominantes nas heranças africanas da cultura brasileira²⁹.

Partimos para alguns aspectos da estrutura social do continente africano, como a presença institucionalizada e comum do regime escravocrata, bem diferente, no entanto, do sistema empregado por Portugal na expansão do regime.

3.3. O regime escravocrata na sociedade africana.

O regime escravocrata foi comum na estrutura social africana: o escravo era sujeito de direito, não podendo ser vendido nem maltratado, apresentando, inclusive, mobilidade social.

²⁷ LOPES (1988) faz uma longa abordagem sobre a distinção entre bantos e sudaneses, incluindo as subdivisões entre as línguas bantas, grupos e subgrupos.

²⁸ Iorubas: língua utilizada em larga escala no período escravocrata no Brasil, na Bahia e no Rio de Janeiro. Os iorubas são os nagôs da Nigéria e do Benin, de cultura sudanesa não islamizados.

²⁹ RODRIGUES (1982) percebeu pela primeira vez a predominância sudanesa na Bahia, já afirmada por RAMOS (1954). Segundo o autor, tem-se como pontos iniciais de entrada das várias nações bantas, os mercados de escravos de Pernambuco (extensivos a Alagoas), Rio de Janeiro (servindo a Minas Gerais e São Paulo) e Maranhão.

Na sociedade mandinga, por exemplo, existiam escravos que tinham direito a alimento, roupas, casamento e participação em terras de seus senhores e, no Reino de Congo, o escravo era considerado filho da família, ao lado dos “filhos de ventre”, podendo substituir o “pai” na ausência dele e podendo, inclusive, ter os seus escravos também³⁰. O sistema escravocrata também era comum entre o povo cabinda³¹.

Genericamente, no sistema escravocrata africano, os escravos provêm de seis origens, e segundo essa, davam-se condições para libertação (tab. 01)³²:

	Origem do escravo	Condição para libertação
1	Escravos como prisioneiros de batalhas, sendo esses a maioria;	-
2	O recém-nascido, filho de escravo, perpetuado valor acrescido;	Sendo do sexo masculino não corre o risco de ser enviado a outra tribo podendo ser resgatado pela família. O mesmo não ocorre com a escrava do sexo feminino: não há possibilidade de resgate.
3	Aquisição de nativos de terras longínquas, transformados em escravos, a maioria crianças criadas segundo os usos e costumes do povo que as compraram fazendo-as perder, assim, o conhecimento de sua origem;	-
4	Devedor condenado em julgamento paga sua dívida em escravos ou até mesmo pessoas de sua família que são escravizadas temporariamente e posteriormente resgatadas;	Completa quitação da dívida liberta o escravo;
5	Nativo furtando outro e condenado torna-se escravo do dono do objeto roubado;	A libertação dá-se quando finda o prazo fixo de sua condenação se, durante esse período, não der motivo a castigo de nenhuma espécie;
6	Escravidão voluntária.	Indenização ao dono pelo escravo.

Tab. 01 – A escravidão na África: origem do escravo e condições para libertação.

Embora o regime escravocrata apresentou-se comum na estrutura social africana, foi Portugal, na maioria das vezes, o responsável pela expansão do tráfico negro, em condições adversas daquelas conhecidas pelo povo na África.

3.4. O papel de Portugal na expansão do tráfico negro.

Registra-se que, em 1442 o português Antão Gonçalves seqüestrava, na costa da Mauritânia atual, um casal de africanos para comprovar que tinha estado no “país dos negros”. Posteriormente, africanos de classe social mais elevada

³⁰ LOPES (1988, p. 35).

³¹ A província de Cabinda, com população do mesmo nome, localiza-se ao norte, no território separado do resto do país pela foz do rio Congo, integrante do território do Zaire.

³² Nos baseamos nos estudos de LOPES (1988) e FRANQUE (1940) para a composição do quadro.

começaram a fornecer escravos em troca de ajuda militar, ou seja, os europeus ajudavam nas guerras e recebiam como pagamento os escravos capturados.

A escravidão africana foi organizada e explorada primeiramente pelos berberes³³, e só mais tarde pelos portugueses, sendo esses os responsáveis pela importância dada à escravidão. Assim, os portugueses, seguidos pelos ingleses, holandeses e franceses introduziram a escravidão como mercadoria de valor econômico.

A técnica mais comumente utilizada pelos portugueses para se abastecerem de escravos era fomentar a guerra entre grupos étnicos ou grupos tribais vizinhos. Todas as guerras africanas do século XVIII ao XIX tiveram como consequência à transformação de enormes contingentes de prisioneiros em escravos.

Em solo brasileiro a cultura da cana sacarina viabilizou a importação de mão-de-obra negra. A cultura da cana apresentou-se como uma atividade econômica que exigiu abundante mão-de-obra e muitos índios recusavam-se a fazer esse trabalho, escondendo-se nas matas densas. Recorreu-se a mão-de-obra negra e, assim, navios carregados de escravos, vindos da costa africana ou de entrepostos que se constituíram nas ilhas traziam levadas de negros para o país. A importação de animais de carga mais pesantes como o gado, por exemplo, também foi constante nesse período e tinham a mesma origem dos escravos negros.

Procedemos à investigação da origem étnica dos negros chegados ao Brasil no intuito de delimitar a pesquisa dos assentamentos humanos na África.

3.5. Procedência dos negros para o Brasil.

Em relação à procedência de escravos para o Brasil, os dados são vulneráveis sobre a origem étnica. Alguns estudos enfatizam as fases com que se deu a escravidão no Brasil, outros consideram a quantidade de escravos desembarcados em território nacional e atentamos, ainda, para a imprecisão de dados de 1550.

Pode-se considerar, no entanto, que o tráfego teria sido feito seguindo os paralelos geográficos, visto que a confiabilidade da teoria refere-se ao caminho mais curto entre os dois continentes. Essa, no entanto, não pode ter sido uma regra rígida, posto que é freqüente a existência de tipologias bantós no norte do Brasil da

³³ Faz-se, aqui, uma distinção entre os berberes e os mouros: mouro é o habitante da Mauritânia, berbere é o habitante do Marrocos, anteriormente território integrante da Mauritânia.

mesma forma que tipologias sudanesas podem ser encontradas no sul³⁴. Genericamente, os negros do norte e do nordeste seriam, majoritariamente, provenientes da costa atlântica da África Central e do sul, da África Meridional.

A localização dos portos de embarque preferencialmente situava-se em ilhas marítimas como forma de promover a heterogeneidade étnica negra e coibir a revolta dos negros, evitando que os escravos falassem entre si algum idioma africano e impedindo, também, a manutenção de laços de parentesco entre famílias negras. A tática de miscigenação étnica foi largamente utilizada na vigência do tráfico de escravos.

Os negros chegados no Brasil eram oriundos de formações banto e sudanesa. Como grandes centros exportadores de mão-de-obra negra, têm-se, em ordem crescente os centros mais importantes de imigração para o Brasil:

1. Moçambique;
2. Costa da Guiné;
3. Angola.

Essencialmente: costa leste de Angola, território dos povos bantos *cabindas*, *quicongos*, *quimbundos*, *guanguelas* e suas subdivisões; costa norte e oeste do Golfo da Guiné de cultura sudanesa e fronteira da África do Sul, Moçambique e nordeste de Moçambique, de cultura banto (fig. 11).



Fig. 11 – Esquema sintético da rota de tráfico de escravos africanos. Fonte: www.maps.com, disponível em maio de 2004.

³⁴ WEIMER (2004, p. 43).

Atentamos para as grandes dificuldades que permeiam o estudo da estrutura urbana em aldeamentos na África: a antiguidade dessas populações, a impressionante diversidade étnica potencializada pelas variantes culturais e, ainda, a estrutura tribal com muitas características regionais. A geógrafa portuguesa Raquel Soeiro de Brito pode ser citada como destaque em estudos africanos e é da sua obra *“No Trilho dos Descobrimentos - Estudos geográficos”* que provém maioria das informações sobre as estruturas tribais na África. WEIMER (2004, p. 44) atenta, também, para a escassez de dados acerca dos aldeamentos africanos e a urbanização incipiente de muitas culturas na África.

Centramos a análise dos assentamentos étnicos negros nos países procedentes dos embarques para o Brasil. Em função de variantes regionais que acarretam algumas diferenciações estruturais, efetuamos um panorama geral dos assentamentos humanos nos países africanos de acordo com a ordem cronológica das fases do regime escravista no Brasil nos países de onde procederam os escravos africanos:

1. África Central e África Austral:
 - 1.1. Ilha de São Tomé e Príncipe;
 - 1.2. Angola.
2. Golfo da Guiné:
 - 2.1. Guiné-Bissau;
 - 2.2. Arquipélago de Cabo Verde.
3. Moçambique e Ilha de Moçambique.

3.5.1. Os assentamentos Humanos na África Central e África Austral: Ilha de São Tomé e Príncipe e Angola.

3.5.1.1. A Ilha de São Tomé e Príncipe.

A ilha de São Tomé, “descoberta” em 1471 ou 1472, anterior ao “descobrimento” da Ilha do Príncipe. São Tomé, a mais oceânica das ilhas do Golfo da Guiné, foi uma das razões preferenciais para o estabelecimento dos portugueses tornando-se, rapidamente, encruzilhada de transportes culturais provenientes de Portugal e da costa africana, primeiro na Índia e depois no Brasil³⁵. As ilhas nesse período não eram habitadas, assim, a influência dos colonizadores, inclusive na arquitetura, foi efetuada desde cedo.

³⁵ BRITO (1997, p. 35).

As populações negras foram introduzidas pelos portugueses que as trouxeram de diversos países e submeteram a um regime sócio-econômico semelhante ao Brasil colônia.

As informações sobre os assentamentos nas Ilhas de São Tomé e Príncipe são inexistentes, dispondo de material somente a cerca da arquitetura das ilhas.

As “casas grandes” de quase todos os assentamentos são do velho “estilo colonial”, geralmente de dois andares, com grandes varandas e cobertura de madeira ao redor de toda a casa. Interiormente dispõem de grandes salas e amplos quartos, em muito maior número do que necessários aos habitantes, mas outrora utilizados por ocasião de festas e recepções, relativamente freqüentes, hoje praticamente em desuso. A arquitetura das ilhas lembra as “casas grandes” do Brasil colonial, as “casas ricas” dos Açores e algumas das áreas mais profundamente cristianizadas da Índia. Os trabalhadores são alojados em longas construções constituídas por quartos contíguos, por vezes de um e outro lado de um longo corredor; na maior parte dos casos há uma cozinha comum e, como no Brasil, essas construções são chamadas senzalas.

As casas dos nativos nada têm de semelhante com as casas rurais: pequenas, retangulares, com cobertura praticamente só de duas águas e construídas inteiramente com elementos vegetais, assentes sobre pilares de madeira, sendo reflexo natural das condições ecológicas das ilhas (fig.12).

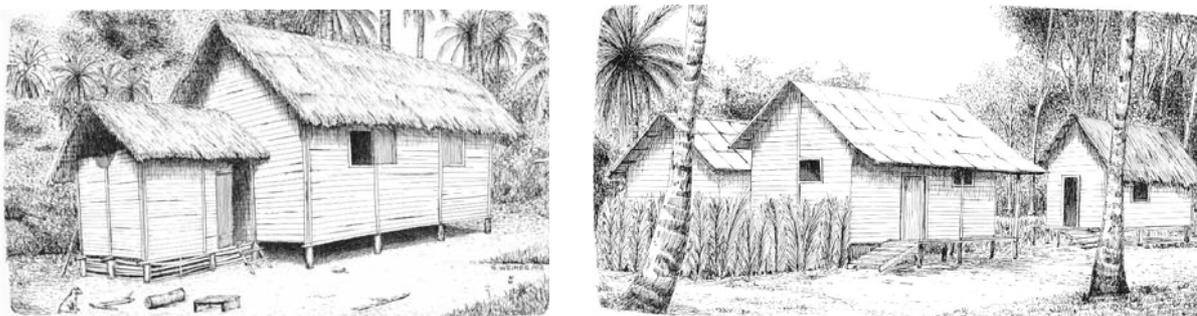


Fig. 12 – Casas nativas nas Ilhas São Tomé e Príncipe. Desenhos: Günter Weimer.

Assim que o esqueleto está armado, forram a casa com madeira aparelhada, deixando os intervalos que virão a formar as portas e janelas. A estrutura do telhado é coberta com zinco, folhas de palmeiras-do-azeite, ou, mais raramente, com folhas de coqueiro. Chão de assoalho, levantado a certa distância do solo, os tabiques interiores, para formarem as indispensáveis divisões, e a escada de acesso exterior constituem a casa tradicional das ilhas (fig. 13). Quase sempre a madeira exterior é protegida com cal.



Fig. 13 – Estrutura das casas na Ilha de São Tomé e Príncipe: elevação do solo, estrutura de madeira e escadas de acesso o interior. Fonte: BRITO (1997, p. 100).

Como tantas vezes acontece em construções de elementos vegetais, a cozinha é construída à parte, procurando evitar-se assim que, em caso de incêndio, o fogo propague-se às demais dependências, preservando, também, a casa de fumos e cheiros. Os elementos de construção da cozinha são idênticos aos elementos da habitação, apenas com menos cuidados no seu aspecto exterior.

3.5.1.2. A Angola.

Ex-colônia portuguesa de economia baseada na exploração de diamante e de petróleo, a Angola é terra de origem da maioria dos escravos trazidos para o Brasil. As principais cidades são: Luanda, Huambo, Benguela, Lobito, Lubango. Os grupos étnicos autóctones são: 99% (*ovimbundos, umbundus, congos, luimbés, imbés nianecas*, outros em ordem decrescente); europeus ibéricos 1%. A população urbana, rarefeita, é de 32% no país. A savana cobre cerca de 60% do território angolano.

Em relação à colonização da Angola, os portugueses depararam-se com dificuldades em virtude da concorrência de outros povos europeus – franceses, ingleses e holandeses – que, passaram a freqüentar assiduamente a costa angolana com melhor mercadoria de troca para aquisição de escravos do que os portugueses. Com a paulatina abolição do tráfico – entre 1836 e 1870 – nasceu novo impulso para a colonização, dado que a base da economia angolana tinha de ser totalmente revista.

A colonização portuguesa fundou cidades que serviam de base para o comércio de escravos, como Luanda (1576) e Benguela (1617). A população apresenta uma grande variedade de culturas diferenciadas. Ao norte, no território separado do resto do país pela foz do rio Congo, integrante do território do Zaire,

está a província de *Cabinda* com população do mesmo nome. Junto à fronteira meridional do Zaire, habitam os *bacongos* (13%); mais ao sul, os *quimbundo* (23%); no centro onde estão as terras mais férteis habitam os *ovimbundo* (38%); junto à fronteira nordeste, os *lunda* e na sudeste, junto à fronteira com a Zâmbia, os *quioco*; o sudoeste é habitado pelos *ganguela* que, com os dois grupos anteriores, constituem 26% dessa população.

Cada uma destas etnias está dividida num número variável de culturas e estas, em tribos. Em função da disponibilidade de dados, nos determos à arquitetura dos assentamentos dos povos *benguelas* (*muchimba*, *mucubal*, *muílas*, *muchilengues*) e *bacongos* (*cabindas*).

Os *muchimbas* constroem suas casas em formas elípticas, de pau-a-pique e, em geral, rejuntado por esterco, com uma cobertura cônica de palha. As portas não têm fechamento e o piso de chão batido é coberto por couros ou peles (fig 14).



Fig. 14 – Casa angolana. À esquerda, casa em construção e conjunto de unidades familiares compondo um *kraal*, à direita. Desenhos: Günter Weimer.

Os *mucubais*, curiosamente, mantêm as portas das unidades habitacionais raramente fechadas e os *muílas*, com casas rudimentares construídas com a justaposição de troncos de árvores e teto cônico coberto de capim, apresentam casas com portas (fig. 15).



Fig. 15 – Casa angolana – povo *muíla*. Casas no *kraal muíla*, sul de Angola. Desenho: Günter Weimer.

Já os *muchilengues* nunca retocam suas casas e, quando ficam velhas, são completamente reconstruídas. A tarefa da reconstrução é dividida: homens efetuam

a colheita da madeira para a estrutura de pau-a-pique sem revestimento e as mulheres são responsáveis pela cobertura de capim. Cozinha-se ao ar livre e os mantimentos são armazenados em casa.

Na Angola, há predominância de estruturas tribais do tipo *kraal* em virtude da escassa urbanização do país. Luanda, a capital do país, torna-se importante exemplo na análise da macro-escala e na diferenciação da cidade branca e a cidade negra africana.

3.5.2. Os assentamentos Humanos no Golfo da Guiné: Guiné-Bissau e Arquipélago de Cabo Verde.

3.5.2.1. Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau tem uma superfície de 36.125 km², sendo Bissau a capital e cidade mais importante do país. As principais cidades da Guiné-Bissau são *Bafatá*, *Gabú*, *Mansôa*, *Cacheu*, *Bolama*. O território continental é dominado pelos rios *Geba* e o *Cacheu* com seus inúmeros braços. A Guiné-Bissau é um país plano com extensas planícies áridas e selvas e matos na metade ocidental. A grande produção agrícola dedica-se à exportação do caju.

O primeiro grupo de colonizadores data de 1485, figurando além de portugueses do Continente, madeirenses, judeus – tanto de Portugal quanto da Europa e estrangeiros. Para o cultivo da cana de açúcar e trabalhos nos engenhos utilizou-se o negro do Gabão e da Guiné em regime servil, sob a orientação de técnicos madeirenses e genoveses, o que permitiu a criação de uma sociedade mestiça, facilitada pelo estímulo que os próprios reis de Portugal davam aos cruzamentos entre europeus e africanos. Cada plantação de cana tinha em média 150 escravos, calcula-se que o número de habitantes ultrapasse a cifra dos 10.000 habitantes não levando em consideração que a ilha servia como entreposto de escravos, em torno de 5.000 a 6.000 negros.

Com uma população de 1,2 milhões de habitantes, sobretudo *balantas* (27%), *fulas* (23%), *mandingas* (12%), *manjacas* (11%), *papeles* (10%), *brames* ou *mancanhas*, *beafadas* e *bijagós*.



Fig. 16 – Guiné-Bissau: aspectos da habitação e assentamento. Esquema de uma habitação nalu tradicional – organização circular. Fonte: BRITO (1997, p. 116). À direita: *Kraal beafada* - com grandes espaços comunitários cobertos. Desenho: Günter Weimer.

Provavelmente teriam vindo para o Brasil principalmente africanos das seguintes procedências e etnias: atual Senegal, *ulofes*, *sereres*, *mandingas*, *tucolores*, *peules* e *guiné-conacri*, *peules*, *mandingas* e *quissis*; da atual Guiné-Bissau: *balantas*, *peules*, *manjacas*, *mandingas* e *papeles*; da atual Serra Leoa, *mendes*, *tenês* e *vais*.



Fig. 17 – Guiné-Bissau: casa *felupe* e *mandinga*. À esquerda, casa *felupe*. Desenho: Günter Weimer. À direita, cabana *mandinga* no planalto do Gabu. Fonte: BRITO (1997, p. 110).

Os povos litorâneos são distintos do povo do interior. Os povos do litoral são repartidos por um grande número de povos, animistas³⁶ ou recentemente “virados *mandinga*”, ou seja, converteram-se a pouco para a religião muçulmana. No interior habitam *fulas* e *mandingas*, ambos islamizados. Os *fulas* testemunham um passado recente de nomadismo, pela facilidade com que mudam os assentamentos. Os *mandingas* habitam regiões um pouco mais a oeste e têm uma vida mais sedentária.

Os assentamentos na Guiné-Bissau são pequenos, compostos de casas de fácil construção e com número reduzido de cômodos, sendo o piso das casas invariavelmente de chão batido. Encontramos assentamentos nômades e

³⁶ Na época do tráfico negreiro, os *mandingas* ainda eram animistas e, em razão disso, a palavra, no Brasil, é sinônimo de “despacho”.

sedentários, a maioria unifamiliares, assentados em territórios com paisagem marcada por enormes árvores de sombra e fruto.

Na Guiné-Bissau, há predominância de estruturas tribais do tipo *kraal*, sendo esse o tipo de assentamento tradicional, cercado e protegido por cercas e bambus.

3.5.3. O Arquipélago de Cabo Verde.

O descobrimento das primeiras ilhas do arquipélago data de 1460. O arquipélago de Cabo Verde, pelas condições do clima e grande distância que o separava dos outros centros não teve o mesmo progresso que a Ilha da Madeira e Ilha dos Açores.

Em 1466 foi assinada uma carta de privilégio concedendo aos seus moradores grandes liberdades com o objetivo de atrair colonos. Esse documento significou o primeiro código judicial e administrativo para os moradores de Cabo Verde e introduziu um novo elemento de povoamento: o negro da África e a mestiçagem em larga escala, que na ocupação de outros territórios, em São Tomé e Príncipe, em Angola, no Brasil, teria maior desenvolvimento.

O surto de povoamento, segundo BRITO (1997, p. 34), parece estar ligado à importância que as ilhas – e principalmente Santiago – viriam a ter posteriormente nas rotas marítimas do Atlântico. Destaque para o pequeno número de povoadores brancos e a quantidade de negros escravos, sendo que a maior parte deles seguia para outras Ilhas do Atlântico e para o nordeste do Brasil.

O arquipélago desempenhou papel importante na colonização de outras regiões: dela saíram animais e plantas para o Brasil. A Ribeira Grande foi porto de escala vantajoso para a navegação da costa africana para o Brasil e Índia.

O povoamento de Santiago não pode comparar-se à povoação da Ilha da Madeira que recebeu uma elite europeia interessada no seu desenvolvimento. Entre os privilégios concedidos para atrair os colonos avultava o resgate de escravos da costa da Guiné, cujo tráfico constituía instrumento exclusivo da Coroa. A utilização destes elementos de colonização traria uma nova e fecunda experiência no campo do povoamento das terras novas, tanto na África como no Brasil: o mestiço, resultado da fusão das duas raças. (AMARAL, 1964, p. 172-173).

No que concerne à arquitetura tem-se a utilização de materiais locais como a pedra constituindo uma edificação rudimentar (fig. 18). Casas de pequenas dimensões, retangulares, de pedra solta, muitas vezes caiadas com cobertura de duas águas, de “palha da ladeira” (vegetais secos trazidos dos pontos altos, a dorso de burros ou em grandes carregos às costas dos homens ou à cabeça das

mulheres). Todos os anos, antes das chuvas, a cobertura é reforçada com nova camada de palha, até se tornar pesada; então é totalmente refeita, sendo um trabalho em que todos os vizinhos colaboram³⁷.



Fig. 18 – Assentamentos no Arquipélago de Cabo Verde. Cozinha no *kraal* em Santiago do Cabo Verde, à esquerda. Casas nativas nas montanhas de Cabo Verde (à direita). Desenhos: Günter Weimer.

No arquipélago de Cabo Verde encontramos exemplos representativos e significantes da tipologia *kraal* – parece-me que os condicionantes de distância e baixo grau de influência do colonizador propiciaram as condições para o desenvolvimento da estrutura morfológica celular (fig. 19). Têm-se, ainda, estruturas morfológicas em aldeias que constituem os quilombos.



Fig. 19 – Assentamento típico no Arquipélago de Cabo Verde: os *Kraals*. *Kraals* em Santiago do Cabo Verde: atributos de isolamento geográfico propiciam a formação da estrutura celular unifamiliar. Desenhos: Günter Weimer.

3.5.4. Os assentamentos Humanos em Moçambique e Ilha de Moçambique.

Ex-colônia portuguesa, o país situa-se no sudeste da África e apresenta rarefeita população urbana de 36%. Moçambique foi “descoberto” por Vasco da Gama em 1498. Os portugueses tomam posse da costa em 1505 e a ocupam por mais de quatro séculos, adotando uma política que sacrificava os territórios africanos

³⁷ BRITO (1997, p. 84).

em favor do Brasil e Índia: por essa razão, durante muito tempo Moçambique serviu como base naval e centro de comércio.

A população moçambicana, além dos colonizadores europeus, ainda recebeu forte contingente asiático, com crescente islamização no sentido de norte para o sul: 95% da população nativa é de cultura banto e os restantes 5% estão estabelecidos no extremo norte do país. A língua oficial do país é o português, ao lado do qual são faladas mais 14 línguas relativas aos grupos étnicos que formam a nação, respectivamente, de sul para norte, *zulu, suazi, ronga, tonga, chope, gui-tonga, nianja, zeruro, caranga, sena, macua, ajauá, maconde e suaile*.

Os assentamentos tradicionais de Moçambique situam-se nos planaltos, com atenção especial às estruturas do grupo *ajáuas*, sempre constituídos por grupos familiares em casas com quintais individuais, muitas vezes cercados por muros de queretim – entrelaçado de bambu – estendidos facilmente ao longo de 3 ou 4km.



Fig. 20 – O assentamento tradicional de Moçambique. Pilões na preparação de um jantar festivo (à esquerda) e a cozinha comunitária dos *ajáua*, em 1963. Fonte: BRITO (1997, p. 185).

Nas unidades familiares, a cozinha é construída à parte e é de uso comunitário (fig. 20), havendo plantas de vários tipos – desde retângulos simples de 4x6m ou 5x3m, envoltos por uma varanda protegida pelo prolongamento da cobertura de quatro águas³⁸.

Na arquitetura moçambicana, influência europeia portuguesa nas casas retangulares e os sobrados com varandas e pilares são adaptados à cultura africana (fig. 21).

³⁸ BRITO (1997, p. 185).



Fig. 21 – Casas moçambicanas. À esquerda, a influencia européia e à direita, a adaptação cultural. Desenhos: Günter Weimer.

Em Moçambique encontramos o exemplo da dimensão morfológica na macro-escala citadina na Ilha de Moçambique que apresenta nitidamente o contraste entre a cidade branca e a cidade negra, sendo essa a bagagem, nesse estudo, do país moçambicano.

Identificados os pontos geográficos de procedência africana para o Brasil e suas respectivas particularidades quanto à contribuição morfológica dos respectivos assentamentos existentes em cada caso, apresentamos, na seqüência, sucessivas comparações entre os diferentes tipos de conurbações urbanas existentes na África e que constituem figuras conceituais na análise: o *kraal* africano, o quilombo africano e a formação citadina africana.

3.6. Conurbações urbanas na África.

Na visão histórica dos assentamentos africanos, o estudo incide em aspectos fundamentais da historiografia da África no que concerne a conceituação das conurbações urbanas em dimensões morfológicas variáveis, considerando possível, através de abstrações e generalizações, descrever analiticamente esses núcleos e enquadrá-los em uma única terminologia.

As conurbações urbanas são figuras conceituais:

1. *Kraal* africano: conformação típica de um assentamento familiar poligâmico na África negra, espacialmente delimitado através de um cercado periférico;
2. Quilombo africano: assentamentos compostos de vários *kraals* compondo uma vila ou aldeamento. Formação de traçado mais livre em uma dimensão intermediária entre o *kraal* (unidade familiar) e a cidade (unidade macro-escala);
3. Cidade africana: a maior dimensão morfológica em análise constituída por assentamentos exclusivamente nativos. A cidade africana é equivalente a um

quilombo de grandes dimensões e abriga construções com fins sociais diversificados.

Parece que havia nas cidades as mesmas práticas sociais das vilas, e nas vilas, as mesmas práticas sociais dos nucleamentos familiares, variando somente a escala sendo que as diferenças entre os assentamentos são quantitativas e não qualitativas, estando centradas, unicamente, no tamanho, ou seja, no número de unidades que o grupamento contém.

Verificamos, na seqüência, as relações sócio-espaciais nas três dimensões consideradas, procedendo à análise de maneira crescente entre as variáveis.

3.6.1.O Kraal africano.

WEIMER (2004, p. 44) explica a dificuldade no encontro de melhor terminologia para designação dos assentamentos unifamiliares africanos: *em nosso trabalho sobre a imigração alemã encontramos semelhante dificuldade posta que não encontramos uma tradução adequada para a palavra alemã "hof". Na falta de melhor opção, utilizamos a palavra "sítio" que definimos como o conjunto de construções que fazem parte da sede de uma propriedade. Esta também é a condição que define um kraal.*

O *kraal* constitui o único elemento espacial que serve a todos os níveis hierárquicos da sociedade na África e nos deteremos, para efeito de estudo, somente nos *kraals* familiares registrando, no entanto, a presença de outras tipologias. Genericamente, há dois tipos de formações africanas: *kraals* familiares e *kraals* militares. Os *kraals* militares são regimentos etários masculinos, aparentemente sob o controle do rei. Os *kraals* do rei são de enormes dimensões e em grande número, podendo atingir a dimensão de uma cidade, com vários milhares de habitantes. O intenso treinamento militar reforçava os valores como guerreiros.

Os *kraals*, independentemente de sua constituição simples ou composta, apresentam os mesmos tipos de elementos e tendem a não crescer muito, ou seja, o tamanho das células não é variável, apenas agregam outras células unifamiliares.



Fig. 22 – *Kraals* na África. Fonte: www.prof2000.pt-users-secjeste-ardidigi.htm.url, disponível em janeiro de 2005.

SCHOENAUER (1984) designa como *kraal* as organizações sociais simples, como os refúgios das tribos *masai* (fig. 24) - habitantes do Quênia e da Tanzânia, os grupamentos dos pastores *pokot* que habitam as terras altas do extremo norte dos montes *Cherangany*, no Quênia e, ainda, os *nuer*, que habitam o Sudão (fig. 23).

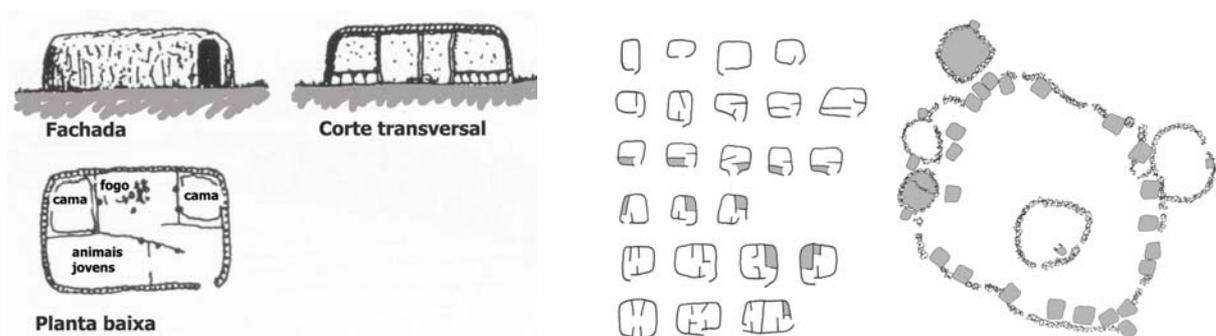


Fig. 23 – Os assentamentos *kraals masai*, no Quênia e na Tanzânia. Fachada, corte transversal e planta baixa da habitação *masai* (à esquerda), tipologias diversas das cabanas *masai* e *kraal masai* (à direita). Fonte: SCHOENAUER (1984, p. 65-66).



Fig. 24 – Os assentamentos *kraals pokot*, no Quênia, e *kraal nuer*, no Sudão. Fachada, corte transversal e planta baixa da habitação *pokot*, à esquerda, e cabana *nuer*, à direita. Fonte: SCHOENAUER (1984, p. 68 e 64, respectivamente).

Os zulus³⁹ denominam os *kraals*, terminologia européia, de *umuzi* e parecem ser os primeiros a submeter-se a tal terminologia (fig.25). As características encontradas nos assentamentos zulus são recorrentes nas demais estruturas da África banto e, em virtude das inúmeras semelhanças, encontram-se inseridos na denominação outros grupamentos africanos, dentro dos quais os *cabindas*.

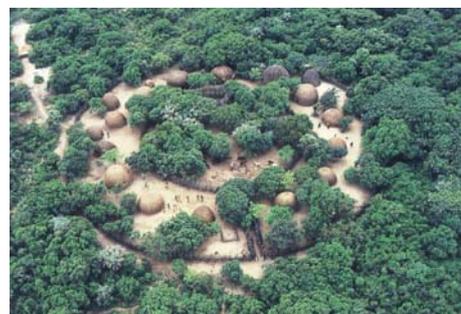
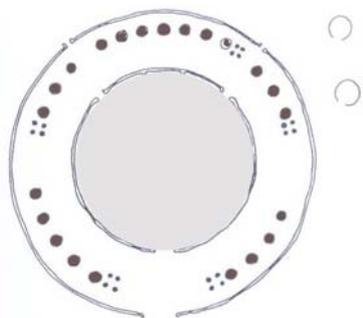


Fig. 25 – Planta esquemática de um *kraal* primitivo: forma básica. Fonte: HOLANDA (2002, p. 221) e imagem *kraal* zulu.

3.6.1.1. A família matrilinear e o parentesco.

Enquadrando a estrutura familiar encontrada nos *kraals* africanos HOLANDA (2002, p.189)⁴⁰, refere-se a sistemas políticos africanos subdividindo-os em categorias: (...) *há aquelas sociedades muito pequenas (...) nas quais até a maior unidade política compreende um grupo de pessoas relacionadas entre si por laços de parentesco (...) e a estrutura política e a organização de parentesco se fundem completamente.*

Quanto ao comportamento social registra-se uma rígida hierarquia interna que se reproduzia em vários níveis. Esse tipo de estrutura não se limita às sociedades mais tradicionais, elas ocorrem nos exemplos contemporâneos.

O domínio feminino é claro, sendo a organização social invariavelmente matrilinear (fig. 26). Demonstrando a importância do papel feminino nas aldeias, na posição mais profunda e mais elevada do nucleamento localiza-se a unidade construída da “*esposa-chefe da grande casa*” e a maior construção do conjunto é a casa da mãe do marido⁴¹. Atenta-se para o papel secundário da figura masculina no

³⁹ Os zulus são habitantes da província de Natal (hoje *Kwazulu* ou Zululândia), localizada na África do Sul sendo que grande parte dos zulus vive no sul de Moçambique. Todas as tribos que formaram a nação zulu falam dialetos de uma mesma língua: povo de fala banto.

⁴⁰ Apesar de freqüentemente confundir conceitos de *kraal* e aldeia, o autor relaciona a estrutura social à organização espacial dos assentamentos africanos contribuindo com importantes informações.

⁴¹ E à sua direita está a segunda casa mais importante, a do marido, ao lado do qual está a casa da terceira pessoa em importância: a primeira esposa, à qual cabe o encargo de administrar a vida da aldeia e a agricultura. A casa da segunda esposa está ao lado da mãe do marido, a da terceira esposa, ao lado da primeira, a da quarta, ao lado da segunda e assim por diante. Tradicionalmente,

kraal africano: o homem, freqüentemente está ausente por ter sua atividade voltada para o pastoreio, muitas vezes em áreas longínquas por questões ambientais.



Fig. 26 – A matrilinearidade africana. O domínio feminino é claro na organização social invariavelmente matrilinear.

A organização social africana baseia-se no sexo e na idade: genericamente as mulheres são responsáveis pela agricultura e os homens pelo pastoreio. Às mulheres cabe, também, a construção dos abrigos, sendo que cada uma tem o seu próprio abrigo, cultiva seu próprio campo e gado especificado para sua própria unidade doméstica⁴². Por influência da mulher é comum o casamento com a irmã mais nova como tática para ajuda nas tarefas domésticas. As filhas significam objetos de troca, sendo o “valor” recorrente onze vacas, enquanto os filhos auxiliam nos trabalhos domésticos até os sete anos e após essa idade auxiliam no pastoreio e podem ser entregues como escravos.

A poligamia era usual na África, sendo que o número de esposas dependia da situação econômica e ligava-se diretamente ao *status* do chefe: quanto maior a riqueza do chefe, maior a quantidade de esposas.

A poligamia parece remontar nestes povos à sua origem, e é costume tão arraigado que não se discute nem se concebe outro modo diferente de viver. (...) ao homem é permitido possuir quantas mulheres puder obter, e quantas mais adquirir maior consideração terá e maior será o proveito, no presente e no futuro, visto que os filhos lhe servirão como excelente fonte de receita. (FRANQUE, 1940, p. 125).

Posteriormente, as transformações nas condições sócio-econômicas ocorridas ao longo do século XX resultaram em significativas mudanças e a poligamia, mantida pela economia do pastoreio, deu lugar, gradualmente, a um

os filhos pequenos moram na casa das respectivas mães e, depois de adultos, as filhas se mudam para a casa que fica à direita do corredor de entrada e os filhos, à da esquerda. As demais casas destinam-se a parentes ou eventuais hóspedes.

⁴² Refiro-me exclusivamente aos *kraals* zulus.

sistema de única esposa não por questões culturais, mas sim exclusivamente econômicas.

Em relação ao parentesco, famílias maiores compostas, além do chefe, suas esposas, filhos e filhas, podem abrigar, também, parentes e visitantes. A heterogeneidade apresenta-se clara na realização de tarefas produtivas pelos grupos organizados além das fronteiras familiares, reunindo muitas vezes membros de uma mesma matrilinearidade, com presença de até três gerações.

As práticas diárias atuam como “mecanismos misturadores sociais”, aumentando, assim, o âmbito da interação social dos habitantes para ambos os sexos, tanto nas tarefas domésticas, quanto nas bebidas, reuniões políticas diárias e conversas ao cair da noite.

HOLANDA (2002, p. 209) destaca que os vários habitantes dos *kraals* são fortemente integrados na vida cotidiana. As reuniões políticas freqüentadas por significativa parte da população local acontecem, geralmente, sob uma árvore frondosa, num lugar relativamente central do espaço público aberto. No final das tardes, quando as tarefas diárias estão cumpridas, os espaços abertos entre as unidades construídas dos conjuntos são ocupados por pessoas que aí sentam, conversam, bebem e jogam até tarde da noite. Esses grandes arranjos sociais diários contam com a participação de ambos os sexos e o sistema de encontro estrutura-se tanto a nível social quanto a nível espacial.

Em relação à religião, cultos e venerações são constantes. Entre os bantos, as bases religiosas encontram-se na crença na reencarnação dentro do próprio grupo. O pensamento negro-africano crê no universo dividido em dois compartimentos principais: um, terreno, onde moram seres vivos; e outro, em outra dimensão, onde moram as forças da natureza e os espíritos dos antepassados. Assim, todos os seres, sejam eles humanos, animais, vegetais ou minerais têm sua força, sendo que essa pode ser aumentada, diminuída ou transferida de um para outro ser. Os aborrecimentos, os desgostos, o cansaço, a depressão, as doenças, os sofrimentos são resultado de uma diminuição da força vital do indivíduo. E com a morte, essa força não acaba, mas se transfere, já que é energia⁴³.

Para o africano em geral e para o banto em particular, o ancestral é importante porque deixa uma herança espiritual sobre a Terra, tendo contribuído para a evolução da comunidade ao longo da sua existência, e por isto é venerado,

⁴³ LOPES (1988, p. 41).

atestando o poder do indivíduo e é tomado como exemplo não apenas para que suas ações sejam imitadas, mas para que cada um de seus descendentes assuma com igual consciência suas responsabilidades⁴⁴.

3.6.1.2. O uso do solo.

A ocupação do uso do solo é sempre de caráter coletivo e a propriedade da terra é tradicionalmente hereditária, com forte tradição de trabalho comunitário em benefício do assentamento como um todo.

O espaço público aberto tem intenso uso diário nos mais diversos fins: pequeno comércio, produção do artesanato, cerimônias religiosas, conversas, etc. O espaço é de controle da comunidade e a propriedade de terra é tradicionalmente hereditária.

A dependência de uma terra adequada a sua subsistência, juntamente com um controle direto sobre as plantas cultivadas e animais domésticos, demonstra explicitamente que a noção de propriedade encontra-se seguidamente ausente no tipo de organização social *kraal*.

3.6.1.3. Particularidades espaciais recorrentes.

A estrutura espacial do *kraal* implica uma paisagem desprovida de transições entre os espaços internos e os externos. HILLIER & HANSON (1984, pág. 71) já haviam observado e descrito a estrutura espacial do *kraal* como *gerador sintático elementar Z8: duas células, uma dentro da outra, havendo entre elas várias células*, denominando, assim, a terminologia geral de sintaxe *kraal* em virtude de seus produtos familiares. Os autores consideram, ainda, que o núcleo imprime sobre o chão as diferenciações que se estabelecem entre as várias categorias de agentes na sociedade.

O acesso ao *kraal*, entre os bantos, é feito através de um portão marcado por dois troncos verticais e fechado por varas horizontais corrediças, podendo ter uma entrada ou mais. As entradas são responsáveis pelo controle local.

O cercamento era comum nos *kraals*, principalmente nos *kraals* angolanos, na maioria das vezes efetuado por galhos, *cercas-vivas de galhos entrelaçados, de “esteiras” de bambu fendidos ou semelhantes, com uma só entrada*⁴⁵, constituindo

⁴⁴ REDINHA (1975, p. 364).

⁴⁵ WEIMER (2004, p. 44).

importante delimitação física territorial (fig. 27). Nos *kraals* do século XX, a cerca externa passou paulatinamente a cair em desuso.



Fig. 27 - O cercamento do *kraal* como limitação territorial. Geralmente efetuado com galho, o cercamento é constante nos *kraals*. Ao centro, *kraal* angolano, *Labirinto dum Eumbo Cuanhama*. Desenho: Günter Weimer. À direita e à esquerda, *Kraal* mandinga na Guiné. Fonte: www.prof2000.pt/users-secjeste-ardidigi.htm.url, disponível em janeiro de 2005.

O espaço interno do nucleamento é definido pela fronteira, o espaço externo e a porta que liga ambos. As entradas representam a comunicação com o mundo exterior. As áreas não construídas são fartamente predominantes sobre as construídas, ou seja, os “vazios” têm predominância sobre os “cheios” (fig. 28).



Fig. 28 – Predominância de espaços abertos vazios nos *kraals*. À esquerda, *kraal* em Nova Lisboa, Planalto Central, 1967. Fonte: BRITO (1997, p. 139). À direita: *Kraal* fula, em Guiné-Bissau. Desenho: Günter Weimer.

As latrinas situadas nos extremos do assentamento não são acessíveis pela passagem principal, como mandam os bons costumes do núcleo. Os *kraals* na Guiné-Bissau são exemplos ilustrativos da localização profunda da latrina, longe das áreas centrais, conforme manda os bons costumes da vila (fig. 29).

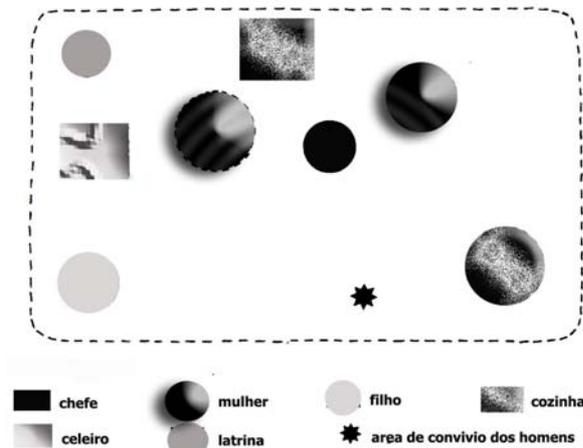


Fig. 29 – *Kraal* fula, na Guiné-Bissau. Registra-se a posição profunda da latrina, a dimensão da cozinha indica importante ponto de encontro comunitário e o chefe tem controle total do assentamento pela localização central da unidade construída no núcleo. Fonte: BRITO (1997, p. 108).

As árvores já aparecem na África como elemento simbólico essencial da união do grupo e da presença materializada da herança espiritual dos ancestrais. As árvores são as residências dos orixás, por isso os terreiros são rodeados de árvores de diversas espécies, cada qual morada de uma “entidade”. Significam também união, ponto de encontro, onde os julgamentos e audiências ocorrem sempre à sombra de uma árvore frondosa, e esta geralmente localiza-se no ponto central do nucleamento negro.

A intensa interface nos espaços abertos públicos (...) apóia a idéia de que a relação instrumental entre o interior e o exterior através das portas pode ser um atributo espacial necessário e suficiente em condições de um alto grau de urbanidade. (HOLANDA, 2002, p. 215).

Em alguns assentamentos, a configuração das unidades construídas dá-se em torno da área central, na maioria das vezes, espaço de excelência nos núcleos unifamiliares. O chefe geralmente tem posição privilegiada na disposição das unidades construídas no assentamento e a cultura de subsistência está no domínio espacial do núcleo (fig. 30).

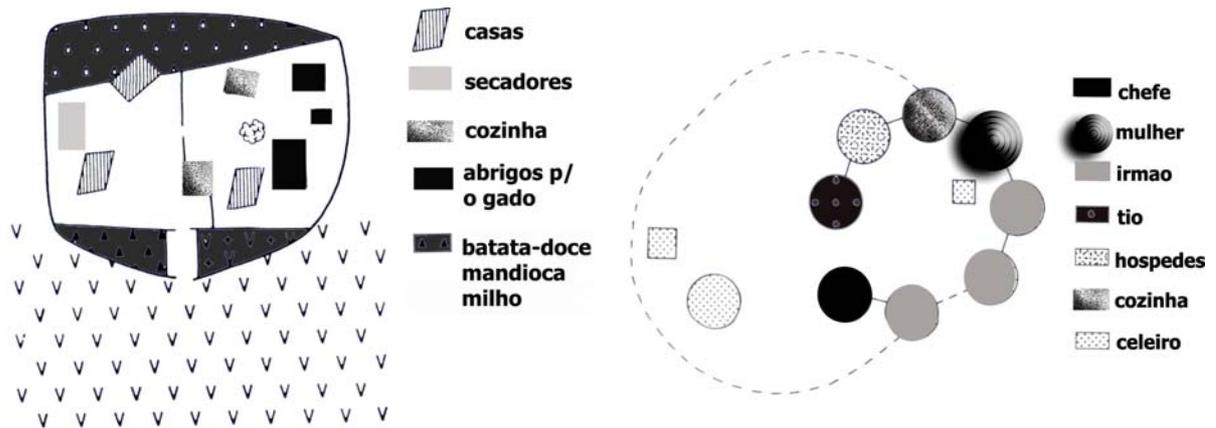


Fig. 30 – As áreas centrais: espaços de excelência nos *kraals*. *Kraal* na Guiné, planalto do Gabu: a cultura de subsistência está no domínio do assentamento, organizado em torno da área central, à esquerda. À direita, organização circular privilegiando o espaço central e a posição rasa do chefe na entrada, na Guiné. Fonte: BRITO (1997, p. 112).

Há uma diferenciação espacial perceptível nos *kraals*, principalmente entre o domínio masculino e feminino. O domínio feminino, com raízes na arquitetura social matrilinear, reflete-se na localização da unidade construída da “esposa-chefe da grande casa” (fig. 31).

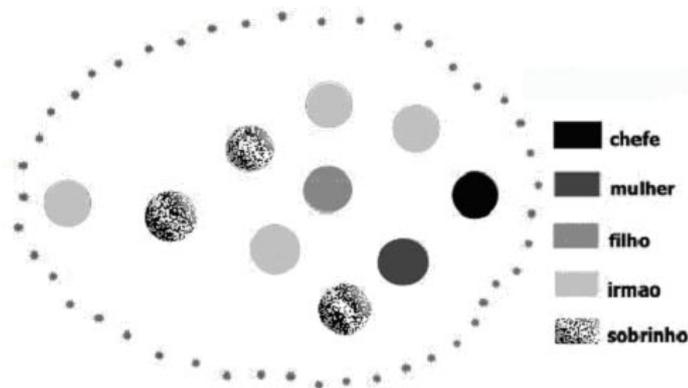


Fig. 31 – Domínios espaciais diferenciados por sexo: o feminino e o masculino. *Kraal* na Guiné: chefe ladeado pela mulher, filhos do outro lado. Fonte: BRITO (1997, p. 116).

A cozinha é um importante espaço no *kraal*, sendo sempre um local de encontro, com caráter comunitário e posição privilegiada no assentamento, juntamente com o depósito também comunitário (fig. 32). A configuração da unidade pode ser retangular ou circular e invariavelmente o piso é de chão batido (fig. 33).

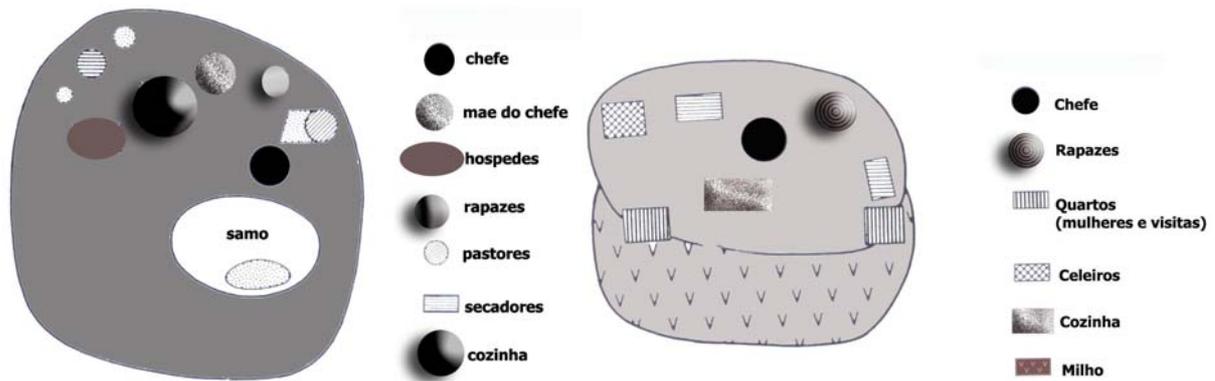


Fig. 32 – As cozinhas comunitárias nos *kraals*. À esquerda, *kraal* mucubal, na Angola. À direita, *kraal* na Angola. Fonte: BRITO (1997, p. 150 e 153, respectivamente).

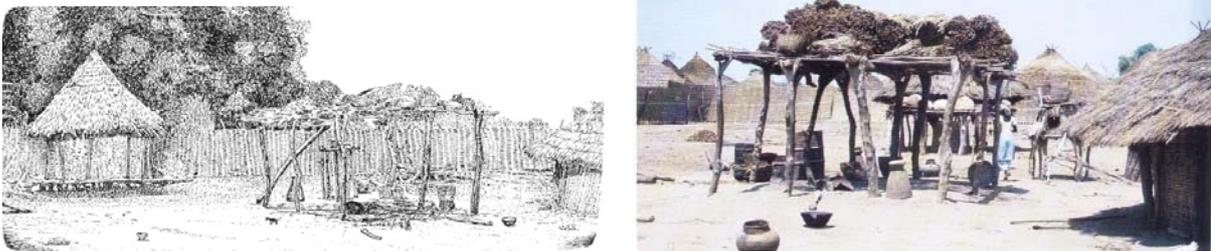


Fig. 33 – A forma variável da cozinha no *kraal*, invariavelmente aberto e de caráter comunitário. À esquerda, cozinha no *Kraal* da Guiné. Desenho: Günter Weimer. À direita: cozinha e depósito em um núcleo mandinga, na Guiné. Fonte: BRITO (1997, p. 110).

O arranjo espacial do *kraal* africano é definido por um sistema de espaços abertos distribuídos e contínuos. Há existência de padrões espaciais: espaços abertos predominantes sobre os fechados, excelência das áreas centrais comunitárias, a cozinha como elemento de encontro coletivo no núcleo, a localização profunda das latrinas, a posição profunda da casa da mãe, domínios espaciais diferenciados entre homens e mulheres, cultura de subsistência no domínio do assentamento, controle espacial da acessibilidade do núcleo.

Caracterizamos, assim, a figura morfológica *kraal* e assinalamos que a mesma é parte fundamental para a formação dos quilombos. Na seqüência, partimos para a análise do quilombo africano, dimensão morfológica intermediária das conurbações urbanas na África.

3.6.2.O quilombo africano.

Objetivando identificar características estruturais morfológicas nos assentamentos étnicos negros que configuram aldeias ou vilas na África, nos detemos à conceituação da conurbação urbana de dimensão intermediária entre o *kraal* e a cidade designada de quilombo africano.

Há dois tipos básicos de assentamentos na África: um linear, denominado de *sanzala*, e outro de traçado mais livre – denominado quilombo⁴⁶. Para efeito de estudo, inicialmente, apresentamos as duas tipologias de assentamentos em aldeias e unificamos o conceito sob a terminologia única quilombo.

A *sanzala* é configurada pelas construções lineares, definidas pela rua central, separada segundo a divisão clânica e com casas pertencentes a uma mesma família. Da terminologia *sanzala* deriva a palavra senzala, empregada, no Brasil, como residência dos escravos.

O quilombo é composto de vários *kraals*, mantendo a estrutura espacial básica em células unifamiliares aglomeradas constituindo vilas ou aldeias com traçado aparentemente livre. O conceito quilombo é próprio dos africanos bantos sendo a terminologia de origem quimbundo e significado aderente à aldeia e acampamento guerreiro na floresta entendido na Angola, ainda, como divisão administrativa⁴⁷. Da terminologia quilombo africano designa o conceito de quilombo empregado no Brasil, erroneamente vinculado a abrigo de escravo fugitivo, discussão conceitual a ser proferida posteriormente. Na África, quilombo é designativo de aldeia.

O quilombo é a estrutura espacial agregada de vários *kraals*, ou seja, várias células unifamiliares. As características encontradas nos assentamentos étnicos dessa dimensão morfológica intermediária são recorrentes nas demais estruturas de quilombos na África e inserimos na mesma denominação aldeias do Arquipélago de Cabo Verde (Pedra Badejo e Ribeira da Barra), aldeias de Burkina Fasso (aldeia banda, aldeia seripe, aldeia mo de cultura joboi) e aldeias na República de Gana, especialmente inseridas aí os assentamentos do grupo étnico *achanti*⁴⁸.

3.6.2.1. A família matrilinear e o parentesco.

A relação social continua a basear-se em laços de parentesco, acrescida de outras células unifamiliares compondo, assim, uma estrutura não exclusivamente familiar: a estrutura social configura-se além das fronteiras da família individual nos quilombos.

⁴⁶ WEIMER (2004, p. 47).

⁴⁷ LOPES (1988).

⁴⁸ Os *achanti* existem como vários grupos étnicos que constituem o atual Estado de Gana, entre outros.

As famílias de uma mesma linhagem tendem a concentrar-se em determinados setores das vilas não implicando, no entanto, clara diferenciação em termos de padrões espaciais. Os *achanti*, por exemplo, constituem-se em oito clãs formados por matrilineagens e dispersos pelo território: algumas linhagens tendem a concentrar-se em algumas vilas, embora determinada vila pudesse abrigar várias linhagens⁴⁹.

Mantendo a mesma organização social matrilinear dos *kraals*, os compostos habitacionais das vilas são formados por segmentos de matrilineagens: as mulheres possuem relativa independência econômica e grande influência política. Em função da poligamia existente nos assentamentos, as redes de cooperação são constantes entre as mulheres: tanto o preparo das refeições quanto às refeições são realizadas conjuntamente. A prática da agricultura entre os bantos é cooperativa⁵⁰.

Juntamente com parentes de suas respectivas matrilineagens, os grupos de trabalho na produção diária são compostos tanto por homens como por mulheres. Há forte tradição no trabalho comunitário em benefício do assentamento todo. A heterogeneidade étnica também se faz presente em virtude dos mecanismos misturadores sociais mais intensificados pelos vários núcleos unifamiliares que promovem maior interação social.

Grandes arranjos sociais diários ocorrem com frequência nas aldeias, com participação de ambos os sexos e objetivo de discutir assuntos políticos. O uso diário do espaço público aberto é intenso nos assentamentos, para os mais diversos fins: pequeno comércio, produção de artesanato, cerimônias religiosas, reuniões políticas, conversas e bebidas entre outros.

3.6.2.2. O uso do solo.

A ocupação do uso do solo, de caráter coletivo com forte tradição de trabalho comunitário, apresenta diferenciações entre áreas públicas e semipúblicas não constituindo, no entanto, propriedades privadas. A economia, baseada na exploração intensiva dos recursos naturais da floresta e das plantações com prática da agricultura têm um forte apelo comercial em estruturas que se estendem até os postos de intercâmbios europeus.

⁴⁹ HOLANDA (2002, p. 207).

⁵⁰ Entre os bantos, a agricultura é exclusivamente feminina. Já entre os sudaneses, essa prática é bastante diferenciada havendo grupos em que a agricultura é praticada só por homens, mas, ao que parece, o mais comum é a cooperação entre os dois sexos.

3.6.2.3. Particularidades espaciais recorrentes.

As transições na estrutura espacial do quilombo tornam-se mais evidentes entre os espaços internos e externos, configurando diferentes gradações de acessibilidade não implicando, no entanto, uma clara diferenciação de padrões espaciais.

As unidades construídas são independentes definindo, entre elas, um sistema de espaços abertos totalmente distributivo e contínuo em relação à área rural do entorno. Há uma rede de passagens que se conectam ao centro acomodando o movimento cruzado entre parentes existindo, também, espaços semipúblicos utilizados para o trabalho artesanal. As acessibilidades do núcleo são menos restritas que os acessos dos *kraals* não significando, porém, ausência de controle espacial dos moradores.

A configuração aparentemente linear, no caso da *sanzala*, implica em regularidade da forma, exemplificando a *sanzala* de cultura *quimbundo* na Angola Ocidental (fig. 34).

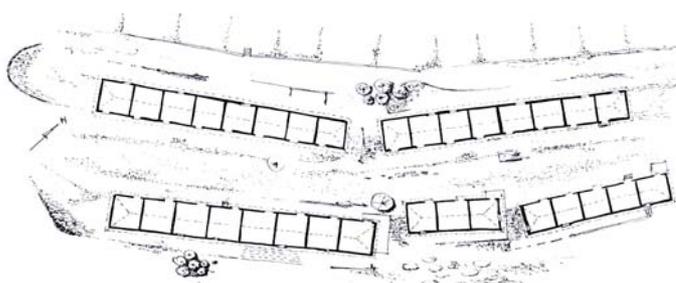


Fig. 34 – Assentamento *sanzala*, cultura *quimbundo*, na Angola Ocidental. Desenho: Günter Weimer. À direita: *sanzala* de *Kiúfa*, zona do Alto Zaza, em Angola. Fonte: www.prof2000.pt/user/cecieste/arkidigi/tembo01.htm, disponível em fevereiro/05.

As rígidas hierarquias sociais dos *kraals* não são tão nítidas nos quilombos: a localização dos elementos estruturais internos nos assentamentos quilombos parece ser mais funcional e flexível. A localização das latrinas, como nos *kraals*, continua situando-se em um espaço profundo do assentamento, não acessível pela rua principal.

Há ocorrência de padrões espaciais nos quilombos: na rua principal localizam-se os principais edifícios comunitários - o palácio dos chefes, as casas das pessoas mais velhas, os espaços abertos para os funerais⁵¹. A rua principal não se apresenta exclusivamente como um espaço cerimonial: os excedentes de produção são expostos para a venda, as atividades comunitárias e reuniões políticas também

⁵¹ HOLANDA (2002, p. 207).

ocorrem nesse lugar. As ruas secundárias constituem redes de passagens utilizadas na movimentação entre parentes de diferentes grupos parentais.

Nos quilombos, há predominância dos espaços abertos públicos distributivos e contínuos em relação às áreas do entorno. A reprodução espacial do *kraal* é percebida em elementos estruturais: as plantações situadas nas transições territoriais, ou seja, nas bordas do assentamento; a localização da praça, central, configurando o espaço comunitário, excelência em todos os núcleos negros africanos e abrigando os edifícios comunitários.

A existência de pátios retangulares, tanto na parte interna das edificações quanto na configuração dos espaços externos, é destaque na configuração espacial dos quilombos (fig. 35).



Fig. 35 – Os pátios regulares nos quilombos africanos. Bairro indígena na ponta da Ilha de Moçambique, à esquerda. À direita, interior de um quintal no quilombo. Fonte: AMARAL (1964).

No grupo étnico *achanti*, especificamente nos assentamentos *Kwamo* e *Ahinsai*, ambos na República de Gana, a morfologia dos núcleos é bastante semelhante no que concerne à configuração dos pátios e a localização dos elementos estruturais nos núcleos: praça e palácio no centro, cemitérios e latrinas na periferia e plantações no fundo do núcleo, contíguos às unidades edificadas. Ainda que o primeiro assentamento, *Kwawo*, mantenha a linearidade restrita à rua principal e o segundo, *Ahinsai*, apresente um traçado linear mais próximo à tipologia *sanzala*, as diferenças entre ambos são mínimas (fig. 36).

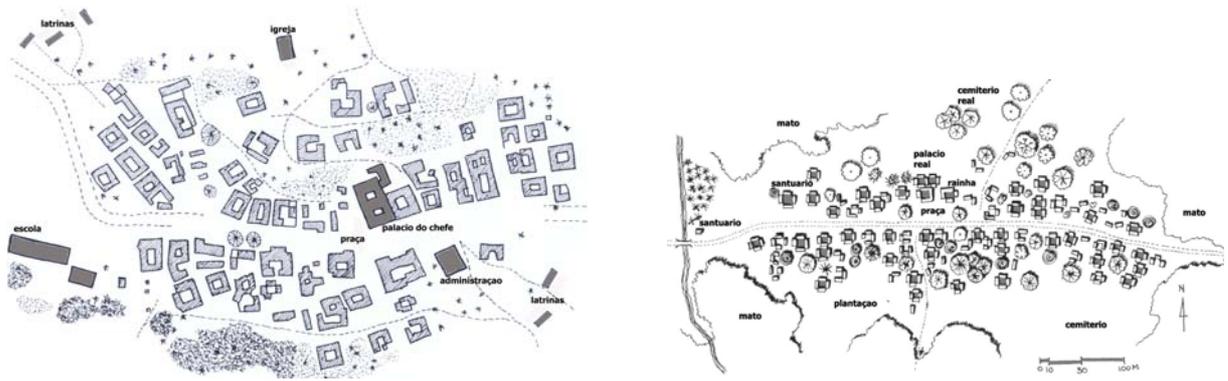


Fig. 36 – Padrões espaciais nos quilombos africanos. Vila *Kwamo*, na República de Gana: linearidade na rua principal, praça central com edifícios comunitários e latrinas na periferia, à esquerda. Vila *Ahinsai*, à direita: traçado linear, plantação na periferia do assentamento, praça central com edifícios comunitários. Desenhos: Günter Weimer.

Na estruturação das edificações está presente a cultura dos pátios quadrados, conectados entre si por portas nos cantos e tendo um, dois, três ou em todos os lados, um aposento completamente aberto no lado voltado para o pátio, encontrando a mesma configuração espacial no palácio *achanti*⁵² (fig. 37). A morfologia das unidades é incorporada pela aldeia: a constituição de pátios fechados é marcante nos quilombos característica marcante principalmente quando os assentamentos aproximam-se do deserto.

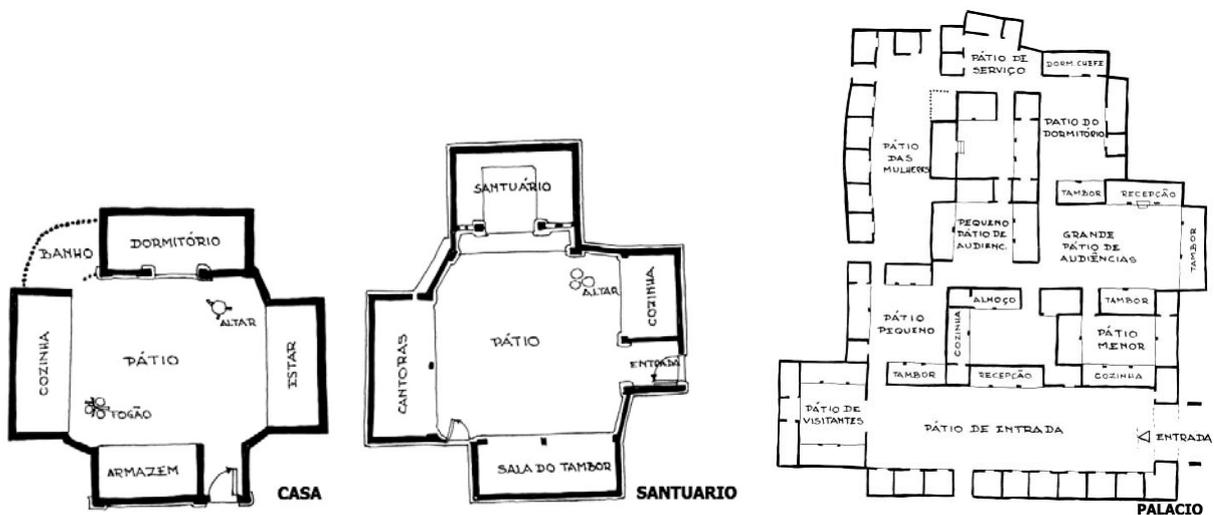


Fig. 37 – Habitação e santuário *achanti*, na República de Gana: a presença dos pátios internos, à esquerda. À direita, Palácio *achanti*, na República de Gana: o pátio, novamente, presente em várias tipologias: pátio de entrada, pátio pequeno, pátio de audiências, pátio das mulheres, pátio do dormitório, pátio menor. Desenhos: Günter Weimer.

⁵² Sobre os palácios, HILLIER & HANSON (1984, p. 163) fazem uma discussão detalhada da estrutura interna de um palácio *achanti* na ocupação dos espaços mais rasos pelas mulheres, diferentemente do que ocorria com os zulus, onde as esposas situavam-se na posição mais profunda do *kraal*.

O traçado linear, herança da configuração *sanzala*, aliado à configuração quadrada dos pátios fechados, que ocorrem nas edificações e são exteriorizados na conformação dos nucleamentos, estão presentes na dimensão morfológica quilombo.

Em alguns assentamentos quilombos as características configuracionais de linearidade na estruturação geral e morfologia de pátio quadrado aberto interno/externo ocorrem concomitantemente, como na aldeia banda, em Burkina Faso (fig. 38). A disposição regular das edificações conforma, muitas vezes, os pátios nos assentamentos africanos.

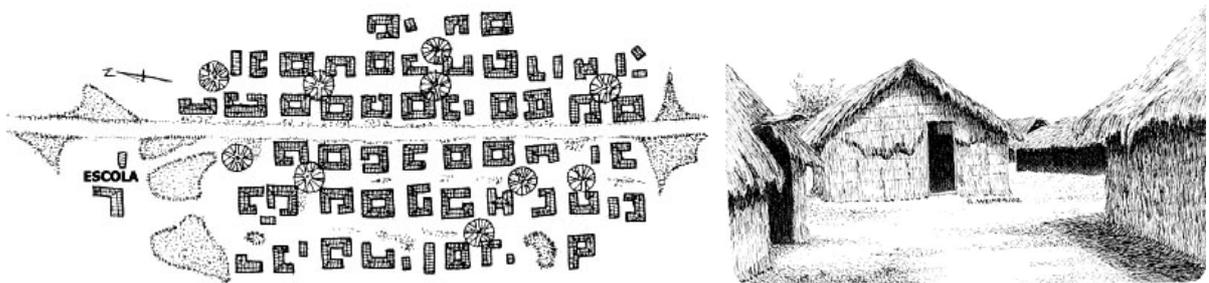


Fig. 38 – Quilombos: a concomitância morfológica da linearidade com a formação de pátios externos/externos. À esquerda, quilombo banda, cultura Sabie, Burkina Fasso: a conformação dos pátios internos dá-se pela configuração das edificações. À direita, habitações euê, República de Gana: a conformação de pátios retangulares externos, entre as edificações. Desenhos: Günter Weimer.

Em outros assentamentos quilombos, há predominância exclusivamente do traçado linear com ausência de pátios internos nas edificações: em alguns pontos restritos a própria conformação das unidades habitacionais gerando espaços externos semelhantes aos pátios. É o caso da aldeia Mo, em Burkina Fasso, e da Vila Ribeira da Barra, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde (fig. 39).

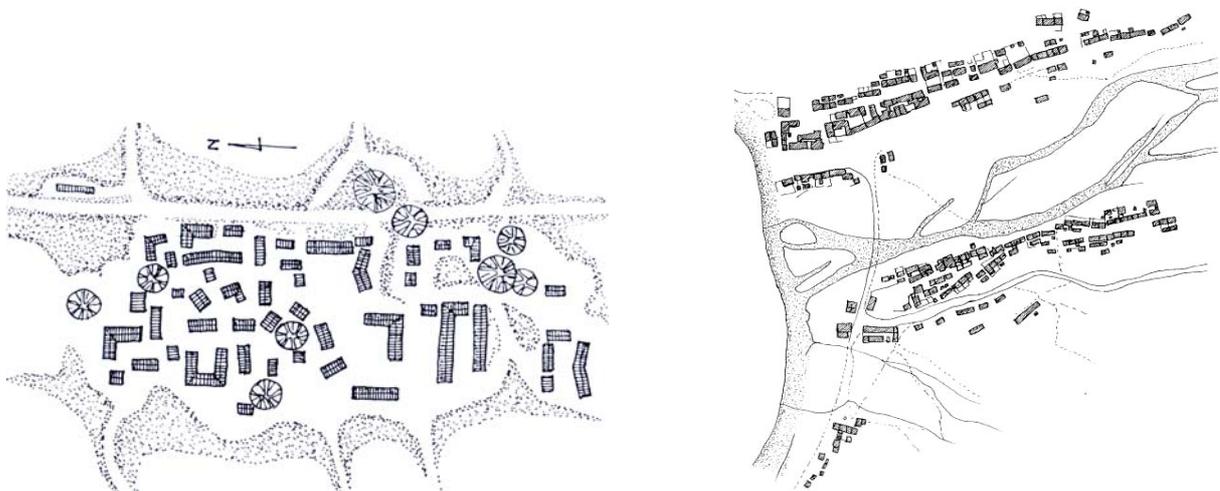


Fig. 39 – Quilombos com traçado exclusivamente linear. À esquerda, aldeia Mo. À direita, Vila Ribeira da Barra, na Ilha de Santiago do Cabo Verde: linearidade no assentamento. Desenhos: Günter Weimer.

Há, ainda, outro tipo de assentamento quilombo: predominância de pátios abertos internos/externos na configuração global da aldeia e ausência de linearidade. É o que ocorre no povoado de Pedra Badejo, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde (fig. 40).



Fig. 40 – Pátios abertos retangulares ou quadrados nos quilombos. Quilombo de Pedra Badejo, na Ilha de Santiago do Cabo Verde: pátios abertos configurados pela inserção das edificações no assentamento. Desenho: Günter Weimer.

Outros assentamentos, como em Burkina Fasso, apresentam traçados completamente irregulares e não seguem a nenhum padrão espacial. A aldeia Seripe é um assentamento totalmente murado por influência do clima (fig. 41).

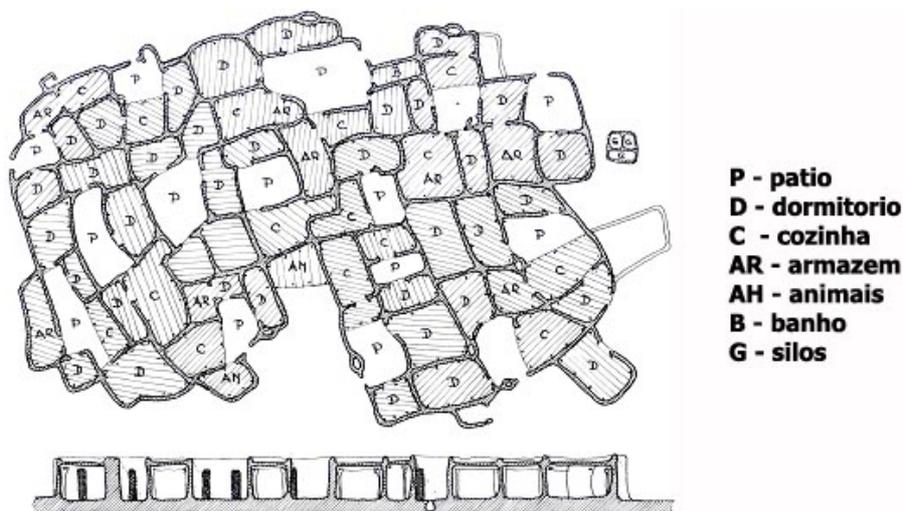


Fig. 41 – A irregularidade e ausência de padrões espaciais. Quilombo em Seripe, Burkina Fasso: traçado orgânico. Desenho: Günter Weimer.

A morfologia das casas e vilas são fortemente influenciadas pelo clima, principalmente à medida que são sentidas as influências do deserto. Na África branca a forma encontrada para as casas é a casa-poço. Na África negra a casa-poço dá lugar a casa-pátio que pode ser de três tipos:

1. murada: quando o fechamento é alto ao nível dos tetos das casas o que denota a proximidade do deserto;
2. fechada: quando o fechamento é de média altura e menos compacto, o que denota menor influência dos ventos do deserto;
3. aberta: quando o fechamento é feito com materiais mais leves.

Genericamente, a estruturação social é mantida à semelhança dos *kraals*: matrilinearidade, laços de parentesco, heterogeneidade na constituição étnica. A ocupação do solo dá-se segundo a rede comunitária baseada na coletividade e a economia apresenta o pequeno comércio de excedentes que reforça os laços sociais.

O arranjo espacial do quilombo é definido por um sistema de espaços abertos distribuídos e contínuos, sendo possível o estabelecimento de padrões espaciais: rua principal que contém a praça central e edifícios comunitários e ruas secundárias que constituem as redes de passagem. Intenso uso diário do espaço público e a excelência dos espaços abertos, na figura dos pátios, são os atributos espaciais de maior destaque.

Os quilombos murados, também chamados de fortalezas, são aqueles mais afastados do litoral e, por isso mesmo, os que menos influências deixaram no Brasil em função da quase totalidade dos escravos vindos para o país vieram da costa, onde não se encontra a tipologia da casa-pátio, mas de *kraals* abertos, com cercamentos visuais ou defensivos, mas que não tinha a função de vetar a passagem dos ventos como o assentamento de Seripe e outros assemelhados.

A formação sócio-espacial dos quilombos africanos ocorre por meio das mesmas categorias sociais dos *kraals* com diferenças quantitativas e não qualitativas na alternância de escala morfológica.

3.6.3. A cidade africana.

Em virtude da predominância das atividades agrárias na estrutura econômica de quase todos os países do continente africano, a maior parte da população vive na zona rural, estruturas tribais configurando os *kraals* e os quilombos.

A urbanização é rarefeita e tardia: somente a partir de 1950 iniciou-se o processo massivo de urbanização, relacionado à ampliação da economia de exportação. As áreas de urbanização mais acentuadas são a República da África do

Sul⁵³, os países que se localizam em torno do Golfo da Guiné⁵⁴ e a região do Mediterrâneo⁵⁵. A África, com taxa da urbanização média de 50%, alguns países como Moçambique, com taxa de 30%⁵⁶, têm nos pequenos aldeamentos a configuração morfológica principal.

A dificuldade desse estudo, aliada a urbanização escassa, reflete no encontro de poucos exemplos significativos de formações citadinas africanas nativas, não influenciadas pela colonização eminentemente europeia do continente, objetivando identificar características estruturais morfológicas exclusivamente africanas na configuração urbana desses núcleos.

Comparando às outras tipologias de assentamento – *kraal* e quilombo - as relações estruturais sociais são de difícil apreensão em função, inclusive, da escassa bibliografia sobre o assunto: as obras sobre a origem e desenvolvimento de centros urbanos africanos, aspectos da evolução urbana, quando existentes, são impregnadas de mitos do *bom português colonizador*⁵⁷.

Assinalamos que o que interessa, efetivamente no caso de verificação de aplicabilidade de figura conceituais africanas no Brasil, são as formas de urbanização até meados do século XIX quando foi interrompido o tráfico escravo. Em razão disso, tem-se enorme dificuldade no levantamento de dados da macro-escala e, o foco dessa abordagem incida predominante no tipo de assentamento dominante até o século XIX, não podemos deixar de efetuar registro de alguns aspectos da cidade africana contemporânea⁵⁸, a título da semelhança espacial facilmente perceptível nos assentamentos negros contemporâneos no Brasil.

Como o foco do trabalho recai particularmente sobre questões morfológicas, partimos diretamente para análise das particularidades espaciais genéricas das cidades africanas não adentrando na estruturação social das mesmas.

Inserimos assim, nesse tipo de conurbação urbana, já existente em meados do século XIX, três exemplos representativos: Luanda, na Angola; Ilha de

⁵³ A República da África do Sul, país industrializado, não será considerada em virtude da influência da colonização europeia no traçado urbano das cidades.

⁵⁴ A urbanização dos países do Golfo da Guiné deve-se à indústria petrolífera.

⁵⁵ A região do litoral do mar Mediterrâneo mantém forte integração econômica com os países europeus por configurar importante rota marítima internacional.

⁵⁶ Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1995.

⁵⁷ A grande maioria dos estudos geográfica sobre os países africanos foi efetuada pelos portugueses da Junta de Investigações do Ultramar.

⁵⁸ Embora a cidade africana contemporânea seja permeada de influências europeias na sua configuração, acreditamos que na cidade informal negra as características morfológicas são perpetuadas, daí a validade do seu estudo.

Moçambique, em Moçambique, e, ainda, *Ilesha*, Lagos e as cidades iorubas⁵⁹, na Nigéria.

3.6.3.1. Particularidades espaciais recorrentes.

Na formação citadina da macro-escala, alguns elementos estruturais não são mais evidentes, como as transições entre o espaço aberto/fechado e as várias gradações de acessibilidade ao núcleo.

Não existem espaços intermediários nas gradações de acessibilidade, diferentemente dos outros casos: ou os espaços são rasos, contíguos às ruas principais e facilmente acessíveis, ou são profundos, com acessibilidade restrita aos becos e configurando uma malha urbana aparentemente confusa ao olhar “intruso”.

A configuração recorrente nas cidades africanas ocorre nos becos estreitos e acessibilidades restritas, as ruas secundárias dão acesso aos becos sinuosos que em geral terminam em ruas sem saída.

A constituição das unidades construídas na cidade africana nos remete ao *kraal*: as características configuracionais pontuais são mantidas, transpostas da estrutura celular para o grande aglomerado: as casas, em sua maioria, conservam a tradição rural na apresentação de quintais cercados nos fundos, onde estão plantados hortaliças e onde se encontram, também, as instalações sanitárias⁶⁰. As semelhanças morfológicas aparentemente param por aí: as relações entre as unidades habitacionais e os espaços circundantes são profundamente alteradas.

O sistema de espaços abertos e contíguos existentes nos *kraals* e quilombos dá espaço a um sistema fechado, onde a densificação populacional configurada horizontalmente se faz presente e o alto controle espacial dos moradores acontece por meio da configuração de inúmeros becos e passagens.

A formação linear, quando existente, está restrita às vias principais e, genericamente, a linearidade cede espaço a um traçado mais livre e sinuoso, com núcleos separados entre si por vazios de grandeza diversa não significativos, no entanto, a ponto demonstrar a existência de padrões espaciais.

O arranjo espacial das cidades africanas, fechado, denso, com ausência de espaços abertos, não propicia a configuração de pátios internos e espaços livres. Os espaços livres estão restritos às ruas principais, como se observa na rua principal do subúrbio de *Piquine*, em Dacar, no Senegal (fig. 42).

⁵⁹ Grupamento étnico ocupante do território da Nigéria e Benin.

⁶⁰ BRITO (1997, p. 139).



Fig. 42 - O espaço aberto restrito à via principal. Rua principal no subúrbio de *Piquine*, em Dacar, no Senegal. Desenho: Günter Weimer.

Cabe o registro de algumas outras tipologias de cidades na Nigéria: *Ilesha* e cidades iorubas. A primeira, com ocupação dos lotes restrita à periferia dos quarteirões configurando, conseqüentemente, espaços abertos interior das quadras. Já as cidades iorubas apresentam um traçado sinuoso e a inserção das unidades construídas dá-se de maneira mais “solta”, configurando, também, espaços abertos entre as edificações (fig. 43).



Fig. 43 – Arranjo espacial das cidades africanas. À esquerda, cidade de *Ilesha*, Nigéria: ocupação dos lotes na periferia do quarteirão e a conseqüente configuração de espaços abertos no interior das quadras. À direita, cidade ioruba: traçado sinuoso e a inserção “solta” das edificações no sítio. Fonte: arch.utexas.edu/.../classwrk/Lect20/yoruban.html, disponível em fevereiro de 2005.

Na cidade africana, a configuração da rua principal forma uma espécie de super-quarteirão. Em cidades de influência islâmica, a mesquita ordena o espaço urbano, como em Mali, por exemplo (fig. 44).



Fig. 44 – A mesquita ordena o espaço urbano, formando super quarteirões. Cidade de *Cutiala*, no Mali, de influência islâmica.

A partir das ruas principais seguem as ruas secundárias que podem ou não delimitar quarteirões fechados ou murados. Registramos que a ruas estreitas e sinuosas têm origem, semelhante aos quilombos africanos, em questões climáticas em função da influência do deserto, principalmente na África branca. Em Niger Central, a proximidade do deserto influencia, também, a configuração murada da cidade, formando superquarteirões murados e fechados (fig. 48).



Fig. 48 – A configuração dos super-quarteirões murados, segundo a influência climática. Vista parcial de Agadez, em Niger Central. Desenho: Günter Weimer.

Há cidades, ainda, que apresentam dois setores distintos: a cidade branca colonial e a cidade nativa, com diferenças morfológicas contrastantes. Tomamos dois exemplos: Luanda (fig. 45) e a Ilha de Moçambique.

Em Luanda, o conjunto das populações indígena que habitam a cidade nativa é de relativa homogeneidade étnica. Habitam casas quadradas, de pau-a-pique, revestidas de barro – quando não totalmente de adobe – com janelas e mobiliário influenciados pela colonização europeia.

Os nativos mantêm e reforçam a sua *individualidade numa origem étnica composta* diferenciando-se dos padrões europeus⁶¹. Na Ilha de Moçambique também é morfológicamente nítido o início da cidade africana, contrastando com a cidade branca, com traçado regular de influência europeia.



Fig. 45 – As diferenças morfológicas contrastantes entre a cidade branca colonial e a cidade africana nativa. O encontro das duas cidades em Luanda, à esquerda. Fonte: AMARAL (1962, p. 63).

A Ilha de Moçambique, importante ponto de embarque de escravos para o Brasil, de dimensão pequena, com 3km de comprimento por apenas 350m de largura média, é expoente da co-existência espacial de dois tipos de cidades (fig. 46).

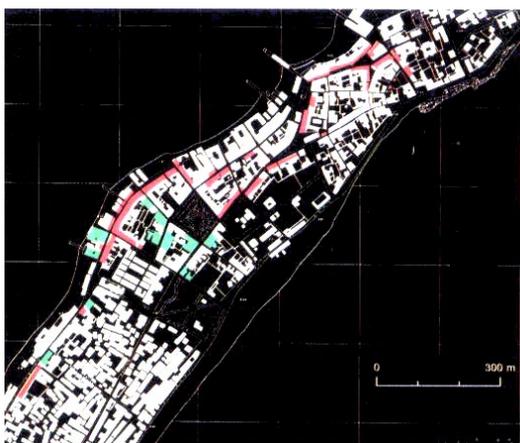


Fig. 46 – Ilha de Moçambique e a co-existência espacial. Centro comercial da ilha, em 1969: a transição entre a cidade branca e seu traçado regular e a cidade negra, com morfologia própria. Fonte: BRITO (1997, p. 219).

⁶¹ BRITO (1997, p. 145).

A Ilha de Moçambique apresenta-se, desde o século XVIII⁶², demarcada em três zonas distintas:

1. A Fortaleza, a noroeste, construída em 1544/1545 pelos portugueses;
2. A Cidade Branca ou São Domingos, com população heterogênea incluindo árabes, turcos, indianos e chineses;
3. A Cidade Nativa, zona das construções tradicionais na Ponta da Ilha.

A Ponta da Ilha⁶³ é constituída por um aglomerado denso e atravessado por ruas sombreadas⁶⁴. Ocupando o sul da ilha, na parte mais longa, a cidade africana nativa apresenta extrema pobreza vegetal apresentando abundância apenas de coqueiros com dupla função: sombra e material de cobertura para a vedação de paredes.

O traçado viário apresenta três vias principais no sentido norte-sul, que são cortadas por outras tantas no sentido ortogonal, de mar-a-mar, formando seis superquarteirões totalmente entrecortados por vielas e becos (fig. 47).

Os becos, sinuosos, não seguem alinhamento rígido e formam-se em função das casas construídas em aparente “desordem”, não criando perspectivas longas. As ruas são de chão batido e não existem caixas de rolamento.

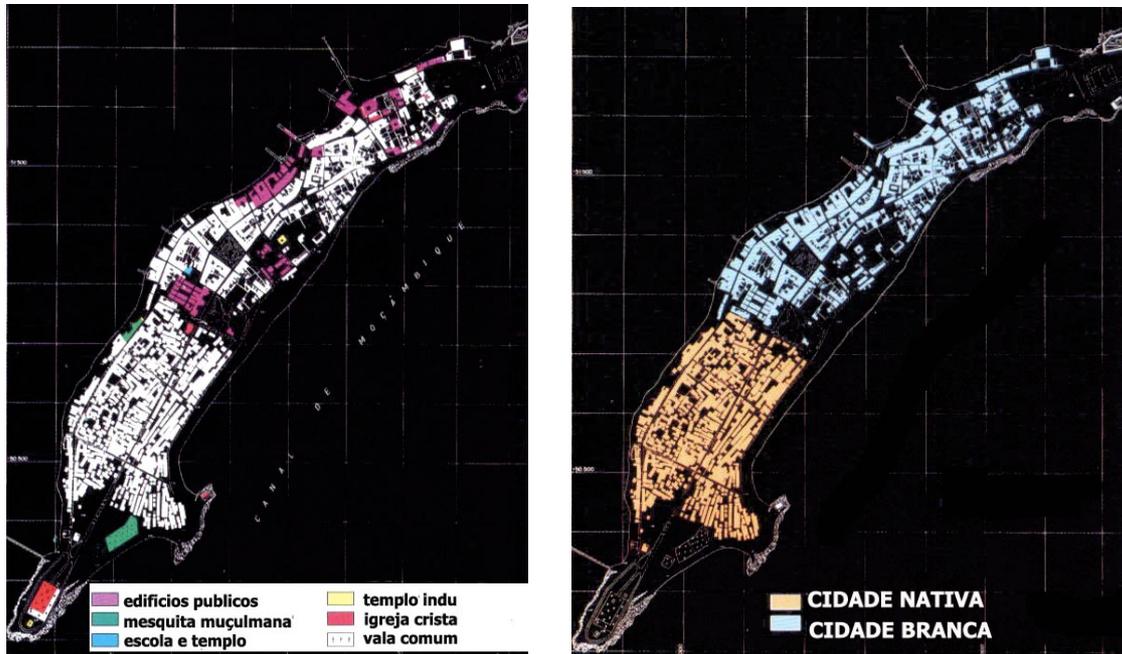


Fig. 47 – Planta sócio-funcional da Ilha de Moçambique. A cidade branca, a cidade negra e a fortaleza: morfologia contrastante entre os núcleos brancos e nativos. Fonte: BRITO (1997, p. 218 e 214, respectivamente).

⁶² A importância da ilha começou a revelar-se com o estabelecimento do Tratado da Índia e com os acontecimentos navais do Oriente.

⁶³ A latitude de Ilhéus, na Bahia.

⁶⁴ A Ilha de Moçambique em perigo de desaparecimento. Uma perspectiva histórica um olhar para o futuro. Fundação Calouste Gulbenkian. Agosto 1983.

A estruturação espacial das formações citadinas africanas tem como característica principal a adequação ao sítio com claras delimitações territoriais e, principalmente, na interface com a cidade branca a especificidade morfológica negra torna-se mais contrastante. A sinuosidade no traçado das vias, a utilização de becos de acesso propiciando intenso controle local e a alta densidade também são atributos morfológicos da cidade africana (fig. 48).



Fig. 48 – Os becos nos acessos secundários propiciam intenso controle local. Ilha de Moçambique, Moçambique. Desenho: Günter Weimer.

As formações espaciais das cidades africanas nativas apresentam profundas diferenças qualitativas na alternância de escala morfológica: a configuração urbana nativa dessa dimensão morfológica difere-se da configuração urbana “branca” claramente.

As características morfológicas principais podem ser resumidas nas acessibilidades restritas representadas na figura dos becos estreitos, linearidade e restrição dos espaços abertos às ruas principais, sinuosidade no traçado de vias secundárias, alta densidade populacional e formação de super-quarteirões fechados e murados em função da influência climática.

A verificação da aplicabilidade de conceitos morfológicos intranúcleos negros de fácil apreensão no *kraal* e quilombo são de difícil apreensão na formação citadina, em consequência, também, da indisponibilidade de dados nas configurações até meados do século XIX, o que nos faz recorrer às imagens de formações citadinas africanas contemporâneas. Acreditamos que são os elementos estruturais devidamente adaptados à escala e os padrões coletivos identificados que asseguram coesão entre as três dimensões morfológicas: *kraal*, quilombo e cidade.

3.7. Epílogo do Capítulo 3.

Incidimos, nesse bloco, em aspectos fundamentais da historiografia na África, conceituando morfológicamente as conurbações urbanas de dimensões variáveis. Abordamos, em cada caso, a estruturação social dos assentamentos considerando a família matrilinear, e parentesco e o uso do solo. Tratando, na seqüência, das particularidades espaciais genéricas dos assentamentos: transições espaciais, gradações de acessibilidade e verificação de padrões espaciais caracterizando a formação sócio-espacial dos *kraals*, quilombos e cidades nativas africanas.

O *kraal* africano é a estrutura configuracional primária onde a matrilinearidade e os laços de parentesco norteiam a morfologia do assentamento. Os domínios espaciais diferenciados por sexo, a ocupação de caráter coletivo e comunitário, a ausência de transições entre os espaços internos/externos e acessibilidades com alto grau de controle local são atributos facilmente perceptíveis no assentamento *kraal*.

O quilombo africano é a estrutura sócio-espacial acrescida de várias células *kraals*. Os laços de parentesco persistem e novas fronteiras são configuradas além da família unifamiliar. Os grandes arranjos espaciais abertos e comunitários distribuídos no território apresentam-se como espaços de excelência nos quilombos. Linearidade nas ruas principais, traçados sinuosos em vias secundárias e predominância de espaços vazios são padrões espaciais recorrentes. Há reprodução sócio-espacial dos *kraals* com diferenciações apenas quantitativas.

Na cidade nativa africana as relações sociais são de difícil apreensão e as estruturas morfológicas não são mais tão evidentes. A configuração de becos proporciona alto controle social dos moradores e apresenta-se como elemento essencial da configuração citadina: fechada, densa e com ausência de espaços livres. As diferenças quantitativas são profundas em relação aos *kraals* e quilombos.

No capítulo seguinte partimos para a territorialidade negra urbana no Brasil, traçando um panorama inicial sobre a adaptação africana em solo brasileiro e a constituição de quilombos, no conceito brasileiro, como cultura de resistência. No Rio Grande do Sul, apresentaremos a formação dos territórios negros urbanos em Porto Alegre até chegarmos aos assentamentos negros contemporâneos em dimensões morfológicas variáveis.

4. A formação dos territórios negros no Brasil.

4.1. Introdução histórica da adaptação africana em solo brasileiro.

O tráfico de escravos através do Atlântico foi um grande empreendimento comercial e cultural. A participação do Brasil no sistema escravocrata foi intensa sendo que, no período colonial, o Brasil recebeu mais africanos que qualquer outro país e abriga, atualmente, a segunda maior população negra do mundo em termos numéricos absolutos⁶⁵.

O regime escravocrata com utilização de mão-de-obra negra africana juntamente com a agricultura de exportação foi, desde o final do século XVI até o final do século XIX, durante trezentos anos, a base da sociedade e da economia brasileira. Houve uma confluência de fatores diversos que motivaram a utilização, pelo sistema colonial, de mão-de-obra africana como escravos na América, como os pré-requisitos cumpridos pela África Ocidental: região populosa, acessível nos caminhos da navegação e estar situada fora do eixo econômico mundial.

A escravidão não havia desaparecido na Europa, e no ocaso do período feudal, admitia-se que algumas pessoas deviam ser consideradas propriedades (res) e, na língua erudita da época, o latim, termos clássicos como instrumentum (uocale) e (res) eram usados, normalmente, para designar aqueles de línguas vernáculas chamavam escravos, slaves, esclaves, schiavi, Sklaven, esclavos. (REIS & GOMES, 1996, p. 26).

A utilização de mão-de-obra africana escrava em território brasileiro deu-se através da permissividade da Coroa Portuguesa que classificava, tanto os africanos quanto os índios⁶⁶ como coisas, propriedade móvel e cuja posição social era estabelecida pela mãe negando, também, qualquer condição humana ao escravo negro⁶⁷.

Historicamente, desde o Brasil Colônia, o ordenamento jurídico vigente estava distante de ter o povo como principal alvo de interesse: *Portugal não tencionava trazer justiça ao povo ou mesmo prestar os serviços mais elementares à sua colônia;*

⁶⁵ A Nigéria é o único país do mundo com uma população negra maior que a do Brasil. Em 1980 o país contava com 119 milhões de habitantes, sendo desses 53.3 milhões de negros. Fonte: ANDREWS (1998, p. 21).

⁶⁶ Os índios eram chamados de “negros da terra”.

⁶⁷ Sobre a abordagem da adaptação africana na vigência do sistema escravocrata no Brasil ver: FERNANDES (1972).

o direito que existia era o direito dos coronéis, as leis da elite agrária, que eram basicamente uma forma do direito consuetudinário português do século XVI⁶⁸. A estrutura do Estado apresentava características identificadas com a Idade Média, com o poder nas mãos dos grandes fazendeiros, sendo que a maior parte da população não tinha voz nem vez no governo e os escravos, objetos de comércio, eram o expoente dessa população.

O regime escravocrata, com utilização de mão-de-obra negra africana juntamente com a agricultura de exportação, foi, desde o final do século XVI até o final do século XIX, durante trezentos anos, a base da sociedade e da economia brasileira. Desde o ciclo da cana-de-açúcar (séculos XVI e XVII) até o ciclo do café (séculos XIX e XX), o negro foi o braço sustentador da economia brasileira, estando presente em todas as atividades econômicas fundamentais do país:

- Na agroindústria açucareira do nordeste, iniciada no século XVI;
- Na atividade mineradora nos séculos XVII e XVIII em Minas Gerais e na Região Centro-Oeste;
- Na lavoura algodoeira nos séculos XVII e XVIII no Maranhão;
- Na cultura cafeeira no século XIX na região Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo) e na atividade industrial.

Em todos os lugares onde houve o regime escravocrata certamente houve resistência, podendo essa ter se apresentado nas mais variadas formas. A fuga e a formação de grupos de escravos fugidos foi uma constante nesse período e a mesma podia dar-se de maneira individual ou coletiva, havendo, no entanto, um objetivo comum pós-fuga: diluir-se no anonimato da massa escrava e de negros livres, acompanhados, muitas vezes, de vários outros personagens sociais como o índio, por exemplo.

A fuga que levava à formação de grupos de escravos fugidos, aos quais freqüentemente se associavam outros personagens sociais, aconteceu nas Américas onde vicejou a escravidão. Tinha nomes diferentes: na América espanhola, palenques, cumbes (...) No Brasil esses grupos eram chamados principalmente quilombos e mocambos e seus membros quilombolas, calhambolas ou mocamboeiros. (REIS & GOMES, 1996, p. 9-10).

A forma mais característica de resistência ao escravismo foi a fuga e a posterior constituição de “quilombos”. Essa denominação designou as concentrações habitacionais dos escravos fugidos que procuravam assim constituir, no período, uma sociedade paralela à sociedade oficial constituindo uma cultura de

⁶⁸ SHIRLEY (1987).

resistência. Os dispositivos legais utilizados desde o período colonial transcorreram no tempo e permaneceram com as mesmas denominações até a atualidade, contribuindo para a criação no imaginário social da idéia errônea associada terminologia quilombo.

Processos sócio-históricos locais e regionais produziram, também, singularidades que precisam ser consideradas. Na Região Sul, por exemplo, é importante levar em conta a especificidade e a complexidade do fenômeno da territorialidade negra em virtude da maciça imigração européia, acentuadamente italiana e alemã, que produziram mitos sobre a “ideologia do branqueamento” principalmente no estado do Rio Grande do Sul, foco da nossa abordagem.

4.2. Evolução histórica da terminologia quilombo.

A primeira definição de quilombo: *toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles*, surgiu em resposta ao Rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino Português⁶⁹, em dezembro de 1740. Em relação ao emprego da terminologia quilombos, todos os autores tomam como base o marco das Ordenações Manuelinas e Filipinas⁷⁰ bem como os dispositivos legais do período colonial.

Quilombo, do *quimbundo Kilombo* com significado aderente à cidade, capital, povoação, aldeia - no Brasil colonial, na vigência do sistema escravista, adquiriu o conceito de aldeia habitada por negros ditos quilombolas que eram os escravos ou escravas nele refugiado. Quilombo, no período colonial, por extensão, podia servir de designação a uma região administrada por negros fugitivos. Tornaram-se comuns na vida colonial brasileira sendo o mais efetivo meio de opor-se à escravidão, e o Quilombo de Palmares, uma federação de quilombos, datado do século XVII e

⁶⁹ O Conselho Ultramarino é posterior ao Conselho da Índia sendo organizado em 1642 pelo rei D. João VI e apresentou-se como a mais importante instituição portuguesa de administração colonial e responsável por todas as matérias e negócios referentes à vida financeira das colônias da Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde e África.

⁷⁰ As Ordenações Manuelinas e Filipinas são oriundas do Direito Português. As primeiras destas compilações publicadas em Portugal foram as Ordenações Afonsinas, posteriormente, e em face da necessidade de reforma da legislação existente, D. Manuel I ordenou a elaboração de novas Ordenações, surgindo, assim, as Ordenações Manuelinas em 1521 (data de sua edição definitiva). Quanto às Ordenações Filipinas (prontas em 1595 e entrando em vigor somente em 1603) surgiram no seguimento da necessidade da reforma das Ordenações Manuelinas e de outras produções legislativas, e mantiveram sua vigência até o Código Civil de 1867, em Portugal e até o Código Civil de 1917, no Brasil.

provavelmente o mais estudado e famoso, foi considerado o maior, mais importante e duradouro quilombo da América.

LOPES (1988) afirma que quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos. MUNANGA (1995) demonstrou que o quilombo brasileiro era uma adaptação do quilombo africano reconstituído pelos escravizados opondo-se a estrutura escravista brasileira e substituída pela implantação de uma outra estrutura sócio-político característica.

Apesar da indisponibilidade de documentos fidedignos a respeito dos quilombos bem como sua ocorrência no território nacional e abrangência temporal, os mesmos apresentaram alguns padrões recorrentes⁷¹. É consenso que a maior incidência de formações quilombolas deu-se nos períodos de maior intensidade do tráfico de negros e em locais de maiores concentrações escravistas.

A primeira grande concentração registrada de escravos ocorreu nos canaviais do Nordeste, especificamente em Pernambuco, onde a conquista holandesa impulsionou o seu acontecimento em virtude da desorganização social ocasionada pela guerra que, conseqüentemente, minimizava a vigilância dos senhores de escravos⁷².

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial que oprimia os negros escravos eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida dos africanos: o tipo de organização social criado pelos quilombolas estava próximo do tipo de organização dominante na África. Os quilombos, deste modo, foram – para usar a expressão agora corrente em etnologia – um fenômeno contra-cultural, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos.

Havia, nos quilombos, uma população heterogênea, de que participavam em maioria os negros, mas que contava, também, com mulatos e índios. As atividades predominantes eram a agricultura, caça e pesca. O uso coletivo da terra tinha limites definidos e a propriedade era de uso comum: a regra era a pequena propriedade em torno dos vários mocambos, ou como escreveu RAMOS (1958, p. 3-4), a “posse útil” da terra.

(...) a apropriação do excedente era feita pela coletividade, não por grupos ou indivíduos. Como em todas economias de baixo nível técnico, não podia

⁷¹ CARNEIRO (1966).

⁷² CARNEIRO (1944, p.27).

haver produção de mais valia. Produzindo-se apenas valor de uso, não havia mercadoria e tampouco dinheiro. (ALFONSIN, 1988, p. 159).

Embora o movimento quilombola constituísse uma sociedade à parte da sociedade escravista, havia diversos tipos de ligações existentes entre ambos. Essas ligações podiam ser comerciais clandestinas, com contrabandistas e fazendeiros, ataques a viajantes ou rede de informações que começavam dentro das senzalas e terminavam dentro dos quilombos e, ainda, relações afetivas entre escravos e quilombolas, visto que esses comumente freqüentavam as periferias dos centros urbanos ou as fazendas do meio rural.

Quilombo era mais que uma simples tática de luta: era uma sociedade econômica, social e política organizada, à margem da sociedade escravista. Exercia domínio sobre um determinado território e possuía uma economia bastante complexa – policultura, artesanato, trocas comerciais, etc. (MAESTRI FILHO, 1979, p.86).

O escravo foi utilizado de forma variável no Brasil Meridional, conforme a área considerada se inserisse, num dado momento histórico, no plano da economia mercantil organizada para atender os estímulos das áreas mais desenvolvidas do País ou da região do Prata. Isto é: para atender o mercado que se formava graças à atividade da economia de exportação ou se organizasse nos moldes da economia de subsistência. No primeiro caso havia a utilização regular do braço escravo, no segundo caso a utilização do escravo tendia a ser insignificante⁷³.

O trabalhador negro escravizado contribuiu significativamente em todos os momentos da fundação e do desenvolvimento da sociedade sulina. Os cativos eram um dos principais produtos contrabandeados em Sacramento. (...) a seguir, a exploração charqueadora ensejou a importação de quantidades significativas de cativos. (MAESTRI, 1996, p. 295).

A participação do negro na formação do território do Rio Grande do Sul variou ao longo da história. Veremos, assim, a formação dos quilombos no Estado.

4.3. A formação de quilombos no Rio Grande do Sul.

A introdução do escravo no RS ocorreu a partir da primeira metade do século XVIII. Os escravos negros trabalhavam na agricultura, nas estâncias e, sobretudo a partir de 1780, na produção do charque, na região de Pelotas⁷⁴.

⁷³ CARDOSO (1962, p. 25-36).

⁷⁴ A produção das charqueadas era executada pelo trabalho braçal escravo em condições bastante desfavoráveis em razão das condições climáticas, precariedade de infra-estrutura e exigências severas ditadas pelo próprio regime escravocrata no sul.

Em 1780, a maior concentração numérica de escravos encontrava-se em Viamão e Triunfo. Porto Alegre havia sido recém promovida a capital da província e ocupava o quinto lugar em número relativo de escravos (fig. 49). Em Pelotas e Piratini a população escrava superava a branca sendo que, em Pelotas, o número de negros constituía mais que o dobro de indivíduos brancos. Em Triunfo, Santo Amaro (atual General Câmara), Porto Alegre e Conceição do Arroio (Osório) a população negra virtualmente igualava-se à branca⁷⁵.



Fig. 49– A população negra no Rio Grande do Sul em 1814 e 1850. Fonte: <http://www2.uol.com.br/simbolo/raca>, disponível em abril de 2004.

Em relação à procedência dos escravos para no Estado, três, em cada quatro negros, eram originários do Rio de Janeiro e o restante provinha dos portos nacionais⁷⁶. Há algum consenso de que essa população se dividia entre negros *crioulos*, ou seja, indivíduos nascidos no Brasil e para aqui transferidos, *ladinos*, isto é, indivíduos que já haviam trabalhado em outras regiões do país, e ainda africanos que aqui chegaram após terem passado por algumas regiões brasileiras, entre elas, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, e mesmo africanos que chegaram ao Rio Grande do Sul provenientes da Argentina e do Uruguai.

Os africanos emigrados para o estado denominavam-se, genericamente: Angolas, Congos, Minas e Moçambique⁷⁷. Segundo WEIMER (1991, p. 15), a procedência dos negros para o Rio Grande do Sul era a seguinte (tab. 02):

⁷⁵ Sobre o trabalho escravo no Rio Grande do Sul ver: WEIMER (1991).

⁷⁶ MAESTRI (1985).

⁷⁷ MONTI (1978, p. 186-187).

Nação	1802	1803	Total	%
Angola	225	110	335	33.80
Benguela	339	15	354	35.73
Congo	30	2	32	3.23
Cabinda	7	4	11	1.11
Mina	35	26	61	6.16
Mohumbe	2	2	4	0.40
Quissama	7	2	11	1.11
Rebolo	33	5	38	3.83
Monjolo	7	0	7	0.71
Cassange	19	11	30	3.03
Messambe	4	0	4	0.40
Songo	3	1	4	0.40
Ganguela	6	1	7	0.71
Ambaca	0	2	2	0.20

Tab. 02 – Procedência dos negros no Rio Grande do Sul. Fonte: Weimer (1991, 15).

Nesse período, existiam, no Rio Grande do Sul, em regiões com tradição escravista, arroios, localidades, ilhas com a denominação quilombo. Entre elas: Porto Alegre, Pelotas, Rio Pardo, Jaguarão, Osório, Viamão, Santa Maria, Santo Antônio. LAITANO (1957, p. 35) apresenta uma das estatísticas mais antigas a cerca da quantificação de negros no período colonial no Rio Grande do Sul, precisamente em 1780. Esse levantamento mostra uma população dividida em, aproximadamente, metade de brancos e metade constituída por duas partes de índios e três partes de negros.

A incidência de quilombos cresceu nos últimos anos da escravidão com o fortalecimento da resistência servil e a desagregação da ordem escravista. Uma das primeiras referências conhecidas de um quilombo no Rio Grande do Sul refere-se à sua destruição em 1813, em uma área com dez quilombolas no “sertão da Serra Geral”. Há registro, em 1835, do quilombo de Manoel Padeiro, perto de Pelotas, um dos principais pólos de resistência escrava no Rio Grande do Sul. A constituição de quilombos tornou-se freqüente a partir de 1835 com o início da Revolução Farroupilha⁷⁸.

O *Diccionario Geographico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul* registra, em 1914, com a denominação de Quilombinho, um arroio no município de Jaguarão, com a denominação de Quilombo, lugares nos municípios de Soledade, Santo Antônio, São Leopoldo e Herval; arroios nos municípios de Viamão, Santo Antônio, Santa Maria, Rio Pardo, Santa Cruz, Jaguarão, Pelotas, Caí e

⁷⁸ SEFFNER (1995).

Conceição do Arroio. Registra, igualmente uma ilha no Guaíba, um povoado no município de Taquara e um capão no município de Conceição do Arroio.

Houve presença de quilombos no litoral, na serra e na campanha sendo mais freqüentes nas cercanias dos principais centros urbanos como Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande, e a grande maioria na área rural. O sul conheceu seus primeiros quilombos no final do século XVIII e esses nunca foram grupamentos de porte, o que se justifica por inúmeros fatores: a não ocorrência de acidentes geográficos que protegessem territorialmente os quilombolas na maior parte da área sulina, sendo que a região serrana era um núcleo à parte em virtude da defesa árdua de seus espaços pelas comunidades cativas e da presença também de imigrantes europeus.

Em Porto Alegre, nos morros que cercavam a vila e nas ilhas próximas do Guaíba, havia pequenas concentrações de escravos fugidos da capital, sendo comum o refúgio de cativos nas ilhas fluviais e lacustres bem como cercanias de centros urbanos e, MAESTRI (1996) refere-se a esses quilombos como Câmara. Não há documentação de quilombos nos arrabaldes da capital no século XVIII, porém, no início do século XX, há registros de uma ilha denominada Quilombo sendo que uma parte da ilha das Flores, próxima a Porto Alegre, é ainda conhecida como Ilha do Quilombo.

A ocupação territorial negra no Rio Grande do Sul foi um fenômeno específico. A presença negra no estado é permeada de misticismos vinculados à maciça imigração européia acentuadamente italiana e alemã. A construção dessa concepção liga-se a entradas de imigrantes no Estado ocorrida durante os anos de 1885 e 1889 e coincidentes com importante período do movimento abolicionista rio-grandense de 1884 e 1888. Relacionar esses processos – escassez de mão-de-obra no Sul com o aumento da imigração e formação de atitudes antiescravistas como uma relação de causa e efeito apresenta-se como um raciocínio simplista: elas não são suficientes para explicar tais fenômenos⁷⁹, como veremos a seguir.

A abolição da escravatura no Rio Grande do Sul deu-se em 1884⁸⁰. O movimento abolicionista gaúcho iniciou-se em meados de 1869: em 18 de junho, *cinquenta intelectuais gaúchos fundaram o Partenon Literário*⁸¹. Essa sociedade

⁷⁹ CARDOSO (1962, p. 25-36).

⁸⁰ No Ceará a abolição da escravatura deu-se em 1883, no Amazonas em 1884. A abolição no Rio Grande do Sul não significou o fim da exploração compulsória do trabalho negro e se perpetuou para muito além dessa data.

⁸¹ BENTO (1976, p. 240-241).

destinava-se a libertar crianças escravas, sendo uma das primeiras do gênero na fase do abolicionismo brasileiro 1869-1888. Em 28 de setembro de 1871, foi sancionada a lei do ventre livre⁸² no Estado, e em 29 de outubro do mesmo ano, em Pelotas, foi batizado o primeiro beneficiário da lei Rio Branco⁸³.

A abolição formal da escravidão representou uma armadilha para grande parte dos escravizados já que a abundância de mão-de-obra acrescida com a chegada dos imigrantes europeus ao Estado significou imediato desemprego. Em relação à política migratória⁸⁴, era vetado aos imigrantes possuir cativos, tendo em vista *a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia*. No emprego de mão-de-obra barata havia uma nítida predileção pelos imigrantes europeus⁸⁵ sendo que os negros, ex-escravos, ficaram à margem enquanto trabalhadores livres.

É provável que o Rio Grande do Sul tenha sido um dos mais importantes exportadores de escravos para as regiões cafeeicultoras, na falta de trabalho para a população negra no Estado: São Paulo representava o setor de ponta da economia brasileira com o café, enquanto o Rio Grande do Sul dependia da venda dos gêneros agropecuários para o interior do país para a acumulação capitalista tendo, ainda, pequeno contingente de mão de obra disponível para assalariar-se. Desfaz-se o mito de estado “mais branco”: os negros aqui existentes, que na formação do Estado em algumas cidades constituíam a maioria, ao que tudo indica, foram vendidos para cafeeicultores de São Paulo⁸⁶.

Os negros que permaneceram no Rio Grande do Sul estavam, ainda, sob o domínio branco: a abolição no RS não significou o fim da exploração compulsória do trabalho negro. A elite branca “inventou” a ideologia do branqueamento diante da presença do negro como forma de manter a comunidade negra ainda sob seu domínio, essa mesma elite que utilizou maciçamente mão-de-obra escrava negra e era adepta de teorias racistas vigentes na Europa do início do século.

⁸² A Lei do Ventre Livre (1871) foi considerada a primeira lei abolicionista, embora com pouquíssimos efeitos práticos: libertava os filhos de escravos nascidos a partir dessa data, mantendo-os, porém, sob a tutela de seus senhores até atingirem a idade de 21 anos.

⁸³ Lei Visconde do Rio Branco considerou livres os filhos de mulher escrava nascidos no Brasil após 1871.

⁸⁴ A predileção pelo emprego de mão-de-obra européia dá-se com apoio institucional.

⁸⁵ Sobre a questão ver: PESAVENTO (1999).

⁸⁶ Sobre a abordagem ver: CONRAD (1978).

A ideologia do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças 'mais adiantadas' e 'menos adiantadas' e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. (...) a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. (SKIDMORE, 1976, p. 21).

Durante a transição da abolição da escravatura para o assalariamento, Porto Alegre tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, o principal centro de atração para os libertos. A constituição de territórios negros no Rio Grande do Sul deu-se, primeiramente, nos quilombos, apresentando-se como sociedade paralela e cultura de contraste, sendo um fenômeno contra-culturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade "oficial" e restauração dos valores antigos.

Durante todo o período escravocrata vivia-se e trabalhava-se, sobretudo, no campo: nas fazendas e nas charqueadas, e era o campo a célula sócio-produtiva dominante e importante centro de importação de mão-de-obra escrava. No Brasil escravista, cidade e campo viviam em estreita simbiose por manterem entre si uma relação de co-dependência. Algumas terras em que residem os afrodescendentes situam-se atualmente, em virtude da expansão da malha urbana, próxima ou no interior de centros urbanos. Através da expansão citadina, algumas áreas passam, então, a inserir-se se na cidade constituindo verdadeiros territórios negros urbanos, objetos desse estudo.

Em uma perspectiva antropológica mais recente, referindo-se a quilombos como um conjunto possível de indivíduos ou atores sociais organizados em conformidade com sua situação atual, os grupos étnicos existem ou persistem em sua existência ao longo da história como um "tipo-organizacional" segundo processos de exclusão e inclusão⁸⁷, constituindo o que hoje se denomina de *remanescentes de quilombos*.

A série de publicações Comunidades Tradicionais (2004)⁸⁸ relatam diferentes estudos de caso que constituem laudos periciais sócio-antropológicos sobre as comunidades negras rurais visando atender à demanda de seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos nos termos exigidos pelo Artigo 68

⁸⁷ O'DWYER (2002, p. 14).

⁸⁸ A série, editada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (maio/2004), constitui-se de três obras: Ancestralidade Negra e Direitos Territoriais – na comunidade de São Miguel e Rincão dos Martimianos/RS, O Legado do Testamento – a comunidade de Casca em perícia e Comunidade Negra de Morro Alto – Historicidade, identidade e Territorialidade.

do ADCT da Constituição Federal de 1988. O trabalho contempla a visão corrente de relativização do conceito de quilombo em uma abordagem contemporânea.

4.4. As áreas remanescentes de quilombos.

A expressão remanescente das comunidades de quilombos emerge primeiramente na Assembléia Constituinte de 1988. Os contrapontos existentes entre os atuais impasses do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e o processo de regulamentação em curso é dificultado por artimanhas e estratégias, dentre as quais os equívocos gerados pela errônea utilização terminológica que se refere às áreas remanescentes de quilombos, distanciando essa comunidade do direito reivindicado à permanência e o reconhecimento legal das terras ocupadas e cultivadas para a moradia e sustento além do livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade.

A Constituição de 1988 reconheceu, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Art. 68. *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos*”. Segue, no art.215, a garantia de proteção das manifestações culturais populares afro-brasileiras bem como tombamento de todas as documentações e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O texto final do Artigo 68 da Constituição Federal, ao falar em remanescentes das comunidades dos quilombos já dificultava, de início, a compreensão do processo criando vários impasses conceituais. Aquilo que advinha como demanda social, com o principal intuito de descrever um processo de cidadania incompleto e, portanto, abranger uma grande diversidade de situações envolvendo os afrodescendentes, tornou-se restritivo, por remeter à idéia de cultura como fixa. A noção de remanescente, como algo que já não existe ou em processo de desaparecimento, e também a de quilombo, como unidade fechada, igualitária e coesa, tornou-se, também, extremamente polêmica.

Posteriormente, a Portaria do INCRA nº 307, de 22 de novembro de 1995, determinou que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tivessem suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas. A Portaria FCP (Fundação Cultural

Palmares), de 13 de julho de 2000, veio estabelecer normas para reger os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação, levantamento cartorial e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, de modo geral, também autodenominadas "Terras de Pretos", "Comunidades Negras", "Mocambos", "Quilombo", dentre outras denominações congêneres.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada, em 1994, pelo Ministério Público Federal para dar o seu parecer elaborando um conceito de remanescente de quilombo que desmistifica a visão de quilombo como resíduo arqueológico de ocupação temporal, desfazendo a idéia de isolamento geográfico e de população homogênea e eminentemente negra. O documento posicionou-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo e evidenciou seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade.

A terminologia adequada relacionada a quilombos é muito mais complexa e abrangente. A designação quilombos não se limita somente a negros fugitivos visto que muitas terras foram obtidas sob a forma de doação, usucapião e, ainda, casos em que as terras que serviram de base para a formação do grupo foram perdidas por intimidação, venda sob coação e violência. Essa designação foi corrente no período colonial.

Atualmente, o quilombo pode ser visto a partir da dimensão global atribuída ao fenômeno, ou seja, a todas as coletividades descendentes de afro-brasileiros identificadas através da constatação da existência de vínculos sócio-históricos e cuja historicidade traduz-se na demanda social por reconhecimento e regularização fundiária.

Muitas vezes a incorporação da identidade coletiva das lutas é maior que a abrangência de um critério racial, não sendo raro encontrar pessoas com descendência indígenas⁸⁹ e brancos vivendo em quilombos e se autodefinindo como

⁸⁹ Embora pareça pertinente igualar a questão das terras de quilombos às terras indígenas, ambas são semelhantes apenas quanto aos desafios e embates visíveis, no plano conceitual (quanto à identificação do fenômeno referido) e no plano normativo (quanto à definição do sujeito do direito, os critérios, etapas e competências jurídico-políticas). Não por acaso, há freqüentemente, esta relação emblemática entre as lutas indígenas pela demarcação de terras e a dos afrodescendentes pela titulação das áreas que ocupam, em alguns casos há mais de um século. Quanto ao reconhecimento das terras indígenas, o Estado Brasileiro tem procedido da seguinte forma: decretação de áreas

pretos. Em diversas situações, índios e negros, por vezes aliados, lutaram - desde o início da ocupação e exploração do continente - contra os vários procedimentos de expropriação de seus corpos, bens e direitos. Os negros, diferentemente dos índios, desde muito inseridos territorialmente, enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas culturais.

Em diferentes partes do Brasil, sobretudo após a abolição, os negros foram desqualificados e os lugares em que habitam foram abandonados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao Estado. A questão da identidade cultural do quilombo contemporâneo bem como a inclusão de áreas remanescentes na essência dessa terminologia relaciona-se a compreensão de sua trajetória histórica, estratégias de sobrevivência e autodeterminação.

O resgate do termo quilombo como um conceito sócio-antropológico, não exclusivamente histórico, proporciona o aparecimento de novos atores sociais ampliando e renovando os modos de ver e viver a identidade negra; ao mesmo tempo permite o diálogo com outras etnicidades e lutas sociais, como a dos diversos povos indígenas no Brasil. (LEITE, 2004)⁹⁰.

É a questão interpretativa da terminologia quilombo que determina a aplicabilidade jurídica do artigo constitucional. Áreas remanescentes de quilombos, em uma relativização do conceito, são uma bandeira do movimento negro, pautada na resistência territorializante nessa espécie de “escravismo contemporâneo”, que é a condição social-econômica-cultural perpetuada apresentada pela comunidade negra historicamente segregada. O que configura a demanda social identificada como quilombola não é a existência de vínculos escravistas, mas o espírito coletivo da comunidade negra tradicional, as redes de parentesco, o esforço pela manutenção das unidades familiares centradas em um território e as redes comunitárias de autoproteção.

Desafia-se ideologicamente a efetividade do princípio jurídico da igualdade e reconhecimento da realidade social, bem como da histórica discriminação negra, ao utilizar o conceito “quilombos” de maneira tão restritiva perpetuando, assim, as já arraigadas pré-compreensões a respeito da natureza de todas as relações sociais ocorridas no País.

reservadas, embora grande parte das solicitações esteja ainda sem resposta, legislação protetora e instituições e projetos assistencialistas. Ver: ARRUTI (1977).

⁹⁰ Disponível em: <http://www.nead.org.br>, em abril de 2004.

ALMEIDA (1998) conduziu à demonstração de que a questão das chamadas terras de quilombos deve ser remetida à formalização jurídica das terras de uso comum, ou seja, domínios doados, entregues ou adquiridos, concessões feitas pelo Estado, áreas de apossamento ou doadas em retribuição aos serviços prestados. As chamadas terras de preto compreendem as diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, onde, inclusive, não apenas os afrodescendentes estão envolvidos, diferentemente do que prega a nossa legislação.

Pode-se estabelecer as seguintes relações entre as conceituações no Brasil (tab. 03):

Quilombos no período colonial.	Terminologia empregada no período escravocrata para designar concentrações habitacionais de escravos fugitivos. Núcleo de caráter coletivo constituindo uma sociedade econômica, social e política organizada paralela à sociedade escravista. Exercia domínio sobre um determinado território, possuindo uma economia complexa e apresentando propriedade de uso comum.
Quilombola	No sistema escravista, escravo fugitivo habitante de quilombos. Atualmente, por extensão conceitual: habitante de comunidades negras afrodescendentes exercendo domínio sobre o território.
Quilombos na atualidade	Comunidades afrodescendentes que ocupam áreas de origem dos escravos fugitivos com relativo isolamento geográfico em áreas essencialmente rurais.
Áreas remanescentes de quilombos.	Comunidades afrodescendentes que não ocupam áreas que eram suas de origem, independentemente de laços escravistas. Ocupações de caráter coletivo, população heterogênea que se auto-identifica como quilombola, apresentando, geralmente, propriedade de uso comum e familiar organizadas em redes comunitárias de autoproteção.

Tab. 03 – Conceituações da terminologia quilombo no Brasil.

Tem-se, atualmente, a relativização do conceito quilombo através da terminologia áreas remanescentes de quilombos, sendo que a aplicabilidade do direito constitucional depende do correto emprego do conceito terminológico.

Entendemos os remanescentes de quilombos como uma estruturação oriunda de comunidades negras descendentes de negros escravizados vindos de várias regiões do continente africano, constituindo territórios negros de comunidades afrodescendentes que apresentam alguns padrões recorrentes. A organização territorial dos remanescentes de quilombos no Brasil apresenta características geográficas comuns. Na abordagem da geografia, essas áreas são tomadas como sítios geográficos⁹¹.

Os descendentes vivem principalmente no espaço rural brasileiro, mas muitos núcleos estão hoje incorporados às áreas urbanas do País. ANJOS (1999, p. 88)

⁹¹ ANJOS (1999, p. 35).

efetuou o primeiro mapeamento de localização geográfica de áreas remanescentes de quilombos em território nacional registrando, até setembro de 1999, 848 ocorrências no Brasil⁹² (fig. 50).

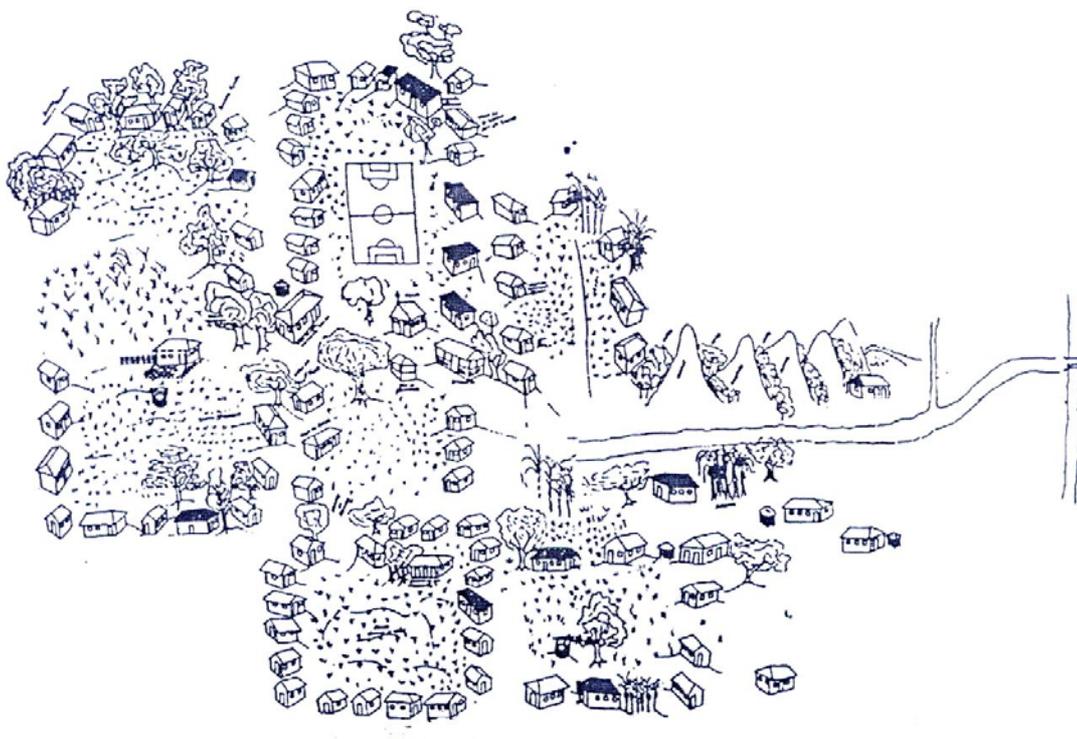


Fig. 50 – Implantação esquemática de área remanescente de quilombo no Maranhão. Comunidade de Jamary-Turiaçu, no Maranhão. Ilustração de 1994. Fonte: ANJOS (1999).

A oportunidade de resgate da identidade e construção de uma memória dos remanescentes de quilombos permite o avanço de muitas questões, porém, muitas outras reflexões tornam-se necessárias ainda, principalmente no âmbito espacial. É a lacuna existente na cultura afro-brasileira que continua merecendo reflexão, investigação e conhecimento⁹³.

As áreas remanescentes de quilombos, especificadamente os núcleos assentados no meio urbano, podem ter seu conceito igualado a territórios negros urbanos no âmbito de sua organização sócio-espacial? Quais são os padrões espaciais comumente encontrados nessas áreas que podem ser justificados pela herança histórica comum à África, configurando um espaço altero com características específicas?

⁹² O estudo apontou que as maiores ocorrências estão nos estados do Nordeste e do Norte do país: o Nordeste apresenta 60% dos registros, computando 511 casos, sendo que na Bahia estão concentrados 250 áreas e no Maranhão, 163 ocorrências. A região Norte detém 25% dos remanescentes do Brasil, os quais estão concentrados no Pará (196). A extensão territorial com início em Minas Gerais, passando pela Bahia, Maranhão e o Pará assumem importância particular em razão da elevada concentração de registros remanescentes de quilombos.

⁹³ ANJOS (1999, p. 10).

Visando suprir a invisibilidade de estudos no que concerne à configuração espacial sistematizando processos de territorialização, incidimos inicialmente na formação dos territórios negros em áreas urbanas para então proferir análise morfológica em núcleos com diferentes dimensões. Informações espaciais sobre a territorialidade africana, vista no capítulo anterior, são fundamentais para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel e a inserção do negro na sociedade brasileira.

4.5. A formação dos territórios negros urbanos em Porto Alegre.

No Sul, Porto Alegre foi um grande centro receptor de escravos procedentes de área rural no período pós-abolicionista. Havia um processo dúbio nesse êxodo rural: a cidade atraía os negros alforriados para o centro e arredores fazendo uso das atividades a que sempre estiveram submetidos - as menos valorizadas e menos remuneradas, e considerava, também, a presença negra em área urbana central indesejável.

A estigmatização urbana esteve presente na cidade e designou certos lugares, personagens e práticas sociais conhecidos como *espaços malditos*, excluídos economicamente e socialmente, sendo esses territórios comumente associados à população pobre e negra. Os grupamentos étnicos negros eram particularmente contemplados nessa visão desterritorializante.

Finais do século passado e início do século XX, Porto Alegre passava por uma política de higienização da cidade e de normatização quanto ao uso do solo. A idéia dos governantes era tornar o centro um espaço nobre, limpo e moderno. O principal alvo dessa política de embelezamento era os becos do centro da cidade onde proliferavam os cortiços. No início do século XX, a Inspetoria de Higiene era o órgão encarregado de visitar os cortiços ditando as proibições estipuladas pela Intendência Municipal, órgão equivalente à atual Prefeitura⁹⁴.

A Intendência estabeleceria que os pobres que não pagassem as décimas urbanas deveriam ser retirados do centro. A polícia vigiava os lugares suspeitos, e o governo se preocupava com a possibilidade de realizar desapropriações e concedia favores às empresas que se dispusessem a construir moradias baratas para as classes populares urbanas... (PESAVENTO, 1999, p. 277).

⁹⁴ D'ÁVILA (2000).

Nesse período, a Legislação Municipal de Porto Alegre, lei nº 25 de 14/12/1898 e Lei nº 55 de 14/12/1910 estabeleceu a implantação de imposto de cortiços visando a extinção desse tipo de moradia, pelo menos na área central da cidade. A longa administração de José Montauray parece ter se encarregado da tarefa, criando uma taxaço sobre o valor locativo de cortiços e estalagens – e depois porões – que, em 1898, equivalia ao dobro (20%) da décima urbana, e que foi progressivamente aumentando no decorrer dos anos: 25% (1912), 30% (1917), e, finalmente, 50% (1922)⁹⁵.

O pensamento da época pregava *a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional, a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo (...)*.⁹⁶

Os arquivos do Departamento Municipais de Habitação (DEMHAB) de 1966 entendiam como maloca todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento nem higiene, com construção de madeira na maioria das vezes podendo, ainda, ser encontradas malocas de papelão ou lata.

Entre as décadas de quarenta e cinquenta ocorreu um grande crescimento dos espaços ocupados por loteamentos irregulares e vilas de malocas, como eram chamados os conjuntos de subabitações da época. Nega Fuzilica, moradora da Vila Marginal⁹⁷, é retratada como *talvez a mais antiga maloqueira de Porto Alegre juntamente com seu filho de pai ignorado: Fuzilica é selvagem em atitudes e palavras*⁹⁸ (fig. 51).

A Vila Marginal é descrita, no período, como *um amontoado de ranchos e autênticas malocas que um nortista chamaria de “mocambo”: folhas de zinco escoradas em palmeiras pitorescas, trapos estendidos sobre estacas formando paredes, quadradinhos irregulares feitos de retalhos de madeira, galharia morta*⁹⁹.

⁹⁵ KERSTING (1998, p. 123).

⁹⁶ KERSTING (1998, p. 15).

⁹⁷ Ao que tudo indica, a Vila Marginal localizava-se na parte leste da cidade, perto do cemitério no fim da Avenida Getúlio Vargas.

⁹⁸ D'ÁVILA (2000, p. 25).

⁹⁹ D'ÁVILA (2000, p. 25) reproduz parte de uma matéria encontrada na Revista do Globo de 23.06.1945, p. 57-60, escrita pelo jornalista Justino Martins.



Fig. 51 – Nega Fuzilica e seu filho, em 1945. Fonte: D'ÁVILA (2000, p. 27).

Em Porto Alegre, a partir da segunda metade do século XIX, o maior contingente de negros se encontrava nas cercanias da cidade, no Areal da Baronesa, na Cidade Baixa; imediações da atual Rua Lima e Silva e na chamada Colônia Africana, nos atuais bairros Bom Fim, Mont' Serrat e Rio Branco. Essa última tratava-se, em sua origem de uma *zona insalubre, localizada nas bordas de chácaras e propriedades que ali existiam, de baixa valorização e de pouco interesse imediato para seus donos, que foi sendo ocupada por escravos recém-emancipados*¹⁰⁰.

Assim, A Colônia Africana, o Areal da Baronesa, a Ilhota e Cabo Rocha, são exemplos de territórios negros urbanos submetidos à prática da descaracterização, além de outros territórios nômades de ocupação efêmera na cidade como a Esquina do Zaire.

4.5.1. A Colônia Africana.

A Colônia Africana, área de Porto Alegre habitada essencialmente por negros nas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, corresponde a uma parte do atual bairro Rio Branco (fig. 52).

Em 1916, o padre alemão Matias Wagner recebeu como uma missão da Igreja Católica promover o branqueamento religioso da Colônia Africana combatendo os cultos afros da comunidade. Os africanos e seus descendentes vão, assim, cedendo lugar a novos moradores e empurrados para mais longe.

¹⁰⁰ KERSTING (1998, p. 111).

A partir da década de 40, empurrados pela especulação imobiliária e por um processo higienizador, essa população foi transferida para a periferia, em áreas muitas vezes ainda rurais, em locais destinados àqueles que não se enquadravam numa idéia “moderna” de cidade.



Fig. 52 – A Colônia Africana em 1913. Vista da Rua Ramiro Barcelos esquina com a Rua Vasco da Gama. Fonte: WAGNER (1958, p. 19)

A Colônia trocou de nome para Bairro Rio Branco na tentativa de apagar a antiga imagem negativa do local, em uma homenagem ao Barão do Rio Branco, e o lugar transformou-se numa das áreas nobres da elite branca de Porto Alegre, vizinho ao tradicional bairro judeu Bom Fim. No mínimo irônico um território anteriormente denominado Colônia Africana, em razão da presença maciça de negros, seja chamado de Rio Branco, caracterizando o predomínio de não-negros nesta área e culminando na completa descaracterização do bairro antigo entre as décadas de 1940-1960.

4.5.2. O Areal da Baronesa e Ilhota.

A Cidade Baixa abrigou as ruas pertencentes ao Areal da Baronesa e a Ilhota. Estes dois territórios eram próximos geograficamente e mantinham uma série de redes de sociabilidades entre seus habitantes, sendo difícil estabelecer corretamente suas fronteiras.

O Riacho, também denominado Riachinho, definia, naquele período, grande parte da fisionomia do território e sua presença marcou significativamente o

cotidiano desses espaços, tanto por suas freqüentes inundações quanto pelas experiências vividas cotidianamente pela população habitante da área¹⁰¹.

O Riacho criou fronteiras físicas no interior da cidade e também simbólicas, associando os moradores de suas cercanias a uma população pobre, negra e marginalizada. Essa população compunha-se, em sua maioria, por biscateiros, empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, prostitutas, desempregados, operários, portuários, pequenos funcionários públicos, praças e graduados da Brigada Militar.

Areal, antigamente, tinha sua significação ligada aos pequenos lugarejos separados dos centros urbanos, indicando, na Porto Alegre do final do século XIX, as regiões próximas do núcleo central. O Areal da Baronesa era uma área pertencente à Baronesa do Gravataí e teve o nome acrescido de areal pela grande quantidade de areia que o fluxo do Riacho, responsável pelos constantes alagamentos da área, depositava nas proximidades da sua foz com o Guaíba (fig.53).

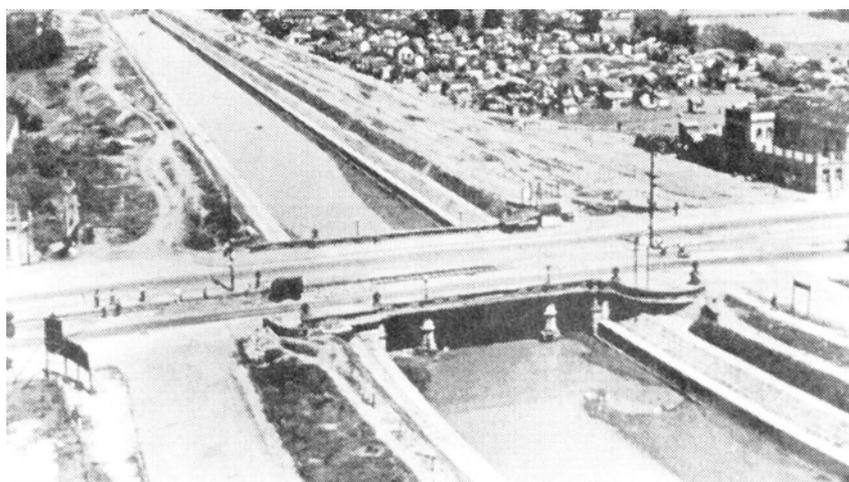


Fig. 53 – Em 1951, ponte Menino Deus sobre o Arroio Dilúvio depois de canalizado e urbanizado. À direita, ao fundo, a Ilhota. Fonte: D'ÁVILA (2000, p. 12).

O acesso à Ilhota somente era possível através das pontes, precariamente construídas por seus habitantes. Nos anos 30 e 40, a Ilhota esteve associada, no imaginário social porto-alegrense, ao carnaval popular, ao samba e ao batuque¹⁰². Sobre a Ilhota, o Correio do Povo de 1949 relatou:

¹⁰¹ Sobre os negros nas décadas de 30 e 40, ver: GERMANO (1999).

¹⁰² GERMANO (1999, p. 171).

A miséria impera na Ilhota, miséria negra (...) matagais, buracos, águas estagnadas, imundícies de toda a sorte envolvem o local, pode-se dizer, dentro do coração da metrópole (...) A zona será desapropriada e em seu lugar surgirá um logradouro moderno para descanso dos habitantes do Menino Deus. Tudo está previsto no plano de urbanização da Prefeitura para aquele local e toda Ilhota será aterrada, assim como o pequeno Riacho que a circunda.

As áreas negras da Cidade Baixa desapareceram da geografia urbana em razão da canalização do Arroio Dilúvio e do parcelamento do solo, com venda de lotes, em 1879. O local perdeu inteiramente suas características depois da execução do Projeto Renascença que resultou na abertura da Avenida Érico Veríssimo, precedida de desapropriações na antiga Ilhota.

A formação étnica heterogênea do atual bairro Cidade Baixa está relacionada aos descendentes de africanos, e o Areal da Baronesa e a Ilhota podem ser considerados, pelo menos até a década de quarenta, como um dos territórios negros que a cidade comportou no passado.

4.5.3. O Cabo Rocha.

A Rua Cabo Rocha iniciava nas proximidades da Rua Arlindo, que ficava ao lado da Ilhota, e terminava na Rua Santana, também nas cercanias do bairro Cidade Baixa. Como os demais territórios negros, sofreu inúmeras desterritorializações, sendo, inclusive, re-batizada nos anos 50 com o nome de Rua Prof. Freitas e Castro, em homenagem ao médico, higienista, diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e membro do Conselho Municipal de legislatura de 1921/1924.

A mudança do nome da rua, de Cabo Rocha para Freitas e Castro, foi parte de um processo de urbanização e re-significação daquele espaço, cujo resultado foi sua desterritorialização física e simbólica.

Anos mais tarde, essa rua passou a abrigar o Palácio da Polícia Civil e o Hospital Ernesto Dorneles, através do qual pode-se medir o êxito alcançado pelas mudanças levadas à área, principalmente, a partir dos anos 50.

4.5.4. A territorialidade efêmera da Esquina do Zaire¹²⁵.

Desde a década de 70 ocorre um fenômeno social-antropológico em determinados pontos da área central, onde grupos negros reúnem-se em algumas ruas, bares, esquinas, galerias comerciais e nos *shoppings centers* no centro da cidade. A territorialidade efêmera caracteriza-se pelas manifestações estéticas e as maneiras de expressar gestos sociais e indumentárias.

Os negros da Esquina do Zaire desenvolveram, posteriormente, alguns critérios curiosos: qualificação profissional e integração social, constante participação nos eventos sociais evitando o uso de bebidas alcoólicas, linguajar chulo, demonstrando polidez nos gestos e elevação dos valores tradicionais da família - casamento e monogamia. Os integrantes do grupo que não se adequassem às regras, eram classificados como impuros, com riscos de sofrerem indiferença por parte do grupo ou mesmo exclusão¹⁰⁴.

4.5.5. Transição entre os territórios negros nas primeiras décadas do século XX e as locações atuais.

As tendências urbanas, em meados do século XX, apontavam para o desaparecimento e modificação dos espaços da cidade, principalmente no final dos anos cinquenta. Conseqüentemente, a identidade cultural negra também estava em processo de mudança.

Grande parte da população de núcleos irregulares centrais foi removida para terrenos localizados em então zonas rurais da cidade, completando o ciclo de expulsão sistemática e gradativa iniciado com as políticas higienistas municipais que atingiu a população negra e pobre habitante das áreas centrais da cidade.

Em 1952, a localização das vilas é associada aos terrenos próximos ao fim das linhas dos bondes¹⁰⁵. Nesse período, essa área compreendia o centro da cidade, à altura da rua Conceição até a região de Navegantes; o bairro Partenon - com as vilas Maria Conceição e Santa Luzia; vilas no Menino Deus e no “morro do

¹²⁵ Esquina do Zaire é uma alusão à seleção nacional de futebol do Zaire, que disputou um jogo classificatório com a seleção brasileira, no Campeonato Mundial de Futebol, em 1982. Para os negros a situação foi um dilema: torcer para a seleção do Brasil ou do Zaire. Os grupos negros que se reuniam, no período, na Esquina do Democrática, passando a denomina-la Esquina do Zaire. Em setembro de 1982 surge, também, um informativo carnavalesco: o Folhetim do Zaire, fundado pelo carnavalesco Morency Teixeira.

¹⁰⁴ SEFFNER (1995).

¹⁰⁵ Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume.

Menino Deus”, além de outras vilas nos bairros Teresópolis e Cristal – provável localização da atual Vila Cruzeiro (fig. 54).



Fig. 54 – As vilas em Porto Alegre na década de 40-50. Em 1945, a Vila dos Marginais, à esquerda. À direita, Vila Santa Luzia, em 1956. Fonte: D'ÁVILA (2000, p. 26 e 44, respectivamente).

Em 1958, o DEMHAB registrou a crescente proliferação de malocas dentro do perímetro urbano, obrigando o poder público a subdividir a cidade em zonas concêntricas para atacar o problema por etapas, a fim de *por meio da fiscalização à construção clandestina, impedir as construções ilegais muitas vezes praticadas por pessoas que vivem de negociatas com malocas*¹⁰⁶. (fig. 55 e fig. 56).



Fig. 55 – As vilas em Porto Alegre nas décadas de 50-60. Arroio Cavalhada, uma das vilas em crescimento na Porto Alegre dos anos 50, à esquerda. À direita, Vila Tronco, já no final dos anos 60. Fonte: D'ÁVILA (2000, p. 136 e 61, respectivamente).

¹⁰⁶ D'ÁVILA (2000), sobre a abordagem, especificamente ver o cap. 2: a conjuntura dos anos 1940 e 1950 e seus reflexos diretos na habitação.

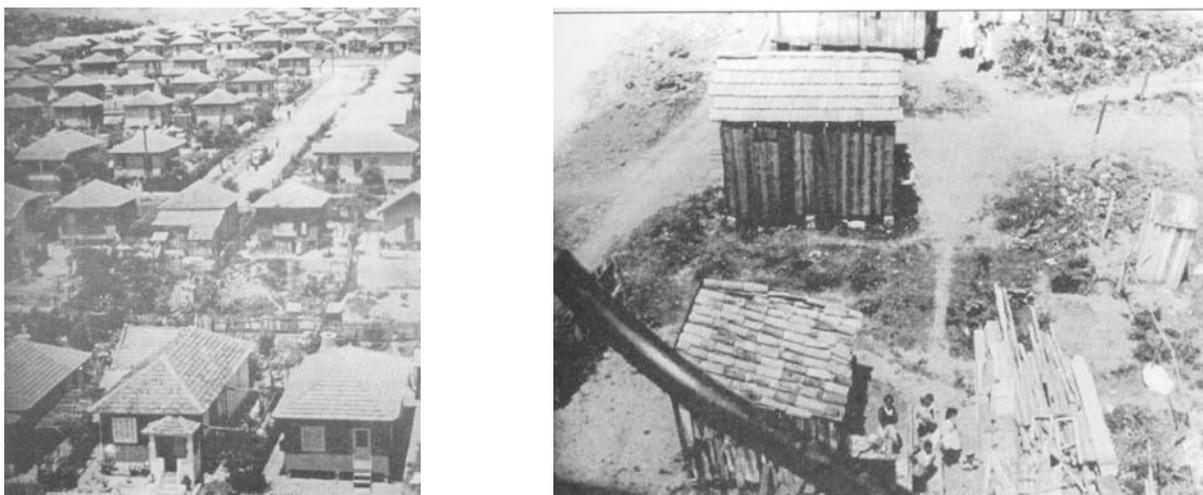


Fig. 56 – As vilas em Porto Alegre nas décadas de 50-60. À esquerda, Vila Elisabete, no Bairro Sarandi, em 1956. O Bairro São José, em 1958, à direita. Fonte: D'ÁVILA (2000, p. 33 e 11, respectivamente).

No mesmo ano, Porto Alegre apresentava trinta e seis vilas de malocas sendo que, entre elas, as maiores eram a Dona Teodora e a Santa Luzia. Nesse período, ainda, várias vilas foram inauguradas sem infra-estrutura: Vila Santa Anita (1953), Vila Sarandi (1953), Vila Vargas (1955), Vila Santo Agostinho (1956), Vila São Borja (1958) e Vila Santa Rosa (1959).

O Departamento Municipal de Habitação propõem *a remoção de malocas que se encontram em lugares insalubres e que jamais poderão ser do ocupante, melhorando-as, transferindo-as para terrenos adequados*¹⁰⁷.

É o caso da formação do Bairro Restinga, em terreno adquirido com verbas municipais e local de destino dos habitantes removidos das Vilas Teodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia. O complexo da Restinga surgiu como um loteamento para abrigar cinquenta mil pessoas, e em 1990 já abrigava cento e cinquenta mil habitantes¹⁰⁸ (fig. 57).

¹⁰⁷ D'ÁVILA (2000, p. 51).

¹⁰⁸ Memória dos Bairros: Restinga (2000, p. 19).

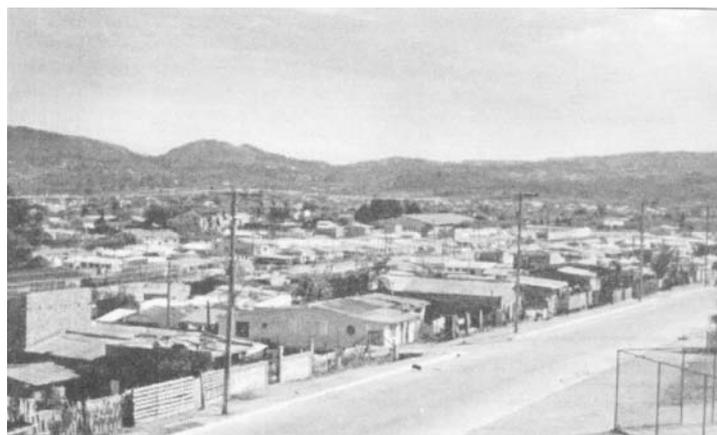


Fig. 57 – Os novos loteamentos promovidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A Vila Nova Restinga, em 1975, à esquerda, e o Arroio Cavalhada, em foto de 1995, à direita. Fonte: D'ÁVILA (2000, p. 81 e 141, respectivamente).

Em 1998, Porto Alegre contabilizava 73.057 domicílios irregulares localizados em *vilas de malocas*, demonstrando que a população marginalizada crescia a pleno vapor, apresentando um aumento de mais de 52% entre 1982-1998 (fig. 58).



Fig. 58 – Vila Chapéu do Sol no início dos anos 90, à esquerda, Vila Cai-cai, à direita. Fonte: D'ÁVILA (2000, p. 123 e 61, respectivamente).

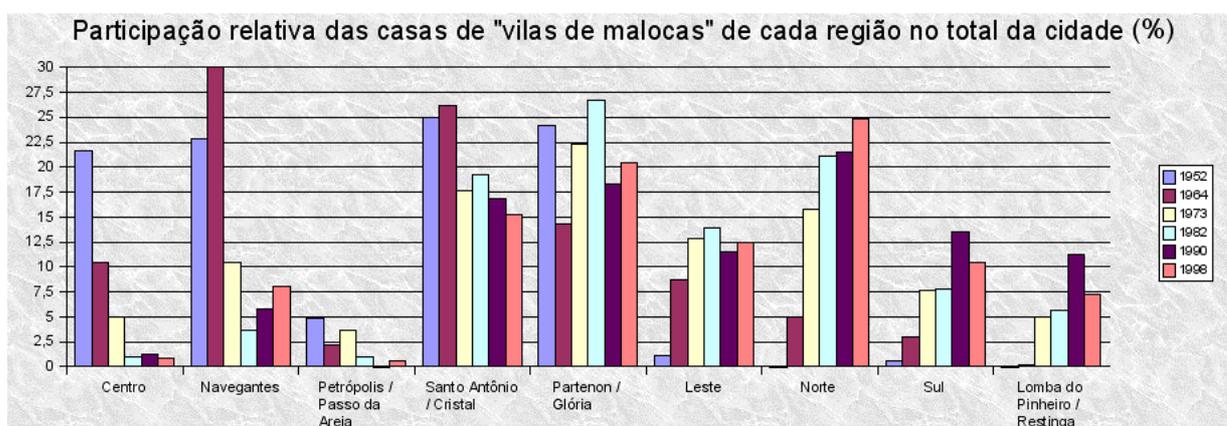


Fig. 59 – Participação das vilas por região no total da cidade. Fonte: Laudo (2004, p. 109).

As regiões periféricas, distantes do centro e com limitações de infra-estrutura urbana são as áreas preferenciais para reassentamento dessa população, promovendo reterritorializações e desterritorializações em relação aos grupamentos

étnicos contemporâneos negros. Os pobres são mais vulneráveis em seu deslocamento para outras áreas da cidade¹⁰⁹, as classes sociais de maior poder aquisitivo têm a flexibilidade da escolha do melhor local para o seu assentamento e maior mobilidade espacial, restando às classes de mais baixa renda os assentamentos nas terras baratas, ou o imperativo de se localizarem fora do mercado de terras, provocando o fenômeno de invasões¹¹⁰.

Entre os bairros e regiões que concentram os grupos populacionais de menores recursos nos grandes aglomerados urbanos estão os assentamentos irregulares e variáveis: área de risco, loteamentos irregulares e clandestinos, entre outros. Seguindo essa lógica, os grupos sociais de rendimentos mais elevados buscam áreas da cidade que contam com melhor infra-estrutura, aos grupos sociais menos abastados cabem as áreas degradadas e longínquas. *A concentração espacial dos domicílios e famílias pobres implica em seqüências sociais negativas, favorecendo a reprodução intergeracional da pobreza e indigência urbana*¹¹¹.

Onde exatamente estão localizados geograficamente os territórios negros urbanos contemporâneos após forçosas movimentações territoriais a que estiveram historicamente submetidos? Como é a configuração morfológica dos territórios negros urbanos contemporâneos espontâneos ou auto-gerados?

Excetuando a localização já conhecida e reconhecida da área remanescente de quilombo Família Silva, que tomamos sob o conceito morfológico herdado da formação primitiva africana *kraal*, objetivamos mapear, também, a localização dos territórios negros contemporâneos em dimensões morfológicas variáveis.

Para proferir análise da conurbação urbana do *kraal* brasileiro Família Silva, e localizar as equivalentes dimensões utilizadas nas análises conceituais morfológicas africanas, quilombo e formação citadina negra brasileira, estabelecemos considerações à cerca de dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos.

A forma mais precisa parece ser a medição objetiva fundamentada na construção de indicadores demográficos e sócio-econômicos, considerando dados relativos ao último censo demográfico de 2000 do IBGE e posterior cruzamento de dados significantes para a pesquisa, como levantamentos sócio-econômicos por

¹⁰⁹ Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004).

¹¹⁰ PANIZZI (1993, p. 324).

¹¹¹ Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Gabinete do Prefeito. Secretaria de Planejamento Municipal, 2004.

bairros. Esse é o caminho inicial a ser percorrido no objetivo de penetrar na forma de organização espacial da sociabilidade negra contemporânea.

4.6. Dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos – algumas considerações.

A multiplicidade de origens da população brasileira faz com que a categoria *etnicidade* adote uma posição cada vez mais estratégica nas análises históricas e sociais. Existem, porém, diversas dificuldades tanto de ordem teórica-conceitual como empírica na questão da tipificação racial, principalmente no que concerne a sua utilização nas estatísticas nacionais¹¹².

A utilização de estatísticas nacionais parece ser a forma mais precisa disponível para a medição objetiva fundamentada na construção de indicadores demográficos e sócio-econômicos. Esse é o caminho inicial a ser percorrido no objetivo de penetrar na forma de organização espacial da sociabilidade negra contemporânea. Os recenseamentos e pesquisas estatísticas são considerados como ferramentas que as pesquisas acadêmicas geralmente utilizam para determinar o tamanho e as características de sua população. A conceituação e a representação socialmente organizadas das diversas divisões do mundo social, entre elas, a da segmentação por cor, se vê assim refletida nessa nomenclatura, revelando o sentido de que *categorizar é um ato de conhecimento e de reconhecimento*¹¹³.

Os conceitos de cor e raça que tradicionalmente revelam o âmbito biológico no sentido hereditário apóiam-se em bases de identificação social e culturalmente construída e este é o ponto inicial a ser considerado na análise. Está implícito, nessa dimensão, formas distintas de auto-percepção – como o indivíduo se vê – bem como a percepção da visão dos outros sobre si.

Percebe-se que, na maioria dos estudos proferidos sobre características da população ativa segundo a cor e raça, a população preta e parda é analisada em conjunto para efeito comparativo com a população branca. Também para o movimento negro, as pessoas que se declaram pardas são consideradas negras.

¹¹² Os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000, nas dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos são utilizados no trabalho.

¹¹³ BERTHELEU (1977, p. 13).

Lançamos mão do emprego do mesmo recurso, unificando pretos/pardos sob a mesma terminologia.

Temos dimensão das limitações e vemos com desconfiança tanto a metodologia quanto os dados empregados pelo IBGE no mapeamento das características principalmente qualitativas na qual a categorização cor / raça é inserida. Na ausência de melhores recursos, lançamos mão do emprego de dados oriundos de levantamentos do IBGE nas dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos no decorrer dessa etapa do trabalho.

Passamos para as especificidades das dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos em Porto Alegre, foco do nosso estudo.

4.7. Dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos em Porto Alegre.

A área do município de Porto Alegre é de 470,25 Km² e a população é de 1.360.590 habitantes¹¹⁴. A composição étnica, foco de nosso interesse em Porto Alegre, é discriminada a seguir (tab. 04):

Cor / Raça	Absoluto	%
Branca	1.121.312	82,8%
Preta	118.640	8,7%
Parda	106.714	8,0%
Amarela	2.418	0,2%
Indígena	6.356	0,5%

Tab. 04 – A composição étnica do município de Porto Alegre. Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000: Primeiros resultados da amostra, Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios. Foram excluídos do total os que não declararam cor/raça.

Onde estão localizados os territórios negros urbanos? Estão concentrados em regiões específicas ou encontram-se uniformemente distribuídos no município de Porto Alegre? Conduzimos o processo de localização espacial dos territórios negros urbanos na cidade de Porto Alegre em duas fases:

1ª) Localização espacial dos bairros com concentração de população negra em duas variáveis:

a) bairros proporcionalmente negros: considerando a população preta/parda em relação ao universo do bairro, percentualmente. O raciocínio incide na localização distributiva da população negra em dado território;

¹¹⁴ IBGE, Censo demográfico 2000.

b) bairros quantitativamente negros: considerando a população preta/parda numericamente, quantificando a concentração numérica de habitantes negros em determinado bairro. O raciocínio incide na localização pontual da população negra em dado território.

2ª) Localização espacial dos assentamentos espontâneos inseridos nos bairros proporcionalmente e quantitativamente negros, auto-gerados, que não sofreram ou sofreram poucas intervenções de planejamento urbano e mantém, assim, as características morfológicas com menor grau de influência do ambiente externo.

Torna-se necessário, no mapeamento inicial da localização espacial dos bairros com concentração de população negra, a compatibilização de dados nas divisões por bairros no município em função da diversidade de critérios adotados na coleta de dados de cor/raça entre o IBGE e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, uma das dificuldades dessa pesquisa.

O IBGE utiliza critérios de áreas de ponderação nos levantamentos de cor / raça e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre arbitra dois critérios: a divisão de bairros oficiais do município apresentando dados quantitativos de cor / raça e as Regiões do Orçamento Participativo que apresentam os mapas da inclusão e exclusão social na cidade tornando possível a localização dos assentamentos espontâneos e auto-gerados, geralmente considerados irregulares.

4.7.1. O IBGE e as áreas de ponderação.

Define-se área de ponderação uma unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. Duas áreas de ponderação, por exemplo, têm conjuntos mutuamente exclusivos de setores censitários, e o conjunto formado por todas as áreas de ponderação forma uma partição exaustiva dos setores censitários.

As áreas de ponderação são definidas considerando o tamanho das mesmas, em termos de número de domicílios e de população, não podendo ser muito reduzidos sob pena de perda de precisão de estimativas e considerando, também, os níveis geográficos mais detalhados da base operacional como forma de atender a demandas por informações em níveis geográficos menores que os municípios e maiores que os setores censitários que não contemplam informações qualitativas populacionais como os dados de cor / raça.

Para o censo demográfico de 2000, foram usados métodos e sistemas automáticos de formação de áreas de ponderação que conjugam critérios tais como tamanho - para permitir estimativas com qualidade estatística em áreas pequenas; contigüidade - no sentido de serem constituídas por conjuntos de setores limítrofes com sentido geográfico e, ainda, homogeneidade em relação a um conjunto de características populacionais e de infra-estrutura conhecidas.

Atentamos para os graves problemas encontrados na formação das áreas de ponderação: bairros de características sócio-econômicas e morfológicas completamente diferentes encontram-se inseridos em uma mesma área de ponderação, como no caso da área composta pelos bairros Três Figueiras, Chácara das Pedras e Vila Jardim, gerando graves distorções de dados.

A descrição geral das áreas de ponderação do censo demográfico de 2000 para Porto Alegre contempla 49 unidades, distribuídas em 82 bairros (anexos - tab. 01), apresentando dados sobre:

1. número de domicílios particulares ocupados na amostra;
2. pessoas no universo da área;
3. pessoas residentes de cor/raça negra;
4. pessoas residentes com rendimento nominal médio mensal de até um salário mínimo¹¹⁵;
5. pessoas residentes sem rendimento nominal médio mensal¹¹⁶.

4.7.2. Os dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

4.7.2.1. A listagem oficial de bairros do município.

O primeiro bairro criado em Porto Alegre foi o Bairro Medianeira, através da Lei Municipal nº 1.762, de 23 de julho de 1957. Somente a partir deste ano as demais áreas da cidade passaram a ter denominações próprias, pois, até então, a divisão era feita por distritos. Em 1959, através da Lei nº 2.022, além da delimitação do Centro, foram criados outros 58 bairros.

Existem algumas áreas municipais sem denominação oficial, constituindo zonas indefinidas, conhecidas, porém, por outras designações, caso do Morro

¹¹⁵ Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - até 1 salário mínimo, ocupadas na semana de referência. Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

¹¹⁶ Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem ocupação na semana de referência. Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Santana, Passo das Pedras, Chapéu do Sol e Aberta dos Morros. Atualmente existem 78 bairros oficiais¹¹⁷ em Porto Alegre, mas já existem cinco áreas que podem ser consideradas como bairros, mesmo ainda não regulamentados, totalizando 83 bairros não-oficiais. Os mais populosos são (tab. 05):

Bairro	Habitantes	Área
Rubem Berta	78.624	8,51 km ²
Sarandi	60.403	9,44 km ²
Restinga	50.020	21,49km ²
Partenon	47.460	5,70 km ²
Santa Tereza	47.175	4,54 km ²

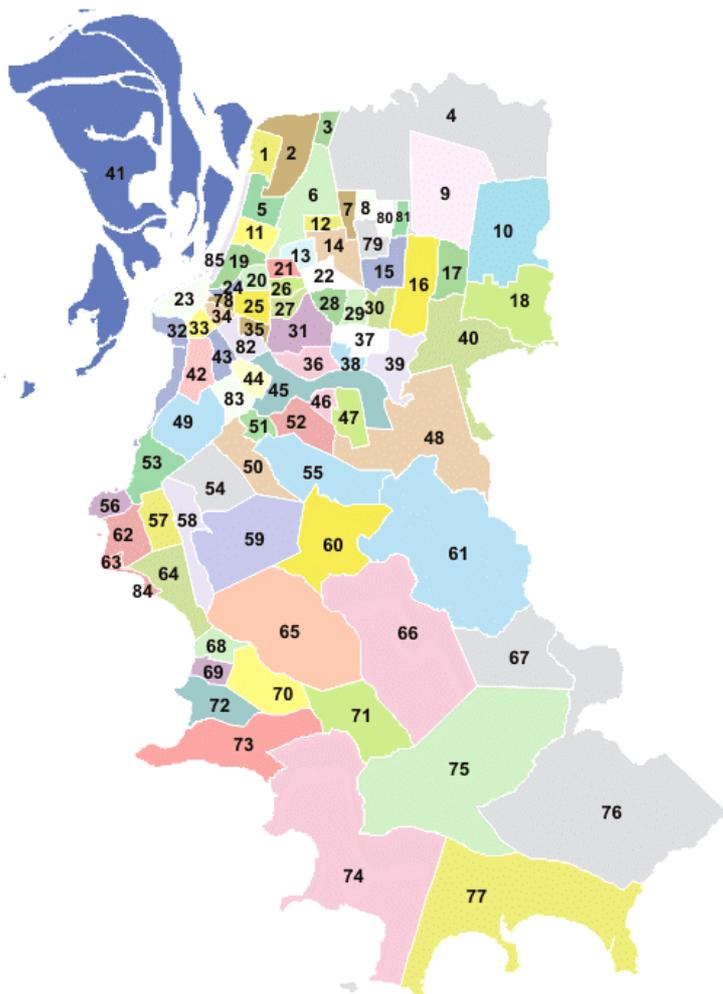
Tab. 05 – Bairros mais populosos do município de Porto Alegre. Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Optamos por considerar os 78 bairros oficiais, 5 bairros não-oficiais e, ainda, 3 áreas em zonas indefinidas¹¹⁸, totalizando 85 bairros no município de Porto Alegre (anexos - tab. 02). Tem-se, assim, o mapa da cidade com a legenda dos respectivos bairros (fig. 60).

¹¹⁷ Segundo dados da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), 2005. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/listagem_de_bairros_oficiais.pdf, março/05.

¹¹⁸ As áreas indefinidas, conforme dados da SPM, em 2005, totalizam 10.290 hectares, englobam 115.671 moradores em 35.104 domicílios.

Fig. 60 – Mapa de Porto Alegre com divisão por bairros.



- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| 1. Farrapos | 44. Santo Antônio |
| 2. Humaitá | 45. Partenon |
| 3. Anchieta | 46. Vila João Pessoa |
| 4. não cadastrado | 47. São José |
| 5. Navegantes | 48. Agronomia |
| 6. São João | 49. Santa Teresa |
| 7. Jardim São Pedro | 50. Teresópolis |
| 8. Jardim Floresta | 51. Glória |
| 9. Sarandi | 52. Cel. Aparício Borges |
| 10. Rubem Berta | 53. Cristal |
| 11. São Geraldo | 54. Nonoai |
| 12. Santa Maria Goretti | 55. Cascata |
| 13. Higienópolis | 56. Vila Assunção |
| 14. Passo da Areia | 57. Camaquã |
| 15. Vila Ipiranga | 58. Cavalhada |
| 16. Jardim Itu - Sabara | 59. Vila Nova |
| 17. Passo das Pedras* | 60. Belém Velho |
| 18. Mario Quintana | 61. Lomba do Pinheiro |
| 19. Floresta | 62. Tristeza |
| 20. Moinhos de Vento | 63. Vila Conceição |
| 21. Auxiliadora | 64. Ipanema |
| 22. Boa Vista | 65. Aberta Morros* |
| 23. Centro | 66. Restinga |
| 24. Independência | 67. não cadastrado |
| 25. Rio Branco | 68. Espírito Santo |
| 26. Mont' Serrat | 69. Guarujá |
| 27. Bela Vista | 70. Hípica |
| 28. Três Figueiras | 71. Chapéu do Sol* |
| 29. Chácara das Pedras | 72. Serraria |
| 30. Vila Jardim | 73. Ponta Grossa |
| 31. Petrópolis | 74. Belém Novo |
| 32. Praia de Belas | 75. Lageado |
| 33. Cidade Baixa | 76. não cadastrado |
| 34. Farroupilha | 77. Lami |
| 35. Santa Cecília | 78. Bom Fim |
| 36. Jardim Botânico | 79. Cristo Redentor |
| 37. Bom Jesus | 80. Jardim Lindóia |
| 38. Jardim do Salso | 81. São Sebastião |
| 39. Jardim Carvalho | 82. Santana |
| 40. Protásio Alves* | 83. Medianeira |
| 41. Arquipélago | 84. Pedra Redonda |
| 42. Menino Deus | 85. Marcílio Dias |
| 43. Azenha | * bairros não oficiais |

4.7.3. Tabulação de dados segundo objetivos específicos.

No processo da localização espacial dos territórios negros urbanos na cidade de Porto Alegre faz-se essencial a elaboração de uma tabela própria para o trabalho considerando dados significativos aliados à quantificação cor / raça.

Conforme diversos estudos têm comprovado, há forte associação em dados como educação e renda em função da relação das condições de bem-estar de indivíduos de grupos sociais. A variável renda, principalmente, tem se mostrado um indicador relevante para mensurar a qualidade de vida.

Incluímos nessa análise: bairros por área de ponderação, universo da área de ponderação, cor / raça auto-declarada, religião, nível de instrução e rendimento nominal. Acreditamos que o conjunto desses fatores considerados fornece um mapeamento preciso dos territórios negros urbanos. Arbitramos essas dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos porque o objetivo não consiste em unicamente mapear os pontos de concentração da etnia negra, mas sim localizá-los espacialmente a partir, também, da questão religiosa, educacional e econômica.

Segue a relação de dados considerados no objetivo específico de mapear a localização geográfica, por bairros, dos territórios negros urbanos segundo cor / raça, religião, nível de instrução e renda econômica:

1. bairros por área de ponderação: elaborados a partir da divisão das áreas de ponderação do IBGE com dados relativos à cor / raça;
2. universo da área de ponderação: total de habitantes de determinada área considerada;
3. cor / raça: considerando os branco auto-declarados e pretos/pardos somados em outra categoria para efeito de comparação. A partir desses dados elege-se a percentagem de pretos / pardos em relação ao universo. Tem-se, assim, a percentagem de concentração de pretos / pardos em relação do universo e concentração quantitativa a partir de dados numéricos. A declaração de cor / raça ocorre seguindo o critério de auto-identificação segundo as categorias consideradas:

Pessoas residentes - cor ou raça - branca
Pessoas residentes - cor ou raça - preta
Pessoas residentes - cor ou raça - amarela
Pessoas residentes - cor ou raça - parda
Pessoas residentes - cor ou raça - indígena
Pessoas residentes - cor ou raça - sem declaração

A localização espacial da população auto-declarada preta/parda concentra-se em área periférica do município (fig. 61). Os bairros com concentração populacional preta/parda superior a 30%, no bairro, são: Bairro São José (47), Bairro Medianeira (83), Bairro Santa Tereza (49), Bairro Restinga (66), Bairro Lomba do Pinheiro (61), Bairro Mário Quintana (18), Bairro Bom Jesus (37/38). As áreas centrais, em amarelo no mapa, apresentam população preta/parda inferior a 5%. A numeração do mapa segue a divisão por bairros do município de Porto Alegre, p. 116.

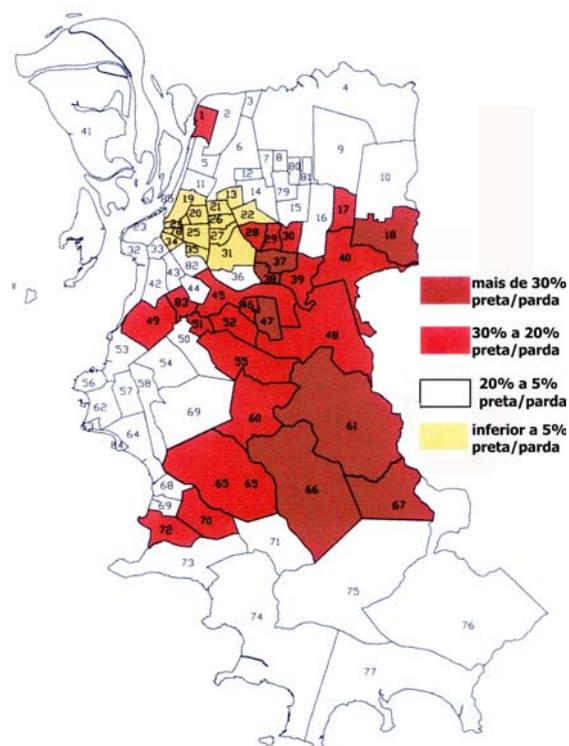


Fig. 61 – Localização espacial dos assentamentos negros em Porto Alegre.

4. religião: comparando católicos apostólicos romanos com umbanda/candomblé - religião negra por excelência e, conseqüentemente, dado importante na aferição de configuração territorial. As outras opções de religião, em habitantes:

Pessoas residentes - religião - católica apostólica romana
Pessoas residentes - religião - evangélicas
Pessoas residentes - religião - espírita
Pessoas residentes - religião - umbanda e candomblé
Pessoas residentes - religião - judaica
Pessoas residentes - religião - religiões orientais
Pessoas residentes - religião - outras religiosidades
Pessoas residentes - religião - sem religião
Pessoas residentes - religião - não determinada

A localização espacial da população praticante de umbanda/candomblé é coincidente com a localização espacial da população auto-declarada preta/parda

(fig. 62). A população praticante da religião umbanda/candomblé superior a 2.000 habitantes está concentrada no Bairro Restinga, Bairro Medianeira e Santa Tereza, respectivamente a numeração 66/67, 83 e 49. A numeração do mapa segue a divisão por bairros do município de Porto Alegre, p. 116.

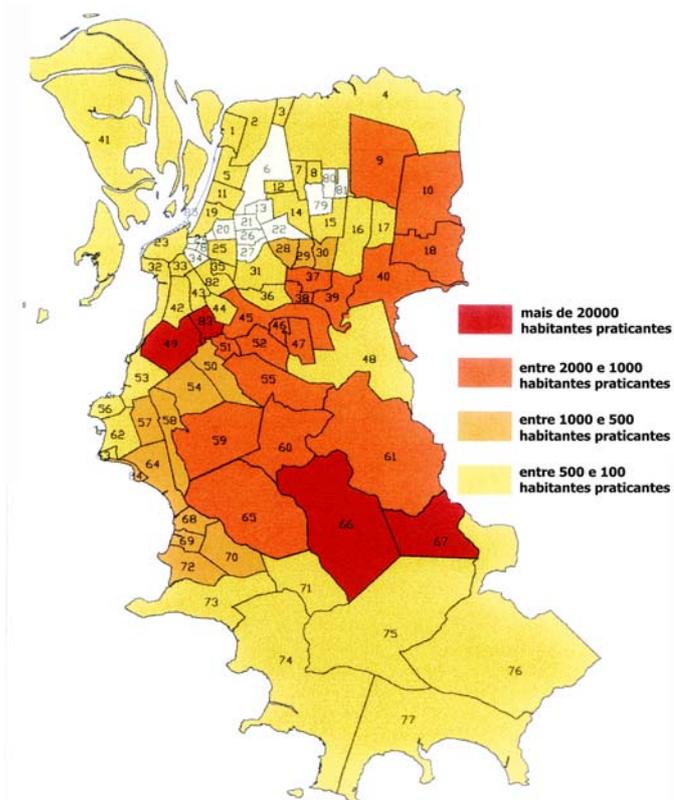


Fig. 62 – Localização espacial da população praticante da religião umbanda / candomblé.

5. nível de instrução: apresentado em duas variáveis - nível de ensino e anos de estudo. Segundo nível de ensino, tem-se as opções:

5.1. Nível de ensino:

Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - creche
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - pré-escolar ou classe de alfabetização
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - alfabetização de adultos
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - fundamental
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - médio
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - pré-vestibular
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - superior
Pessoas residentes - freqüência à creche ou escola - nível de ensino - mestrado ou doutorado

5.2. Anos de estudo, em anos:

Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 1 a 3 anos de estudo
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 4 a 7 anos de estudo

Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 8 a 10 anos de estudo
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 11 a 14 anos de estudo
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 15 anos ou mais de estudo
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - ano de estudo não determinado

6. rendimento nominal: obtido através do somatório do montante de renda declarada, em Reais, de todos os trabalhos das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da pesquisa, com rendimento de trabalho médio mensal.

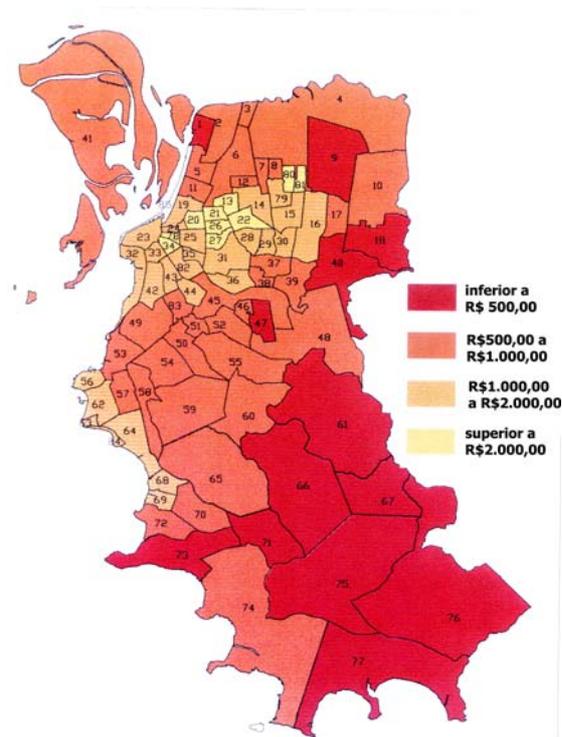


Fig. 63 – Localização espacial preta/parda em função da renda econômica.

Em função da extensão de dados inserimos as tabelas 06 - bairros proporcionalmente negros, em ordem decrescente e tabela 07 – bairros quantitativamente negros, em ordem crescente, com listagem geral dos bairros de Porto Alegre classificados por cor/raça em relacionados às consideradas.

4.7. Epílogo do Capítulo 4.

O capítulo discorreu sobre os assentamentos negros no Brasil a partir da introdução histórica da adaptação africana em solo brasileiro, demonstrando a importância da presença negra como braço sustentador da economia, desde o ciclo do açúcar, em todas as atividades econômicas fundamentais no país.

Apresentamos a evolução histórica do emprego da terminologia quilombo desde o período colonial, quando a designação estava ligada às regiões habitadas por escravos fugitivos, até a resignificação do conceito de quilombo atual na figura das áreas remanescentes de quilombos caracterizados como grupamentos étnicos contemporâneos segundo a abordagem antropológica.

A formação de quilombos no Rio Grande do Sul deu-se no final do século XVIII e ocorrências foram registradas no litoral, na serra, na campanha e cercanias de centros urbanos e, embora fossem numerosos, nunca foram grupamentos de porte. Nos arredores de Porto Alegre havia concentrações de escravos fugidos.

A formação dos territórios negros urbanos em Porto Alegre ligou-se a um processo simultâneo ocorrido no período pós-abolicionista: a capital foi grande centro receptor de escravos procedentes da área rural e também territórios para assentamento da população negra alforriada. Esses territórios localizavam-se em áreas centrais e eram conhecidos como redutos negros consolidados: a Colônia Africana, o Areal da Baronesa, a Ilhota e o Cabo Rocha.

Os territórios negros urbanos no processo de evolução histórica urbana de Porto Alegre foram submetidos à descaracterização em um contínuo processo de desterritorialização. As transições entre os territórios negros nas primeiras décadas do século XX e as locações atuais deu-se na configuração das “vilas de malocas” em regiões periféricas e com limitações de infra-estrutura urbana. Essas áreas estão freqüentemente associadas aos processos de reassentamento da população negra pelo poder público, às migrações citadinas promovidas pela contínua dinâmica de expulsão dessa população das áreas centrais e as centros receptores de população, ainda que não exclusivamente negra, de áreas rurais.

Para a localização espacial dos territórios negros contemporâneos na cidade lançamos mão da construção de índices demográficos e sócio-econômicos específicos para Porto Alegre. Após estabelecermos algumas precisões conceituais sobre a questão étnica racial identificando a demanda social inserida nas designações de cor/raça e limitações da abordagem, consideramos: as características da população economicamente ativa segundo cor/raça em renda nominal, características de escolaridade segundo cor/raça e dados em relação à prática religiosa visando localizar os praticantes de umbanda e candomblé, religião negra por excelência.

Apontados os bairros municipais com população auto-declarada preta/parda em duas dimensões (bairros com população proporcionalmente preta/parda em relação ao universo populacional dos bairros e bairros com concentração numérica de população preta/parda) partimos para a caracterização dos núcleos negros.

Na seqüência, a partir do mapeamento das áreas irregulares do município, efetuiremos a apresentação dos assentamentos negros contemporâneos enfatizando os assentamentos espontâneos auto-gerados com população habitante predominantemente auto-declarada preta/parda. Os bairros com intensa influência de planejamento urbano serão também apresentados, já justificando a não consideração dessas áreas na análise morfológica.

5. Os assentamentos negros contemporâneos em Porto Alegre.

O fator econômico está intrinsecamente ligado à disposição das atuais concentrações negras urbanas – tanto nas áreas proporcionalmente negras quanto nas áreas quantitativamente negras. Tais áreas localizam-se na borda da cidade, ou seja, em áreas periféricas, longe dos serviços centrais. Efetuar dissociações entre o fator econômico e o fator morfológico-étnico significa atribuir, erroneamente, à condição social característica morfológicas e vice-versa.

A análise mais apurada dos bairros selecionados – consideramos os cinco primeiros em cada grupamento entre os proporcionalmente negros e quantitativamente negros – nos demonstra a importância dos dados sócio-econômicos na localização espacial dos territórios negros na cidade (tab. 08).

Tab. 08 – Relação dos Bairros Negros em Porto Alegre.

	Bairros proporcionalmente negros (em número relativos)	Bairros quantitativamente negros (em número absolutos)
1º	Bairro São José	Bairro Medianeira / Bairro Santa Tereza
2º	Bairro Restinga	Bairro Restinga
3º	Bairro Bom Jesus / Bairro Jardim do Salso	Bairro Sarandi
4º	Bairro Mário Quintana	Bairro Rubem Berta
5º	Bairro Lomba do Pinheiro.	Bairro Lomba do Pinheiro

Optamos distinguir os dois grupamentos pela relevância de dados nas composições majoritariamente negras e numericamente negras. Os bairros proporcionalmente negros apresentam características morfológicas semelhantes distribuídas uniformemente em toda a área de abrangência do bairro¹¹⁹. Já os bairros numericamente negros não apresentam distributividade morfológica uniforme: os territórios negros são, geralmente, áreas pontuais nos bairros, caso do bairro Medianeira / Santa Tereza, que apresenta clara alternância tipológica entre edificações de alta renda em malocas. Genericamente, enquanto o primeiro grupo apresenta uniformidade de tipos morfológicos distribuídos em uma mesma área, o

¹¹⁹ Exceto no terceiro bairro Bom Jesus/Jardim do Salso, inseridos na mesma área de ponderação, com tipologias edificadas contrastantes e diferenciadas.

segundo apresenta os maiores bairros e vilas da cidade concentrados em áreas pontuais dentro do bairro.

Partimos para uma análise detalhada dos bairros no intuito de localizar os assentamentos espontâneos inseridos nos mesmos. Posteriormente, o foco da análise dá-se nos assentamentos espontâneos e auto-gerados, pouco influenciados ou com nenhuma influencia de planejamento urbano, com o objetivo único de verificar a existência de africanidade nos núcleos. Como apresentamos os assentamentos espontâneos escolhidos para análise já na apresentação dos bairros, fazemos algumas considerações iniciais conceituando os assentamentos espontâneos e áreas inseridas na terminologia, já justificando a escolha de determinados núcleos nos bairros.

Os assentamentos espontâneos são exclusivamente territórios auto-produzidos, incluindo, sob a terminologia recorrente utilizada pelo DEMHAB¹²⁰, os núcleos e vilas irregulares: aqueles cujos habitantes não são proprietários da terra e não tem nenhum contrato legal que lhes assegure permanência no local, áreas em sua maioria, formadas através de ocupações. Os assentamentos auto-gerados são considerados a partir de algumas características recorrentes:

1. A irregularidade é considerada no aspecto da propriedade da terra: não são consideradas as condições de habitabilidade dos domicílios, disponibilidade ou indisponibilidade de água, luz, esgotos pluvial e cloacal, pavimentação, acessos, serviços;
2. Núcleos são aglomerados com até cinqüenta domicílios e que não tem estrutura organizacional que os caracterize como vilas. Alguns aglomerados com mais de cinqüenta domicílios também foram considerados como núcleos devido à desorganização interna. É utilizada a expressão “núcleo vila” quando o número de domicílios é pequeno, mas os habitantes utilizam o vocábulo vila antes da denominação;
3. Estão excluídos da terminologia os conjuntos residenciais pela existência de parcelamento do solo que, mesmo precário, altera as configurações originais das áreas;
4. Utiliza-se a mesma nomenclatura já utilizada para mapeamento dos territórios negros, incluindo-se ai os setenta e oito bairros oficiais, quatro bairros não oficiais e três áreas não cadastradas, totalizando 85 bairros em análise;

¹²⁰ O DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) é o órgão municipal responsável pelo mapeamento das áreas irregulares em Porto Alegre.

5. Por fim, domicílio é toda unidade residencial habitada pelos menos por uma pessoa independente da finalidade principal da edificação. O domicílio caracteriza-se pela sua independência estrutural, mesmo estando ligado pelo telhado, por exemplo, a outros domicílios. Domicílio não significa o mesmo que família: explicita a idéia de unidade habitacional visto que a imprecisão dos dados é enorme em áreas não regulamentadas. Consideramos os domicílios em virtude dos dados dos levantamentos de áreas irregulares considerarem as casas e não o número de habitantes (o que dificultaria, por conseguinte, o mapeamento dessas áreas).

Passamos à abordagem dos bairros contemporâneos proporcionalmente negros e bairros contemporâneos quantitativamente negros na cidade de Porto Alegre apresentando, sistematicamente, os cinco primeiros bairros em cada grupamento, os núcleos e vilas irregulares por bairro no intuito de mapear a ocorrência dos assentamentos espontâneos, consideramos, entre esses, os exemplos mais significativos e elegemos, por fim, as áreas em análise por bairro.

Atentamos que áreas sob influência de planejamento urbano não serão consideradas na análise e serão somente apresentadas a título de descrição do processo de formação das mesmas, caso dos bairros: Restinga, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta. Temos, assim, a relação dos bairros negros na cidade onde são encontrados territórios espontâneos irregulares não resultantes de processos de loteamento ou parcelamento do solo (tab. 09).

Tab. 15 – Relação dos Bairros Negros em Porto Alegre onde são encontradas áreas espontâneas.

Bairros proporcionalmente negros (em número relativos)	Bairros quantitativamente negros (em número absolutos)
Bairro São José	Bairro Medianeira / Bairro Santa Tereza
Bairro Bom Jesus	Bairro Sarandi
Bairro Mário Quintana	

5.1. Os bairros contemporâneos proporcionalmente negros.

Nesse grupamento estão inseridos, em ordem decrescente de concentração percentual de população preta / parda: Bairro São José, Bairro Restinga, Bairro Bom Jesus/Jardim do Salso, Bairro Mário Quintana e Bairro Lomba do Pinheiro.

O Bairro Restinga e Bairro Lomba do Pinheiro, por suas características configuracionais e origem a partir de processo de planejamento urbano, não serão

considerados na análise de assentamentos espontâneos. Acreditamos ser importante nessa etapa, no entanto, a apresentação das características dos mesmos por constituírem, socialmente, núcleos negros urbanos.

5.1.1. O Bairro São José.

O bairro São José foi criado em 7/12/59, pela Lei nº 2022. Na composição por bairros do Orçamento Participativo, localiza-se na Região Partenon, juntamente com outros bairros: Cel. Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa (fig. 64).

É o primeiro bairro na listagem da população proporcionalmente negra em relação ao universo, composta por 10.162 habitantes de cor preta/parda, sendo 32,16% da composição do universo de 31.599 moradores do bairro.

Ocupa a oitava posição nas áreas quantitativamente mais negras, indicando a alta concentração de negros no bairro apesar da pequena quantidade numérica de pessoas auto-declaradas pretas/pardas. O bairro São José pertence ao grupamento dos bairros mais pobres da cidade com renda nominal de R\$442,78.



Fig. 64 – Localização do Bairro São José e áreas adjacentes.

O Bairro São José apresenta 13 áreas irregulares totalizando 2.629 domicílios¹²¹. Atenta-se para o grande número de núcleos irregulares em relação à dimensão do bairro, sendo esses desde pequenos núcleos com 11 domicílios até grandes áreas com 1.133 domicílios (tab. 16).

¹²¹ Segundo dados do Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre, excetuando algumas áreas que não foram inseridas, ainda, processo de cadastramento.

Tab. 16 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José - total.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
São José	1. Vila Vidal de Negreiros;	284
	2. Núcleo Rua nº 1378 - Martins de Lima;	11
	3. Vila Morro da Cruz;	1.133
	4. Condomínio Nove de Junho;	27
	5. Ocupação Rua nº 903 - Nove de Junho;	30
	6. Vila Santa Tereza;	62
	7. Vila Santana do Agreste;	62
	8. Núcleo Rua nº 65 - Santo Alfredo;	18
	9. Vila São Guilherme;	364
	10. Condomínio Residencial São José (Rua nove de junho, nº 883);	32
	11. Vila Sudeste;	144
	12. Vila Vargas;	462
	13. Vila São José Comunitária.	não cadastrado

Determinados núcleos ocorrem conjuntamente no tecido urbano, sendo praticamente impossível delimitá-los – como o caso da Vila Morro da Cruz, Vila Vidal de Negreiros e Vila São José Comunitária, bem como o núcleo da Vila Santana do Agreste e Vila São Guilherme.

Como critério para eleição das áreas a serem analisadas morfológicamente toma-se a dimensão da área em relação ao número de domicílios: a maior dimensão morfológica e a dimensão intermediária, excluindo pequenas ocupações e núcleos de compostos somente por uma rua.

A produção habitacional da região destaca-se por abrigar comunidades provenientes de migrações internas na cidade. O Loteamento Guilherme, por exemplo, recebeu famílias das regiões da Lomba do Pinheiro e famílias que viviam no leito da Avenida Salvador França. O mesmo aconteceu como Condomínio Residencial Santa Gertrudes (fig. 65). Os loteamentos e condomínios provenientes de planejamento urbano não são considerados na abordagem.



Fig. 65 – Loteamentos e áreas oriundas de parcelamento do solo não são consideradas na abordagem. À esquerda, Loteamento Guilherme e à direita, Condomínio Residencial Santa Gertrudes.

Desconsiderando as áreas oriundas de parcelamento do solo, em grande número no bairro São José, tomamos como assentamentos espontâneos irregulares na área (tab. 17):

Tab. 17 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José – áreas consideradas.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
São José	01. Núcleo Rua nº 65 - Santo Alfredo	18
	02. Vila Sudeste	144
	03. Vila Morro da Cruz	1.133
	04. Vila Vidal de Negreiros	284
	05. Vila Vargas	462
	06. Vila Santana do Agreste	62
	07. Vila São Guilherme	364



Fig. 66 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José – áreas consideradas.

Considera-se, assim, sete núcleos significativos no Bairro São José – assentamentos espontâneos considerados áreas irregulares pelo DEMHAB, com pouca ou nenhuma influência de planejamento urbano - e dentre esses, selecionamos dois núcleos para proferir estudos morfológicos, baseados na dimensão morfológica e quantidade de domicílios no intuito de demonstrar diferenciações entre mudanças de escala.

Para efeito de estudo, a Vila Morro da Cruz, Vila São José Comunitária e Vila Vidal de Negreiros, serão analisadas em conjunto pela ausência de delimitação territorial entre elas (fig. 67). Como núcleo intermediário, ocupando um quarteirão com organização interna peculiar tem-se a Vila Sudeste, segundo objeto de estudo.



Fig. 67 – Vila Morro da Cruz, Vila São José Comunitária e Vila Vidal de Negreiros: inexistência de delimitação territorial entre os núcleos.

Apresentamos os assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José para proferir posterior análise morfológica (tab. 18).

Tab. 18 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro São José – áreas em análise.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
São José	01. Vila Vargas / Vila Morro da Cruz / Vila Vidal de Negreiros.	1.879
	02. Vila Sudeste	144

5.1.2. O Bairro Restinga.

O bairro foi criado pela Lei nº 6.571 de 08/01/90. Na composição por bairros do Orçamento Participativo, localiza-se na região Restinga, composta pelo bairro único em virtude da população superior a 53.000 mil pessoas.

É o segundo bairro em população proporcionalmente negra e também o segundo em quantidade de população negra no meio urbano, totalizando 16.995 habitantes auto-declarados pretos/pardos concentrando 31,61% de pretos e pardos em relação ao universo de 53.764 moradores.

Concentra, também, a maior número de praticantes de umbanda e candomblé, religião negra por excelência: 2.634 moradores praticantes. A área pertence ao grupamento dos bairros mais pobres da cidade com renda nominal de R\$ 414,16.

O núcleo urbano da Restinga originou-se na década de 60, por iniciativa Poder Público, dentro de uma política de "desfavelização": a área foi destinada para o reassentamento de famílias de baixa renda que ocupavam áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento urbano no centro de Porto Alegre: como as Vilas Teodora, Marítimos, Ilhota – essa última consolidado território negro urbano - e Santa Luzia.

Do lado direito da via principal - Estrada João Antônio da Silveira - desenvolveu-se primeiramente a Restinga Velha, constituída de habitações unifamiliares, e do lado oposto, a partir dos anos 70, também com recursos do Poder Público, construiu-se a Restinga Nova, formada por conjuntos habitacionais que vieram a abrigar famílias com mais disponibilidade de recursos (fig. 68).

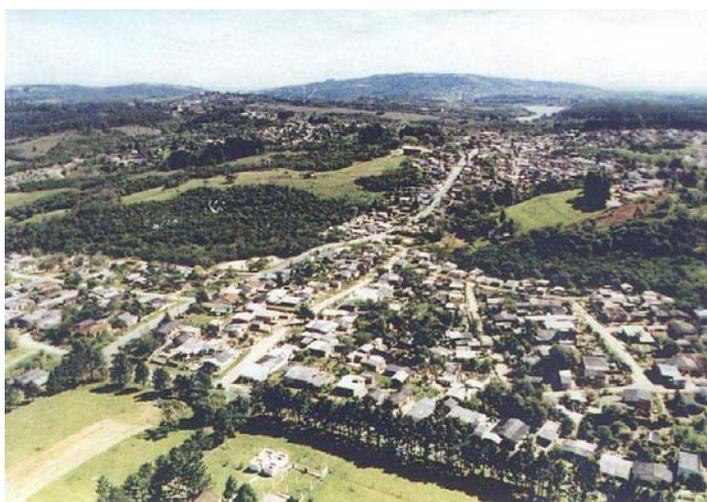


Fig. 68 – Eixo Lomba – Restinga: o traçado regular do bairro planejado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, originado na década de 60. Fonte: www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php, disponível em janeiro de 2005.

Quando se iniciou o processo de reassentamento na Restinga não havia luz nem água nas imediações do bairro e o transporte público era restrito a um único ônibus que saía da Restinga em direção ao centro às 5 horas e retornava às 18 horas. Os habitantes da Ilhota, por exemplo, foram reassentados em uma base regular, com ocupação do solo proveniente de parcelamento, com lotes retangulares e pequenos, o que promoveu completa desterritorialização da população negra reassentada.

Os lotes urbanizados, com rede de esgoto cloacal e pluvial e redes de água, pavimentação de vias são constantes na Restinga. Os moradores são provenientes de outras regiões da cidade ou ainda do próprio bairro. O Loteamento 5ª Unidade Vicinal da Restinga, que abriga 766 famílias é um exemplo de área oriunda de parcelamento do solo, não consideradas nessa análise (fig. 69). O Condomínio Residencial Harmonia, que abriga 20 famílias, é também exemplo de loteamento promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.



Fig. 69 – Os loteamentos promovidos pela Prefeitura Municipal são constantes na Restinga. À esquerda, Loteamento 5ª Unidade Vicinal da Restinga. À direita, Condomínio Residencial Harmonia.

5.1.3. O Bairro Bom Jesus.

Foi criado pela Lei nº 5799 de 15/12/86, com limites alterados pela Lei nº 6.594 de 31/01/90. Encontra-se na zona leste de acordo com as regiões do orçamento participativo, juntamente com Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras e Vila Jardim (fig. 70). Desconsideramos, apesar de inseridos na mesma área de ponderação, o Bairro Jardim do Salso pela configuração particular que em nada se assemelha aos assentamentos do Bairro Bom Jesus e mesmo não apresentar nenhuma área irregular.

Possui 31,39% de habitantes de cor preta/parda em relação ao universo de 34.930 habitantes. O Bairro Bom Jesus é o único território negro urbano localizado em área central: as ocupações espontâneas irregulares são pontuais e em grande número, não havendo diferenciação territoriais entre os diversos núcleos compondo, assim, uma área única. Apresenta renda nominal de R\$ 557,83, e vemos do fator econômico com desconfiança nessa área, visto os dados são coletados

conjuntamente com o Bairro Jardim do Salso, de residências unifamiliares de classe média e, provavelmente, a renda nominal do Bairro Bom Jesus seja menor.

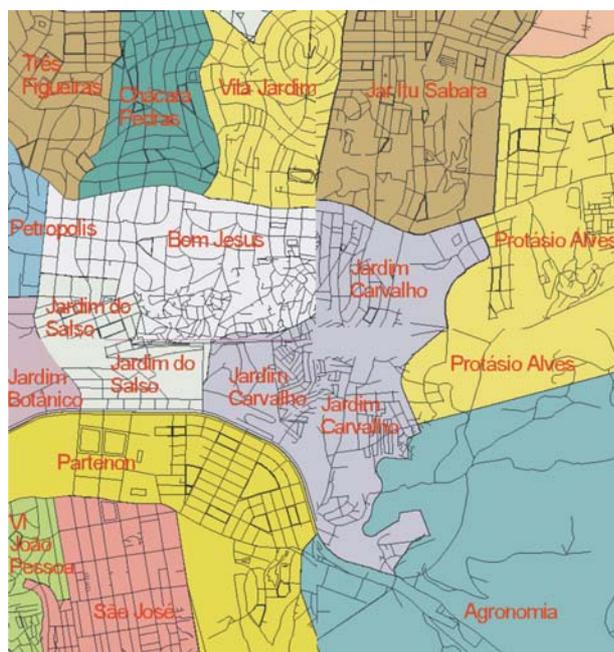


fig. 70 – localização do bairro e áreas adjacentes.

O Bairro Bom Jesus apresenta 13 núcleos ou vilas irregulares, em um total de 3.443 domicílios. Destaque para o grande número de habitantes das vilas do bairro (tab. 19).

Tab. 19 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro Bom Jesus - total.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
Bom Jesus	1. Vila Divinéia	1.139
	2. Núcleo Rua Doutor nº 477 - Murtinho	32
	3. Vila da Paz	28
	4. Vila Pinto	2.222
	5. Núcleo Rua nº 451 - São Simão	22
	6. Vila Brasília IV (Vila Brasilândia)	não cadastrado
	7. Vila Brasília III	não cadastrado
	8. Vila Brasília I (Vila da Caixa d'Água)	não cadastrado
	9. Núcleo Rua Sargento Manoel Arruda, n. 376	não cadastrado
	10. Núcleo Avenida Sargento Manoel Raymundo Soares, n. 110.	não cadastrado
	11. Núcleo Avenida Sargento Manoel Raymundo Soares, n. 171.	não cadastrado
	12. Vila Mato Sampaio.	não cadastrado
	13. Núcleo Rua São Simão, n. 451.	não cadastrado

Especialmente, as quatro vilas mais significantes da área são interligadas e não há um limite territorial definido entre as mesmas. São consideradas, assim, como um complexo de vilas que engloba: Vila Divinéia, Vila Mato Sampaio, Vila Pinto e Vila Brasília I (Vila da Caixa d'Água). Os demais núcleos, em virtude da pequena dimensão morfológica de ocupação territorial, muitas vezes não estendendo o limite de uma rua, são desconsiderados para fins de análise (tab. 20).



Fig. 71 – Complexo de vilas no Bairro Bom Jesus: inexistência de delimitação territorial entre os núcleos.

Tab. 20 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro Bom Jesus – áreas em análise.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
Bom Jesus	01. Vila Divinéia	1.139
	02. Vila Mato Sampaio	-
	03. Vila Pinto	2.222
	04. Vila Brasília I (Vila da Caixa d'Água)	-
Total	04 assentamentos espontâneos irregulares	3.361 domicílios



Fig. 72 – Assentamentos espontâneos irregulares no Bairro Bom Jesus – áreas consideradas.

5.1.4. O Bairro Mário Quintana.

Foi criado pela Lei nº 8258, de 22/12/98. Pertencente à região Nordeste na composição por bairros do Orçamento Participativo.

Apresentam 29,45% de habitantes auto-declarados pretos/pardos em relação ao universo de 29.234 moradores. O Bairro Mário Quintana possui a menor renda nominal entre todos os outros bairros de Porto Alegre: R\$ 337,75. Destaque para a quantidade de áreas irregulares em virtude da sua dimensão morfológica extensa. Abrange parte da Vila Safira, sendo que a Avenida Martin Félix Berta divide o assentamento em duas partes, a outra pertencente ao Bairro Rubem Berta. As áreas irregulares possuem, em média, 112 domicílios.

5.1.5. O Bairro Lomba do Pinheiro.

O Bairro Lomba do Pinheiro foi criado pela lei nº 7.954 de 08/01/1997, com limites alterados pelas leis nº 4166/76 e 2022/59. O bairro pertence à região Lomba do Pinheiro na divisão por regiões do OP, juntamente com o bairro Agronomia. É o quinto bairro proporcionalmente negro, com 28,5% de pretos/pardos auto-declarados, o que corresponde a 12.510 habitantes, em relação ao universo de 43.882 moradores e também o quinto bairro com população quantitativamente negra. É o terceiro bairro mais pobre de Porto Alegre, com renda nominal de R\$ 375,07.

É o bairro com maior número de áreas irregulares entre todos os outros do município: 31 núcleos. O bairro é composto, em sua maioria, de inúmeros condomínios em áreas não regulamentadas: é um bairro limite de Porto Alegre, faz divisa com Viamão, e apresenta disponibilidade de área para ocupação, o que atrai muitos moradores. A Lomba do Pinheiro é uma das áreas que mais cresce no município em decorrência, principalmente de migrações internas e pela disponibilidade de terrenos no bairro.



fig. 73 – as lombas da Lomba do Pinheiro. Núcleo Recreio da Divisa, uma das ocupações irregulares do bairro. Fonte: Memória dos Bairros (2000, p. 9 e 132, respectivamente).

O bairro é resultante de um processo de planejamento urbano da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e os assentamentos configuram ocupações irregulares com parcelamento do solo já existentes, não configurando, portanto, áreas espontâneas e auto-geradas.

5.2. Os bairros contemporâneos quantitativamente negros.

Nesse grupamento estão inseridos, em ordem decrescente de concentração numérica de população preta / parda: Bairro Medianeira / Santa Tereza, Bairro Restinga, Bairro Sarandi, Bairro Rubem Berta e Bairro Lomba do Pinheiro.

Focamos nossa análise nos bairros Medianeira / Santa Tereza e Bairro Sarandi. Os bairros Restinga e Lomba do Pinheiro foram apresentados como bairros contemporâneos proporcionalmente negros. Já o bairro Rubem Berta, por suas características configuracionais e ter sua origem a partir de processo de planejamento urbano, não será considerado na análise de assentamentos espontâneos. Semelhante à apresentação dos bairros Restinga e Lomba do Pinheiro, apresentamos a configuração morfológica do bairro.

5.2.1. Os Bairros Medianeira / Santa Tereza.

O Bairro Medianeira foi criado pela Lei 1762 de 23/7/57 com limites alterados pela Lei 4.626 de 21/12/79, sendo o primeiro bairro criado por lei em Porto Alegre. Posteriormente, tem-se a criação do Bairro Santa Tereza em 07/12/59 pela Lei 2.022.

São regiões adjacentes e de difícil delimitação territorial, no entanto, pode efetuar alguma dissociação morfológica: o Bairro Santa Tereza é tipologicamente homogêneo, com concentração das mais numerosas vilas de Porto Alegre e o Bairro Medianeira possui tipologias heterogêneas, abrigando, também, casas residenciais de classe média alta. Os bairros localizam-se num dos cartões postais da capital gaúcha.

Cruzeiro é a denominação dessa região no orçamento participativo. Apresenta 19.062 habitantes pretos/pardos e constitui o segundo bairro em praticantes de umbanda e candomblé, ficando atrás, somente da Restinga, com 2.153 praticantes. As áreas e vilas irregulares existentes nessa região são de maior dimensão tanto em relação à extensão territorial quanto em relação ao número de domicílios.

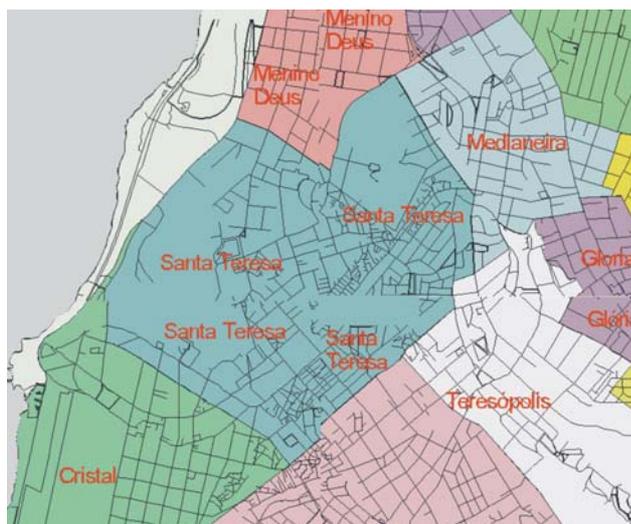


fig. 74 – localização do bairro e áreas adjacentes.

O Bairro Medianeira / Santa Tereza, juntos, têm 32 núcleos e vilas irregulares, contabilizando 6.564 domicílios, constituindo um dos maiores grupos de áreas irregulares da cidade. Destaque também para numerosa população residente em áreas irregulares sendo que cada núcleo facilmente ultrapassa os 1.000 habitantes.



Fig. 75 – Vila Tronco, no complexo das vilas que compõem o núcleo Cruzeiro: as ruas principais, lineares, asfaltadas e conforme de adentra nos nucleamentos, a sinuosidade se faz presente.

Algumas regiões da Cruzeiro têm intervenções do poder público que promovem loteamentos e parcelamentos do solo para assentar, geralmente, famílias provenientes da própria região (fig. 76).



Fig. 76 – Intervenções do poder público na Cruzeiro. À esquerda, a Vila Rio Branco, no meio, o Condomínio Residencial Coqueiros, que abriga 70 famílias e à direita, o Loteamento Ipê-Barracão, com 316 famílias assentadas.

Tab. 21 – Assentamentos espontâneos irregulares nos Bairros Medianeira / Santa Tereza - total.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
Medianeira/ Santa Tereza	1. Vila Silva Paes (Vila Maria)	102
	2. Vila Mariano de Matos III	52
	3. Núcleo Rua Coronel nº 240 - Neves	4
	4. Núcleo Avenida nº 393 - Niterói	14
	5. Núcleo Avenida nº 280 - Terezina	33
	6. Vila Alberto Mota	72
	7. Vila Cruzeiro do Sul	837
	8. Núcleo Avenida Divisa	93
	9. Vila Malvina	96
	10. Ocupação Rua nº 320 - Dona Otília	22
	11. Vila Zaida	167
	12. Vila Ecológica	197
	13. Vila Figueira	102
	14. Vila Buraco Quente	422
	15. Núcleo Avenida nº 1060 - Jacui	11
	16. Núcleo Avenida nº 680 - Jacui	8
	17. Vila Jardim Europa II	109
	18. Núcleo Lar Santa Flora	7
	19. Núcleo Mariano de Matos II	22
	20. Ocupação Motel dos Coqueiros	9
	21. Núcleo Condomínio Natureza	9
	22. Vila Orfanotrófio I	212
	23. Vila Beco do Ouro	33
	24. Vila Santa Tereza	28
	25. Vila Correa Lima I	345
	26. Vila Santa Rita	118
	27. Beco da Solidão	46
	28. Vila Tronco Neves	1271
	29. Vila Tronco Nossa Senhora do Brasil	1215
	30. Vila Tronco Pantanal	104
	31. Vila Tronco Postão	692
	32. Mutirantes V	112

Desconsiderando núcleos menores, de ocupação territorial rarefeita e ainda as vilas urbanizadas, apresentamos os assentamentos espontâneos irregulares considerados, totalizando 3.753 domicílios (tab. 22).

Tab. 22 – Assentamentos espontâneos irregulares nos Bairros Medianeira / Santa Tereza – áreas consideradas.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
Medianeira/ /Santa Tereza	01. Vila Tronco Nossa Senhora do Brasil	1215
	02. Ocupação Motel Coqueiros	9
	03. Vila Tronco Pantanal	104
	04. Vila Tronco Neves	1271
	05. Vila Figueira	102
	06. Vila Zaida	167
	07. Vila Santa Rita	118
	08. Vila Corrêa Lima I	345
	09. Vila Buraco Quente	422



Fig. 77 – O bairros Medianeira / Santa Tereza e as áreas espontâneas irregulares consideradas.

Focamos a análise em dois núcleos: o primeiro, Ocupação Motel Coqueiros, Vila Tronco Neves e Vila Tronco Pantanal que totalizam 1.806 domicílios e podem ser analisadas em conjunto em virtude da ausência de delimitação territorial.

O segundo núcleo é a Vila Buraco Quente escolhido pela espontaneidade do assentamento e ausência de intervenções urbanas planejadas na área localizando-se praticamente no centro da região.

Tab. 23– Assentamentos espontâneos irregulares nos Bairros Medianeira / Santa Tereza – áreas em análise.

Bairro	Assentamentos espontâneos irregulares	Domicílios
Medianeira/ Santa Tereza	01. Ocupação Motel Coqueiros / Vila Tronco Pantanal / Vila Tronco Neves	1.806
	02. Vila Buraco Quente	422

5.2.2. O Bairro Sarandi.

O Bairro Sarandi foi criado pela Lei nº 2.022 de 7/12/59. Abrangendo a área norte na designação do OP, é o bairro mais populoso da cidade, com 90.120 habitantes. É o terceiro bairro com população numericamente auto-declarada preta/parda: 15.412 moradores. A área também está incluída no grupo de menor renda nominal do município: R\$ 473,67.

O Bairro Sarandi é composto por 10 núcleos ou vilas irregulares, todos populosos e densamente povoados: a Vila Nova Brasília, por exemplo, tem 1.604 moradores. Destaque para o complexo de vilas: Vila Beco da Fumaça, Vila Caiu-do-Céu e Vila Recanto do Chimarrão.

5.2.3. O Bairro Rubem Berta.

O Bairro Rubem Berta foi criado pela Lei nº 3.159 de 09/07/68. Pertence, nas regiões do OP, ao Eixo Baltazar juntamente como Bairro Passo das Pedras. É o quarto bairro em população numericamente negra: 12.864 habitantes, mas com apenas 18,84% de concentração dos pretos/pardos no bairro.

O grande número de áreas irregulares do Bairro Rubem Berta está relacionada a ocupação do Conjunto Rubem Berta, aglomerado habitacional de grandes dimensões originado de iniciativas do poder público, composto de tipologias diversas: garagens, invasões, etc. Não são, para efeitos desse estudo, áreas significantes: estão localizadas em áreas provenientes de parcelamento do solo e planejamento urbano.

Desconsiderando as áreas irregulares provenientes de urbanização planejada e não procedemos à análise no bairro em função, no entanto, dessas ocupações apresentarem-se sujeitas a intensas influências das áreas do entorno que não são espontâneas.

5.3. As conurbações negras urbanas em Porto Alegre.

Localizados os assentamentos espontâneos inseridos nos cinco primeiros bairros representativos de predominância de população auto-declarada preta/parda nas duas dimensões consideradas – proporcionalmente negra e quantitativamente negra – partimos para as conurbações negras urbanas em Porto Alegre.

Consideramos, na primeira instância morfológica, o assentamento unifamiliar remanescente de quilombo Família Silva conceituado como kraal brasileiro; a

dimensão morfológica intermediária é composta por nucleamentos compostos por 100 a 1.000 domicílios e a dimensão morfológica extensa, caracterizada como cidade informal negra, é composta por assentamentos com número superior a 1.000 domicílios.

5.3.1.O *kraal* brasileiro: a área remanescente de quilombo Família Silva.

A figura morfológica conceitual *Kraal*, tomada como herança histórica africana, é adaptada, no Brasil, nas formações remanescentes de quilombos constituindo, igualmente, uma rede pautada em um conjunto de símbolos que configuram sua diferenciação espacial dos demais grupos sociais.



Fig. 78 – O *kraal* brasileiro: a Família Silva em Porto Alegre. Vista parcial do assentamento. Desenho: Günter Weimer.

Família e parentesco, o uso da terra, o modo de produção e troca, as relações políticas com a sociedade envolvente, as formas de sociabilidade e a memória social em localidades habitadas por maioria de população afro-descendente são abordagens contempladas nessa visão. No Brasil, consideramos como estudo de caso, em Porto Alegre, a Família Silva¹²², expoente de áreas remanescentes de quilombos urbanos, correspondente ao que se designa, aqui, de *kraal* brasileiro.

¹²² Todo o estudo aqui proferido baseia-se no Laudo Antropológico e Histórico - Família Silva: Resistência Negra no Bairro Três Figueiras, de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento ao art 68 / ADCT. O trabalho é resultante de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria de Diretos Humanos e Segurança Urbana, e a Fundação Cultural Palmares, tendo como autores Ana Paula Comin de Carvalho e Rodrigo de Azevedo Weimer, de setembro de 2004. O laudo identificou a estruturação interna do grupamento e processos sociais interativos contextualizando a coletividade utilizando como parâmetro classificações e categorias nativas de auto-identificação.

A Família Silva constituiu-se a partir de uma migração campo/cidade para local afastado e pouco habitado de Porto Alegre no início da década de 1940¹²³, num recanto ainda rural da cidade¹²⁴, no hoje denominado Bairro Três Figueiras¹¹⁹. Ocupando um terreno de 4.445,71m², vivem 32 pessoas distribuídas em 7 unidades domiciliares de sete irmãos, seus respectivos cônjuges, filhos, netos e sobrinhos de duas irmãs falecidas. A faixa etária dos quilombolas oscila entre 0 e 48 anos e as atividades profissionais são mal remuneradas: as mulheres trabalham em serviços domésticos e os homens atuam como vigias, jardineiros na luxuosa vizinhança ou ainda, como *caddies*¹²⁶ no Country Club.

A área remanescente de quilombo da Família Silva¹²⁷, primeiro quilombo urbano reconhecido em território nacional, apresenta-se como um território de resistência preservado na cidade de Porto Alegre, onde quilombolas permaneceram em suas terras ao longo do século XX, enquanto milhares de outras famílias negras residentes em outras áreas próximas foram sendo progressivamente removidas para locais mais distantes. O território geográfico e simbólico ocupado pela comunidade negra remete a processos segregativos e relações interétnicas.

O processo de territorialização iniciou-se quando os antepassados ocuparam o local projetando no espaço físico as práticas de resistência e de autonomia da cidade envolvente em busca de terra fértil para criar raízes. Os habitantes da comunidade passaram a viver de forma autônoma concomitantemente a

¹²³ Os avós maternos são procedentes de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, no interior do Rio Grande do Sul. O Laudo veio a desmistificar questões referentes aos quilombolas enquanto dissidentes da Colônia Africana.

¹²⁴ O *Country Club* instalou-se na região em 1939, ocupando uma área então denominada rural. O Bairro Três Figueiras tornou-se oficial somente em 1959. A implantação do Shopping Center Iguatemi, inaugurado em 1983, foi responsável pela expansão da Avenida Nilo Peçanha, no trecho entre a Rua Luiz Manoel Gonzaga e a Av. João Wallig, propiciando o desenvolvimento da região bem como a conseqüente especulação imobiliária na área.

¹¹⁹ O Bairro Três Figueiras foi criado pela lei 2022 de 07/12/59 e apresenta 3.657 moradores em uma área de 106 hectares, 1.095 domicílios e 34 habitantes/hectare. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria de Planejamento Municipal e IBGE, Censo Demográfico de 2000.

¹²⁶ *Caddie*: designação utilizada para a função desempenhada de recolher bolas nos campos de golfe, no caso, o Country Club. Daí originou-se, também, a designação da Vila *Caddie* na área vizinha ao Country Club.

¹²⁷ O local é conhecido e reconhecido como negro por diversos agentes externos como a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul, o Instituto de Assessoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos, o Ministério Público Federal e a Fundação Cultural Palmares.

territorialização¹²⁸. A descendência escravocrata é comprovada pelo mapa genealógico familiar¹²⁹.

A delimitação étnica enquanto território negro e reduto de resistência afrodescendente em área urbana é clara na ocupação territorial da Família Silva. A identidade histórica da área remanescente de quilombo, tomada sob o conceito morfológico de *kraal* brasileiro, emerge como resposta diante de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que co-habitam¹³⁰.

O *kraal* Família Silva apresenta forma de organização social característica de grupamento étnico, adquirindo sentido de resistência contemporânea no momento que é tratado à margem da sociedade envolvente e têm sua existência ameaçada em razão da especulação imobiliária existente na zona aliada, ainda, a sistemática expulsão das populações negras e pobres de áreas que, com o crescimento citadino, tornaram-se urbanisticamente valoráveis.

No nucleamento a denominação *família* é auto-explicativa: o parentesco é o princípio norteador da ocupação territorial. A origem remota a meados do século XX quando os avós maternos dos atuais membros do grupo, Naura Borges da Silva e Alípio Marques do Santos, naturais de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, respectivamente, foram sucedidos por seus filhos, Anna Maria da Silva e Euclides José da Silva, ambos de São Francisco de Paula, na ocupação do território dando início, assim, ao processo de perpetuação das relações sócio-espaciais mantidas no local até hoje.

O casal Naura e Alípio teve onze filhos: Lígia Maria, Lídia Manna, Lorivaldino da Silva, Ângela Maria, Zuleica Briolandi, Jair, Zeneide, Ana Cristina, Euclides Guaraci, Maria de Lourdes e Luiz Valdir. Dos onze filhos, sete permaneceram no local, sendo que a ocorrência de um dá-se na figura do cônjuge:

1. Lígia Maria – casou-se com Antônio Carlos;
2. Lorivaldino (Lorico) – casou-se com Cleusa;
3. Ângela Maria – casou-se com Paulo Roberto;
4. Zuleica Briolandi (Preta) – casou-se com Paulo Ricardo;
5. Euclides Guaraci – casou-se com Rita de Cássia;

¹²⁸ A memória de ocupação territorial é clara no núcleo familiar: as práticas a que estiveram submetidos ao longo do tempo de ocupação da terra é de amplo domínio dos moradores.

¹²⁹ Laudo Antropológico e Histórico (2004, p. 18-19).

¹³⁰ O'DWYER (1995).

6. Jair;
7. Zeneide, falecida, casou-se com Edésio, que permaneceu na área juntamente com os filhos.

O processo de compartilhamento da terra deu-se, então, com a permanência de Euclides e Anna Maria, que, pós-casamento, passaram a residir juntamente com os pais de Euclides, Naura e Alípio, na mesma área. Atenta-se para as relações de vizinhança: a maioria dos casamentos dos filhos deu-se com famílias negras, sendo que a maioria situa-se em áreas próximas ao núcleo com estreitas relações de convivência.

A inclusão de novos membros através do vínculo matrimonial possibilita aos mesmos a aquisição de uma condição de pertencimento que os insere na categoria de parentes, no entanto, é a descendência aliada à residência na área de domínio da família de origem que confere aos indivíduos a denominação de herdeiros¹³¹.

Há fortes vínculos sociais estabelecidos pelo grupamento com os habitantes da região, bem como instituições do bairro desde a fixação do grupamento no local. Um dos exemplos são as lembranças sobre o Colégio Anchieta, onde diversos integrantes da Família Silva estudaram. Essa ligação não se limita, exclusivamente, sobre a primeira experiência de contato com o sistema formal de ensino: representou participação na formação do Bairro Três Figueiras.

O Colégio Anchieta estabeleceu-se na Nilo Peçanha em 1954¹³² e alguns integrantes do núcleo negro foram utilizados como mão-de-obra na construção da escola. Em 1968 teve início o funcionamento da Escola Assistencial Vespertina destinada *especificamente às crianças pobres e necessitadas das favelas que por três lados rodeiam as modernas e magníficas linhas arquitetônicas do colosso que é o Anchieta*¹³³. A Escola Assistencial funcionou em um prédio diferente do restante da escola, sendo que os contatos com o restante da instituição eram limitados, havendo acessos diferentes para ambas, constituindo, um quadro de clara segregação. A Escola Assistencial teve fim em 1984. A coincidência temporal deve-se à abertura do Shopping Iguatemi, em 1983, e a urbanização no Bairro Três Figueiras. Com a valorização da área, expressa na abertura da Avenida Nilo Peçanha, que ligou o centro da cidade ao Shopping, a vizinhança pobre e negra não era mais desejável

¹³¹ Laudo Antropológico e Histórico (2004, p. 130-131)

¹³² O Colégio Anchieta foi fundado em 1889 e situava-se no centro da cidade. O crescimento da cidade no centro aliada à inadequação das instalações foi o motivo da transferência da escola para área mais afastada.

¹³³ Relatório do Colégio Anchieta (1968, p. 110), referindo-se à Vila do Resvalo, à Família Silva e a Vila Caddie.

na região e possibilitar o ensino gratuito e de qualidade significava perpetuar as vilas no bairro. A Família Silva resistiu à urbanização e manteve-se no local.

O *kraal* da Família Silva consolidou-se socialmente como um território geográfico e simbólico, ocupado por uma comunidade exclusivamente negra seguidamente submetida a processos de segregação social. A espacialidade do assentamento define-se pela materialidade territorial na medida em que concretiza a simbologia utilizada na sua construção e perpetuação da herança ancestral com raízes de caráter coletivo.

Os mapas de evolução urbana da área a partir dos levantamentos efetuados pela Prefeitura Municipal em 1939 confirmam a presença dos habitantes pioneiros do núcleo. No levantamento aerofotogramétrico dos anos de 1939/1942, observa-se que a Rua João Caetano não passava de uma pequena via por onde passavam as carroças: os poucos caminhos existentes eram de difícil acesso em uma área então rural e a casa dos pioneiros Silva já aparecia no levantamento (fig. 92).

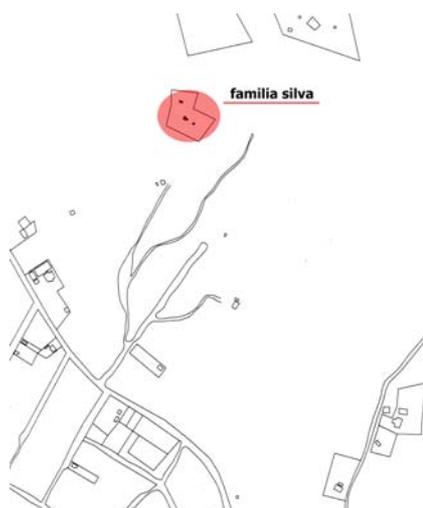


Fig. 92 – Aerofotogramétrico da área em 1930/1942.

Já no mapa de 1956, o território ocupado pelos Silva pode ser identificado pela existência de duas edificações. Segundo integrantes da comunidade, trata-se da casa de Naura e Alípio, a casa maior, e a menor, a residência de Anna Maira e Euclides que passaram a residir ali desde o matrimônio em 1954. Os membros integrantes da Família Silva demonstram amplo domínio de conhecimento sobre a história de ocupação da região e entorno circundante (fig. 93).

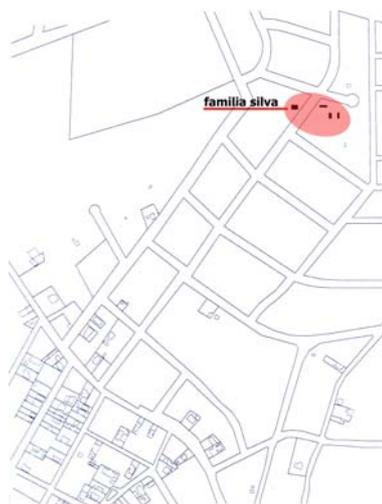


Fig. 93 – Aerofotogramétrico da área em 1956.

Curiosamente, no levantamento aerofotogramétrico de 1987, a Rua João Caetano está projetada em cima da área da Família Silva! A Rua Lobélia, um dos acessos do núcleo, liga-se, segundo o desenho, à Rua João Caetano, adentrando no núcleo. A Vila do Resvalo aparece com poucas casas, diferentemente da real situação da área irregular. Vias projetadas também sobre a Vila Caddie, demonstrando a ausência de planejamento urbano específico para as áreas (fig. 94).

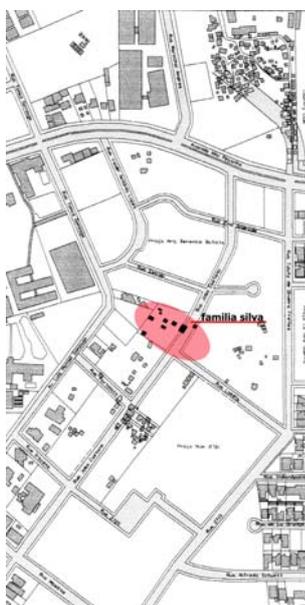


Fig. 94 – Aerofotogramétrico da área em 1987.

Outras pessoas habitaram o território ocupado pelos Silva com o consentimento dos mesmos em períodos anteriores¹³⁴. Via de regra, os relatos permitem observar uma conduta de inclusão e auxílio a pessoas socialmente

¹³⁴ Como João, filho de criação de Naura e Alípio e sua esposa Antônia, uma idosa negra conhecida pelo apelido de Vó Pequena e Zaida, sogra de Lígia Maria.

necessitadas e desamparadas através de redes de solidariedade baseadas nas relações de vizinhança, compadrio e parentesco.

LEITE (1995) afirma que as famílias negras compartilham experiências de vários tipos, trajetórias comuns, situações de discriminação e de super-exploração, circunstâncias de desencontros e desarticulações grupais. A inclusão dessas pessoas no território evidencia tentativas de construção de vínculos perdidos, num determinado lugar, compondo um desenho social que remete à territorialidade negra na cidade, aos seus espaços historicamente constituídos, que servem de refúgio e onde essas pessoas encontram a solidariedade étnica¹³⁵. As práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida características culminam na consolidação de um território social próprio. A configuração espacial do assentamento também resulta em um território concretamente específico e altero?

Como metodologia para apreensão espacial da territorialidade negra no espaço urbano recorre-se, primeiramente, ao registro de marcos territoriais pertinentes às fronteiras do seu território, as características geográficas de consolidação territorial a partir dos registros aerofotogramétricos, as relações dos moradores com o meio físico, como forma de identificar a estruturação interna do núcleo. Lançamos mão de esboços de implantação e registros fotográficos efetuados na pesquisa de campo na área.

A estrutura da investigação segue a metodologia empregada na análise da estruturação social dos *kraals* africanos – com a diferenciação da pesquisa *in locus*, considerando a formação social baseada na família matrilinear e laços de parentesco, o uso do solo e, por fim, as particularidades espaciais do núcleo verificando a aplicabilidade da figura conceitual espacial africana no assentamento no Brasil a partir da herança histórica comum.

5.3.1.1.A família matrilinear e o parentesco.

A origem comum, fonte primeira da etnicidade, como a própria denominação já evidencia, é a base a partir da qual se estrutura o processo de luta pela manutenção das terras, constituindo, também, o caráter étnico do grupo. A etnia também é apontada como elemento primordial. A Família Silva é *um grupo de negros ligados entre si por relações de parentesco*¹³⁶, assim vêem-se e são vistos pelos demais.

¹³⁵ Laudo Antropológico e Histórico (2004, p. 133).

¹³⁶ Laudo Antropológico e Histórico (2004, p. 19).

A manutenção da estrutura familiar matrilinear parece ser fundamental na perpetuação do núcleo negro. A ênfase na mulher-mãe expressa pela chefia feminina é um traço característico da família negra herdado da cultura ancestral africana e mantida através dos tempos, mesmo na área urbana: *o matriarcado tem sido enfatizado como uma particularidade do grupo negro, quer sob a forma da preeminência feminina derivada da cultura africana, quer como decorrente da desagregação da família que formou ou pôde formar nos período escravista e pós-emancipação*¹³⁷. Identificam-se, na organização social familiar negra, no caso específico, traços africanos explicando a força da mulher negra a partir da base africana matrilinear.

O parentesco está na base de organização social de grupos étnicos descendentes de africanos no Brasil, sendo, geralmente, o aglutinador dos integrantes de um território negro. É o que ocorre na Família Silva: na ocorrência de casamento, a tendência é dos homens serem incorporados à família da mulher, reforçando os laços de solidariedade interna grupo. Após as uniões, os casais passam a residir no território somente com o consentimento do grupo em virtude das implicações em termos de compartilhamento de recursos locais para a moradia, sendo esse o código familiar do grupo. A inclusão de novos membros através do matrimônio possibilita o pertencimento e inserção no grupo sendo, no entanto, a descendência e residência local que confere o título de “herança” perante o grupamento.

Os laços são de parentesco, casamento ou consangüinidade, representando a ampliação e consolidação de contatos, expandindo laços de solidariedade e afeto. Os casamentos dão-se com pessoas negras da mesma condição social que residem em vilas próximas ao seu território e com as quais mantém intensa sociabilidade.

A questão religiosa gera laços de identificação com a zona através do batismo, da crisma e união em matrimônio na igreja católica. O *catolicismo de substituição* apresenta-se como forma de mascarar a efetiva prática de cultos ancestrais reprimidos ou, pelo menos, mal vistos pela sociedade envolvente. A religiosidade, embora manifestada de maneira diferente ao longo das gerações, é elemento importante na memória do grupo e o sincretismo faz-se presente.

¹³⁷ LEITE (1996, p. 135).

5.3.1.2. O uso do solo.

O uso coletivo da terra, já durante a vigência do sistema escravista, tinha limites definidos e a propriedade era de uso comum, a regra era a pequena propriedade em torno dos vários mocambos. O caráter coletivo do uso do solo é perpetuado no assentamento.

Havia sustentabilidade do núcleo durante período anterior à urbanização do bairro: plantações de mandioca, aipim, batata doce, amendoim, milho, legumes, hortaliças e frutas e, ainda, animais de pequeno porte para subsistência da própria família eram ocorrências tradicionais no período. O cultivo de legumes, frutas tinha como objetivo garantia da subsistência dessa coletividade através do consumo e venda dos produtos agrícolas¹³⁸. A atividade agrícola perdeu sua força com a redução da área pelas construções adjacentes, em sua maioria, condomínios horizontais fechados de alto luxo.

No *kraal* brasileiro, a perpetuação das relações com a terra dá-se com o cultivo de ervas medicinais, horta, seringueiras (a maior localizada na área central do nucleamento), figueiras e árvores frutíferas, algumas plantadas pelos antepassados, demarcando um processo histórico de conquista, ocupação e fixação desse grupo no território. O uso de plantas medicinais é uma prática da comunidade, bem como a produção de *garrafadas*¹³⁹.

O uso coletivo do solo, não havendo propriedade individual dentro do núcleo é claro, além da predominância dos espaços públicos de uso coletivo sobre o individual.

5.3.1.3. Particularidades espaciais recorrentes.

Inicialmente procedemos à localização do sítio geográfico na cidade de Porto Alegre e o entorno imediato do Bairro Três Figueiras. Analisamos, na seqüência, as acessibilidades do assentamento, as unidades construídas, a constituição dos espaços comunitários e as relações espaciais em torno do núcleo integrador, apresentamos, ainda, os espaços de transição e os pátios secundários que constituem o assentamento. Por fim, nessa etapa, conceituamos o simbolismo

¹³⁸ Desde o período escravocrata, embora o movimento quilombola constituísse uma sociedade à parte da sociedade escravista, havia diversos tipos de ligações existentes entre ambos. A troca com as vizinhanças foi uma alternativa encontrada pelos quilombolas para a continuidade da residência e manutenção dos laços familiares.

¹³⁹ Infusão de ervas utilizada para combater dores musculares.

concreto do *kraal* brasileiro Família Silva apontando características configuracionais espaciais inerentes ao espaço em questão.

ANJOS (1999) atentou para a importância de estudos a cerca da configuração espacial das áreas remanescentes de quilombos referindo-se à *lacuna existente na cultura afro-brasileira*¹⁴⁰.

a) A localização geográfica do sitio da Família Silva.

O Bairro Três Figueiras foi criado pela lei 2022 de 07/12/59. Na consolidação do bairro, destaque para a implantação do Country Club, em 1939; instalação do Colégio Anchieta na área, em 1954 e a abertura da Avenida Nilo Peçanha, em 1983, ligando o centro ao Shopping Iguatemi e alterando a configuração urbana da região. A partir da década de 80 teve início o efetivo desenvolvimento da região e a conseqüente especulação imobiliária no bairro. O parcelamento e loteamento do solo que se seguiu provocou radical transformação sócio-econômica na área e desconsiderou a existência de comunidades que já habitavam o local.

O bairro localiza-se em área central da cidade e está ladeado pelos bairros Petrópolis, Bela Vista, Chácara das Pedras e Vila Jardim (fig. 95).

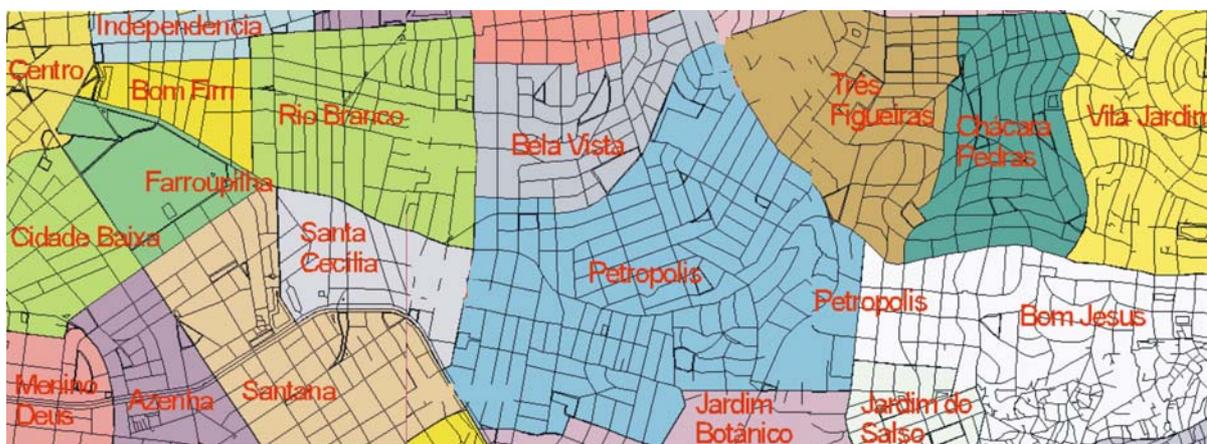


Fig. 95 – Os bairros adjacentes ao Bairro Três Figueiras.

O Shopping Iguatemi, o Parque Alemanha contíguo à área do Shopping e o Country Club são elementos da paisagem urbana do bairro, equipamentos localizados na Avenida Nilo Peçanha (fig. 96).

¹⁴⁰ O estudo visa suprir a invisibilidade de estudos no que concerne às informações sistematizadas referentes à distribuição dessas comunidades no território, por município. A metodologia de estudo do autor também incide em aspectos fundamentais da historiografia da África, tomando como premissa que as informações espaciais sobre a territorialidade africana são fundamentais para uma compreensão mais apuradas das questões que envolvem o papel e a inserção do negro na sociedade brasileira.

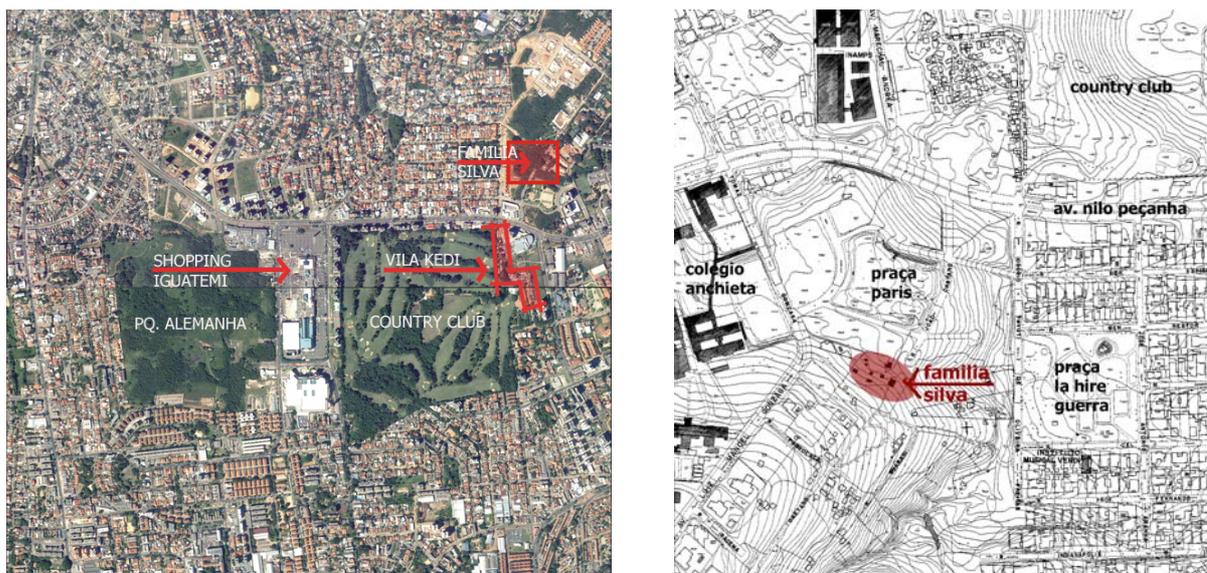


Fig. 96 – o entorno do *kraal* Silva.

A Família Silva tem como vizinhos lindeiros: a Praça Paris, na Rua João Caetano, lotes privados de propriedade da empresa Astir, condomínios horizontais de alto luxo e a Vila do Resvalo (fig. 97).

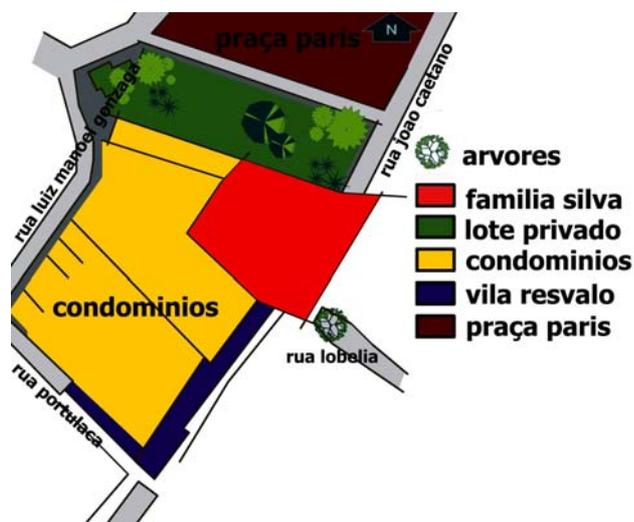


Fig. 97 – o entorno imediato do *kraal* Silva e vizinhos lindeiros.



Fig. 98 – Tipologia de condomínios residenciais na área. À esquerda, acesso à Vila do Resvalo, no meio, terreno contíguo à Família Silva e à direita, Rua Lobélia com a vista do entorno. A figueira já fez parte da área remanescente e foi plantada pelos ancestrais.



Fig. 99 – a implantação da área remanescente de quilombo Família Silva.

A configuração morfológica predominante na área é resultado da maciça presença de condomínios horizontais de ocupação recente. Destaque para a altura dos muros que circundam a área: extremamente altos e com vigilância por micro-câmaras. O traçado regular predomina no entorno da área exclusivamente residencial (fig. 99).

Entre as áreas de ponderação, unidade utilizada pelo IBGE para levantamento de dados qualitativos¹⁴¹, pertence ao conjunto de bairros que engloba, além de Três Figueiras, Chácara das Pedras e Vila Jardim, Desconsiderando as contrastantes diferenças morfológicas e econômicas dos bairros inseridos no mesmo grupamento, a área destaca-se pela elevada renda nominal, constituindo um dos bairros mais ricos da cidade: R\$ 1080,19¹⁴².

A concentração de habitantes auto-declarados brancos na área é alta e, certamente, a presença de habitantes auto-declarados pretos/pardos está concentrada na Vila Jardim, bairro configurado a partir de migrações internas na cidade, inclusive da população negra habitante das áreas centrais. A Família Silva

¹⁴¹ Posteriormente efetuaremos discussão sobre o conceito de áreas de ponderação.

¹⁴² IBGE, Censo Demográfico, 2000.

corresponde a 0,12% dos auto-identificados pretos/pardos na área de ponderação em questão, ou seja, uma parcela ínfima dos habitantes do universo.

Bairro	Universo	Branços	Pretos/Pardos	Preto/Pardo em relação ao universo
Três Figueiras / Chácara das Pedras / Vila Jardim	24.942	19.507	5.195	20,82%

b) **As acessibilidades do assentamento.**

Os acessos ao núcleo são três: um pela Praça Paris pela Rua João Caetano, outro pela Rua João Caetano passando pela Vila do Resvalo, e o último pela Rua Lobélia, na divisa com os condomínios horizontais (fig. 100).

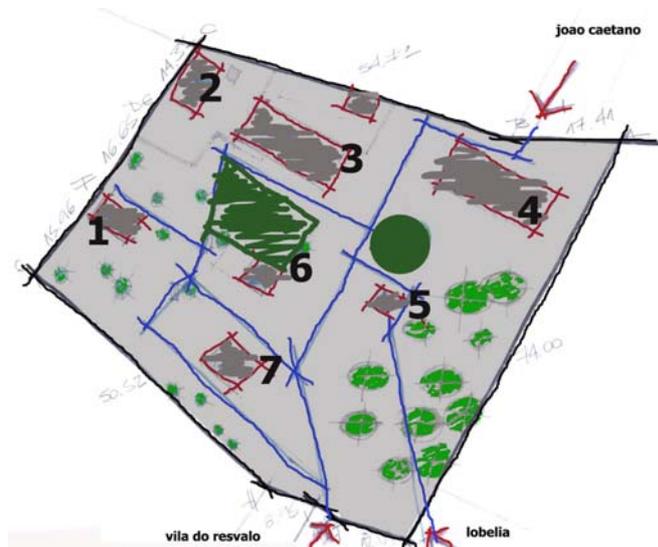


Fig. 100 – As acessibilidades do núcleo.

Através da história oral e da memória coletiva do grupo, lembram-se que os antepassados *cercavam a casa como se esta fosse um forte*¹⁴³. A delimitação territorial expressa na figura das cercas de granito construídas pelos avós dos Silva já ocorria quando a área era ainda rural e não existiam vizinhos no entorno, indicando claro domínio espacial do assentamento. Hoje as cercas estão encobertas pela vegetação e cercas urbanas de contenção territorial são efetuadas pelos vizinhos lindeiros, avançando pelo núcleo e conseqüentemente, diminuindo sua área.

O esboço de implantação registrando os acessos do assentamento foi efetuado na primeira visita de campo e demonstra, esquematicamente, a localização dos acessos do assentamento, com entrada controlada pelos moradores. (fig. 101).

¹⁴³ Laudo Antropológico e Histórico (2004, p. 131).



Fig. 101 – As acessibilidades do núcleo. À esquerda, vista do acesso pela Vila do Resvalo e à direita, o acesso pela Rua Lobélia.

1. Acesso principal: Rua João Caetano pela Praça Paris.

O acesso principal é praticamente imperceptível para quem circula pela zona nobre do Bairro Três Figueiras. A Praça Arquiteta Berenice, conhecida como Praça Paris, é circundada por cerca de concreto da Empresa Astir. Na área limite com a Família Silva, destaca-se, logo no início do assentamento, a quantidade de lixo depositada na área pelos moradores dos luxuosos condomínios do entorno (fig. 102).

A estreita entrada, da qual avista-se um único mocambo, é o acesso mais utilizado tanto pelos moradores quanto pelos visitantes.

De acordo com dados da Secretaria de Planejamento Municipal, tem-se as seguintes datas de abertura das vias no entorno da Família Silva:

1. entre Carlos Gomes e Ildefonso Simões Lopes – 1965.
2. entre Ildefonso Simões Lopes e Miosótis – 1968.
3. entre Miosótis e Portulaca – 4/2/2004.
4. trecho entre divisa loteamento Praça Paris e Avenida Nilo Peçanha – cadastrado em 11/12/1997.

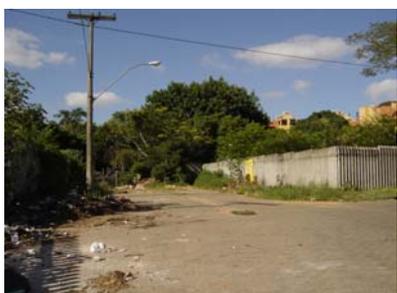


Fig. 102 - Acesso principal do assentamento. À esquerda, destaque para o lixo depositado pelos vizinhos e o acesso, estreito, com a casa pertencente ao núcleo.

2. Acesso secundário: Rua Lobélia.

Em fevereiro de 2002 o Movimento Negro, durante a realização do II Fórum Social Mundial em visita ao núcleo, registrou a Rua Lobélia ainda fechada, sem pavimentação asfáltica e com a figueira preservada nos domínios do assentamento. A abertura da rua não respeitou os limites geográficos da área, há muito ocupada pela Família Silva: isolou a figueira existente no local em um pequeno canteiro no meio da via, sendo a árvore símbolo da permanência no local visto que a mesma foi plantada pelos antepassados dos Silva (fig. 103).

A área contígua, na rua Lobélia, é considerada área verde pela Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sem constar o nome de qualquer lote ou dono. O terreno encontra-se, porém, em processo de urbanização pela empresa Bortoncello.

A Família Silva adequando-se à abertura desrespeitosa da via, construiu uma cerca de madeira de 1,20m dando acesso à área. O restante da área foi cercada com tela de arame como elemento de demarcação territorial.

A malha urbana, regular, é ocupada por condomínios horizontais em praticamente totalidade do entorno. Durante o período de elaboração do Laudo Antropológico (maio a setembro de 2004) a cerca que consta como área reivindicada no processo, e integrante da configuração original do assentamento, foi movida, em torno de 5m para dentro da área Silva, e fechada com placas de concreto, contrastando com o cercamento de ripas de madeira existente no restante da área (exceto no limite com os muros dos condomínios). Posteriormente, durante o período de levantamento de campo, a cerca limite foi novamente removida sob coesão e ameaças dos donos da área do entorno.



Fig. 103 – Acesso secundário pela Rua Lobélia. Ao meio, a vista do acesso a partir do núcleo e à direita, a figueira plantada pelos antepassados Silva.

3. Acesso secundário: Rua João Caetano pela Vila do Resvalo.

A malha urbana da Rua João Caetano termina bruscamente na Vila do Resvalo, em uma transição contrastante entre as casas do assentamento irregular e os altos muros dos condomínios horizontais de luxo. Na descida em direção à vila, atenta-se para a altura dos muros com face voltada para rua, facilmente ultrapassando 5m de altura, com câmeras filmadoras voltadas para o assentamento informal. A Vila do Resvalo, assentada em forma de L, encontra-se na continuação da Rua Portulaca (somente 52m cadastrados em 28/07/1997, segundo dados da Secretaria de Planejamento Municipal) e Rua João Caetano, configurando um assentamento linear, com caráter distinto do *kraal* urbano: a ocupação do solo é total, não há existência de espaços de uso coletivo, sendo essas as características mais gritantes.

Durante a década de 80 a Vila do Resvalo atingiu o seu auge em termos populacionais – em 1982, segundo censos das vilas populares, a vila tinha 220 casas e 990 habitantes estimados. Em 1998, apenas 28 casas forma contabilizadas.

As diferenças sociais e morfológicas são gritantes e os moradores do entorno reconhecem os Silva enquanto remanescentes de quilombos respeitando as delimitações territoriais do assentamento. Entre a Vila do Resvalo e a área em estudo, existe um portão de aproximadamente 1,50m que expressa a barreira física divisória entre as duas áreas (fig. 104).



Fig. 104 – Acesso secundário pela Vila do Resvalo.

4.9.3.3. As unidades construídas do assentamento.

O *kraal* Silva, com área de 4.445,71m², compõe-se de sete unidades unifamiliares (fig. 105). A metragem média das edificações é 50,31m², oscilando de 9,76m² na menor unidade doméstica – Jair, até 143,55m² na maior unidade do conjunto – Preta.

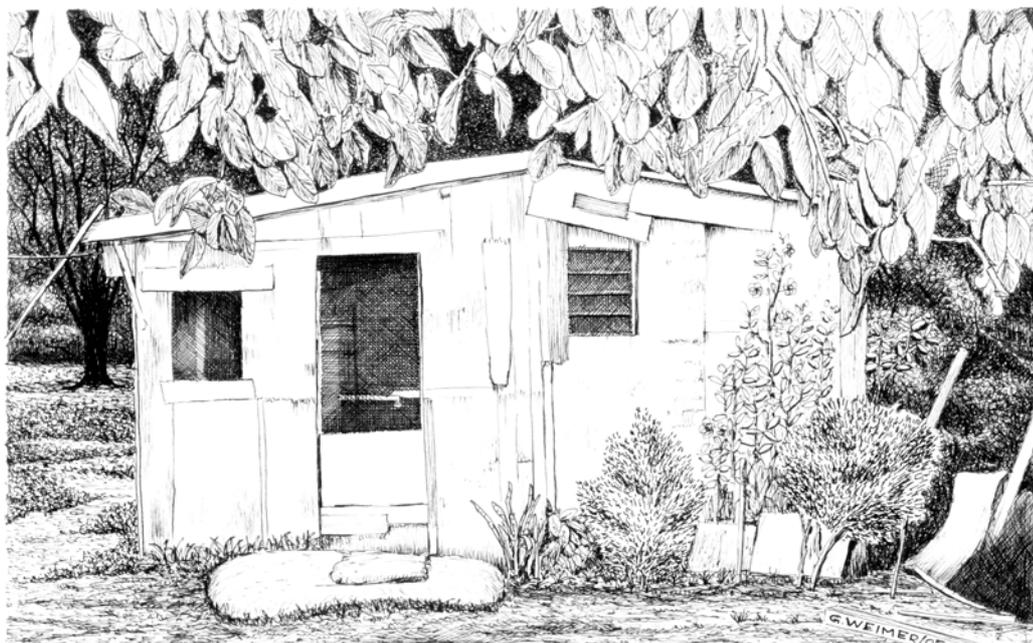


Fig. 105 – Unidade construída típica do *kraal* Família Silva. Aqui, unidade residencial de Zuleica e Paulo Ricardo. Desenho: Günter Weimer.

A cobertura das edificações, praticamente a totalidade em cobertura de duas águas, exceto a casa do Jair, com caimento de uma água. Tem-se, como elemento de vedação das habitações do conjunto dois tipos de materiais, basicamente: chapas de compensado e madeira, ocorrendo ora sozinho, ora combinado. A maioria das casas não possui cercamento e, quando tem – casa da Rita e do Lorico, existe com a finalidade de “organização espacial” e não delimitação da propriedade privada. O único elemento identificado pela comunidade como privado é a unidade habitacional.

Há uma curiosa dinâmica espacial no núcleo: as unidades habitacionais trocam de lugar esporadicamente. O abastecimento de água é recente no local: até pouco tempo dois poços, construídos pelos antepassados, serviam a família. Os banheiros são de uso coletivo, em número de dois, bem como os tanques também coletivos.

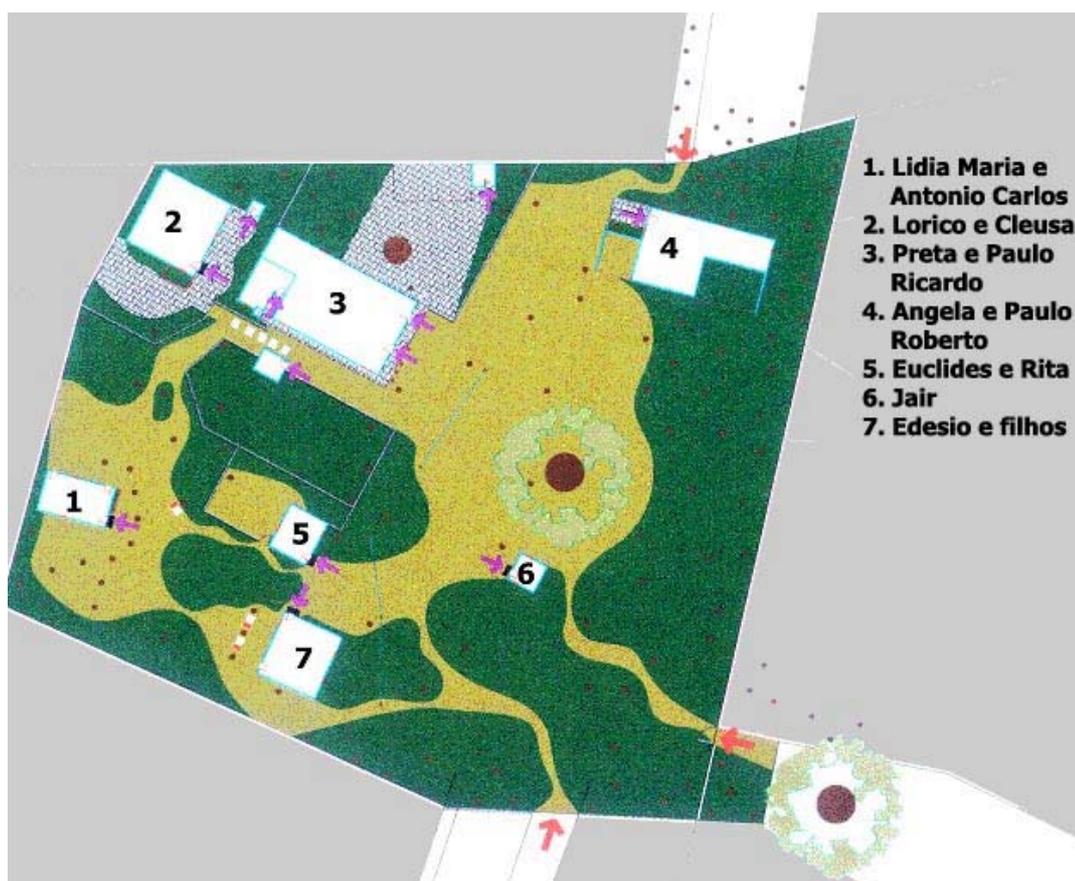


Fig. 106 – Planta baixa térreo Família Silva e respectivas unidades habitacionais.

Tab. 24 – Quadro descritivo das unidades habitacionais do assentamento.

SILVA	Dimensões	Área	Nº Hab.	Cobertura	Vedação	Cerca	Sanit.	Tanque
1. Lídia Maria e Antônio Carlos	4,30 x 7,30m	31,39m ²	2 pessoas	2 águas / telhado de fibrocimento	Chapa de compensado e madeira	-	-	-
2. Lorico e Cleusa	8,5 x 8,0m	68m ²	6 pessoas	2 águas / telhado de fibrocimento	Madeira	Ripas de madeira	-	-
3. Preta e Paulo Ricardo	8,7 x 16,5m	143,55 m ²	6 pessoas	2 águas / telhado de fibrocimento	Madeira	Grades de ferro e madeira (pátio lateral)	Sim	Sim
4. Ângela e Paulo Roberto	3,95 x 8,6m	33,97m ²	8 pessoas			Ripas de madeira	Sim	-
5. Euclides e Rita	4,40 x 5,0m	22,00m ²	5 pessoas	2 águas / telhado de fibrocimento	Chapa de compensado	Arame (pátio fundos)	-	-
6. Jair	3,10 x 3,15m	9,76m ²	1 pessoas	1 água / telhado de fibrocimento	Chapa de compensado	-	-	-
7. Edésio e filhos	6,60 x 6,60m	43,56m ²	4 pessoas	2 águas / telhado de fibrocimento	Chapa de compensado	-	-	Sim

1. Lígia Maria e Antônio Carlos. A unidade habitacional apresenta área de 31,39m² e localiza-se na posição mais profunda e mais elevada do terreno. É a organização social matriarcal, como nos *kraals* africanos, refletindo espacialmente: Lídia é a irmã mais velha dos Silva, chefe institucionalizada do núcleo, sendo que nenhuma reunião, durante a realização do trabalho de campo, ocorreu sem a presença e autorização expressa da mesma (fig. 107).

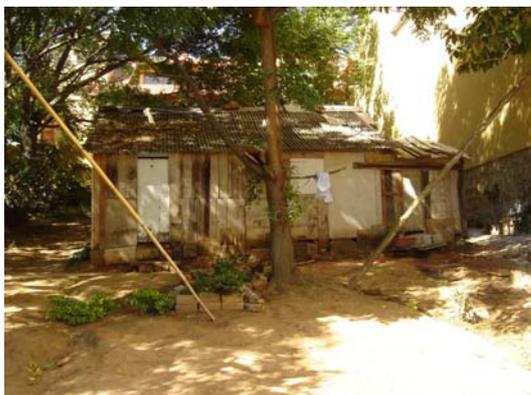


Fig. 107– Unidade habitacional – Lídia e Roberto.

2. Lorico e Cleusa. Uma das maiores casas do assentamento, com 68m² de área, a casa está situada atrás da casa da Preta. Cercada com ripas de madeira em função dos animais, de acordo com informações do próprio morador, é uma das unidades que conta com banheiro, de uso comunitário (fig. 108).



Fig. 108 – Unidade habitacional – Lorivaldino e Cleusa.

3. Preta e Paulo Roberto. É a casa com maior número de moradores, oito pessoas, e localiza-se na posição mais rasa do núcleo, sendo a casa visível pelo acesso da Rua João Caetano pela Praça Paris (fig. 109).



Fig. 109 – Unidade habitacional – Ângela e Paulo Roberto.

4. Zuleica Briolandi e Paulo Ricardo. É a maior casa do conjunto, localizada na área central do assentamento e faz divisa com a área comunitária construída local. Possui um banheiro, de uso comunitário e tanque, também de uso comunitário (fig. 110).



Fig. 110 – Unidade habitacional – Zuleica e Paulo.

5. Euclides Guaraci e Rita de Cássia. Uma das menores casas do assentamento, com área de 22m², onde vivem cinco pessoas, a unidade é cercada pelos motivos explicitados pelo irmão Lourival: ocorrência de animais, não constituindo uma área privada. A edificação não possui nem banheiro, nem tanque, sendo o uso alternado entre os irmãos (fig. 111).



Fig. 111 – Unidade habitacional – Euclides e Rita.

6. Jair. É a menor casa do conjunto, com área de 9,76m². Localiza-se no núcleo integrador, ao lado da seringueira central (fig. 112).



Fig. 112 – Unidade habitacional – Jair.

7. Edésio e filhos. Quatro pessoas ocupam a unidade de 43,56m². A casa não possui banheiro, apenas tanque, de uso coletivo (fig. 113).



Fig. 113 – Unidade habitacional – Edésio e filhos.

c) Os espaços comunitários.

Os espaços comunitários são praticamente a totalidade do assentamento, visto que a propriedade privada resume-se exclusivamente às casas. O depósito, de uso comum contíguo à horta, o pátio da casa da Preta, a horta, os tanques e os sanitários são equipamentos de uso coletivo.

1. Depósito.

O depósito localiza-se em área contígua à horta e abriga utensílios de uso comum, como instrumentos de jardinagem entre outros (fig. 114).



Fig. 114 – O depósito comunitário da Família Silva.

2. Tanque.

Em número de dois, localizados na casa da Preta, no espaço coberto de uso comunitário, e o segundo na casa do Edésio. Uso do tanque é coletivo e não há preferência quanto à localização, sendo o uso sempre alternado, de acordo com informações dos próprios moradores (fig. 115).



Fig. 115 – O tanque de uso comunitário.

3. Sanitários.

Os banheiros localizam-se nos espaços mais profundos do assentamento, seguindo a estruturação espacial encontrada nos *kraals* africanos onde as latrinas localizam-se nas vias secundárias. Os sanitários são em número de dois - um na casa da Preta e outro na casa do Lorico, sendo que somente um possui chuveiro (Preta) com água encanada e ausência de chuveiro elétrico. O uso é alternado não havendo preferências (fig. 116).



Fig. 116 - Os sanitários de uso comunitário, no pátio da Preta.

4. Pátio da Preta¹⁴⁵.

O pátio da Preta, em área cercada com grades de ferro e ripas de madeira contíguo a casa, abriga o espaço de uso comunitário. Segundo informações da Rita, esposa de Edésio, um dos Silva, é lá que ocorrem os encontros familiares em datas festivas e também onde ocorrem a maioria dos encontros familiares para reuniões¹⁴⁶. É a única área coberta aberta do assentamento. Localiza-se, nesse local, o tanque e o sanitário com chuveiro.

5. Horta.

A horta, onde são plantadas as ervas para a execução das garrafadas encontra-se na área central do assentamento, contígua à seringueira.



Fig. 117 – A horta na área central.

d) Os espaços de transição.

O espaço de transição *mais perceptível* encontra-se no “beco” entre a casa do Lorico e da Preta, ao lado da horta. É um espaço de transição, pois é limite entre a área central, no núcleo da seringueira, e os pátios secundários da casa do Lorico e da Lídia (fig. 118).

¹⁴⁵ A designação *da Preta* é utilizada pelos moradores, visto que a área comunitária é contígua a casa da moradora.

¹⁴⁶ Inclusive as reuniões dos nossos encontros durante a pesquisa de campo.



Fig. 118 – Espaços de transição: do núcleo integrador para os pátios secundários.

f) Núcleo Integrador – o pátio central da seringueira.

Os acessos às unidades do assentamento são todas voltadas para o pátio central principal – pátio da seringueira que se apresenta como o grande núcleo integrador do assentamento (fig. 119). A árvore, na área central do conjunto possui 4m de diâmetro, ladeada, ainda por uma figueira, dando a impressão maior de sua área de sombra, ocupando praticamente a totalidade da área central.

A limpeza e organização pátio central é destaque: não há lixo no chão da área. Aliás, a limpeza é extrema em todo o assentamento.



Fig. 119 – O núcleo integrador: o pátio central da seringueira.

g) Pátio Secundários.

Existem os pátios secundários, em posições intermediárias em relação às gradações de acessibilidade do assentamento (fig. 120). Toda a área é extremamente arborizada e a sombra é abundante. Os percursos de ligação ao exterior são estreitos e em chão batido. Os muros que dividem o *kraal* das áreas vizinhas chamam a atenção pela altura, sendo que um deles chega a ter 15m de altura e impossibilita a entrada de sol em parte do núcleo.



Fig. 120 – Os pátios secundários no assentamento.

h) O simbolismo concreto: a pedra e a espada de São Jorge.

A totalidade das casas tem seus acessos voltados para o núcleo central. Em cada porta, há uma pedra retangular, de arenito onde os quilombolas, tem sempre o costume de deixar os chinelos sobre a pedra, independentemente de estarem em casa ou não. Ladeando a pedra, registra-se a existência da espada de São Jorge para proteção espiritual, segundo informações dos moradores (fig. 121). É um símbolo coletivo apropriado pela comunidade e espacialmente materializado.



Fig. 121 – A pedra retangular e a espada de São Jorge: simbolismo materializado.

As crianças da Família Silva, durante o processo de levantamento local, questionadas sobre o espaço onde gostariam de efetuar um registro fotográfico, prontamente apontaram a seringueira, no pátio central. Maurício Silva, filho de Edésio e Zeneide, já falecida, pegou um abacate existente no pátio e, posicionado sob a sombra da seringueira, foi fotografado (fig. 122). É a perpetuação dos símbolos, heranças históricas materializadas e passadas de geração em geração.



Fig. 122 – A nova geração sob a sombra da figueira.

Apresentada a estruturação social e relações espaciais no espaço do assentamento partimos para o registro de territórios negros urbanos em outras dimensões, a fim de identificação de similitudes e diferenças nas mudanças de escalas. As análises comparativas entre as instâncias, considerando a herança histórica do continente africano, será realizada na abordagem exclusiva da morfologia dos núcleos negros urbanos.

Precedemos a abordagem das demais dimensões morfológicas considerando a metodologia empregada na localização dos territórios negros a partir de dimensões e variáveis fundamentadas em indicadores demográficos e sócio-econômicos.

5.3.2.Os territórios negros urbanos de dimensão morfológica intermediária: as vilas negras.

Objetivando identificar características estruturais morfológicas nos assentamentos negros urbanos contemporâneos, de dimensão intermediária entre o *kraal* e a formação citadina que configuram aldeias e vilas no Brasil, tomamos as formações negras em Porto Alegre, a partir do mapeamento espacial da localização geográfica dos bairros com população predominante auto-declarada preta/parda.

Buscamos verificar, também, a aplicabilidade da figura conceitual designativa de quilombo africano, no âmbito espacial, nos grupamentos negros no Brasil. Inserimos na dimensão morfológica intermediária, os grupamentos que apresentam, aproximadamente, entre 100 e 1.000 domicílios a partir dos assentamentos espontâneos irregulares predominantemente negros, proporcionalmente e quantitativamente (tab. 25).

Tab. 25 – As vilas negras na cidade de Porto Alegre.

Bairro	Vilas espontâneas intermediárias	Nº domicílios
São José	01.Vila Sudeste	144
Medianeira / Santa Tereza	02.Vila Buraco Quente	422
Mário Quintana	03. Vila do Agrião / Núcleo Parque Chico Mendes I / Núcleo Parque Chico Mendes II / Vila Tarso Dutra	531
Sarandi	04. Vila Caiu-do-Céu / Ocupação Rua nº 720 - Senhor do Bom Fim / Vila Recanto do Chimarrão	1.034

5.3.2.1. Considerações quanto à limitação da análise da estrutura social das vilas negras urbanas.

Em função das dificuldades impostas a um trabalho dessa natureza, não foi possível explorar profundamente as relações sociais que direcionam as conformações urbanas inseridas nesse grupo. Embora o objetivo do trabalho não reside na análise da estrutura social dos núcleos negros, mas sim na verificação da aplicabilidade de figuras conceituais morfológicas exclusivamente espaciais, lançamos mão de publicações na área principalmente de ciências humanas e sociais que nos conduzem à abordagem da questão¹⁴⁷. É baseado em estudos de aglomerados negros que efetuamos algumas considerações quanto à estrutura familiar e laços de parentesco.

A estrutura social global da vila continua a basear-se em laços de parentesco não sendo, no entanto, exclusivamente familiar. A estrutura social passa a agregar outros tipos de relações sociais, principalmente as relações decorrentes de laços de vizinhança.

Nas vilas, em decorrência da existência de parcelamento do solo há conseqüente constituição de lotes. Observa-se que a ocupação dos lotes nas vilas, inclusive nas vilas não exclusivamente negras, geralmente não é efetuada por uma única unidade familiar. A construção de “puxados” são um símbolo das relações familiares agregadas explicitadas na ocupação dos lotes: filhos com nova família, avôs, netos, entre outros, passam a dividir o mesmo espaço delimitado do lote ou, até mesmo, da unidade habitacional¹⁴⁸.

As uniões consangüíneas são um reforço dos laços de solidariedade interna do grupo, colaborando na manutenção de coesão e unidade do conjunto como

¹⁴⁷ Citamos alguns estudos: LEITE (1996), WOORTMANN (1985), FOX (1986), CARVALHO (2003), GERMANO (1999).

¹⁴⁸ A tendência é dos homens serem incorporados à parentela da mulher. LEITE (1996).

observou LEITE (1996). O parentesco, semelhante ao que ocorre no *kraal*, está na base de organização social de grupos étnicos descendentes de africanos no Brasil: as relações que unem homens e mulheres mediante laços baseados na consangüinidade e afinidade é um fenômeno ideológico manipulado pelos grupos de acordo com suas necessidades¹⁴⁹. Segundo FOX (1986, p. 120-121), cada grupo organiza o seu parentesco segundo suas necessidades e interesses, em resposta a situações reais de sua vida cotidiana.

No caso de assentamentos espontâneos, há certa tendência à concentração familiar em determinados setores da vila. Em territórios sob influência de parcelamento do solo, mesmo mínimo, as políticas de intervenção urbana não propiciam manutenção de laços familiares nos assentamentos desencadeando, conseqüentemente, processos de desterritorialização.

A desterritorialização ocasiona perda de vínculos com o lugar e com as relações efetivamente nele realizadas, significando estranhamento e rompendo com a formação dos sistemas simbólicos instituídos através de práticas sócio-culturais responsáveis pela construção social do lugar. Os grupos negros estão particularmente submetidos a desterritorialização em função dos vários processos de migrações internas na cidade, sistemática e recorrente expulsão territorial e conseqüente movimentação cidadina.

Nas devidas adaptações culturais a matrilinearidade se faz presente na função social exercida pela figura feminina: muitas mulheres são chefes de família, seguindo uma tendência contemporânea não exclusivamente restrita às famílias negras¹⁵⁰.

A força da mulher negra, como já identificado na organização social da família do *candomblé* na Bahia, tem sido enfatizada como uma particularidade do grupo negro na forma da preeminência feminina derivada da cultura africana como decorrente da desagregação da família que formou ou pôde formar nos períodos escravistas e pós-abolição. A matricentralidade tem origem africana: a ênfase na mulher-mãe expressa pela chefia feminina, é um traço característico da família negra herdado da escravidão e mantido através do tempo, mesmo nas grandes cidades.

A heterogeneidade nos grupos das vilas negras também se faz presente: as constituições de guetos que compõem as cidades informais geralmente não são

¹⁴⁹ WOORTMANN (1985).

¹⁵⁰ Não nos referimos à poligamia, institucionalizada na África. As raízes culturais brasileiras, ainda que as raízes étnicas adaptadas, são essencialmente monogâmicas.

redutos exclusivamente negros: são, antes disso, redutos onde a população de baixa renda econômica está inserido, daí a integração de outros atores sociais condizentes, também, a essa situação.

A ocupação do solo não se apresenta com caráter coletivo e forte tradição no trabalho comunitário: a propriedade privada está presente nas delimitações territoriais das áreas individuais simbolizadas em cercas e muros de divisa territorial.

5.3.1.2. Particularidades espaciais recorrentes das vilas negras.

As transições na estrutura espacial das vilas são evidentes: os espaços acessíveis são aqueles voltados às ruas principais e os espaços profundos constituem a paisagem dominante. Os espaços profundos têm nos becos a figura morfológica predominante.

As unidades construídas são “semi-independentes”: a constituição dos puxados confere, em termos de análise de implantação, um sistema de espaços contínuos e cheios predominantes sobre os espaços vazios. As acessibilidades são restritas e de amplo domínio do morador, indicando alto controle local, obtido, novamente, pela configuração sinuosa dos becos: o controle dos acesso liga-se à auto-proteção e apresenta similitudes com os assentamentos humanos na África na transição da cidade “branca” para a cidade negra. Genericamente, não há regularidade da forma e, quando essa existe, é restrita à borda dos assentamentos propiciando uma configuração linear nas ruas principais das vilas. Não há predominância dos espaços abertos públicos em relação ao entorno.

É o caso da Vila Sudeste, no Bairro São José: a regularidade está restrita à borda externa; há alta taxa de ocupação do uso do solo, acessibilidade com alto grau de controle local, as redes de distribuição interna ocorrem por meio dos becos, os espaços cheios são predominantes sobre os espaços vazios e os espaços comunitários são inexistentes (fig. 123 e 124).

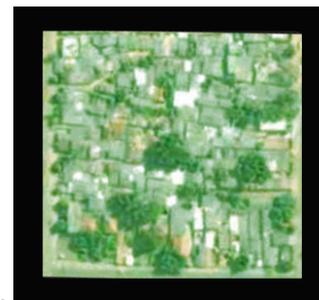


Fig. 123– Imagem de satélite da Vila Sudeste, no Bairro São José.



Fig. 124 – Aerofotogramétrico da vila Sudeste, no Bairro São José.

A linearidade no assentamento, em alguns casos, é resultante da adequação à situação topográfica do sítio, caso do assentamento Buraco Quente (fig. 125) no bairro Santa Tereza, localizado em um dos cartões postais de Porto Alegre (fig. 126).

A Vila Buraco Quente é configurada a partir da adequação das unidades construídas à situação topográfica local com desnível extremamente acentuado, sendo que essa adequação acaba por gerar certa regularidade no assentamento. Os acessos são restritos a poucas entradas, a taxa de ocupação é extremamente alta, a

organização interna do núcleo dá-se através de becos e, novamente, os espaços cheios são predominantes sobre os vazios.

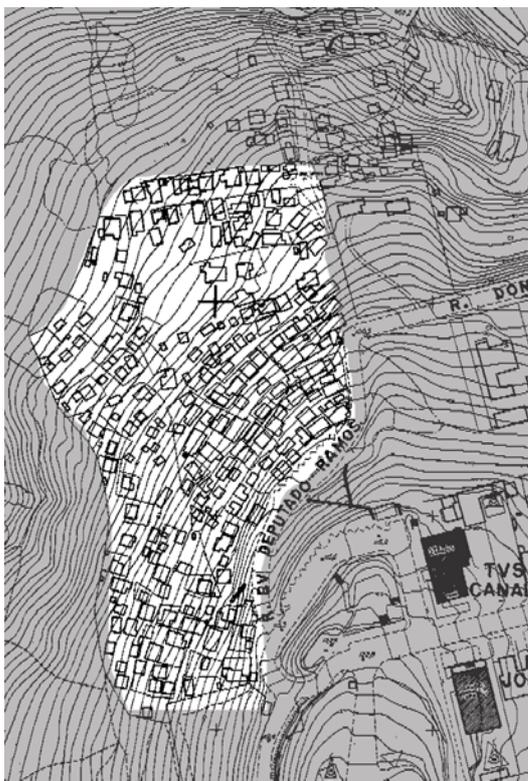


Fig. 125 – A Vila Buraco Quente no Bairro Santa Tereza.



Fig. 126 – Vila Buraco Quente, no Bairro Santa Tereza, um dos cartões postais de Porto Alegre. Face visível do assentamento voltada para a Rua Deputados Ramos.

A linearidade aparece, ainda, na constituição das ruas principais, norteando o assentamento, como no caso de vilas: Vila do Agrião / Núcleo Parque Chico Mendes I / Núcleo Parque Chico Mendes II / Vila Tarso Dutra, no Bairro Mário Quintana. Na Vila Caiu-do-Céu, no Bairro Sarandi, a organização geral do assentamento assemelha-se a sanzala africana: o traçado linear é o principal e disposição das unidades construída ocorre segundo um eixo principal (fig. 128).

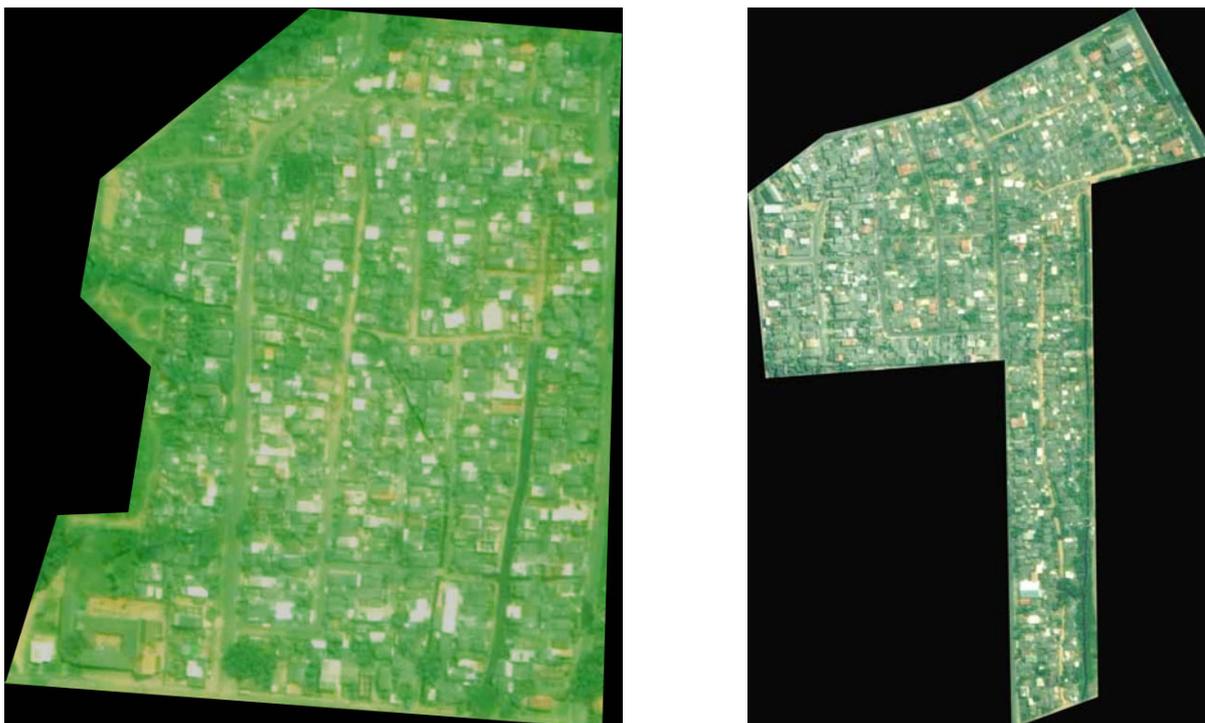


Fig. 127 –Complexo de vilas no Bairro Mário Quintana: a linearidade se faz presente, à esquerda. À direita, Vila Caiu-do-Céu, Bairro Sarandi: organização semelhante as sanzalas africanas.

5.3.1.3. Padrões espaciais recorrentes nos assentamentos negros de dimensão morfológica intermediária.

A reprodução espacial do *kraal* não é mais perceptível e a excelência espacial são as unidades construídas e não mais os espaços comunitários, vazios. Geralmente não há configuração de pátios, nem externos distribuídos no assentamento nem internos restritos aos lotes.

A estruturação social assemelha-se aos *kraals*, com as devidas adaptações nas mudanças de escala: a matrilinearidade está presente na família negra em qualquer instância. Os laços de parentesco também são a base dos assentamentos incorporando, nas vilas negras, outros laços sociais como a vizinhança, por exemplo. A heterogeneidade é primeiramente propiciada pela condição econômica e posteriormente pelos laços étnicos.

O arranjo espacial das vilas é definido por um sistema de espaços fechados, sendo possível o estabelecimento de alguns padrões espaciais recorrentes:

- a) Regularidade restrita às bordas externas das configurações do tipo vila;
- b) Alta taxa de ocupação do solo;
- c) Acessibilidade restrita e com amplo controle dos moradores;
- d) Espaços cheios predominantes sobre os espaços vazios;
- e) Ausência de espaços abertos comunitários;

- f) Organização interna por meio de becos;
- g) Linearidade nas ruas principais dos assentamentos.

5.3.3. Os territórios negros urbanos de dimensão morfológica extensa.

Com o foco do trabalho nas questões morfológicas, partimos diretamente para a análise das particularidades espaciais genéricas dos territórios negros urbanos de dimensão morfológica extensa, constituindo pelas cidades negras de traçado livre inseridas na cidade. Identifica-se as figuras conceituais morfológicas e características estruturais nas formações citadinas negras brasileiras.

Inserimos nessa dimensão morfológica os grupamentos que são constituídos por mais de 1.000 domicílios. Assim, temos os exemplos representativos dos territórios negros urbanos de dimensão morfológica extensa: as cidades negras informais brasileiras.

Tab. 25 – As cidades negras informais no município de Porto Alegre.

Bairro	Assentamentos espontâneos extensos	Domicílios
1.1 Bom Jesus	01. Vila Divinéia / Vila Mato Sampaio / Vila Pinto/ Vila Brasília I (Vila da Caixa d'Água);	3.361
1.2 São José	02. Vila Vargas / Vila Morro da Cruz / Vila Vidal de Negreiros;	1.879
1.3 Medianeira / Santa Tereza	01. Ocupação Motel Coqueiros / Vila Tronco Pantanal / Vila Tronco Neves	1.806

5.3.1. Particularidades espaciais recorrentes da cidade negra de traçado livre.

Na macro-escala, bem como nas vilas, alguns elementos estruturais espaciais não são mais evidentes comparativamente ao *kraal*. Há inúmeras semelhanças com as cidades africanas: espaços acessíveis e rasos são contíguos às ruas principais. A maioria dos espaços são profundos, com acessibilidade restrita aos becos e configurando uma malha com alto grau de controle local.

As unidades construídas seguem a lógica da alta taxa de ocupação do solo, não mantendo as mesmas características configuracionais encontradas no *kraal*: aparentemente não há relações espaciais transpostas do *kraal* para as formações do tipo vila e citadinas.

A acessibilidade dos núcleos, nos estudos de caso proferidos, é curiosa na ocorrência de casas de religião africana – umbanda/candomblé ou ainda, um catolicismo de substituição mesclado com a religião negra – nos acessos principais dos núcleos (fig. 128). É o que ocorre na entrada da Vila Tronco, no bairro Santa Tereza, com a presença da casa “Reino de Oxum”. Na Vila Morro da Cruz tem-se o Centro Afro-brasileiro Nossa Senhora da Conceição, indicando o catolicismo de substituição.



Fig. 128 – A acessibilidade das formações negras citadinas marcadas com a invariável presença de centros religiosos de umbanda e candomblé, indicando a presença de comunidades afro-descendentes. À esquerda, o Reino de Oxum na entrada da Vila Tronco, no Bairro Santa Tereza. À direita, Centro Afro-brasileiro Nossa Senhora da Conceição, no acesso da Vila Morro da Cruz, Bairro São José.

Novamente, como nas cidades africanas, o sistema de espaços abertos e contíguos existentes nos núcleos familiares dá espaço a um sistema fechado, onde a densidade populacional configura-se horizontalmente e o alto controle espacial dos moradores acontece por meio da configuração de inúmeros becos, as principais passagens desse tipo de formação (fig. 129). A ocorrência é semelhante às formações morfológicas intermediárias.



Fig. 129 – Vila Tronco, complexo da Vila Cruzeiro, no Bairro Santa Tereza, à esquerda: a configuração de becos estreitos, predominantes na cidade negra brasileira. Configuração recorrente também no complexo de vilas do Bairro Bom Jesus, na ilustração central e à direita.

A formação linear está restrita às vias de acesso principais. A linearidade cede espaço a um traçado sinuoso, mais livre, com ausência de espaços abertos não-construídos: a ocupação do solo é praticamente total (fig. 130).

No complexo de vilas no Bairro São José: Vila Vargas, Vila Morro da Cruz e Vila Vidal de Negreiros, a linearidade é restrita aos acessos principais e há sinuosidade do traçado configuracional no interior do nucleamento. A ocupação, em alguns pontos, ocorre segundo a propriedade privada e, conforme se avança para a parte interna do território, não ocorrem delimitações territoriais segundo as unidades construídas.



Fig. 130 – Complexo de vilas do bairro São José.

O complexo de vilas do Bairro Bom Jesus é o exemplo mais significativo encontrado entre as cidades negras, com a totalidade dos atributos morfológicos atribuídos à formação cidadina (fig. 131). Há aplicabilidade total dos atributos morfológicos na formação, com exceção da linearidade, inexistente nesse exemplo.



Fig. 131 – Complexo de vilas no Bairro Bom Jesus: Vila Divinéia / Vila Mato Sampaio / Vila Pinto/ Vila Brasília I (Vila da Caixa d'Água), a maior formação de cidade negra encontrada na cidade de Porto Alegre. Os espaços maiores, no nucleamento são: Escola Municipal de 1 Grau Nossa Senhora de Fátima e o Posto de Atendimento Médico da PUCRS.

O arranjo espacial das cidades negras brasileiras é fechado, denso, predominantemente cheio em relação às unidades construídas, não propiciando a configuração de pátios internos e espaços livres. Como na cidade africana, as ruas são de chão batido e as caixas de rolamento são inexistentes.

A vila Divinéia, no Bairro Bom Jesus, há presença de chão batido e ausência de caixa de rolamento nas ruas – destaque também para a inexistência de coleta de lixo de local. Nas ilustrações seguintes a característica se repete na Vila Tronco, no complexo de vila Cruzeiro, no Bairro Santa Tereza.



Fig. 132 – O chão batido e ausência de caixas de rolamento nas ruas. À esquerda e no meio: complexo de vilas no bairro Bom Jesus e à direita, Vila Tronco.

A transição entre a cidade formal, geralmente regular com a divisão das quadras em lotes, dá lugar a uma configuração morfológica contrastante constituída

de espaços organizados segundo uma aparente malha caótica e desorganizada, que propicia o controle local e configura um espaço diferenciado e também restrito aos moradores locais (fig. 133). Talvez essa seja a lógica da resistência espacial obtida pelo grupamento negro.



Fig. 133 – a transição da cidade formal para a cidade informal negra: a regularidade do traçado urbano cede espaço a sinuosidade, as ruas calçadas da cidade formal são contrastantes com o chão batido dos territórios negros, excluídos de infra-estrutura urbana. À esquerda, Vila Divinéia, no Bairro Bom Jesus. Na ilustração do meio, Vila Morro da Cruz, Bairro São José. À direita, um dos acessos da Vila Tronco, no Bairro Santa Tereza.

A estruturação espacial cidadina invariavelmente é adequada ao sítio, com claras delimitações territoriais. É o caso da Vila Tronco, no Bairro Santa Tereza, que apresenta todos os atributos morfológicos da cidade negra brasileira: a sinuosidade das vias internas, a presença de becos, alta densificação populacional, altas taxas de ocupação do solo e ocupação total do espaço com unidades construídas (fig. 134).



Fig. 134 – a adequação ao sítio, limitado pelo terreno vizinho pertencente à Escola Estadual de 1 Grau Incompleto Cel. Tito Marques Fernandes. Ao lado, a contrastante configuração retangular da cidade formal.

5.3.2. Padrões espaciais recorrentes nos assentamentos negros de dimensão morfológica extensa.

Nos assentamentos negros de dimensão morfológica extensa há completa perda da identidade étnica e dos princípios ordenadores espaciais que norteiam a configuração no *kraal* e na vila.

O uso do solo sofre profundas alterações: a propriedade privada é elemento constituinte claro na organização das formações citadinas negras. O fator econômico é preponderante em relação aos laços étnicos: a identificação social dá-se a partir da condição econômica primeiramente, seguida, então, de outros condicionantes sociais como as relações de vizinhança.

A estruturação social provavelmente segue padrões existentes em outros assentamentos de baixa renda. O mesmo ocorre com a estruturação espacial: parece-me que não existem diferenças entre os assentamentos negros e outros assentamentos com situação econômica semelhante, no entanto, a afirmação necessita de maiores evidências científicas.

O arranjo espacial das formações extensas é definido por um sistema de espaços fechados e densos, sendo possível o estabelecimento de alguns padrões espaciais recorrentes:

- a) Linearidade restrita às vias principais;
- b) Traçado sinuoso à medida em que adentra no núcleo;
- c) Alta taxa de ocupação do solo;
- d) Acessibilidade restrita e com amplo controle dos moradores;
- e) Espaços profundos e cheios predominantes sobre os espaços vazios;
- f) Organização interna por meio de becos;
- g) A morfologia do sítio está intrinsecamente ligada à topografia do sítio.

5.4. Epílogo do Capítulo 5.

Neste capítulo, a partir da conceituação de assentamentos contemporâneos e delimitação de áreas inseridas na terminologia, descrevemos analiticamente os cinco primeiros bairros considerados nas duas variáveis: bairros contemporâneos proporcionalmente negros e bairros contemporâneos quantitativamente negros.

A metodologia de descrição empregada é a mesma nos bairros considerados: localização espacial do bairro na cidade, evolução histórica do bairro, apresentação dos assentamentos irregulares existentes na área, apresentação dos assentamentos

espontâneos significativos pela ausência de planejamento urbano e apresentação de assentamentos exclusivamente espontâneos quanto à auto-produção espacial acompanhados da respectiva delimitação territorial demarcadas em imagem.

Os bairros contemporâneos proporcionalmente negros estão localizados na área periférica da cidade e a maioria das áreas irregulares está sob forte influência de planejamento urbano, como o Bairro São José, por exemplo. O Bairro, apesar de apresentar composição étnica predominantemente negra em relação ao universo de pessoas consideradas, tem sua leitura espacial prejudicada em função do parcelamento do solo existente no local que impossibilita a configuração morfológica étnica na área. A organização espacial da territorialidade negra urbana, nesse conjunto, é distribuída nos bairros, não se concentrando em exemplos pontuais e mantém, assim, uma certa regularidade espacial na morfologia dos bairros.

Já os bairros contemporâneos quantitativamente negros apresentam áreas irregulares espontâneas pontuais de fácil localização na malha urbana do conjunto do bairro. Nessas áreas pontuais, em específico, o caráter espontâneo auto-gerado é claro e há ausência praticamente completa de planejamento urbano, constituindo, assim, exemplos significativos para a amostra. É o caso dos Bairros Medianeira/Santa Tereza, localizados em área privilegiada do município de Porto Alegre e de caráter essencialmente residencial de classe média alta onde está inserido a Vila Cruzeiro, composta de vários núcleos que são os mais significativos do conjunto.

Na análise das conurbações negras urbanas em Porto Alegre, tomamos três instâncias morfológicas distintas e de tamanho coerente com as conurbações urbanas africanas. O primeiro assentamento é reconhecido quilombo urbano e os demais territórios de dimensão morfológica intermediária e extensa provém de exemplos de assentamentos espontâneos encontrados nos bairros de população predominantemente preta/parda.

O *kraal* brasileiro é representado pela área remanescente de quilombo da Família Silva que atende aos conceitos de grupo étnico contemporâneo e constitui uma área de resistência no Bairro Três Figueiras. A estruturação social está baseada na família matrilinear e nos laços de parentesco e consangüinidade, além do caráter coletivo na ocupação do solo. Apresentamos as características espaciais genéricas do assentamento: as acessibilidades do núcleo, as unidades construídas, os espaços comunitários, os espaços de transição, o núcleo integrador, os pátios

secundários e os símbolos concretos de diferenciação territorial. Caracterizamos, nesse caso, a especificidade sócio-espacial da área remanescente de quilombo frente aos demais territórios negros urbanos.

Nos territórios de dimensão morfológica intermediária – as vilas negras – são apresentadas as limitações analíticas da estrutura social e considerações genéricas sobre a espacialidade dos núcleos. Diferenciamos a estrutura espacial das vilas do assentamento remanescente de quilombo a partir dos padrões morfológicos recorrentes nos assentamentos intermediários.

Os territórios negros urbanos de dimensão morfológica extensa – as cidades negras informais – são apresentados somente em relação à organização espacial em função das limitações do trabalho. Nos assentamentos negros da macro-escala, bem como nos assentamentos negros de tamanho intermediário, os fatores econômicos apresentam-se preponderantes em relação à manutenção de laços que asseguram identidade étnica.

Partimos para a caracterização morfológica específica a partir da verificação da herança histórica comum nos assentamentos considerados.

6. Morfologia espacial dos núcleos negros segundo a herança histórica comum.

O objetivo dessa etapa é caracterizar morfologicamente a territorialidade negra urbana na tentativa de verificação da aplicabilidade de figuras conceituais morfológicas africanas adaptadas à realidade espacial brasileira nos estudos de caso considerados nas três instâncias morfológicas distintas: o *kraal*, a formação morfológica intermediária vila e a formação morfológica extensa.

Segundo as teorias antropológicas sobre identidade étnica, a manutenção das fronteiras nós/eles são essenciais na diferenciação dos grupamentos étnicos. As diferenciações territoriais ocorrem em todas as dimensões morfológicas? Há uma configuração espacial específica de grupamentos negros urbanos independentemente do seu tamanho? Quais são as heranças espaciais africanas na configuração dos núcleos negros?

Ao estudar o fenômeno de ocupação territorial dos grupamentos negros urbanos entendemos os núcleos como um registro configuracional urbano que pode ser compreendido através das relações sócio-espaciais que ganham sentido através de figuras conceituais que podem ser decodificadas em referências simbólicas. Acredita-se que em núcleos étnicos com forte bagagem histórica e cultural, o “sistema natural” de percursos pode ser compreendido através da fundamentação das relações sociais estabelecidas no espaço.

Os elementos essenciais da análise morfológica são a leitura de plantas e o movimento dos corpos no espaço. As acessibilidades do núcleo negro urbano e suas inerentes gradações, as demarcações territoriais e as diferenciações entre o domínio público e o domínio privado são abordagens contempladas na interpretação da estrutura espacial.

Na tentativa de apreender e sintetizar o espaço negro como uma imagem total, quais seriam as categorias de fundamento a ser consideradas na concepção espacial? Quais maneiras de encontrar relações entre estrutura social e estrutura espacial?

Parece que a resposta transita por algumas conceituações morfológicas, elegendo alguns atributos espaciais vinculados ao elemento funcional, ao movimento dos atores sociais e a apropriação de espaços por grupos negros aliados ao elemento simbólico.

No grupamento social, séries de similaridades e características espaciais são produzidas e acredita-se ser possível, assim, reconhecer etnicidade no espaço.

6.1. Apreensão espacial dos assentamentos negros: metodologias.

6.1.1. A propriedade topológica como elemento de base.

A propriedade topológica difere-se da propriedade geométrica. A planta, na arquitetura, é uma explícita descrição geométrica que carrega uma implícita descrição topológica¹⁵¹.

A geometria apresenta-se responsável pela identificação espacial bidimensional da planta, considerando regularidades / irregularidades, unidades construídas, passagens, barreiras e pontos sólidos, entre outros. Às noções de regularidade, repetitividade e coordenação modular são associados também à geometria. A geometria revela um aspecto manifesto e percebido dos objetos – ela tem uma forma, é vista em pontos, linhas e superfícies.

Já a topologia subentende relações, independe da forma e tamanho e possibilita a apreensão de conceitos, experiências, movimentos, distribuições de acessibilidade. As características topológicas decorrentes do arranjo espacial são invisíveis em sua totalidade. A configuração espacial é elemento determinante do comportamento espacial das pessoas: o desempenho espacial também decorre das características topológicas. O desempenho espacial, nesse contexto, refere-se ao modo como a arquitetura opera em relação às necessidades espaciais das pessoas.

A topologia é o estudo das relações espaciais que independem de forma e tamanho. Topologicamente consideram-se as condições relacionais, a articulação ou inflexão, a proximidade ou distanciamento, enfim, o modo como espaços se relacionam ou se articulam tanto para os habitantes quanto para os visitantes.

Sobre o assunto, AGUIAR (2004) discorre: *em virtude dessa essência topológica, a configuração espacial – o modo de arranjo dos objetos no espaço – é elemento determinante do comportamento espacial das pessoas (...).*

Muitas são as tentativas de descrever a topologia na arquitetura e no urbanismo¹⁵². A topologia representa alguns dos conceitos de espaços perceptuais

¹⁵¹ AGUIAR (2004). *A Leitura da Planta*. Artigo integrante da disciplina Arquitetura do Movimento, ministrada no Programa da Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no primeiro semestre letivo de 2004.

¹⁵² TSCHUMI (1995).

mais simples, compreendendo as relações espaciais similares ou idênticas que ocorrem em escalas diferentes. As características topológicas são decorrentes do arranjo espacial, imersas em relações espaciais não afetadas por modificações de forma e/ou tamanho, daí seu valor na análise de territórios negros urbanos de dimensões morfológicas variáveis.

A propriedade topológica é o elemento de base da análise dos nucleamentos negros por envolver conceitos morfológicos subentendidos nas relações espaciais não afetadas pela forma ou tamanho dos arranjos espaciais, transcendendo a propriedade geométrica que é unicamente física.

6.1.2. A decodificação espacial: a leitura de plantas.

A decodificação espacial das plantas de implantação dos núcleos negros permite analisar características de apropriação compartilhada e particularidades do uso do espaço específico “lendo-se” o comportamento sócio-espacial.

A leitura de plantas desperta, muitas vezes, sentimentos e opiniões controversas por descrever o espaço de maneira bidimensional, tomada como mera descrição técnica. A planta baixa, no entanto, tem um poder de força que reside na síntese, apesar de apresentar uma dimensão invisível no espaço e ser freqüentemente sublimada.

O resgate da leitura da planta enquanto elemento central na compreensão da dimensão experiencial / topológica da arquitetura possibilita decifrar o comportamento espacial dos nucleamentos negros conferindo ao leitor a apreensão simultânea do conjunto de espaços contidos. A planta apresenta atributo simultâneo real e irreal: real, relacionada a concretude geométrica, e irreal, relacionada à propriedade topológica virtual.

A planta de assentamentos humanos é eficaz instrumento para análise da decomposição espacial, sendo possível extrair, a partir dela, as linhas reguladoras principais (fig. 135).

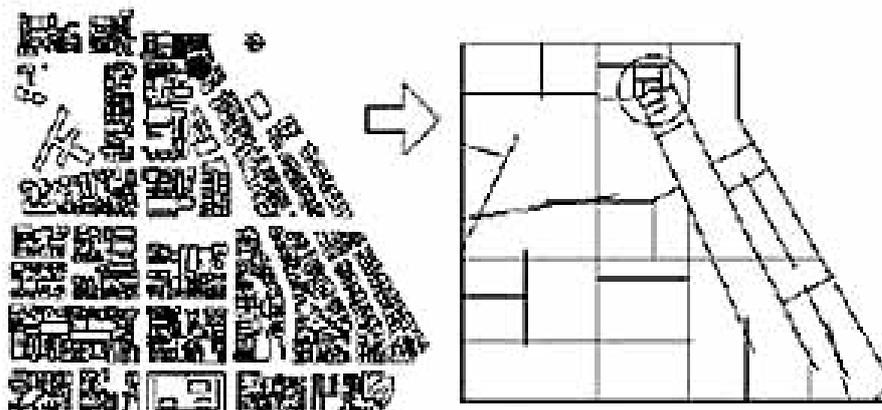


Fig. 135 – A leitura de plantas. A constituição espacial reguladora “lida” na planta, segundo AGUIAR (2003).

A planta baixa registra um conjunto de espaços que configuram múltiplas seqüências espaciais. Porém, somente o olhar treinado alcança a visão serial proposta por CULLEN (1961). A visão proporcionada por uma seqüência de imagens em um local é descortinada por um observador em movimento, passo a passo, apresenta-se como descrição espacial inerente à planta.

A ordem topológica é estabelecida na descrição de plantas definindo características espaciais que tornam o espaço arquitetônico mais ou menos inteligível¹⁵³ ao usuário. O arranjo espacial dos núcleos negros contém um conjunto de percursos e rotas gerados que dão suporte à diversidade de programas e eventos da estrutura social pertencente àquele espaço, configurando espaços abertos ou espaços fechados.

Ao conjunto de rotas percorrido pelos corpos dentro do núcleo que configuram coletivamente um vasto sistema topológico designa-se de arquitetura do movimento. Na medida em que os corpos se movem, a rede é configurada, uma rede topológica (fig. 136).



Fig. 136 - Diagrama de movimento no futebol, segundo TSCHUMI (1995).

Descrever espacialmente os territórios negros implica na elaboração de um sistema de percursos com olhar atento para as barreiras, as passagens e os próprios percursos que são ordenadores espaciais.

¹⁵³ Tomamos por integridade a propriedade de apreensão da realidade espacial pelo usuário, é a propriedade de ler o espaço.

Se há algo sendo descrito numa planta arquitetônica, esse algo é a natureza das relações humanas, pois os elementos cujas linhas ela registra – paredes, portas, janelas – são empregados primeiramente para dividir e num segundo momento para seletivamente reagrupar os espaços habitados. EVANS (1978).

As barreiras, portas ou passagens e os percursos que conectam um espaço ao outro constituem elos entre células.

As barreiras são os obstáculos ao livre movimento, podendo ser as cercas, árvores, unidades construídas, espaços sagrados. A posição das barreiras define, naturalmente, a posição das passagens.

As passagens ou portas virtuais são os acessos ao núcleo, pontos permeáveis de transição, podendo ser de diferenciações territoriais, basicamente:

1. Da cidade formal para as áreas informais negras;
2. Do espaço público para a unidade habitacional privada.

O percurso é a porção dinâmica do espaço, passível de descrição sintética através das distribuições espaciais e gradações de acessibilidade, decodificando um sistema de rotas que indica como o espaço é percorrido: *se a seqüência espacial inevitavelmente implica no movimento do observador, então tal movimento pode ser objetivamente mapeado e formalizado seqüencialmente*¹⁵³.

Plantas são naturais indicadores de movimento: *os corpos não apenas se deslocam, mas geram espaços através de seus movimentos*¹⁵⁴. A planta, apesar de constituir uma descrição conceitual, carrega em si o movimento dos corpos no espaço, essencial no processo de decodificação espacial da territorialidade negra urbana.

6.1.3. O movimento dos corpos no espaço.

O argumento especula sobre as possibilidades descritivas e analíticas da dimensão invisível, a denominada *arquitetura do movimento, do encontro e do diálogo entre objetos, paisagem e pessoas*¹⁵⁵. A arquitetura tem uma tradição estática ainda que o movimento seja a sua essência¹⁵⁶ e relega, ainda, ao movimento dos corpos no espaço um papel secundário na composição espacial.

¹⁵³ TSCHUMI (1995, p. 162).

¹⁵⁴ TSCHUMI (1995).

¹⁵⁵ TZONIS (1999).

¹⁵⁶ AGUIAR (2004). *A Leitura da Planta*. Artigo integrante da disciplina Arquitetura do Movimento, ministrada no Programa da Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no primeiro semestre letivo de 2004.

Os corpos em movimento criam espaços produzidos pelo dinamismo espacial e a simples descrição de um sistema de rotas informa a maneira como os núcleos são percorridos, bem como suas gradações de acessibilidade.

A planta, mais precisamente a planta de implantação dos territórios negros urbanos, contém o movimento dos corpos no espaço e esse movimento decorre segundo relações topológicas. As linhas de movimento podem ser obtidas através de arranjos espaciais que determinam gradações de acessibilidades inerentes ao espaço em análise (fig. 137).

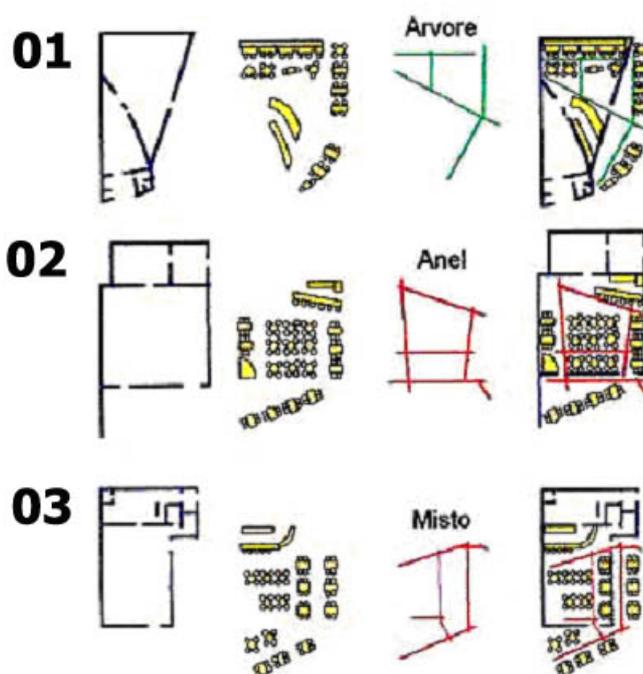


Fig. 137 - Diagramas de movimento espacial. 1. linhas de movimento em forma de árvore; 2. linhas de movimento em forma de anel; 3. linhas de movimento misto. Fonte: AGUIAR (2002).

Retomamos a noção do corpo como lugar-zero do campo perceptivo, limite a partir do qual se define um outro. A unidade mínima do corpo em movimento é o passo, onde o percurso pode ser representado por um segmento de reta – corpos não se movem em sinuosamente, mas em linhas retas - e os corpos movem-se ao longo desses eixos que são as axialidades.

... O eixo é talvez a primeira manifestação humana; ele é o meio de toda a ação. A criança em seus primeiros passos busca mover-se ao longo de um eixo, o homem se debatendo em meio à tempestade traça para si próprio um eixo. O eixo é o regulador da arquitetura. LE CORBUSIER (1931).

Ao modo de decodificação do lugar pelo movimento do corpo no espaço, ANDO (1988) toma o corpo, na sua dinâmica relação com o mundo, como *Shintai*¹⁵⁷. HILLIER (1993) introduz o conceito de *natural movement*, sustentando que propriedades da malha urbana orientam os deslocamentos e hierarquizam percursos, na medida que privilegiam determinados espaços em detrimento de outro, configurando um padrão de movimento produzido pela configuração.

Há possibilidades analíticas da dimensão invisível da arquitetura e descrever a arquitetura do movimento é captar o encontro do diálogo entre objetos, paisagens e pessoas em um padrão de movimento produzido pela configuração. LE CORBUSIER (1927) atentou para a *gradação de objetivos como uma classificação de intenções*. A descrição da planta através das linhas de movimento por ela gerada permite a visualização sintética do modo de fruição permitido pela mesma.

Descrever o movimento em um sistema de rotas, tendo o grafo como elemento de representação é uma síntese que representa a vida espacial do grupamento negro e pode nos trazer inúmeras respostas. As linhas de movimento são uma espécie de *alma espacial*¹⁵⁸.

6.1.4. Os grafos como elementos de representação.

Os grafos são conjuntos de pontos e linhas que unem esses pontos em si, sendo construções matemáticas topológicas. Basicamente, grafo é uma entidade composta de vértice – pontos que representam objetos, localizações, ou qualquer outra coisa que se objetive representar – e arcos ou linhas – que representam adjacências entre os objetos. Podem representar as matrizes celulares e ser direcionados ou ponderados.

Grafos urbanos são úteis enquanto representantes de porções elementares do espaço, a permeabilidade representada por pontos e a conectividade entre elas são representadas por linhas permitindo, assim, a leitura da “profundidade” de barreiras, sendo um instrumento útil para análise espacial que recorreremos principalmente na análise da formação citadina *kraal* em função do pleno conhecimento da localização das barreiras, portas e passagens.

¹⁵⁷ *Shintai* é tradicionalmente traduzido como “corpo”, mas na intenção de Tadao, não há distinção entre mente e corpo. Por *Shintai*, entende-se a união entre o espírito e a carne, o corpo, nessa dinâmica de articulação com o mundo.

¹⁵⁸ AGUIAR (2002).

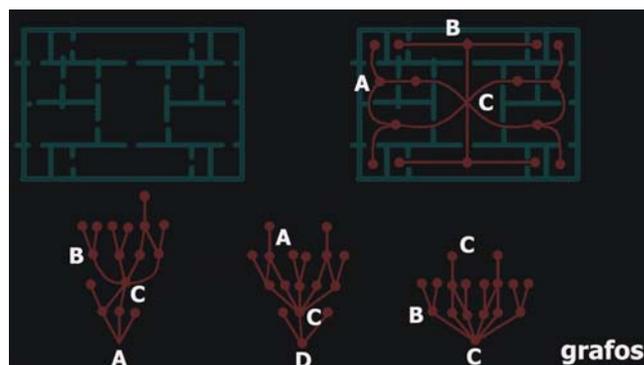


Fig. 138 - A planta representada como um grafo de conexão. Representação visual de três posições na planta: A, B e C. Fonte: PEPONIS e WINEMAN (ano, p. 273).

Especificadas as propriedades dos grafos, os mesmos serão aplicadas em relações comparativas, o que inclui aceitar o grafo como uma abstração ponto-linha imprescindível na aferição de correlações entre o *kraal* africano e o *kraal* brasileiro. Há, entre essas linhas que se ligam a pontos, um fluxo de informações e movimento passíveis de apreensão e decodificação da estrutura sócio-espacial do nucleamento.

6.1.3. As gradações de acessibilidade.

A simples descrição de um sistema de rotas informa a maneira como a edificação é percorrida: as gradações de acessibilidade. Acessibilidade é uma característica ou condição inerente a qualquer distribuição espacial.

Na planta é possível perceber diferenciações de acessibilidade: espaços mais acessíveis, de baixo controle, e espaços menos acessíveis, de alto controle. Percebem-se porções de espaços mais utilizados: os pontos mais percorridos, que estão no ponto máximo da gradação de acessibilidade e os espaços dotados de menor acessibilidade que tendem a ter maior grau de privacidade.

HERTZBERGER (1991, p. 20-21) marcando as gradações de acessibilidade pública das diferentes áreas e partes do andar térreo de uma edificação, apresenta uma variedade de mapas mostrando como as diferenciações territoriais podem ser obtidas (fig. 139).

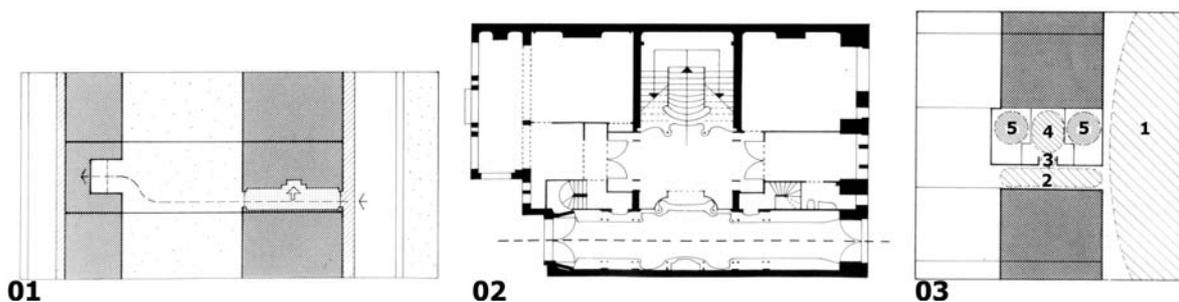


Fig. 139 – As gradações de acessibilidade. Hotel Solvay, Paris, segundo HERTZBERGER (1991, p. 21).

Esses mapas mostram claramente quais aspectos da acessibilidade existem na arquitetura e quais demandas ocorrem com relação às áreas específicas e a quem se destinam, ainda, quais espécies de divisão de responsabilidades podem ser esperadas no que diz respeito aos cuidados e à manutenção dos diferentes espaços, de modo que essas forças possam ser intensificadas ou atenuadas a partir da planta.

Há um ranking de acessibilidades espaciais implícitos nas plantas. A distribuição espacial, assim, produz integração espacial ou segregação espacial. Nas plantas, em sua maioria, é possível perceber o núcleo da integração na configuração espacial, materializado a partir das rotas mais integradoras e constituído pelo conjunto dos espaços mais utilizados.

Através das gradações de acessibilidade podemos identificar os núcleos centrais, os espaços de transição e áreas menos utilizadas nos núcleos em questão.

6.1.3. As demarcações territoriais produzidas nos núcleos negros.

Uma área aberta ou uma unidade construída pode ser concebida como um lugar mais ou menos privado, dependendo do grau de acesso, da forma de supervisão, de quem o utiliza e quem toma conta dele.

A unidade construída, por exemplo, é um espaço privado em comparação às áreas de convívio social. Enquanto no primeiro as responsabilidades são individuais, no segundo o cuidado e a manutenção são compartilhados por todos que habitam o espaço. Em uma escola, por exemplo, cada sala de aula é privada em comparação com o hall comunitário. Este hall, por sua vez, é, como a escola em sua totalidade, privado em comparação com a rua.

HERTZBERGER (1991, p. 14) chama a atenção para os assentamentos em Bali, onde as casas estão agrupadas em volta de um pátio interno acessível através de um portão, sendo que o espaço configura, também, uma seqüência de gradações distintas de acessibilidade (fig. 140). As diversas unidades familiares agregadas, nesse caso, constituem uma família extensa com domínio territorial definido pela cerca de bambu responsável pela manutenção das crianças e dos animais do lado de dentro e, embora acessíveis, limita o acesso ao núcleo fazendo com que o visitante sinta-se como não pertencente, ou seja, um intruso.

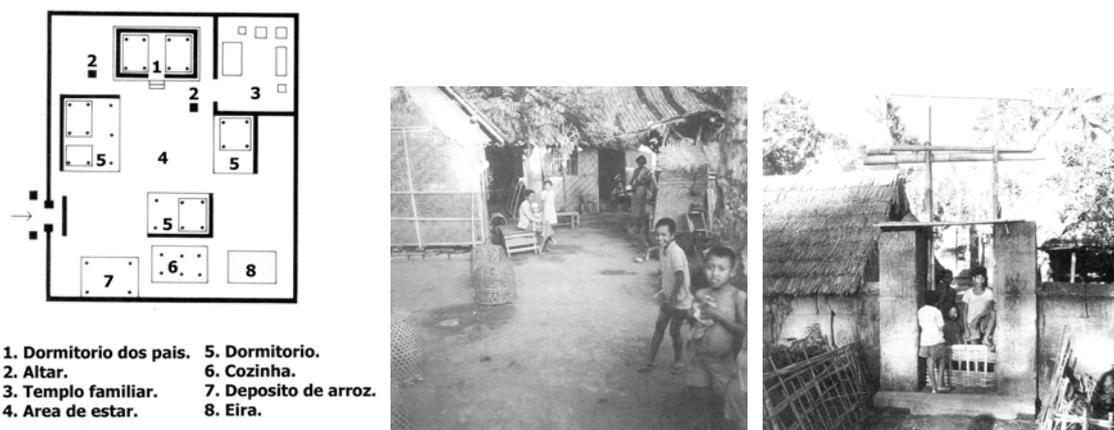


Fig. 140 – As demarcações territoriais. Assentamento humano em Bali, segundo HERTZBERGER (1991, p. 14).

6.1.4. As diferenciações entre o público e o privado.

Os conceitos de público e privado podem ser interpretados como a tradução em termos espaciais de “coletivo” e “individual”. Num sentido mais absoluto, pode-se afirmar: pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la¹⁵⁹.

A conceituação de domínio público e domínio privado pode ser compreendida através de uma série de qualidades espaciais que se referem a acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade coletiva e a propriedade privada, além da supervisão das unidades espaciais específicas.

O uso de determinado espaço coletivo por residentes como se o espaço fosse privado para aquele grupo como um todo fortalece a demarcação por parte do usuário desta área aos olhos dos outros, constituindo uma demarcação privada de um espaço coletivo. É o que ocorre, por exemplo, com uma área de rua com a qual os moradores estão envolvidos, onde as marcas individuais são criadas pelos próprios moradores e conjuntamente apropriadas e transformadas em um espaço comunitário.

Os espaços construídos e os espaços livres – cheios e vazios, respectivamente – são igualmente bons indicadores de competência espacial frente à determinada situação.

Consideramos aqui competência espacial como a capacidade de abrigar significados em uma relação entre a forma e os usuários, constituindo o espaço da

¹⁵⁹ HERTZBERGER (1991, p. 12).

forma. Não nos referimos a uma relação estática e inalterável entre observador e usuário, nem à aparência visual estética dos assentamentos, mas a forma no sentido de acomodar e dar suporte potencial de significados. Uma forma pode ser revestida de significados, mas também privada dele em função do uso que a forma recebe e pelos valores que lhe são atribuídos e acrescentados, ou até mesmo removidos, dependendo da interação entre moradores e forma.

A capacidade de apreensão espacial determina o efeito que a forma pode ter sobre os usuários e também, inversamente, os efeitos do usuário sobre a forma, a apropriação mútua social-espacial.

6.2. A morfologia dos assentamentos negros urbanos em dimensões morfológicas distintas.

6.2.1. A morfologia do *Kraal*.

O *kraal*, tanto na África quanto no Brasil, designa as estruturas espaciais simples que apresentam os mesmos tipos de elementos e tendem a não crescer muito, ou seja, o tamanho das células não é variável, apenas agrega outras células familiares.

A organização social do *kraal* africano e brasileiro é praticamente a mesma, excluindo a variável poligamia restrita aos assentamentos africanos. Como características comuns podemos listar:

1. Família de orientação matrilinear com domínio feminino claro expresso na figura da mulher-mãe;
2. A base da organização social é o laço de parentesco, casamento e consangüinidade que atuam como aglutinadores sociais dos integrantes do nucleamento;
3. Forte integração social na vida cotidiana;
4. A veneração ao símbolo do ancestral é materializada em elementos como a figura das árvores nos assentamentos.

O uso do solo também é semelhante nas instâncias consideradas, África e Brasil:

1. Uso coletivo da terra com limites territoriais claramente definidos e propriedade de uso comum;
2. Inexistência de propriedade privada e predominância de espaços de uso coletivo sobre o individual.

Na África, tomamos os assentamentos familiares de cultura banto e sudanesa e, através de abstrações e generalizações descrevemos analiticamente esses núcleos e os enquadramos em uma única terminologia.

No Brasil, a figura morfológica conceitual *kraal* é tomada como herança histórica africana devidamente adaptada nas formações remanescentes de quilombos em um conjunto de símbolos que configuram sua diferenciação sócio-espacial dos demais assentamentos negros urbanos. Consideramos, como estudo de caso, em Porto Alegre, a Família Silva, expoente de áreas remanescentes de quilombos urbanos e correspondente do que se designa de *kraal* brasileiro.

Seguimos a metodologia apresentada para apreensão espacial de assentamentos negros urbanos no objetivo de caracterizar morfológicamente a formação do tipo *kraal*.

6.2.2. A leitura de plantas.

Para proferir a análise morfológica dos assentamentos *kraal* consideramos as plantas de implantação como elementos essenciais no processo de decodificação espacial.

A partir da propriedade topológica, na leitura da planta de implantação do conjunto percebe-se que as configurações espaciais têm um núcleo de integração que se materializa ao longo das rotas mais integradoras e é constituído pelo conjunto dos espaços mais utilizados em uma planta.

Na África, tomamos como exemplo o *kraal* fula, na Guiné-Bissau (fig. 141). O núcleo de integração, em lilás na ilustração, é o espaço central a partir do qual distribuem-se as unidades construídas que compõem o conjunto. Destaque para a privilegiada posição do chefe no assentamento e a importância da cozinha, ponto de encontro do assentamento familiar.

Na Família Silva, o núcleo integrador é o pátio central da serigueira (fig. 141). O núcleo de integração, em lilás na ilustração, semelhante ao *kraal* africano é ponto de distribuição das unidades construídas do conjunto.

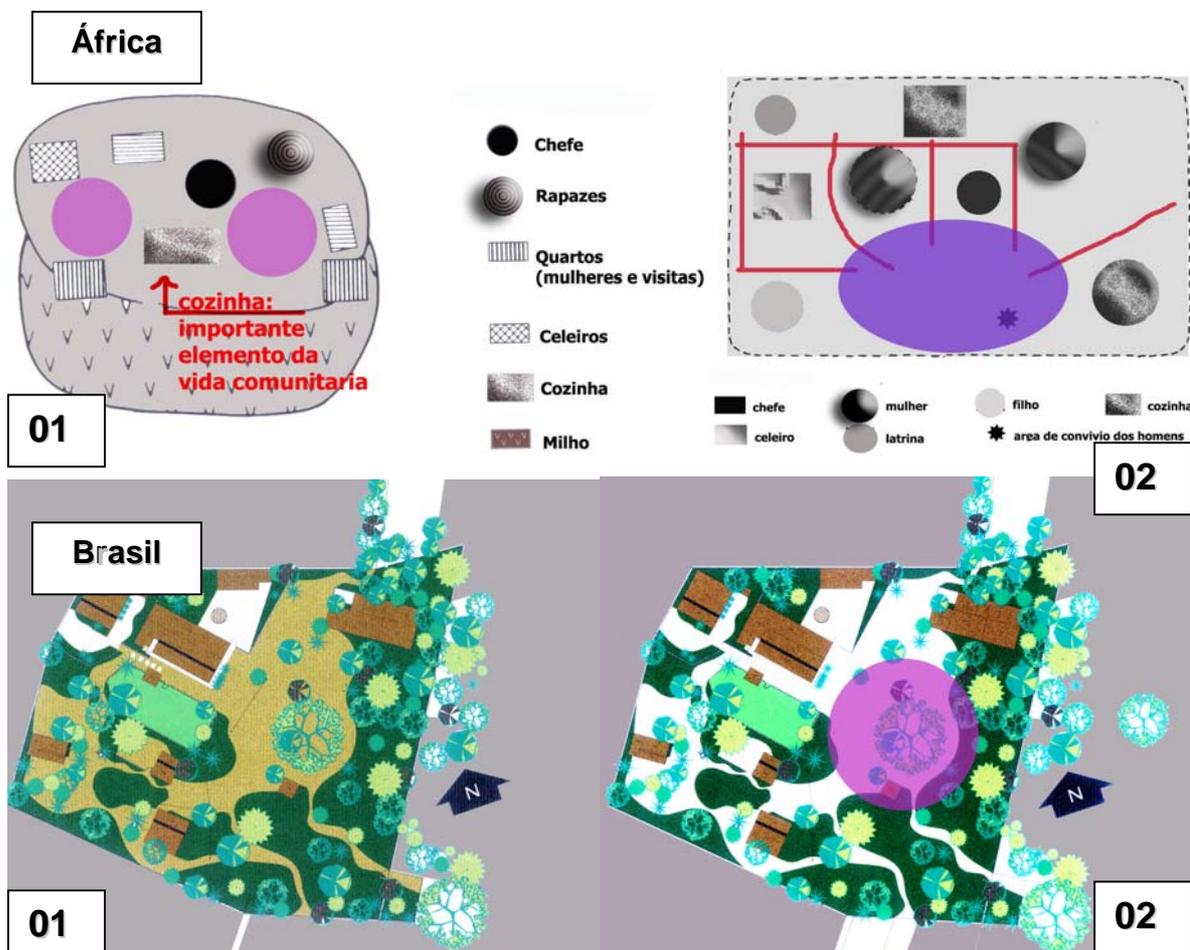


Fig. 141 – Núcleos negros do tipo kraal: núcleos integradores têm posição privilegiada no assentamento. Acima, kraal fula, na Guiné-Bissau (01) e kraal na Angola (02). Na parte inferior, à esquerda, implantação do assentamento (01). À direita, o núcleo integrador na parte central (02).

O conjunto dos espaços mais utilizados em planta é constituído por espaços de uso coletivo, público. Em contraposição, os espaços dotados de menor acessibilidade tendem a abrigar atividades de maior privacidade.

Proferimos comparações entre as barreiras, passagens e percursos que são os elos entre as células nos conjuntos de assentamentos considerados (tab. 26).

	África	Brasil
Barreiras	Os obstáculos ao livre movimento são as unidades construídas e a vegetação existente, em alguns casos. As barreiras ocorrem em maior quantidade entre os bantos e em menor quantidade entre os sudaneses.	Os obstáculos ao livre movimento são as unidades construídas, a vegetação abundante e algumas cercas esparsas que são limitadores territoriais.
Passagens	Em função do cercamento, a passagem, acesso ao conjunto, geralmente é única.	Em função da localização urbana do assentamento, há três possibilidades de acesso: um pela Praça Paris pela Rua João Caetano, outro pela Rua João Caetano passando pela Vila do Resvalo, e o último pela Rua Lobélia, na divisa com os condomínios horizontais. Apesar da existência de três acessos, os mesmos apresentam alto controle por parte dos moradores e as entradas são igualmente cercadas e retraídas.

Percursos	O percurso é fluído e permeável limitado apenas pelas barreiras construídas. Os percursos convergem para o espaço central do nucleamento, excelência na implantação do conjunto.	O percurso é fluído e permeável, limitado pelas barreiras construídas, vegetação e a localização da horta contígua à praça central. Os percursos convergem para o centro, core do núcleo, e para os acessos.
------------------	--	--

Tab. 26 – A leitura de plantas nos assentamentos *kraals*.

6.2.3. O movimento dos corpos no espaço.

A descrição analítica do movimento dos corpos no espaço decorre das relações topológicas e, comparativamente às outras dimensões morfológicas consideradas, é de fácil apreensão em função do tamanho do nucleamento. Nos referimos especificamente à apreensão espacial da movimentação no núcleo que temos conhecimento a partir de estudos de campo: a Família Silva. A apreensão espacial do sistema de rotas na África é prejudicada pela ausência de maiores estudos a cerca da estrutura tribal e ausência de levantamento *in lócus*.

A partir dos pontos de acesso ao *kraal* têm-se as possibilidades de movimentações internas no assentamento que compõem o sistema de rotas (fig. 142). Na ilustração 01, as setas na cor vermelha indicam os acessos ao núcleo e as setas em cor lilás indicam o acesso das unidades construídas que são as passagens internas do núcleo. Na ilustração 02, o sistema de rotas é elaborado a partir dos três acessos até a entrada nas unidades habitacionais e unidades construídas de uso comunitário: o depósito, os sanitários e a horta.



Fig. 142 – A movimentação dos corpos no espaço no assentamento da Família Silva. À esquerda, as acessibilidades do núcleo e das unidades construídas (01). À direita, o sistema de rotas e as possibilidades de movimentação espacial (02).

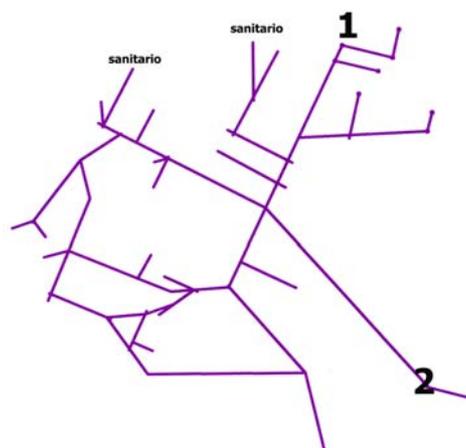


Fig. 143 – Grafo do *kraal* Silva. A partir dele torna-se possível identificar no sistema de rotas as linhas mais integradas e os espaços profundos.

Brasil	
Sistema de rotas	Há um eixo longitudinal no assentamento a partir do qual dá-se a distribuição das unidades construídas. A linha mais integrada representa o limite desse eixo que liga o acesso principal da Rua João Caetano pela Praça Paris à Vila do Resvalo. As possibilidades de movimentação interna são amplas visto que as barreiras estão restritas às casas, horta e vegetação. O sistema de rotas a partir do eixo longitudinal concentra as casas de um lado e a vegetação de outro (1). Os percursos internos geram pátios secundários e espaços de transição e reserva aos sanitários a posição mais profunda do assentamento, semelhante ao que ocorre nos <i>kraals</i> africanos.

Tab. 27 – O sistema de rotas no assentamento *kraal* no Brasil.

6.2.4. As gradações de acessibilidade.

Através da movimentação espacial dos corpos podemos perceber as gradações de acessibilidade nos assentamentos e estabelecer, inclusive, um ranking de acessibilidades. Identificamos os espaços centrais, os espaços de transição e áreas menos utilizadas (tab. 28).

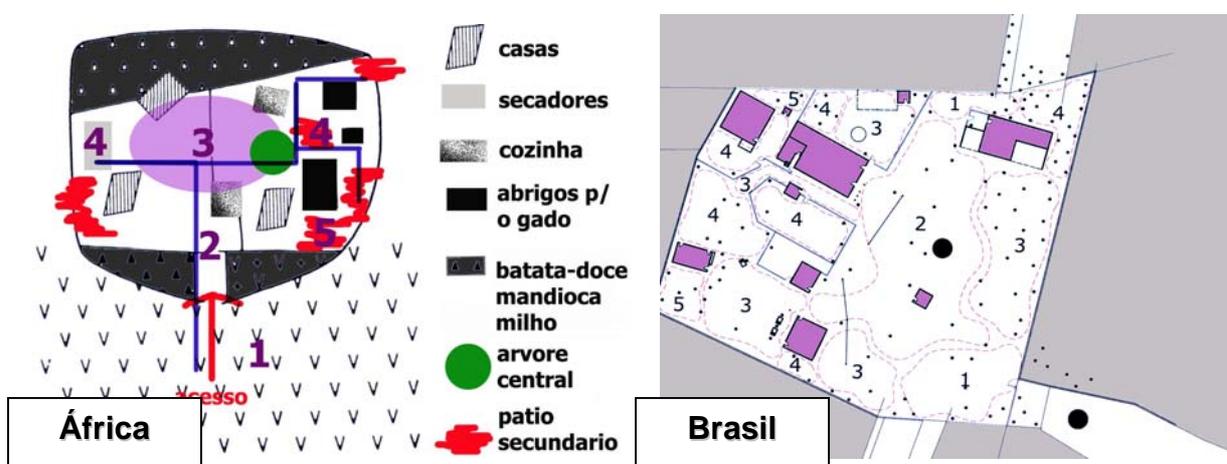


Fig. 144 – As gradações de acessibilidade no kraal. À esquerda, assentamento mandinga, no planalto de Gabu: a presença da árvore na parte central, a formação de pátios secundários e a distribuição a partir da praça central. À direita, a Família Silva: espaços rasos distribuídos a partir da praça central e a formação de pátios secundários e espaços de transição.

	África	Brasil
Gradações de acessibilidade	Espaços rasos e acessíveis. As gradações de acessibilidade iniciam na parte externa à cerca quando as plantações estão no domínio externo do assentamento. A distribuição dá-se a partir da praça central, que nesse caso também abriga a árvore, e acessa as unidades construídas. Poucas gradações de acessibilidade e as áreas mais importantes são coletivas e abertas. Destaque para a privilegiada posição da cozinha, já que a interação social ocorre na vida cotidiana do núcleo.	Os espaços são rasos e a partir dos acessos que culminam na área central é distribuído o sistema de rotas que propicia a formação de pátios secundários e espaços de transição internos. Nas posições profundas localizam-se os sanitários, seguindo um costume também africano.

Tab. 28 – As gradações de acessibilidade nos assentamentos *kraals*.

6.2.5. As diferenciações entre o público e o privado.

Os conceitos de público e privado apreendidos a partir da leitura das plantas podem ser vistos e compreendidos em termos relativos a uma série de qualidades espaciais que, através de diferenciação gradual, refere-se ao acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas como a horta comunitária e os espaços coletivos como os sanitários, por exemplo.

A excelência do *kraal* é o espaço público, coletivo em detrimento do espaço privado, individual, restrito unicamente às unidades habitacionais. A acessibilidade dentro do núcleo é irrestrita e a comunidade é responsável pela manutenção da unidade espacial como tamanho do nucleamento (novas casas são vetadas) e a disposição das casas no terreno.

Na África, no *kraal* da Guiné, percebe-se a excelência dos espaços vazios. A manutenção do pátio circular é a premissa para a distribuição das casas e o chefe tem privilegiada posição em função do controle local. No Brasil, na Família Silva, os espaços cheios estão restritos às unidades espaciais, logo, há predominância de espaços abertos e coletivos.

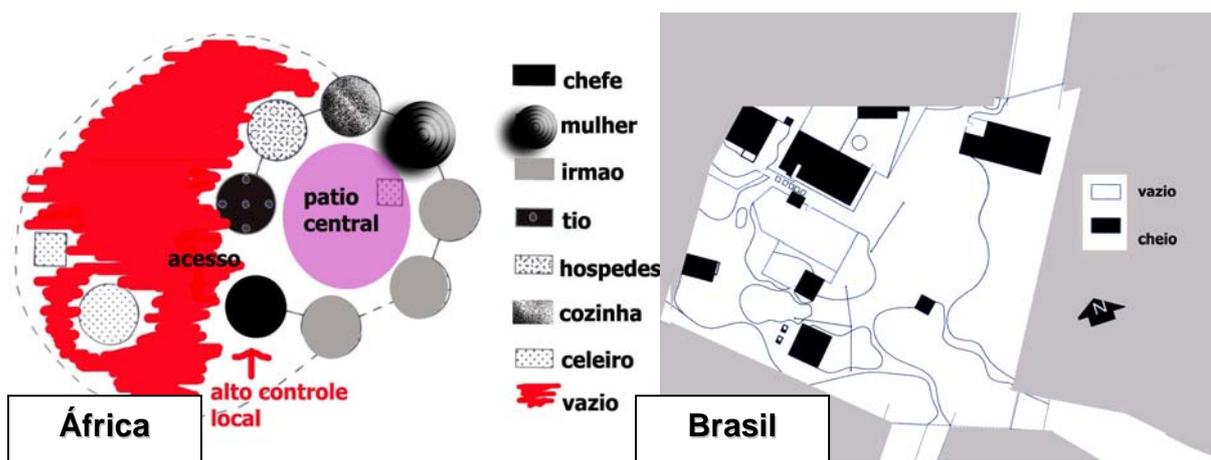


Fig. 145 – Diferenças entre o público e o privado: o espaço coletivo é excelência na implantação dos kraals. À esquerda, kraal na Guiné: a posição de controle do chefe e acessibilidade única. À direita, Kraal Silva: os espaços cheios restritos às poucas unidades construídas.

6.2.6. Considerações finais sobre a morfologia dos assentamentos negros *kraal*.

Há forte correspondência espacial entre o *kraal* africano e a área remanescente de quilombo no Brasil não havendo entre ambos diferenças qualitativas. É verificada aplicabilidade integral da figura conceitual *kraal* que possui padrões espaciais:

1. Sistema de espaços abertos distribuídos e contínuos;
2. Predominância de espaços abertos sobre os espaços fechados;
3. Excelência de áreas comunitárias: depósito, horta, tanque, sanitário;
4. A cozinha como elemento de encontro coletivo no núcleo;
5. A localização profunda dos sanitários;
6. Controle espacial da acessibilidade do nucleamento com amplo domínio dos moradores;
7. Existência do cercamento como limitação territorial;
8. As barreiras são constituídas unicamente, no interior do assentamento, pelas unidades construídas;
9. Os espaços de transição entre a área central e áreas secundárias ocorrem em poucas e rasas gradações de acessibilidade que permitem permeabilidade e livre movimentação interna;
10. Existência de pátio integrador, excelência na implantação do assentamento.

Os assentamentos negros unifamiliares associam-se, no Brasil, às áreas remanescentes de quilombos estão imbuídos de características morfológicas africanas. A africanidade se faz presente em toda a extensão do assentamento.

6.3. A morfologia dos territórios negros de dimensão morfológica intermediária.

Na África, os tipos básicos de assentamentos são a *sanzala*, de traçado linear, e o quilombo, de traçado mais livre. Unificamos o conceito da conurbação urbana de dimensão intermediária entre o *kraal* e cidade sob a terminologia única quilombo.

No Brasil, tomamos como dimensão morfológica intermediária as formações negras que configuram as vilas urbanas a partir do mapeamento da localização espacial da população predominantemente preta / parda auto-declarada em Porto Alegre. Inserimos sob a terminologia os grupamentos negros compostos de 100 a 1.000 domicílios configurando assentamentos espontâneos irregulares.

Procedemos à análise morfológica de dois conjuntos de assentamentos negros de dimensão morfológica intermediária na África e no Brasil.

1. Na África: a Vila Kwawo, de cultura *achanti*, na República de Gana. No Brasil: a Vila Sudeste, no Bairro São José, composto de 144 domicílios, em Porto Alegre;

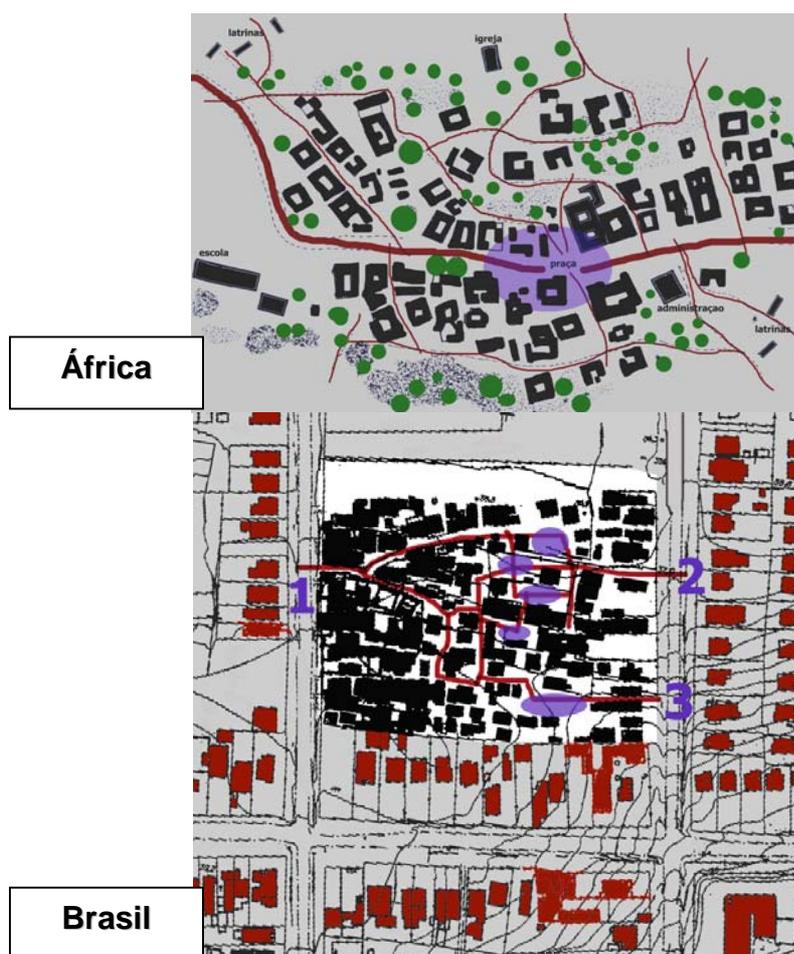


Fig. 146 – Núcleos negros de dimensão morfológica intermediária: África x Brasil (01). Na parte superior, Vila Kwawo, de cultura *achanti*, na República de Gana. Na ilustração inferior, Vila Sudeste, no Bairro São José, em Porto Alegre.

2. Na África: a Vila Ribeira da Barra, no Arquipélago de Santiago de Cabo Verde. No Brasil: a Vila Buraco Quente, no Bairro Santa Tereza, em Porto Alegre, composto de 422 domicílios (fig. 147).

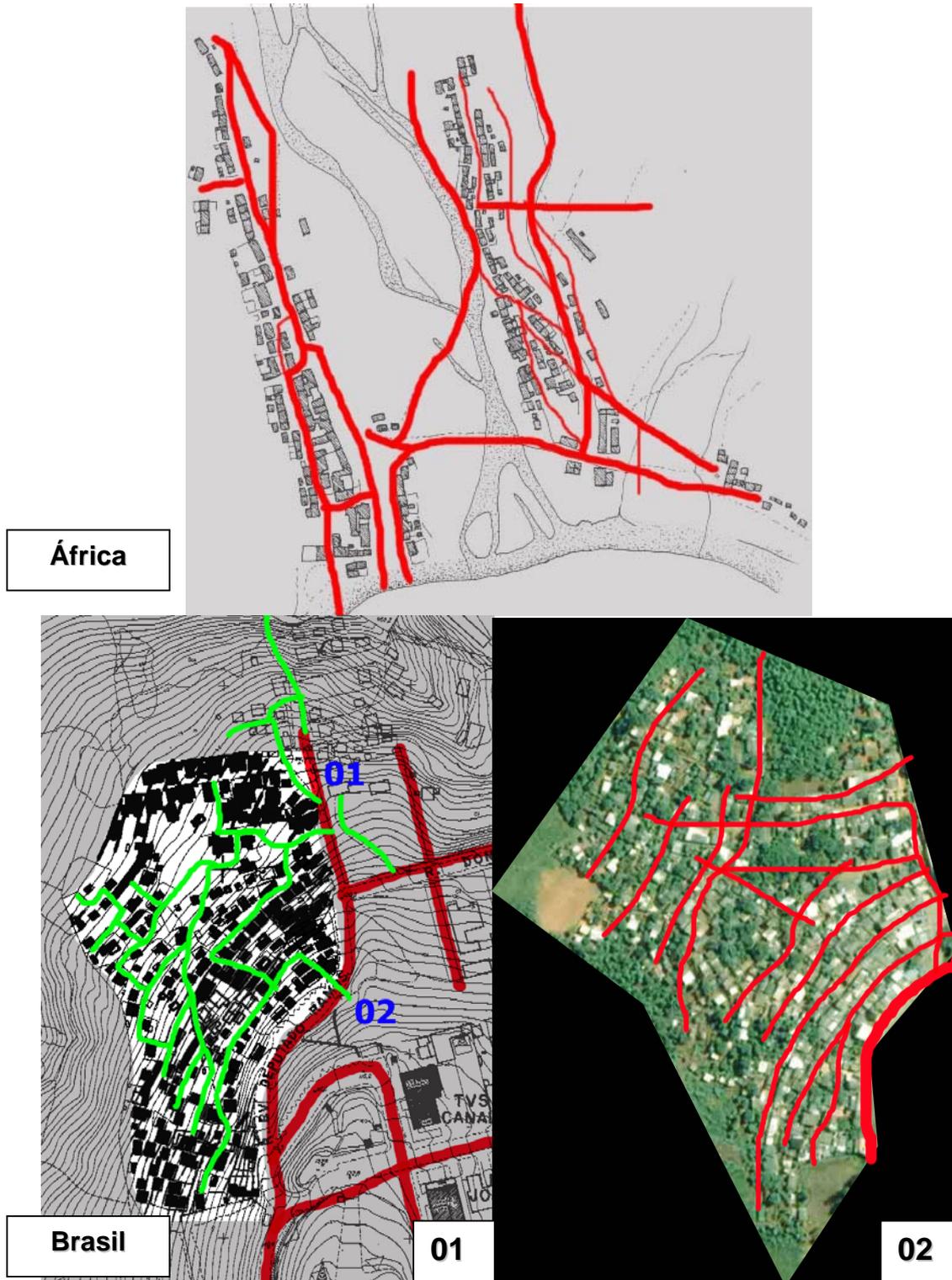


Fig. 147 - Núcleos negros de dimensão morfológica intermediária: África x Brasil (02). Na África, acima: Vila Ribeira da Barra, Arquipélago de Santiago de Cabo Verde. No Brasil, abaixo: Vila Buraco Quente, Bairro Santa Tereza, Porto Alegre.

6.3.1. A leitura de plantas.

Comparamos as barreiras, passagens e os percursos que conectam um espaço a outro e constituem o elo entre as células nos dois conjuntos de assentamentos considerados.

	África	Brasil
Barreiras	Os obstáculos ao livre movimento são as unidades construídas e a vegetação.	O obstáculo ao livre movimento é, unicamente, as unidades construídas.
Passagens	As passagens, portas virtuais de acesso ao núcleo, são livres constituindo um assentamento permeável, distribuído e contínuo.	As passagens, portas virtuais de acesso ao núcleo, são controladas e restritas, o que propicia alto controle dos moradores.
Percursos	O percurso é fluído e permeável conduzindo, na maioria das vezes, à praça central, comunitária.	O percurso é numeroso, sinuoso, permeado por becos e, na maioria das vezes, conduz a pequenos pátios abertos no interior do nucleamento, a partir dos quais novos percursos são configurados.

Tab. 29 – A leitura de plantas nos assentamentos negros intermediários.

6.3.2. O movimento dos corpos no espaço.

Há possibilidades analíticas descritivas na planta que permitem decifrar o modo como os assentamentos são percorridos através da movimentação dos corpos que gera um sistema que rotas que pode ser descrito.

As linhas de movimento apresentadas, cor vermelha e verde nas ilustrações, indicam as possibilidades de percurso no interior dos nucleamentos. A numeração indica as possibilidades de acesso, ou seja, as passagens possíveis. As marcações em cor lilás são os espaços centrais ou policentros dos grupamentos.

Partimos para a descrição do sistema de rotas (tab. 30):

	África	Brasil
Sistema de rotas	Numerosas possibilidades de rotas no assentamento não denso, constituindo uma movimentação fluída e contígua e obstáculos restritos às unidades construídas.	Restritas possibilidades de movimentação em função da densidade populacional do núcleo (caso 01) e topografia local (caso 02).

Tab. 30 – O sistema de rotas nos assentamentos intermediários.

6.3.3. As gradações de acessibilidade.

Através da movimentação espacial dos corpos podemos perceber as gradações de acessibilidade nos assentamentos e estabelecer, inclusive, um ranking de acessibilidades (tab. 31). Identificamos os espaços centrais, os espaços de transição e áreas menos utilizadas.

	África	Brasil
Gradações de acessibilidade	Espaços rasos e acessíveis fazem com que as gradações de acessibilidade sejam basicamente restritas aos espaços externos abertos – totalidade do nucleamento – e espaços internos fechados – as unidades construídas. As ruas são essenciais na vida comunitária das vilas.	Os espaços rasos estão restritos às bordas, na transição da cidade formal para a cidade informal. Os assentamentos tornam-se profundos à medida que adentra no núcleo e as gradações de acessibilidade são inúmeras.

Tab. 31 – As gradações de acessibilidade nos assentamentos intermediários.

6.3.4. As diferenciações entre o público e o privado.

Nos assentamentos negros urbanos, as áreas públicas são as áreas acessíveis a todos a qualquer momento e as áreas privadas são as áreas acessíveis a um determinado grupo ou pessoa.

Nesse item contemplamos a análise das qualidades espaciais em relação à propriedade coletiva e privada (tab. 32).

	África	Brasil
Diferenciações entre público / privado	A propriedade privada está restrita às unidades construídas. Não existe divisão do assentamento em lotes privados. Há predominância de espaços públicos abertos e comunitários. A figura da praça é símbolo da preponderância da espacialidade coletiva e há uma convergência de percursos que culminam na área central do assentamento.	Há uma explícita divisão por lotes configuradas na figura das cercas e muros. O espaço público aberto é restrito às passagens. Há predominância de espaços privados de uso individual, pois há predominância de unidades construídas em detrimento aos espaços abertos e os pátios, quando existentes, localizam-se dentro dos lotes configurando a excelência da propriedade privada.

Tab. 32 – As diferenciações entre o público e o privado nos assentamentos intermediários.

6.3.5. Considerações finais sobre a morfologia dos assentamentos negros de dimensão morfológica intermediária.

Na África, encontramos forte correspondência espacial entre o *kraal* e os quilombos: as diferenciações são apenas quantitativas e não qualitativas. Os espaços são separados segundo a divisão clânica com casas pertencentes a uma mesma família; as células familiares são aglomeradas; o sistema de rotas culmina em espaços públicos abertos e comunitários – excelência na implantação dos assentamentos intermediários africanos.

No Brasil, a correspondência espacial global entre a formação africana quilombo e as similitudes, ínfimas, estão restritas a elementos pontuais. A questão econômica é preponderante aos laços familiares e laços de parentesco no assentamento, ou seja, os grupos são formados mais em função da baixa renda da

coletividade do que em função da consangüinidade, que ocorre também, mas em menor grau de importância comparativamente ao *kraal*.

As limitações territoriais impostas ao assentamento e a sua conseqüente expansão bem como a adequação à topografia local norteia a morfologia da ocupação territorial, constituindo núcleos densamente povoados ocorrência de propriedades privadas e individuais nos assentamentos negros intermediários brasileiros.

Nos assentamentos africanos¹⁶⁰, diferentemente dos casos brasileiros, não há limites territoriais para a expansão dos núcleos e essa pode ser uma hipótese levantada para explicar tamanhas diferenciações configuracionais entre os grupamentos negros dessa escala, necessitando, certamente, de maiores evidências científicas visto que, em função da distância geográfica e ausência de dados, não foi efetuado levantamento *in lócus* nas formações africanas que estão restritos aos poucos estudos bibliográficos encontrados.

Os assentamentos negros de dimensão morfológica intermediária associam-se, no Brasil, à tipologia citadina e carregam, também, mais elementos semelhantes às formações citadinas africanas que formações de quilombos.

A herança africana, denominada africanidade, nesse caso, está restrita a elementos pontuais e, pela semelhança com as formações citadinas africanas e brasileiras, serão analisadas no próximo item.

6.4. A morfologia dos territórios negros de dimensão morfológica extensa.

Na África, lembramos que, em virtude da predominância das atividades agrárias na estrutura econômica de quase todos os países do continente africano, a maior parte da população vive na zona rural, configurando estruturas tribais e os estudos preferidos são restritos às regiões com urbanização mais acentuada: República da África do Sul, países em torno do Golfo da Guiné e a região do Mediterrâneo. Basicamente são estudadas as cidades de Luanda, na Angola; Ilha de Moçambique, em Moçambique, e, ainda, *Ilesha*, Lagos e as cidades iorubas, na Nigéria.

No Brasil, tomamos como dimensão morfológica extensa as formações negras que configuram as cidades informais encontradas nos assentamentos espontâneos irregulares a partir do mapeamento da localização espacial da

¹⁶⁰ A taxa média de urbanização do continente africano é de 50%.

população predominantemente preta / parda auto-declarada em Porto Alegre. Inserimos sob a terminologia os grupamentos negros por mais de 1.000 domicílios.

Procedemos à análise morfológica de três conjuntos de assentamentos negros de dimensão morfológica intermediária na África e no Brasil.

i.a África: a cidade ioruba, na Nigéria. No Brasil: o complexo de vilas aglomeradas no Bairro Bom Jesus: Vila Divinéia / Vila Mato Sampaio / Vila Pinto/ Vila Brasília I (Vila da Caixa d'Água), composto de 3.361 domicílios, em Porto Alegre (fig. 148);

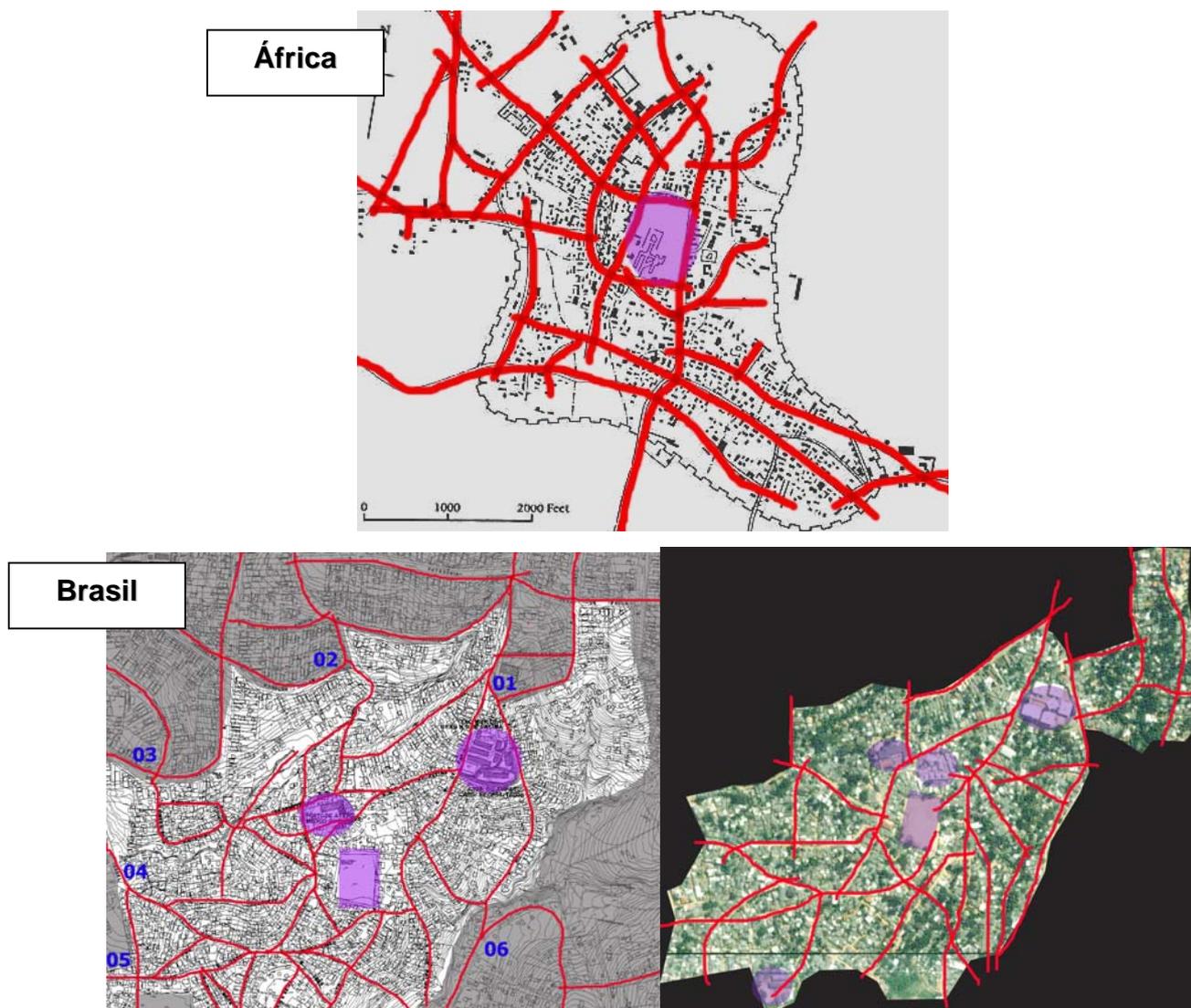


Fig. 148 – Núcleos negros de dimensão morfológica extensa: África x Brasil (01). Na parte superior, cidade ioruba, na Nigéria. Na ilustração inferior, complexo de vilas no Bairro Bom Jesus.

2. Na África: cidade de Ilesha, na Nigéria. No Brasil: complexo de vilas aglomeradas no Bairro Bom Jesus: Vila Vargas / Vila Morro da Cruz / Vila Vidal de Negreiros, composto de 1.879 domicílios, em Porto Alegre (fig. 149);

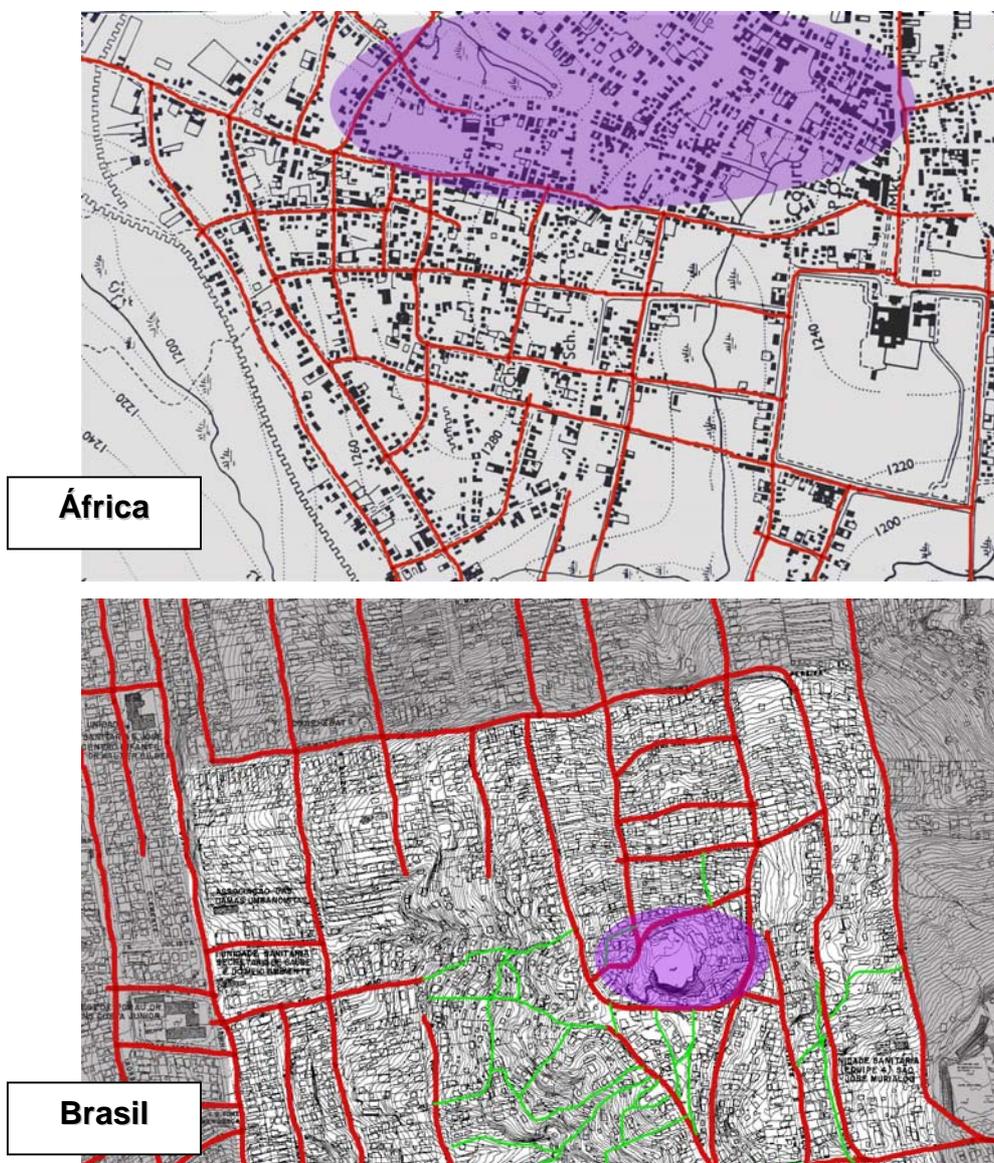


Fig. 149 – Núcleos negros de dimensão morfológica extensa: África x Brasil (02). Na parte superior, cidade de Ilesha, na Nigéria. Na ilustração inferior, complexo de vilas no Bairro São José.

3. Na África: ponta da ilha, cidade nativa, na Ilha de Moçambique, em Moçambique. No Brasil: complexo de vilas aglomeradas no Bairro Santa Tereza: Ocupação Motel Coqueiros / Vila Tronco Pantanal / Vila Tronco Neves, composto de 1.806 domicílios, em Porto Alegre (fig. 150);

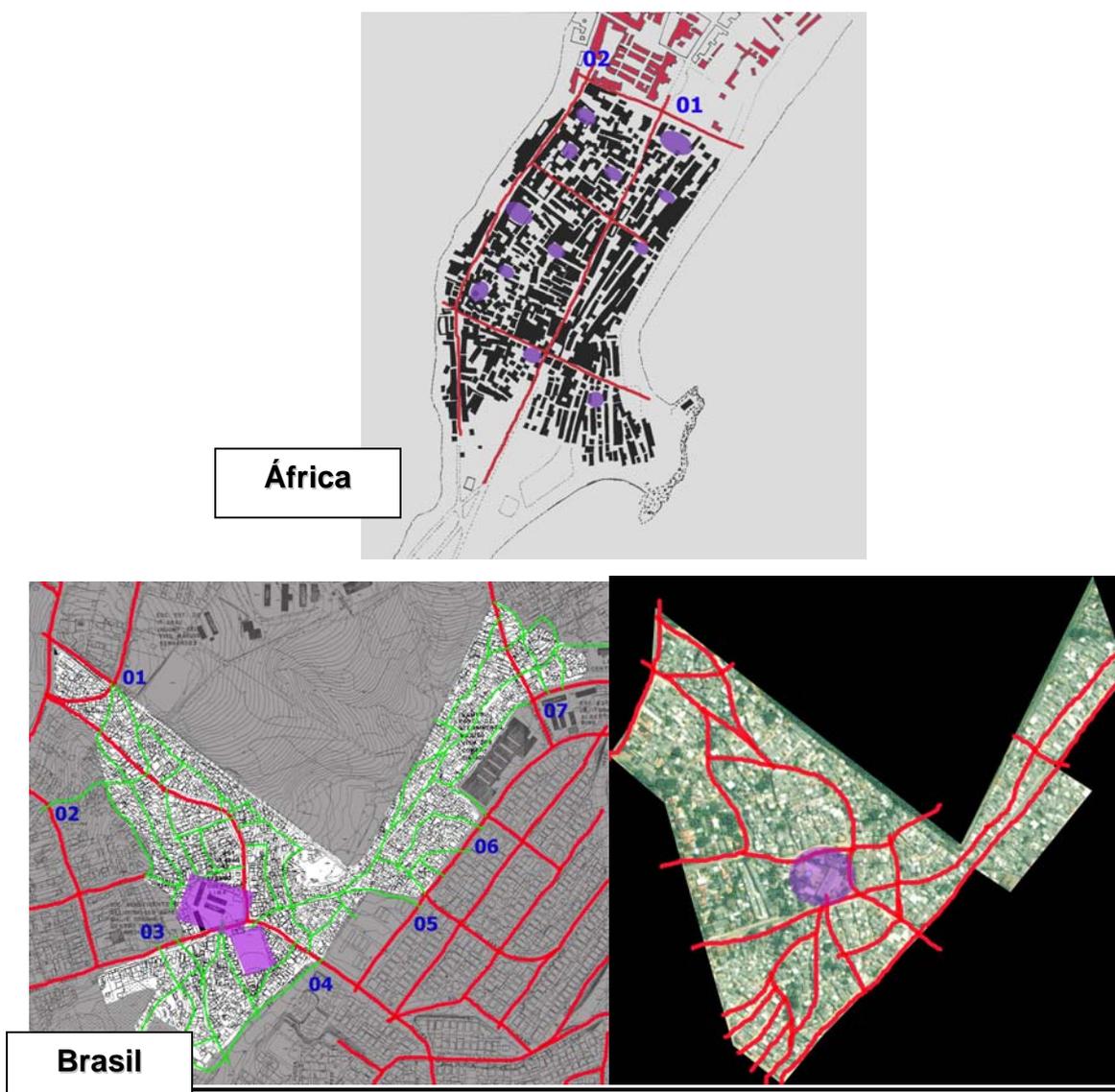


Fig. 150 – Núcleos negros de dimensão morfológica extensa: África x Brasil (03). Na parte superior, ponta da ilha, Ilha de Moçambique. Na ilustração inferior, complexo de vilas no Bairro Santa Tereza.

6.4.1. A leitura de plantas.

Comparamos as barreiras, passagens e os percursos que conectam um espaço a outro e constituem o elo entre as células nos dois conjuntos de assentamentos considerados (tab. 33).

	África	Brasil
Barreiras	Os obstáculos ao livre movimento são as unidades construídas e os espaços institucionais.	Os obstáculos ao livre movimento são as unidades construídas e os espaços institucionais.
Passagens	As passagens, portas virtuais de acesso ao núcleo, são em pequeno número, porém, pode-se dizer que as áreas cidadinas são facilmente acessíveis.	As passagens, portas virtuais de acesso ao núcleo, são em pequeno número e altamente controladas pelos moradores, constituindo uma acessibilidade restrita.
Percursos	O percurso é linear nas ruas principais do assentamento e sinuoso à medida que se	A linearidade está restrita às ruas de transição da cidade formal para a cidade

	avança para o centro do nucleamento. Os percursos confluem para as áreas principais, geralmente públicas abertas e de uso coletivo.	informal. O percurso é numeroso, sinuoso, permeado por becos.
--	---	---

Tab. 33 – A leitura de plantas nas cidades negras informais.

6.4.2. O movimento dos corpos no espaço.

Atentamos, nesse item, para o sistema de rotas dos assentamentos em análise.

As linhas de movimento de acesso aos núcleos estão em vermelho e as linhas internas, de distribuição, estão em verde. As numerações indicam as possibilidades de acesso e as áreas em cor lilás são os espaços institucionais tais como escolas, campos de futebol, postos de saúde, entre outros.

	África	Brasil
Sistema de rotas	O sistema de rotas ocorre em numerosas vias. As rotas seguem certa regularidade, principalmente no que concerne às ruas principais, em grande número. Vias amplas cortam as cidades e dão acesso a ruas estreitas onde se distribuem os becos. O sistema de rotas pode ser considerado fluído, apesar da densidade populacional, pela existência de várias vias principais.	O sistema de rotas ocorre em numerosas vias. As ruas externas, na transição da cidade branca com a cidade negra, são regulares e dão acesso a poucas ruas estreitas onde se distribuem os becos. A figura morfológica dominante é o beco, sistema de passagem principal dos assentamentos. Para o morador, o sistema de rotas é de fácil apreensão sendo que o visitante não tem a mesma apreensão espacial em função da maioria das vias constituírem acessos secundários. As ruas principais são externas ao grupamento.

Tab. 34 – O sistema de rotas nas cidades negras informais.

6.4.3. As gradações de acessibilidade.

As gradações de acessibilidades nos assentamentos são semelhantes (tab. 35). Logo, há correspondência espacial na movimentação dos corpos no espaço e o sistema de percursos gerados.

	África	Brasil
Gradações de acessibilidade	Espaços rasos ocorrem em menor número e estão restritos às bordas do assentamento, na interface com a cidade formal. Os espaços profundos são maioria no núcleo. O espaço é, também, fechado em função da totalidade da área constituir unidades construídas. As gradações de acessibilidade são inúmeras, sendo que a regra; quanto mais se avança no núcleo, em direção ao centro, mais profunda e difícil é a acessibilidade.	Os espaços rasos estão restritos às bordas, na transição da cidade formal para a cidade informal. O espaço profundo e fechado é característica principal no que concerne à acessibilidade. As gradações de acessibilidade são inúmeras e, quanto maior o núcleo, mais profunda é a sua acessibilidade.

Tab. 35 – As gradações de acessibilidade nas cidades negras informais.

6.4.5. As diferenciações entre o público e o privado.

Nesse item contemplamos a análise das qualidades espaciais em relação à propriedade coletiva e privada nos assentamentos de dimensão morfológica extensa (tab. 36).

	África	Brasil
Diferenciações entre público / privado	A propriedade privada está restrita às unidades construídas e constitui praticamente totalidade do assentamento. Há divisão do assentamento em lotes privados. A predominância é de espaços fechados privados em detrimento aos espaços públicos abertos. O espaço público é restrito às ruas e aos espaços institucionais.	A propriedade privada está restrita às unidades construídas e constitui a maioria do assentamento. Os lotes privados são constantes e as delimitações territoriais entre uma unidade residencial e outra se dá, geralmente, por cercas e muros. O espaço público ocorre nos becos, que são as passagens oficiais do assentamento. Os espaços públicos abertos e de uso coletivo são raridade no núcleo e a predominância é de espaços privados de uso individual.

Tab. 36 – As diferenciações entre o público e o privado nas cidades negras informais.

6.4.6. Considerações finais sobre a morfologia dos assentamentos negros de dimensão morfológica extensa.

Há forte correspondência espacial entre as estruturas citadinas africanas e os núcleos negros de dimensão morfológica extensa no Brasil.

No Brasil, as formações de dimensão morfológica extensa são completamente diferentes do *kraal* e semelhantes com as formações de dimensão morfológica intermediária. Novamente a questão econômica é essencial e está na base da organização morfológica do assentamento, sobressaindo às relações parentais familiares, os laços consangüíneos não são únicos princípios norteadores da estrutura social dos núcleos negros urbanos.

Como nas formações morfológicas intermediárias, a limitação territorial é item importante a ser considerado na estrutura espacial do grupo, além da densidade populacional e a institucionalização da propriedade privada e individual.

A herança africana é clara na configuração dos assentamentos urbanos de dimensão morfológica extensa. A africanidade está presente:

1. Nos becos que constituem as passagens oficiais dos núcleos;
2. Na sinuosidade do traçado aparentemente caótico e desorganizado dos assentamentos;
3. Na ausência de alinhamento rígido entre as edificações;
4. Na ausência de perspectivas longas nas ruas;

5. No chão batido e ausência de caixas de rolamento;
6. Na adequação ao sítio com claras delimitações territoriais e, principalmente, na interface com a cidade branca onde a especificidade morfológica negra torna-se ainda mais contrastante.

As formações espaciais das cidades negras no Brasil apresentam profundas diferenças qualitativas na alternância de escala morfológica comparativamente ao *kraal* e, embora a organização sócio-espacial apresente-se completamente diferente das áreas remanescentes de quilombos, a verificação da herança africana em atributos espaciais é clara nos assentamentos negros de dimensão morfológica variável.

6.5. Epílogo do Capítulo 6.

A busca de metodologias para apreensão espacial da territorialidade negra urbana baseia-se na simples instrumentação da leitura de plantas, parecendo ser o caminho para a decodificação espacial e verificação da aplicabilidade de figuras conceituais morfológicas africanas adaptadas à realidade brasileira. Na verificação da analogia morfológica a partir da herança histórica comum, é essencial minucioso estudo das características sociais e antropológicas quando se trata de núcleos étnicos.

A metodologia apresentada para apreensão espacial da territorialidade negra urbana não pretende constituir um “manual de leitura espacial”, mas atentar para a importância da identificação sintética de símbolos na dimensão invisível do espaço que se dá na leitura de plantas e processo comparativo entre instâncias morfológicas contribuindo para verificação, em última instância, da herança de grupamentos étnicos negros na configuração do sistema urbano das cidades brasileiras.

Nesse capítulo, caracterizamos morfológicamente a territorialidade negra urbana através de sucessivas comparações entre os assentamentos humanos na África e no Brasil. Verificamos, assim, a aplicabilidade de figuras conceituais adaptadas à realidade sócio-espacial brasileira.

A estrutura morfológica familiar *kraal* apresenta um núcleo de integração materializado ao longo das rotas mais integradoras constituído pelo conjunto de espaços mais utilizados em planta sendo esses espaços públicos e de uso coletivo. As barreiras espaciais são as unidades construídas e a vegetação, as passagens indicam acessibilidades com alto controle local e os percursos são fluidos e

permeáveis. As gradações de acessibilidade ocorrem em apenas três níveis: espaços centrais, espaços de transição e área menos utilizadas. As diferenciações territoriais (público e privado) são claras e o domínio privado está restrito às unidades habitacionais. Há verificação de aplicabilidade integral da forma dos assentamentos africanos e áreas remanescentes de quilombos brasileiros.

Na estrutura morfológica de dimensão intermediária os núcleos de integração são ausentes. As barreiras espaciais são as unidades construídas e, em função da densidade populacional das vilas negras no Brasil, as mesmas atuam como limitadoras dos percursos internos: numerosos e sinuosos, enquanto as passagens indicam alto controle local. As gradações de acessibilidade são inúmeras e quanto mais se adentra nos assentamentos, mais profundos são os espaços. As diferenças territoriais são claras e a propriedade privada é institucionalizada nos núcleos. A herança configuracional africana é perceptível nas vilas negras em elementos pontuais, embora não norteiem a implantação do assentamento, diferentemente do *kraal*.

Na estrutura morfológica de dimensão extensa – as cidades negras informais, os núcleos de integração também são ausentes. As barreiras espaciais são inúmeras, propiciadas pela densidade populacional refletida em inúmeras unidades construídas, limitadoras do sistema de rotas: numeroso e sinuoso. As acessibilidades aos núcleos são restritas e há alto controle local. As diferenças territoriais são claras e as delimitações das propriedades privadas encontram-se presentes. A herança africana é verificada em elementos pontuais, semelhante a estrutura configuracional de dimensão intermediária.

As diferenciações territoriais ocorrem em todos os territórios negros urbanos, em maiores ou menores intensidades. A africanidade faz-se presente, considerando as devidas adaptações principalmente quanto ao território ocupado e limitações impostas ao seu crescimento em área urbana atentando, ainda, para a questão econômica presente nos assentamentos negros na cidade. A herança africana, aspecto humano da forma urbana segundo a herança histórica comum, está presente nos territórios negros urbanos: em elementos pontuais nos assentamentos intermediários e extensos e, nas áreas remanescentes de quilombos, a analogia é intensa e de fácil apreensão espacial.

7. Considerações finais.

Esta pesquisa tem uma forte implicação multidisciplinar: as relações entre os estudos urbanos – especificamente à morfologia urbana ao qual o tema especificamente pertence – e demais áreas como a sociologia, antropologia, geografia e a história são necessárias quando buscamos os aspectos humanos da forma urbana segundo uma herança histórica comum.

O trabalho exigiu um permanente raciocínio em termos de formulações analíticas das estruturas sociais e configurações espaciais inerentes aos territórios negros urbanos. Acreditando que as construções analíticas e as especulações não se esgotam, lançamos algumas considerações finais.

A forma urbana está impregnada de aspectos humanos profundamente influenciados pela cultura ancestral e carrega, assim, etnicidade. A etnicidade espacial negra contemporânea, por recordar os povos de origem, configura-se territorialmente através de redes de símbolos codificadas que são concretas e promovem diferenciação territorial, em todas as dimensões morfológicas analisadas, frente a outros assentamentos.

A morfologia do assentamento humano étnico é baseada na herança histórica comum e a história é o estado inicial e raiz do processo de territorialização. Os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são fundamentais na formação de sistemas simbólicos sócio-espaciais de grupos étnicos negros contemporâneos.

Os grupos étnicos contemporâneos são as áreas remanescentes de quilombos. Caracterizamos, no decorrer do trabalho, a especificidade sócio-espacial da área remanescente de quilombo frente aos demais territórios negros urbanos. Todas as áreas analisadas são territórios negros urbanos. Somente a Família Silva, no entanto, configura-se espacialmente como área remanescente de quilombo.

A similitude entre todos os territórios negros urbanos está na verificação da herança africana – africanidade – na configuração da totalidade dos núcleos. A diferenciação entre todos os territórios negros urbanos está nos graus de intensidade em que se verifica a africanidade nos assentamentos.

A terminologia *kraal* empregada para designar as áreas remanescentes de quilombos no Brasil explicita a verificação da aplicabilidade da figura conceitual morfológica africana e a africanidade é o princípio norteador na configuração do assentamento. A estrutura social baseia-se na família matrilinear configurada a partir

de laços de parentesco e consangüinidade em um esforço pela manutenção da coletividade do grupo. A estrutura social baseia-se no caráter coletivo de ocupação do solo demonstrada na excelência dos espaços abertos comunitários configurados nos núcleos integradores no assentamento, no uso comum dos equipamentos pelo grupo e símbolos concretos de diferenciação territorial.

Nos *kraals*, as diferenciações territoriais são claras e intensificadoras de relações sócio-espaciais “concentradas”. Na África, as diferenciações territoriais ocorrem, também, nas formações morfológicas designadas quilombos. No Brasil, as diferenciações territoriais intensas ocorrem somente nas áreas remanescentes de quilombos: nos demais territórios negros urbanos, as relações sócio-espaciais tornam-se “difusas” e distribuídas já que verificamos que há africanidade, porém, menos intensa e restrita a elementos pontuais.

Acreditamos que o diferencial dos graus de intensidade de ocorrência da herança histórica comum reside na estrutura social que contém as características de grupo étnico e é materializada, espacialmente, no processo de territorialização. A territorialização mantém o espírito da coletividade centrado em um território e, diferentemente do que muitos planejadores acreditam, a territorialização está intrinsecamente ligada à paisagem local e seu contexto por expressar a ligação afetiva e emocional do homem com o espaço ocupado: cada grupo social está profundamente enraizado a um lugar ou a uma paisagem com a qual particularmente se identifica. Qualquer alteração geográfica imposta aos núcleos étnicos implica em perda de identidade sócio-espacial.

Em Porto Alegre, a Colônia Africana, o Areal da Baronesa, a Ilhota e o Cabo Rocha foram alguns dos territórios negros urbanos submetidos a desterritorialização e, mesmo que o reassentamento ocorra coletivamente – como a formação do Bairro Restinga que foi o destino preferencial da população negra reassentada nos anos 60 – o processo de reterritorialização, quando ocorre, acarreta perda: inicia-se nova rede de relações e processos que desencadeiam, por sua vez, nova codificação, diferente do processo inicial.

A área remanescente de quilombo Família Silva configura-se uma exceção de resistência negra na cidade e encontra-se, também, visada no contínuo processo de expulsão de núcleos negros assentados em área central da cidade (fig. 151). O território Silva está em disputa judicial há seis anos e, embora todas as etapas de reconhecimento da área estejam cumpridas e comprovadas, a regularização

fundiária ainda não foi efetuada. O pano de fundo é a especulação imobiliária na área nobre dos Silva e, atualmente, existe uma ordem de despejo da área quilombola (ver anexo). A posse da terra garante a manutenção das relações sócio-espaciais decorrentes da herança africana que configuram a alteridade da área como patrimônio cultural brasileiro.



Fig. 151 – Manifestação contra a ação de despejo na área remanescente de quilombo Família Silva, em junho de 2005.

Este estudo tem como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Com o auxílio da ciência, entretanto, há condições de colaborar na modificação das políticas pontuais subsidiando a adoção de medidas concretas para preservação de sítios quilombolas em área urbana a fim de manter, também, a preservação de áreas étnicas do povo negro que contribuiu significativamente na formação da identidade nacional e também está presente na morfologia das cidades brasileiras.

A reparação é necessária. Na medida em que uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação tem que se ocupar dela. Os negros não são integrados no Brasil. Isso é um risco para a unidade nacional. (SANTOS, 1995, p. 08).

Os territórios negros urbanos de dimensão morfológica variável encontrados nos assentamentos espontâneos dos bairros com predominância de população auto-declarada preta/parda encontram-se, em sua maioria, em processo de reterritorialização, ou seja, mantêm a herança histórica configuracional, mas de forma menos intensa.

Todos os espaços analisados são intra-urbanos e se desenvolvem sob limitação de barreiras de crescimento. Os territórios negros na cidade constituem uma espécie de empacotamento dentro de espaços restritos de desenvolvimento e as estruturas espaciais desses nucleamentos podem ser definidas como complexas: um sem número de relações sociais está implícito espacialmente.

As ilhas urbanas onde estão localizadas os territórios negros representam fragmentação do tecido urbano formal e estão longe de constituir uma estrutura desordenada e não lógica. Ao que parece, a manutenção da etnicidade espacial está arraigada na coletividade. O espaço de valores coerentes entre os padrões coletivos e as diferenciações individuais são responsáveis pelas inter-relações que se espacializam em maior ou menor grau. As regras intrínsecas de ocupação territorial intensificam ou atenuam as liberdades de ação.

A interpretação das regras espaciais pode demonstrar alto grau de correspondência estrutural, como nos *kraals*. Os padrões comportamentais em diferentes culturas de herança histórica comum, por mais diferente que sejam estabelecidas as relações em seu próprio sistema espacial, carregam uma “estrutura intrínseca” que é a “competência espacial” de auto-reprodução de etnicidade espacial.

Processo semelhante ocorre ao compararmos uma fotografia e seu negativo, embora as imagens sejam diferentes, as relações entre as partes componentes são as mesmas. O mesmo processo ocorre nos assentamentos étnicos negros contemporâneos. Há uma capacidade análoga nas estruturas sociais humanas, provavelmente universais: há um genótipo que pode ser descrito como um princípio organizacional subentendido de fenótipos.

É imprescindível que haja uma contínua e aprofundada análise morfológica entre assentamentos humanos que partilham herança histórica comum nas mais distintas situações políticas-geográficas, buscando padrões espaciais recorrentes para reconhecer etnicidade no espaço bem como a investigação de padrões na lógica da diversidade em aglomerações étnicas.

8. Referências bibliográficas.

- AGUIAR, Douglas Vieira. *Alma Espacial*. In: Arqtextos, Propar/Ufrgs, <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp121.asp>, março 2002.
- AGUIAR, Douglas Vieira. *Elements of Topology in the Architectural Plan*. Refereed Paper, Proceedings of the 37th Australian & New Zealand architectural Science Association (ANZAScA) conference, Faculty of Architecture, University of Sydney, 2003.
- AGUIAR, Douglas. *A Leitura da Planta*. Artigo integrante da disciplina Arquitetura do Movimento, ministrada no Programa da Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no primeiro semestre letivo de 2004.
- A Ilha de Moçambique em perigo de desaparecimento. Uma perspectiva histórica um olhar para o futuro*. Fundação Calouste Gulbenkian, agosto de 1983.
- ALEXANDER, Christopher. *A City is Not a Tree*. Architectural Fórum (vol. 122), nº 1, pág. 58-61 e nº2, pág. 58-62. London: Thames and Hudson, 1965.
- ALFONSIN, Jacques Távora. In: *Índios e Negros, exemplos de um direito popular de desobediência hoje refletidos nas invasões de terra*. Porto Alegre: Revista Ajuris, v. 15, n. 43, p. 155, julho de 1988.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. *Os quilombos e as Novas Etnias: É necessário que nos libertemos de definições arqueológicas*. Vitória: Reunião da Aba (Associação Brasileira de Antropologia), 1998.
- AMARAL, Ilídio do. *Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1998)*. Bauru: EDUSC -Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.
- ANDO, Tadao. *Shintai and Space*. In: *Architecture and Body*. New York: Rizzoli, 1988.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Território das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil – Primeira Configuração Espacial*. Brasília: edição do autor, 1999.
- ARRUTI, José M. A. *A emergência dos "remanescentes": notas para um diálogo entre indígenas e quilombolas*. In: Anpocs, Caxambu, 1977.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *O Imigrante Europeu e o trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista Veritas, nº 112, dezembro 1983.
- BANDEIRA, Maria De Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BARCELLOS, Daisy Macedo de. *Família Negra no Rio Grande do Sul: Contribuições para seu Estudo*. In: *Impressões da Socialidade Batuqueira no meio urbano de Porto Alegre/RS*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1996.
- BARTH, Frederik. *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*. Bergen: London University, Atten e Unwin, 1969.
- BARTH, Frederik. (org.) *Los Grupos Étnicos y sus Fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BARTH, Frederik. *Problems in Conceptualizing cultural Pluralism, with illustrations from Somar, Oman*. In: MAYBURY-LEWIS, David. (Ed) *The Prospects for Plural Societies*. Proceedings of the American Ethnological Society, 1984.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: Grafosul - Instituto Estadual do Livro, 1976.
- BERTHELEU, Helène. *A propos de l'étude des relations inter-ethniques et du racisme en France*. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 1977.
- BIERMAN, Barrie. *Indlu: the doomed dwelling of the Zulu*. In: *Shelter in África*. London: Barrie & Jenkis, 1976.
- BITTENCOURT, Iosvaldyr Carvalho Júnior. *A Esquina do Zaire – Territorialidade Negra Urbana em Porto Alegre*. In: *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1995.
- BRITO, Raquel Soeiro de. *No Trilho dos Descobrimientos. Estudos geográficos*. Lisboa: Editora Printer Portuguesa, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARNEIRO, Edson. *Ladinos e Criolos*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.
- CARNEIRO, Edson. *O quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CONZEN, MRG. *The Use of Town Plans in the Study of Urban History*. In *The Study of Urban History* edited By H. J. Dyos. London: Edward Arnold, 1968.

- CONZEN, MRG. *The Urban Landscape: Historical Development and Management. Papers.* By M. R. G. Conzen. Edited by J. W. R. Whitehand; London: Academic Press, Institute of British Geographers Special Publication, nº 13, 1981.
- CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COMIN, Ana Paula e WEIMER, Rodrigo Azevedo. *Laudo Antropológico e Histórico - Família Silva: Resistência Negra no Bairro Três Figueiras.* Porto Alegre, 2004. (a publicar).
- CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CULLEN, Gordon. *Townscape.* London : Architectural Press, 1961.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Parecer sobre os critérios de identidade étnica. Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade.* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil. Mito, história e etnicidade.* Brasília: Editora Brasiliense, 1987.
- D'ÁVILA, Naida. *DEM HAB: Com ou Sem Tijolos, a História das Políticas Habitacionais em Porto Alegre.* Porto Alegre: Editora Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
- Diccionario Geographico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul,* de Octávio Augusto de Farias. Porto Alegre: Editora Globo, 1914.
- DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social.* In: *As regras do método sociológico.* São Paulo: Ed. Abril, 1973.
- ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *Colônia Africana: vergonha de uma cidade – miséria, abandono e exclusão no universo dos rejeitados de Porto Alegre na década de 50.* Porto Nacional: UNITINS, 1997.
- EVANS, Robin. *Figures, Doors and Passagens.* In: *Architectural Design* 4, pág. 267-278, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro.* São Paulo: Editora Cortez, 1972.
- FRAMPTON, K. *Intimations of Tactility.* In S.Marble et al (Eds.), *Architecture and Body.* New York: Rizzoli, 1988.
- FRANQUE, Domingos José. *Nós os Cabindas. História, Leis, Usos e Costumes dos Povos de N'Goio.* Coord. Manuel de Resende. Lisboa: Editora Arco Lisboa, 1940.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.* 34. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FREITAS, Décio. *Palmares, a Guerras dos Escravos, Mercado Aberto,* Porto Alegre, p. 37, 1984.
- FOX, Robin. *Parentesco e casamento: uma perspectiva antropológica.* Lisboa: Veja/Universidade, 1986.
- GERMANO, Íris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o Carnaval de Porto Alegre nas décadas de 30 e 40.* Porto Alegre: Dissertação do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de UFRGS, 1999.
- GLUCKMAN, Max. *The kingdom of the zulu of South África.* In: *African Political Systems.* London: Oxford University Press, 1970.
- GUATARRI, F. *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade.* São Paulo: Editora Cortez, *Espaços e Debates*, n. 16, ano V, 1985.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos.* São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade.* Tradução de Armando Corrêa da Silva. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia – HUCITEC, 1978, do original *The Johns Hopkins University Press*, Baltimore, Estados Unidos, 1973.
- HERTZBERGER, Herman. *Lessons for Students of Architecture.* Uitgeverij Publishers, Rotterdam, 1991.
- HILLIER, Bill & HANSON, Julianne. *The Social Logic of Space.* Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, Bill et al. *Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement.* Em *Environment and Planning B*, London, No. 1, Vol. 20, pp. 29-66, 1993.
- HOLANDA, Frederico de. *O Espaço de Exceção.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- JACQUES, Paola Berenstein. *A Estética da Ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2ª edição, 2003.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Eloge aux errants: bref historique des errances urbaines.* Um artigo mais longo será publicado na *Arqtexto*, UFRGS, Porto Alegre (no prelo). Texto originalmente escrito para a revista *Le Passant Ordinaire*, 2004.

- KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS, 1998.
- KRAFTA, Rômulo. *A história é um estado inicial*. In: 3º Seminário sobre História da Cidade e do Urbanismo, 1994. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1994.
- KRAFTA, Rômulo. *The city as object of human agency*. In: IVº International Symposium on Space Syntax, Londres, 2003.
- LAITANO, Dante de. *O negro no Rio Grande do Sul*. In: *Primeiro seminário de estudos gaúchos*. Porto Alegre: PUCRS, 1957.
- LEITE, Ilka Boaventura (org). *Os negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Editora: Letras Contemporâneas, 1996.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Comunidade de Casca: Territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania. Laudo Antropológico*. Departamento de Antropologia – NUER – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- LOPES, Nei. *Bantos, Malês e identidade negra*. Rio de Janeiro : Editora Forense Universitária, 1988.
- MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho*. Caxias do Sul: Editora da UCS, 1984.
- MAESTRI, Mário. *Carçaço do Negro*. Porto Alegre. Editora Tchê. 1988.
- MAESTRI, Mário. *História na África negra pré-colonial*. Porto Alegre. Editora Mercado Aberto, 1988.
- MAESTRI, Mario. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas*.(1979). In: *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAESTRI, Mario. *Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul*. In: *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAESTRI, Mário. *Cisnes negros: uma história da Revolta da Chibata*. São Paulo. Editora Moderna, 2000.
- MAESTRI Fº, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre & Caxias do Sul: ESTSLB & EDUCS, 1984.
- MAFFESOLI, M. *O Tempo das Tribos: o Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1987.
- Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Gabinete do Prefeito. Secretaria de Planejamento Municipal. 2004.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: o areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Porto alegre, 2000.
- MONTERO, Paula. *Globalização, Identidade e Diferença*. São Paulo: Novos Estudos, n. 49, novembro de 1997.
- MONTI, Verônica. *O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Dissertação: Instituto de Filosofias e Ciências Humanas, Curso de Pós-graduação em História da Cultura, PUCRS. Porto Alegre: 1978.
- MUNANGA, Kabengele. *Identidade, Cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil*. In: *O negro: identidade e Cidadania*. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995.
- O'DYWER, Eliane Cantarino. (org) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEN, Ruben. *A antropologia de Grupos Urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge, University Press, 1997.
- PANIZZI, Wrana M. *Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- PEPONIS, J., ZIMRING, C. AND CHOI, Y. *Finding the Building in Wayfinding*. In *Environment and Behavior*, Vol. 22 No 5, pp. 555-590. September, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Cotidiano da República: elites e o povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)*. Revista Brasileira de História, v.19, n°37, São Paulo, Setembro de 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

- PETRUCCELLI, José Luis. *A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de julho/98*. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- PETRUCCELLI, José Luis. *A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo*. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- PÓLVORA, Jacqueline Britto. *Impressões da sociedade batuqueira no meio urbano de Porto Alegre/RS*. In: *Os negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Ed. Letras Contemporâneas, 1996.
- QUINTAS, Fátima. (org) *O negro: identidade e Cidadania*. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995.
- RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*. Rio de Janeiro : CEB, 1954.
- RAMOS, Duvitiliano. *A posse útil da terra entre os quilombolas*. Rio de Janeiro: Estudos Sociais, n.12, p. 3-4, 1958.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana. Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*. Editor: GG, Oxford, 1977.
- RAUPP, Roger Rios. In: *Relações Raciais no Brasil*. Porto Alegre: Revista AJURIS, n. 92, p. 65-80, dezembro/2003,
- REDINHA, José. *A habitação tradicional angolana: aspectos da evolução*. Luanda: Editora Centro de Informação e Turismo da Angola, 1964.
- REIS, João Reis & SANTOS, Flávio dos Gomes. (Org) *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1982.
- SANTOS, Milton. *Pesquisa reforça preconceito*. Folha de São Paulo. Caderno Especial Domingo. São Paulo: 1995.
- SCHOENAUER, Norbert. *6.000 años de hábitat. De los poblados primitivos a la vivienda urbana em las culturas de oriente y occidente*. Barcelona: Editora GG. Coleção Arquitectura / Perspectivas, 1984.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEFFNER, Fernando. (org) *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1995.
- SHIRLEY, Robert Weaver. *Antropologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SILVA, Josiane Abrunhosa da. *Bambas da Orgia: Um estudo sobre o Carnaval de Rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SOBREIRA, Fabiano. *Urban Fragmentation. Spatial Scaling Laws in Squatter Settlements*. 3th International Symposium on Space Syntax. London: 2002.
- SOBREIRA, Fabiano. *Squatter settlements consolidation: spatial analysis in agent-based environment*. 4th International Space Syntax Symposium. London: 2003.
- SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a Cidade. A forma social negro-brasileira*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1988.
- SOJA, Edward W; *Social relations and Spatial structures*. London, MacMillan, 1985.
- STÖRIG, Hans Joachim. *A Aventura das Línguas*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2003.
- TSCHUMI, Bernard. *Architecture and Disjunction*. London: The MIT Press, 1995.
- TZONIS, A. *Pikionis and Transvisibility*, in Thresholds 19, MIT Dep. of Architecture, 1999.
- WEBER, Max. *Comunidades étnicas*. In: *Economia y sociedad*. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 1983.
- WAGNER, Matias. *Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Porto Alegre: 1916-1958*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1958.
- WEIMER, Günter. *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Porto Alegre. Editora Mercado Aberto, 1987.
- WEIMER, Günter. *O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura: história, teoria e cultura*. Org. Günter Weimer. São Leopoldo. Editora UNISINOS, 2000.

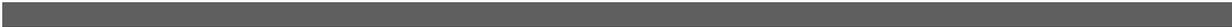
WEIMER, Günter. *Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WEIMER, Günter. *As Contribuições Negras*. 2004, a publicar.

WEBER, Max. *Comunidades étnicas*. In: *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

WOORTMANN, Ellen. *Estrutura Social e Família*. Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, São Paulo: Cortez, 1985.

Anexos.



Tab. 06 – Bairros proporcionalmente negros, em ordem decrescente.

Bairro	Universo	Branca	Preta / Parda	Preta/Parda em relação ao universo	Católica Apostólica	Umbanda / Candomblé	Nível de ensino	Anos de estudo	Rendimento Nominal
São José	31.599	20.862	10.162	32,16%	20.661	1.519	Fundamental: 5.908	4 a 7 anos: 9.966	R\$ 442,78
Restinga	53.764	36.165	16.995	31,61%	36.030	2.634	Fundamental: 11.033	4 a 7 anos: 17.820	R\$ 414,16
Bom Jesus / Jardim do Salso	34.930	23.340	10.966	31,39%	24.633	1.571	Fundamental: 6.303	4 a 7 anos: 9.536	R\$ 557,83
Mário Quintana	29.234	20.088	8.610	29,45%	20.191	1.166	Fundamental: 6.006	4 a 7 anos: 10.538	R\$ 337,75
Lomba do Pinheiro	43.882	30.659	12.510	28,5%	27.733	1.736	Fundamental: 8.757	4 a 7 anos: 15.062	R\$ 375,07
Agronomia	12.263	8.604	3.458	28,20%	7.293	332	Fundamental: 2.326	4 a 7 anos: 4.014	R\$ 507,50
Vila João Pessoa / Cel. Aparício Borges	28.301	20.113	7.883	27,85%	20.635	1.217	Fundamental: 4.805	4 a 7 anos: 8.244	R\$ 518,37
Medianeira / Santa Tereza	70.075	50.179	19.063	27,20%	50.142	2.153	Fundamental: 12.820	4 a 7 anos: 19.356	R\$ 607,80
Jardim Carvalho	25.076	18.382	6.320	25,20%	17.669	1.276	Fundamental: 4.127	4 a 7 anos: 6.799	R\$ 590,58
Glória / Cascata / Belém Velho	42.526	31.310	10.590	24,90%	28.599	1.442	Fundamental: 7.628	4 a 7 anos: 12.586	R\$ 515,17
Passo das Pedras	24.549	18.654	5.616	22,87%	18.854	294	Fundamental: 4.314	4 a 7 anos: 7.019	R\$ 571,53
Morro Santana	19.236	14.823	4.177	21,71%	14.186	898	Fundamental: 3068	4 a 7 anos: 4.869	R\$ 759,02
Serraria / Hípica	16.468	12.535	3.565	21,54%	10.983	583	Fundamental: 3.031	4 a 7 anos: 5.319	R\$ 506,44
Três Figueiras / Chácara das Pedras / Vila Jardim	24.942	19.507	5.195	20,82%	19.576	994	Fundamental: 3.479	4 a 7 anos: 5.934	R\$ 1080,19
Farrapos	17.019	13.286	3.542	20,81%	12.241	474	Fundamental: 3.107	4 a 7 anos: 5.800	R\$ 361,15
Partenon	47.750	37.549	9.846	20,61%	35.047	1.800	Fundamental: 7.117	4 a 7 anos: 11.679	R\$ 741,28
Vila Nova / Campo Novo	39.906	31.517	7.962	19,95%	28.703	1.773	Fundamental: 7.038	4 a 7 anos: 11.434	R\$ 546,64
Rubem Berta	68.286	54.929	12.864	18,84%	52.151	1.431	Fundamental: 11.021	4 a 7 anos: 18.694	R\$ 638,44
Sarandi	90.120	73.903	15.412	17,10%	67.859	1.663	Fundamental: 15.660	4 a 7 anos: 28.975	R\$ 473,67
Cristal	29.448	24.70	4.530	15,38%	22.575	820	Fundamental: 4.328	11 a 14 anos: 7.318	R\$ 837,07
Arquipélago / Humaitá / Anchieta	19.257	16.328	2.805	14,57%	14.502	188	Fundamental: 3.448	4 a 7 anos: 5.479	R\$ 598,32
Camaquã	22.009	18.663	3.183	14,46%	16.618	501	Fundamental: 3.403	4 a 7 anos: 5.870	R\$ 635,19

Teresópolis / Nonoai	31.553	27.248	4.191	13,28%	23.103	683	Fundamental: 4.444	11 a 14 anos: 8.720	R\$ 885,47
Cavalhada	15.403	13.199	2.079	13,50%	11.263	601	Fundamental: 2.284	4 a 7 anos: 3.693	R\$ 726,04
Santo Antônio	15.003	13.132	1.790	11,93%	11.728	367	Fundamental: 1.789	11 a 14 anos: 4.798	R\$ 1097,61
Ponta Grossa / Chácara do Sol / Lageado / Lami	15.879	13.870	1.857	11,69%	15.497	139	Fundamental: 2.937	4 a 7 anos: 5.125	R\$ 473,36
Belém Novo	13.487	12.098	1.409	11,64%	10.100	396	Fundamental: 2.349	4 a 7 anos: 4.127	R\$ 635,19
Jardim Sabará	14.785	12.989	1.718	11,62%	12.212	127	Fundamental: 1.920	11 a 14 anos: 4.779	R\$ 811,22
Passo da Areia	21.062	18.596	2.302	10,93%	15.949	118	Fundamental: 2.349	11 a 14 anos: 6.359	R\$ 1010,99
Jardim Botânico	11.494	10.253	1.152	10,03%	9.141	225	Fundamental: 1.279	11 a 14 anos: 3.381	R\$ 1282,89
Cidade Baixa	18.750	17.032	1.586	8,46%	12.949	222	Superior: 1.839	11 a 14 anos: 6.484	R\$ 1.116,52
Azenha / Menino Deus/ Praia de Belas	43.136	38.988	3.600	8,34%	32.438	459	Fundamental: 4.363	11 a 14 anos: 13.193	R\$ 1.352,53
Pedra Redonda / Ipanema / Espírito Santo / Guarujá	33.076	29.936	2.708	8,18%	24.075	907	Fundamental: 4.655	15 anos ou mais: 8.568	R\$ 1.146,68
Vila Assunção / Tristeza / Vila Conceição	15.879	18.744	1.216	7,66%	15.497	139	Fundamental: 2.436	11 a 14 anos: 5.556	R\$ 1.406,65
Santana	25.028	23.028	1.844	7,37%	17.959	357	Superior: 2.413	11 a 14 anos: 7.754	R\$ 1.477,25
Cristo Redentor	15.505	14.410	963	6,21%	1.853	68	Fundamental: 1.853	11 a 14 anos: 5.586	R\$ 1.113,19
Centro	36.289	33.661	2.113	5,82%	26.643	400	Superior: 3.910	11 a 14 anos: 13.644	R\$ 1.181,66
Jardim Lindóia / São Sebastião	18.054	16.932	1.042	5,57%	13.646	83	Fundamental: 2.093	11 a 14 anos: 5.299	R\$ 2.148,04
Jardim São Pedro / St. Maria Goreti / Jardim Floresta	13.510	12.703	749	5,54%	11.179	117	Fundamental: 1.622	11 a 14 anos: 3.897	R\$ 974, 18
Navegantes / São Geraldo	13.295	12.554	732	5,50%	10.384	260	Fundamental: 1.372	11 a 14 anos: 4.248	R\$ 786,00
Vila Ipiranga/ Jardim Itu	28.520	26.774	1.510	5,29%	21.427	293	Fundamental: 3.368	11 a 14	R\$ 1.016,86

								anos: 9.987	
São João	15.694	14.954	801	5,10%	11.954	78	Fundamental: 1.843	11 a 14 anos: 4.779	R\$ 985,94
Petrópolis	34.593	33.062	1.394	4,03%	26.330	440	Superior: 3.894	15 anos ou mais: 12.239	R \$ 1.909,34
Floresta	15.493	14.768	625	4,03%	11.923	100	Fundamental: 1.410	11 a 14 anos: 4.427	R\$ 1.113,19
Rio Branco / Santa Cecília	21.932	20.916	807	3,68%	16.002	177	Superior: 2009	15 anos ou mais: 7.653	R\$ 1016,86
Auxiliadora / Mon't Serrrat / Moinhos de Vento / Bela Vista	38.385	37.008	1.126	2,93%	29.989	86	Superior: 4.4045	15 anos ou mais: 15.311	R\$ 2.464,42
Independência	11.327	11.048	252	2,22%	8.601	32	Superior: 1.291	15 anos ou mais: 4.122	R\$ 1.790,68
Higienópolis / Boa Vista	17.787	17.242	336	1,89%	13.163	78	Fundamental: 1924	15 anos ou mais: 6.092	R\$ 2.148,04

Tab. 07 – Bairros quantitativamente negros, em ordem decrescente.

Bairro	Universo	Branca	Preta/Parda em relação ao universo	Católica Apostólica	Umbanda / Candomblé	Nível de ensino	Anos de estudo	Rendimento Nominal
Medianeira / Santa Tereza	70.075	50.179	19.063	50.142	2.153	Fundamental: 12.820	4 a 7 anos: 19.356	R\$ 607,80
Restinga	53.764	36.165	16.995	36.030	2.634	Fundamental: 11.033	4 a 7 anos: 17.820	R\$ 414,16
Sarandi	90.120	73.903	15.412	67.859	1.663	Fundamental: 15.660	4 a 7 anos: 28.975	R\$ 473,67
Rubem Berta	68.286	54.929	12.864	52.151	1.431	Fundamental: 11.021	4 a 7 anos: 18.694	R\$ 638,44
Lomba do Pinheiro	43.882	30.659	12.510	27.733	1.736	Fundamental: 8.757	4 a 7 anos: 15.062	R\$ 375,07
Bom Jesus / Jardim do Salso	34.930	23.340	10.966	24.633	1.571	Fundamental: 6.303	4 a 7 anos: 9.536	R\$ 557,83
Glória / Cascata / Belém Velho	42.526	31.310	10.590	28.599	1.442	Fundamental: 7.628	4 a 7 anos: 12.586	R\$ 515,17
São José	31.599	20.862	10.162	20.661	1.519	Fundamental: 5.908	4 a 7 anos: 9.966	R\$ 442,78
Partenon	47.750	37.549	9.846	35.047	1.800	Fundamental: 7.117	4 a 7 anos: 11.679	R\$ 741,28
Mário Quintana	29.234	20.088	8.610	20.191	1.166	Fundamental: 6.006	4 a 7 anos: 10.538	R\$ 337,75
Vila Nova / Campo Novo	39.906	31.517	7.962	28.703	1.773	Fundamental: 7.038	4 a 7 anos: 11.434	R\$ 546,64
Vila João Pessoa / Cel. Aparício Borges	28.301	20.113	7.883	20.635	1.217	Fundamental: 4.805	4 a 7 anos: 8.244	R\$ 518,37
Jardim Carvalho	25.076	18.382	6.320	17.669	1.276	Fundamental: 4.127	4 a 7 anos: 6.799	R\$ 590,58
Passo das Pedras	24.549	18.654	5.616	18.854	294	Fundamental: 4.314	4 a 7 anos: 7.019	R\$ 571,53
Três Figueiras / Chácara das Pedras / Vila Jardim	24.942	19.507	5.195	19.576	994	Fundamental: 3.479	4 a 7 anos: 5.934	R\$ 1080,19
Cristal	29.448	24.70	4.530	22.575	820	Fundamental: 4.328	11 a 14 anos: 7.318	R\$ 837,07
Morro Santana	19.236	14.823	4.177	14.186	898	Fundamental: 3068	4 a 7 anos: 4.869	R\$ 759,02
Teresópolis / Nonoai	31.553	27.248	4.191	23.103	683	Fundamental: 4.444	11 a 14 anos: 8.720	R\$ 885,47
Azenha / Menino Deus/ Praia de Belas	43.136	38.988	3.600	32.438	459	Fundamental: 4.363	11 a 14 anos: 13.193	R\$ 1.352,53
Serraria / Hípica	16.468	12.535	3.565	10.983	583	Fundamental: 3.031	4 a 7 anos: 5.319	R\$ 506,44
Farrapos	17.019	13.286	3.542	12.241	474	Fundamental: 3.107	4 a 7 anos: 5.800	R\$ 361,15
Agronomia	12.263	8.604	3.458	7.293	332	Fundamental: 2.326	4 a 7 anos: 4.014	R\$ 507,50
Camaquã	22.009	18.663	3.183	16.618	501	Fundamental: 3.403	4 a 7 anos:	R\$ 635,19

							5.870	
Arquipélago / Humaitá / Anchieta	19.257	16.328	2.805	14.502	188	Fundamental: 3.448	4 a 7 anos: 5.479	R\$ 598,32
Pedra Redonda / Ipanema / Espírito Santo / Guarujá	33.076	29.936	2.708	24.075	907	Fundamental: 4.655	15 anos ou mais: 8.568	R\$ 1.146,68
Passo da Areia	21.062	18.596	2.302	15.949	118	Fundamental: 2.349	11 a 14 anos: 6.359	R\$ 1010,99
Centro	36.289	33.661	2.113	26.643	400	Superior: 3.910	11 a 14 anos: 13.644	R\$ 1.181,66
Cavahada	15.403	13.199	2.079	11.263	601	Fundamental: 2.284	4 a 7 anos: 3.693	R\$ 726,04
Ponta Grossa / Chácara do Sol / Lageado / Lami	15.879	13.870	1.857	15.497	139	Fundamental: 2.937	4 a 7 anos: 5.125	R\$ 473,36
Santana	25.028	23.028	1.844	17.959	357	Superior: 2.413	11 a 14 anos: 7.754	R\$ 1.477,25
Santo Antônio	15.003	13.132	1.790	11.728	367	Fundamental: 1.789	11 a 14 anos: 4.798	R\$ 1097,61
Jardim Sabará	14.785	12.989	1.718	12.212	127	Fundamental: 1.920	11 a 14 anos: 4.779	R\$ 811,22
Cidade Baixa	18.750	17.032	1.586	12.949	222	Superior: 1.839	11 a 14 anos: 6.484	R\$ 1.116,52
Vila Ipiranga/ Jardim Itu	28.520	26.774	1.510	21.427	293	Fundamental: 3.368	11 a 14 anos: 9.987	R\$ 1.016,86
Belém Novo	13.487	12.098	1.409	10.100	396	Fundamental: 2.349	4 a 7 anos: 4.127	R\$ 635,19
Petrópolis	34.593	33.062	1.394	26.330	440	Superior: 3.894	15 anos ou mais: 12.239	R\$ 1.909,34
Vila Assunção / Tristeza / Vila Conceição	15.879	18.744	1.216	15.497	139	Fundamental: 2.436	11 a 14 anos: 5.556	R\$ 1.406,65
Jardim Botânico	11.494	10.253	1.152	9.141	225	Fundamental: 1.279	11 a 14 anos: 3.381	R\$ 1282,89
Auxiliadora / Mon't Serrat / Moinhos de Vento / Bela Vista	38.385	37.008	1.126	29.989	86	Superior: 4.4045	15 anos ou mais: 15.311	R\$ 2.464,42
Jardim Lindóia / São Sebastião	18.054	16.932	1.042	13.646	83	Fundamental: 2.093	11 a 14 anos: 5.299	R\$ 2.148,04
Cristo Redentor	15.505	14.410	963	1.853	68	Fundamental: 1.853	11 a 14 anos: 5.586	R\$ 1.113,19
Rio Branco / Santa Cecília	21.932	20.916	807	16.002	177	Superior: 2009	15 anos ou mais: 7.653	R\$ 1016,86
São João	15.694	14.954	801	11.954	78	Fundamental: 1.843	11 a 14 anos: 4.779	R\$ 985,94
Jardim São Pedro / St. Maria Goreti / Jardim Floresta	13.510	12.703	749	11.179	117	Fundamental: 1.622	11 a 14 anos: 3.897	R\$ 974, 18
Navegantes / São Geraldo	13.295	12.554	732	10.384	260	Fundamental: 1.372	11 a 14 anos: 4.248	R\$ 786,00
Floresta	15.493	14.768	625	11.923	100	Fundamental: 1.410	11 a 14 anos:	R\$ 1.113,19

							4.427	
Higienópolis / Boa Vista	17.787	17.242	336	13.163	78	Fundamental: 1924	15 anos ou mais: 6.092	R\$ 2.148,04
Independência	11.327	11.048	252	8.601	32	Superior: 1.291	15 anos ou mais: 4.122	R\$ 1.790,68